Governança global
Polarização política dificulta o combate à corrupção, diz François Valerian, da Transparência Internacional A12

Habib's
Rede de restaurantes obtém cautelar na Justiça para suspender execuções por 60 dias. Dívida soma R$ 312 milhões B5

Média é+
Canetas emagrecedoras mudam a indústria de suplementos alimentares. 'Educamos o consumidor', diz Beatriz Palermo B4

Quinta-feira, 30 de julho de 2026
Ano 27 | Número 6557 | R$ 7,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO
Valor

Conflito no Oriente Médio e crise no agro reduzem demanda por fertilizantes

Insumos Estimativas apontam que haverá uma queda de ao menos 10% nas entregas desses produtos na safra atual

Danton Boatini Júnior
De São Paulo

A indústria de fertilizantes no Brasil já dá como certa uma queda de pelo menos 10% nas entregas de produtos para a safra 2026/27, cinco meses após o início do conflito no Oriente Médio. As dificuldades logísticas provocadas pela guerra, que elevaram os preços desses insumos, são um dos fatores que complicaram o quadro, mas não o único. O endividamento dos produtores, o crédito mais caro e a rentabilidade menor das principais culturas contribuem para agravar a situação e atrasam as compras de fertilizantes pelos produtores.

Para a próxima safra de soja, que começará a ser plantada em setembro em algumas regiões do país, as empresas do setor estimam que cerca de 80% das compras já foram feitas, abaixo dos 85% observados em igual período do ciclo anterior.

Em 2025, o volume de fertilizantes entregues chegou ao recorde de 49 milhões de toneladas. Para este ano, consultorias e empresas calculam uma redução entre 5 milhões e 10 milhões de toneladas, com quedas principalmente nos volumes de nitrogênio e fósforo.

Por trás dessas estimativas está, sobretudo, a alta no preço dos adubos. Segundo Eduardo Monteiro, "country manager" no Brasil e no Paraguai da empresa de fertilizantes Mosaic, o produto está custando duas a quatro sacas de soja a mais na comparação com o mesmo período de 2025.

Apesar do atraso, a percepção é a de que o mercado deve recuar menos do que se imaginava inicialmente por causa da guerra. Monteiro diz que a comercialização ganhou fôlego nas últimas três semanas, impulsionada por uma reação nos preços da soja. Segundo ele, isso traz "uma dose de otimismo dentro desse contexto, mas não tira toda a complexidade que temos nesse cenário".

Desde o início da guerra, os preços de fosfatados e nitrogenados tiveram fortes oscilações, ao sabor da situação no Estreito de Ormuz. Nas últimas semanas, os fosfatados voltaram a subir, puxados pela disparada do enxofre, insumo fundamental para sua produção e matéria-prima da indústria de baterias. **Página B10**

Fed mantém juros pela 5ª reunião, apesar de pressão inflacionária

Luana Reis, Artur Scaff e Cristiana Euclydes
De São Paulo

Em decisão dividida, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) manteve ontem os juros inalterados pela quinta reunião consecutiva, na faixa entre 3,5% e 3,75% ao ano. Três dos 12 dirigentes do Fed votaram por um aumento de 0,25 ponto percentual na taxa de referência, em meio à persistente pressão inflacionária, causada pela guerra no Oriente Médio.

Após a reunião, o presidente do Fed, Kevin Warsh, buscou reiterar em entrevista o seu compromisso de combater a inflação. No entanto, houve frustração no mercado, com analistas vendo falta de firmeza no discurso de Warsh sobre a alta dos preços, o que abalou em alguma medida a sua credibilidade. A taxa dos títulos do Tesouro dos EUA de 30 anos disparou, alcançando 5,204%, maior nível desde 2007. **Página C1**

Guerra dos EUA contra o Irã se espalha e envolve novos atores

Agências internacionais

A escalada das tensões no Oriente Médio prosseguiu ontem com sinais de que o conflito entre Estados Unidos e Irã envolve novos atores e palcos. Pela primeira vez, a Arábia Saudita participou de ataque conjunto com os EUA contra um grupo apoiado pelo Irã no Iraque. Drones também teriam chegado a um porto do Egito, causando danos a duas embarcações.

Segundo a Reuters, o Irã deve receber nas próximas semanas uma primeira remessa de um lote de até 400 sistemas portáteis de defesa aérea. Na semana passada, o presidente dos EUA, Donald Trump, alertou Rússia e China para que não se envolvam no conflito. O petróleo Brent subiu quase 8% e voltou a ser negociado acima de US$ 90 por barril. **Página A13**

Bolsonaro nega ter autorizado vídeo com IA

Giullia Colombo e Tiago Angelo
De Brasília

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro disse que ele não autorizou o uso de sua imagem e voz no vídeo gerado por inteligência artificial e divulgado na convenção que formalizou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência, em resposta a questionamento do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Ao pedir os esclarecimentos, Moraes afirmou que a falta de autorização de Bolsonaro poderia configurar, em relação a Flávio e ao PL, violação de norma do Tribunal Superior Eleitoral que proíbe a veiculação de conteúdos sintéticos, algo que poderia, em tese, ser punido com a inelegibilidade. Procurada pelo **Valor**, a campanha de Flávio não se manifestou. **Página A7**

Infraestrutura demanda gestores

LEO PINHEIRO/VALOR

O avanço dos investimentos em infraestrutura de transportes, como portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, aumenta a busca por profissionais da área. A engenheira Ita Góes, por exemplo, assumiu em março a gerência de sistemas de gestão integrada do VLT Carioca, uma das 37 operações da Motiva, que neste ano ainda deve contratar mais de 60 gestores. Pág. B2

Tarcísio lidera em SP com 41%; Haddad tem 26%

Cristiane Agostine
De São Paulo

O governador e pré-candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lidera a disputa no 1º turno pelo governo de São Paulo, com 41% das intenções de voto, seguido pelo ex-ministro Fernando Haddad (PT), com 26%, mostra pesquisa Quaest. Os demais candidatos não superam os 3%. Eleitores indecisos são 13% e votos em branco, nulos e aqueles que não vão votar, 15%. Em eventual 2º turno, Tarcísio seria reeleito com 48% dos votos, contra 32% de Haddad, cenário praticamente estável em relação à rodada anterior da pesquisa. A margem de erro é de dois pontos percentuais. Haddad tem a maior rejeição, de 58%, acima dos 37% do governador. A maioria dos entrevistados (53%) disse que a escolha do voto é definitiva. **Página A8**

Destaque

CVM adia assembleia da Emae
A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu adiar a assembleia extraordinária da Emae, que deveria ocorrer hoje, para discutir a incorporação da companhia pela Sabesp. O colegiado atendeu, por unanimidade, pedido de adiamento feito por acionistas minoritários, que contestam o preço oferecido na operação. A suspensão vale por 30 dias, contados da prestação de informações complementares pela empresa. **B3**

Indicadores

Ibovespa	29/jul/26	-1,52%	R$ 23,7 bi
Selic (meta)	29/jul/26	14,25% ao ano	
Selic (taxa efetiva)	29/jul/26	14,15% ao ano	
Dólar comercial (BC)	29/jul/26	5,1211/5,1217	
Dólar comercial (mercado)	29/jul/26	5,1074/5,1080	
Dólar turismo (mercado)	29/jul/26	5,1279/5,3079	
Euro comercial (BC)	29/jul/26	5,8293/5,8305	
Euro comercial (mercado)	29/jul/26	5,8471/5,8477	
Euro turismo (mercado)	29/jul/26	5,9108/6,0908	

7 898937 880054

Nova direção

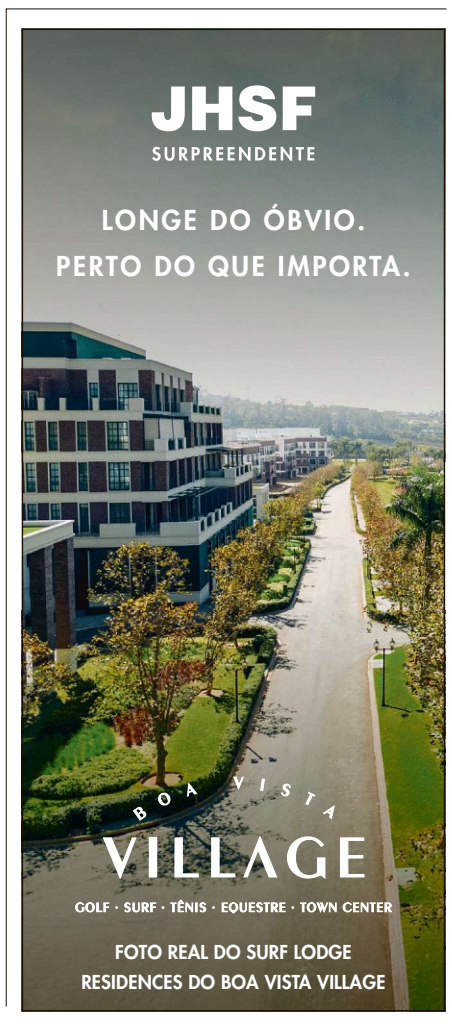
KEINY ANDRADE/VALOR

Após 13 anos sob a direção de Martin Mitteldorf, o conselho de administração da Pernambucanas tem um novo chairman, Carlos Henrique de Mello Junior (foto). Além dele, a presidência-executiva passa a ser ocupada por Marcelo Pimentel e a diretoria financeira, por Ernane Abrahão. 'Precisávamos de um executivo com conhecimento profundo de varejo, que já entra jogando', disse Mello Junior. Pág. B7

Bradesco anuncia capitalização de até R$ 10 bilhões

Álvaro Campos
De São Paulo

O Bradesco anunciou aumento de capital de até R$ 10 bilhões, mediante subscrição privada de ações, da qual só poderá participar quem já é acionista da instituição. O banco vai antecipar R$ 6,5 bilhões em juros sobre capital próprio (JCP) que poderão ser usados na capitalização. As acionistas controladoras — as filhas de Amador Aguiar, fundador do banco — se comprometeram com aporte de até R$ 8 bilhões. O exercício do direito de preferência irá de 6 de agosto a 4 de setembro, na proporção de 5,721967934% sobre as ações de mesma espécie que o acionista possuir em 4 de agosto. Os papéis serão emitidos ao preço de R$ 15,43 por ação ON e R$ 17,64 por PN, um deságio de 6% em relação ao preço de fechamento na terça-feira, para incentivar a participação no aumento de capital. **Página C4**



A crise de identidade do Mercosul em um mundo em extinção

Eduardo Belo

As divergências entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o argentino Javier Milei não começaram agora, mas as declarações de Milei no sábado subiram o tom e sugerem, na visão de alguns analistas, o esgotamento do Mercosul.

Em seus 35 anos de existência, o bloco atravessou crises econômicas, disputas comerciais e embates políticos. Previsões anteriores de que a união se esfacelaria não se confirmaram. Enquanto houver integração econômica, o Mercosul vai sobreviver com mais ou menos vigor. Como mostrou o **Valor** na terça-feira, 28, agressões verbais e ironias não têm sido suficientes para afetar o comércio entre os dois países que, juntos, somam quase 90% do PIB do bloco.

Para importantes analistas, essa é a pior crise política já enfrentada pelo grupo. Mas, para além de meras diferenças ideológicas, a crise decorre de uma ordem internacional diferente daquela em que o mercado comum foi criado, em 1991. O mundo do multilateralismo, da abertura comercial e da integração econômica daqueles tempos praticamente não existe mais.

Quando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, predominava a convicção de que a abertura comercial, o fortalecimento das instituições multilaterais e a integração regional seriam motores do crescimento econômico. Inspirado, ainda que modestamente, na experiência europeia, o bloco buscava aumentar a competitividade das economias sul-americanas via negociação conjunta e construção gradual de um mercado comum.

O potencial nunca foi atingido, talvez pela falta de instituições reguladoras supranacionais fortes, como ocorre com a Europa, que tem, entre outros o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e até um banco central único. Falta mediação. Sempre prevaleceram os interesses regionais, motivos de várias disputas ao longo dessas três décadas e meia.

Para completar, desde o início da década de 2010, o multilateralismo vem sendo erodido pouco a pouco, o protecionismo desponta no mundo Ocidental e a polarização política ganhou dimensão.

A Organização Mundial do Comércio perdeu protagonismo depois de os Estados Unidos bloquearem por anos a renovação dos juízes de seu Órgão de Apelação. E isso não tem ocorrido apenas no governo de Donald Trump, mas também nas administrações de Barack Obama e Joe Biden. Trump apenas levou o protecionismo a um nível inédito.

A ascensão da China altera a organização global das cadeias produtivas, assusta Washington cada vez mais e dá vazão ao fechamento das economias.

Nesse cenário, fica difícil manter um bloco cujo funcionamento, em essência, depende de consensos.

As divergências entre Brasil e Argentina são em grande medida consequência desse novo contexto. O governo brasileiro aposta no fortalecimento do Brics, na aproximação com a China sem se afastar dos EUA nem de outras economias ocidentais e na ampliação das relações do Sul Global. A Argentina caminha na direção oposta: alinhamento político e econômico quase automático a Washington e na defesa de liberdade para que cada país do Mercosul negocie individualmente seus acordos comerciais, posição que começou com o Uruguai.

Não são apenas diferenças de pensamento. São prioridades estratégicas inconciliáveis.

Em entrevista ao repórter Marcos de Moura e Souza, publicada pelo **Valor**, o cientista político Feliciano Guimarães definiu o movimento como um "desacoplamento estrutural" entre Brasil e Argentina, um afastamento gradual que vai além das divergências diplomáticas. Envolve comércio, investimentos, financiamento, política industrial e inserção internacional. As duas maiores economias do bloco permanecem conectadas, mas deixam de compartilhar um mesmo projeto estratégico.

E esse talvez seja o maior desafio do Mercosul.

O bloco já enfrentou crises econômicas profundas. A desvalorização do real em 1999 provocou forte reação argentina. O colapso econômico da Argentina, em 2001 e 2002, reduziu drasticamente o comércio bilateral. Vieram depois as licenças não automáticas de importação, barreiras sanitárias, disputas em torno da Tarifa Externa Comum, a suspensão do Paraguai em 2012, a entrada e posterior suspensão da Venezuela e, mais recentemente, a insistência uruguaia, com adesão argentina, em negociar acordos comerciais fora do bloco.

A unidade está se desfazendo. A Argentina vê com simpatia uma flexibilização ampla das regras do Mercosul. O Uruguai reivindica autonomia para negociar diretamente com a China. O Brasil procura preservar a negociação conjunta e ampliar sua atuação em outros fóruns multilaterais. O bloco continua existindo, mas a coesão que sempre foi frágil se perde cada vez mais.

Isso ajuda a explicar por que especialistas distinguem a crise atual das anteriores. Visões mais pessimistas sugerem que a estratégia brasileira de aprofundar relações com China e Brics dificultam a formulação de uma agenda comum. Mas alguns observadores entendem que o bloco sobrevive justamente porque acumulou décadas de conflitos sem perder relevância econômica. A integração produtiva entre Brasil e Argentina — especialmente na indústria automotiva, de autopeças, máquinas e bens intermediários — continua gerando incentivos concretos para preservar o mercado regional. O atraso dos dois países na corrida pela eletrificação de veículos ameaça quebrar essa cadeia em pouco tempo.

Enquanto a integração econômica fizer sentido, a crise será apenas de governança, o que não é pouco.

Disputas juvenis sobre quem lidera a América do Sul, quem tem a maior economia ou quem exerce maior influência regional não alteram esse quadro. O desafio é outro: redefinir qual papel o Mercosul no desenvolvimento econômico de seus membros e sua participação na economia mundial em constante fragmentação. É o que vai definir a relevância do bloco nos próximos anos.

Eduardo Belo é editor de Brasil
E-mail eduardo.belo@valor.com.br

Ambiente Já estavam previstos no Orçamento R$ 998 milhões; restante será obtido mediante abertura de crédito extraordinário via MP

Governo libera R$ 1,33 bi para enfrentar efeitos do El Niño

Mariana Andrade, Gabriela Guido e Érica Ribeiro
De Brasília

O governo federal liberou R$ 1,335 bilhão para ações de enfrentamento aos efeitos do El Niño e anunciou a ampliação dos estoques públicos de arroz e milho, informou nesta quarta-feira (29) a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior. As medidas foram apresentadas durante reunião, no Palácio do Planalto, do primeiro escalão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para mitigar os impactos do fenômeno climático.

Do total liberado, R$ 998 milhões já estavam previstos no Orçamento e serão destinados a ações nas áreas de abastecimento de alimentos, segurança alimentar, saúde e monitoramento hidrológico. Os R$ 337 milhões restantes correspondem a crédito extraordinário aberto por medida provisória (MP) em junho para financiar ações de prevenção e combate a incêndios florestais, além de reforçar a fiscalização ambiental.

O governo comprará 301 mil toneladas de arroz e 180 mil toneladas de milho diante do risco de quebra de safra com o El Niño. "Com essas chuvas, há risco de quebra de safra no Rio Grande do Sul", afirmou a ministra, em referência à produção de arroz.

Belchior disse que, por enquanto, não há previsão de escassez hídrica nos reservatórios do Nordeste no segundo semestre. Segundo ela, o nível de armazenamento, agora em 53%, é considerado adequado para o período, e o Rio São Francisco está cheio, possibilitando bombeamento de água.

A ministra ressaltou que, com a eventual escassez nos reservatórios, o governo terá que acionar as termelétricas e, para isso, tem que garantir uma reserva de diesel. O governo acompanha os estoques de combustíveis para evitar desabastecimento.

"Com a escassez nos reservatórios há uma queda na geração de energia hidrelétricas, tem que acionar as termelétricas. Portanto, a gente precisa garantir diesel para a termelétrica. No Norte nós temos um número pequeno de rodovias, uma parte importante da distribuição de combustível vai pelos rios. Se os rios também baixam, tem um ponto sensível que temos que monitorar", declarou.

Além disso, o governo antecipou a distribuição de 160 mil cestas básicas e ampliou para 350 mil o total de cestas destinadas a povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e grupos vulneráveis. Também foram definidas ações específicas para áreas com maior risco de incêndios, com reforço da logística e mobilização de equipamentos.

A ministra ainda afirmou que o governo federal vai ampliar das atuais 725 para 945 no ano que vem o número de estações meteorológicas no Brasil. Segundo ela, o investimento é necessário porque esses sistemas ajudam na prevenção de impactos do fenômeno meteorológico, ao monitorarem dados como temperatura, volume de chuva e umidade do ar, permitindo emitir alertas antecipados e orientar ações da Defesa Civil.

O El Niño entrou no radar do governo diante do risco de impactos sobre a inflação no segundo semestre, com possibilidade do aumento de preços de alimentos e energia. O fenômeno pode provocar seca no Norte e no Nordeste, além de chuvas intensas no Sul e calor extremo no centro do país. Nesta quarta-feira, 29, como São Paulo, Rio de Janeiro e Santos foram atingidas por fortes ventanias (*ver mais na página A6*).

Após reunião realizada em 16 de julho, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tinha informado que as projeções indicavam intensificação do El Niño, com alta probabilidade de o fenômeno atingir intensidade forte ou muito forte entre agosto e dezembro. A perspectiva de um Super El Niño elevou a preocupação com a redução das chuvas em parte do Norte e do Centro-Oeste e aumento do risco de incêndios florestais na Amazônia, Cerrado e Caatinga.

> "Recursos precisam ser aplicados de forma estratégica"
> *Taciana Stec*

Especialistas avaliam que o fenômeno representa um choque macroeconômico com potencial para pressionar a inflação, elevar a necessidade de gastos públicos e dificultar o ciclo de redução da taxa básica de juros, atualmente em 14,25% ao ano. Como mostrou o **Valor**, os principais postulantes à Presidência da República têm em seus programas de governo propostas para enfrentar impactos da crise climática.

Taciana Stec, especialista em políticas climáticas do Instituto Talanoa, afirma que "os anúncios realizados nesta quarta-feira sinalizam avanços".

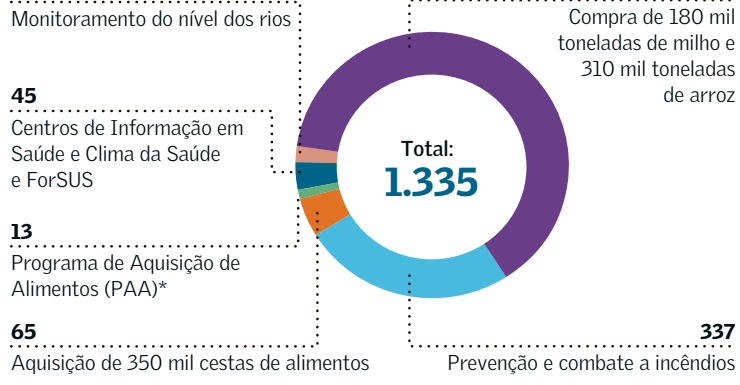
"No entanto, esses recursos precisam ser aplicados de forma estratégica, superando uma lógica exclusivamente reativa ao El Niño", diz a especialista. "O desafio é transformá-los em investimentos permanentes em infraestrutura e políticas públicas capazes de fortalecer a adaptação climática e reduzir vulnerabilidades diante de eventos extremos, independentemente da ocorrência deste fenômeno, mas levando em conta que a crise do clima já é uma realidade."

Segundo Taciana, dois anos depois das enchentes do Rio Grande do Sul, que deixaram mais de 180 mortos, "muitos municípios ainda não dispõem de capacidades institucionais básicas, como mapas de inundação, sistemas de monitoramento e planejamento territorial". Segundo ela, "sem essas ferramentas, a capacidade de antecipação e prevenção permanece limitada".

Ela destaca também a necessidade de os investimentos incorporarem "obras de drenagem, contenção de cheias e direcionamento para as soluções baseadas na natureza, como a recuperação de áreas úmidas, matas ciliares e arborização urbana".

Taciana ainda afirma que a busca do governo federal por maior interlocução com os prefeitos importante, "mas precisa ser acompanhada de apoio técnico e financeiro aos municípios, especialmente os mais vulneráveis". ***(Colaborou Estevão Taiar)***

Enfrentamento ao El Niño
Ações do governo federal (em R$ mi)



Fonte: Governo federal *Para agricultores da região norte

Missa pelos 101 anos de O Globo

ANA BRANCO/AGÊNCIA O GLOBO

O jornal O Globo completou, nesta quarta-feira, 29, 101 anos desde sua fundação, em 1925. Para celebrar, uma missa de Ação de Graças foi realizada na capela Nossa Senhora da Vitória, na Igreja de São Francisco de Paula, no Centro do Rio. Padre Jorjão, da paróquia de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, foi o responsável pela cerimônia. Na homilia, ele destacou a trajetória secular do jornal, que atravessou guerras, crises e profundas transformações da sociedade. O religioso reforçou a importância da comunicação humana em tempos de inteligência artificial

Curta

Proteção à mulher

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta tarde uma série de projetos de lei e decretos voltados à proteção das mulheres. O enfrentamento da violência contra mulheres é uma das principais bandeiras da campanha à reeleição. Entre as medidas sancionadas está o projeto que amplia a divulgação do serviço "Ligue 180" em meios de comunicação e locais de grande circulação. O presidente também sancionou o chamado Pix Pensão, que institui o pagamento automático da pensão alimentícia diretamente na conta do beneficiário ou de seu representante legal. Além dos projetos, o presidente Lula assinou dois decretos: o primeiro cria formalmente o Sistema Integrado Mulher Segura e o outro regulamenta o monitoramento eletrônico de agressores. A cerimônia foi realizada a portas fechadas no Palácio do Planalto e contou com a presença de figuras como a primeira-dama, Janja Lula da Silva, de deputadas relatoras das propostas e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Também estavam presentes o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e ministros.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

4intelligence **A6**
99 **A10**
ACI Worldwide **C1**
Adalvo **B5**
Aena Brasil **B2**
Alphabet **C6**
Anthropic **B6**
Arteris **B2**
Ativa Investimentos **B4**
Audaces **B8**
Avenida **B7**
Ávita Care **B5**
Aviva **B1**
Azevedo & Travassos **B1**
Azure **B6**
Banco do Brasil **A4**
Bank of America **C1**
Baumgart **B5**
Baxter **B2**
Bradesco **A4, C4**
Braskem **B2, B3**
BRF **B3**
Brink's **B2**
BTG Pactual **B1**
BYD **A10**
Caixa **A4**
Campari **B8**
Carmen Steffens **B7**
Citi **B5, C3**
Citi, **B4**
Congem **B1**
Correios **A4**
Cy Capital **C6**
Cymi **B1**
dLocal **C1**
Dobro **B4**
Doris.AI **B8**
Eli Lilly **B5**
Emae **B3**
EMS **B5**
Encalso **B1**
Equatorial **B5**
Equinor **B2**
EY-Parthenon **B2**
Facebook **B6**
Factset **B6**
Flow Executive Finders **B2**
Ford América do Sul **B2**
GAC **A10**
Gol Linhas Aéreas **B2**
Google **B8**
Google DeepMind **B6**
GPA **B7**
Grupo FarmaBrasil **B5**
Grupo Gennius **B5**
GWM **A10**
Heftos **B1**
High Frequency Economics **C1**
Highland Foods **B9**
Hypera **B5**
Idemitsu Kosan **A16**
IG4 **B3**
Instagram **B6**
Inter **B5**
Itaú **A4**
Itaú BBA **B4, B5**
Itaú Unibanco **B5**
J.P. Morgan **C1, C3**
J.P. Morgan Asset **C6**
JBS **B9**
JiveMauá **B1**
KPMG **C6**
Leroy Merlin **B7**
Live Nation **B5**
MAG Investimentos **C2**
Mantecorp **B5**
Marfrig **B3**
Marisa **B7**
Master **A12**
Maxinutri **B4**
Meta **B6**
Meta Platforms **B6**
Microsoft **B6**
Mitsubishi Electric **A16**
Mitsui Chemicals **A16**
Moonshot AI **B6**
Motiva **B1, B2**
Novo Nordisk **B5**
Novonor **B3**
Odebrecht **A12**
OpenAI **B6**
Oracle **B5**
Ouribank **B5**
Pernambucanas **B7**
Petrobras **B3, C2**
Pilgrim's Pride **B9**
Pronutrition **B4**
PwC Brasil **B7**
Quimassa Infraestrutura **B1**
Randstad **B2**
Reag **B1**
Reag Seguradora **B1**
Realize **B7**
Renner **B7**
Reserva **B8**
Rohm **A16**
Sabesp **B3**
Safra **C3**
Sandoz **B5**
Santander **A4, B5, C2**
Sizebay **B8**
Stellantis **A10**
Sumitomo Chemical **A16**
Sun Pharma **B5**
Ticketmaster **B5**
Toshiba **A16**
Toyota **A10**
TS Lombard **C2**
Uber **A10**
Upstage **B5**
Vale **B2, B4, C2**
Volkswagen **A10**
Warren Investimentos **C2**
WhatsApp **B6**
WTorre **B5**
XP **A6, B4**
Zapalla **B8**

A mais completa cobertura de economia e negócios do Brasil.
Acesse valor.globo.com

FEBRABAN TECH 2026

24 a 26 de agosto

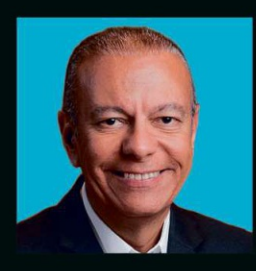
NOVO LOCAL Distrito Anhembi São Paulo/SP

Participe do maior evento de **tecnologia e inovação** do setor financeiro

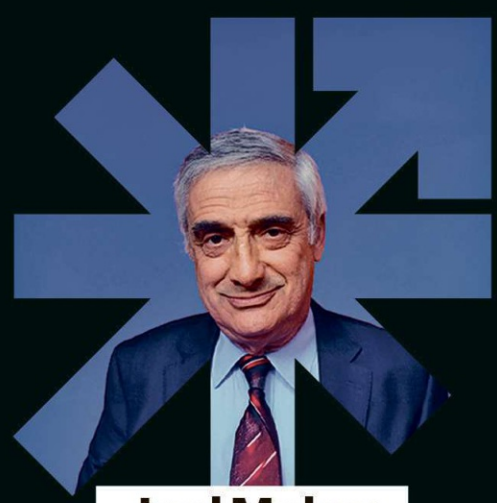
TEMA CENTRAL

Agentes inteligentes, liderança humana

ABERTURA COM OS CEOS DOS PRINCIPAIS BANCOS DO PAÍS

Milton Maluhy	Tarciana Medeiros	Marcelo Noronha	Livia Chanes	Gilson Finkelsztain	Carlos Vieira	Roberto Sallouti
						
CEO do Itaú Unibanco	Presidenta do Banco do Brasil	CEO do Bradesco	CEO Latam do Nubank	CEO do Santander Brasil	Presidente da Caixa	CEO do BTG Pactual

KEYNOTE SPEAKERS CONFIRMADOS



Joel Mokyr

Vencedor do Nobel de Economia em 2025

Radia Perlman

Engenheira, conhecida como a ‘mãe da internet’

John Maeda

Referência mundial em design e inteligência artificial

Garanta seu lugar

febrabantech.com

Ines249

Estatais Injeção de recursos prevista para 2027 pode ser feita pelo em parte este ano para evitar que PLOA seja elaborada com cortes em outras áreas

Equipe econômica busca meios para aporte nos Correios

Giordanna Neves
De Brasília

A equipe econômica do governo federal avalia cenários para acomodar o aporte de, no mínimo, R$ 6 bilhões que a União precisará fazer nos Correios até 2027, apurou o **Valor**. O compromisso está no contrato do empréstimo de R$ 12 bilhões obtido pela estatal no ano passado com cinco bancos e garantia do Tesouro Nacional.

Entre as alternativas em análise está a antecipação de parte do aporte para 2026. Uma ala da equipe econômica defende executar o maior valor possível neste ano. Assim, o governo evitaria ter de propor, já na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, cortes adicionais em outras áreas para acomodar o aporte.

Mas técnicos fazem as contas para avaliar se a antecipação seria viável e quanto efetivamente caberia no Orçamento deste ano. A decisão dependerá do comportamento das despesas e de uma decisão do governo sobre a alocação dos recursos entre as despesas discricionárias (que podem ser cortadas mais facilmente), o que é considerado um desafio político.

No último Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, o Ministério do Planejamento e anunciou uma redução do bloqueio do Orçamento em R$ 5,7 bilhões, reduzindo o total bloqueado para R$ 17,9 bilhões. O motivo foi a queda na projeção de despesas obrigatórias sujeitas ao limite.

Outra possibilidade que entrou na discussão foi prever apenas parte do aporte no PLOA de 2027 e deixar o restante para ser executado ao longo do ano que vem, por meio da abertura de créditos e bloqueios em outras despesas. Nesse cenário, a peça orçamentária contemplaria um montante inferior aos R$ 6 bilhões, enquanto a diferença seria acomodada durante a execução do Orçamento.

A estratégia, porém, gera receio entre alguns integrantes do governo, já que o aporte é uma obrigação contratual da União e há o entendimento de que o Orçamento deve refletir a estimativa mais próxima possível da necessidade de recursos. Aspectos como este são analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 2025, o empréstimo de R$ 12 bilhões contratado pelos Correios foi estruturado por um sindicato formado por Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Itaú e Santander. Os três primeiros emprestaram R$ 3 bilhões cada, enquanto Itaú e Santander concederam R$ 1,5 bilhão cada.

> Contrato prevê vencimento antecipado da dívida caso não haja aportes nem reestruturação e se houver privatização

A exigência de que a União realizasse um aporte mínimo até 2027 foi incluída como uma das condições do contrato, como forma de sinalizar aos bancos o compromisso da União com a recuperação financeira dos Correios. A cláusula, no entanto, não contou com o apoio de todos os integrantes do governo, mas acabou sendo incorporada à versão final do acordo.

O contrato também prevê o vencimento antecipado da dívida caso os recursos previstos de aportes não sejam viabilizados, o plano de reestruturação deixe de ser cumprido ou haja eventual desestatização dos Correios. Nessas hipóteses, os bancos poderiam executar a garantia da União, que seria chamada a honrar a dívida.

Os Correios fecharam 2025 com prejuízo de R$ 8,5 bilhões. Neste ano, o prejuízo foi de R$ 3,16 bilhões no primeiro trimestre, ante perdas de R$ 1,73 bilhão no mesmo período de 2025. Foram também 14 trimestres seguidos de prejuízos. O desempenho da empresa tem levado o TCU a acompanhar com mais atenção as ações da companhia e as operações contratadas. Técnicos do TCU avaliam que a análise do Tesouro nesta nova operação deve considerar não apenas a existência do plano de reestruturação, mas também o ritmo de sua execução e a aderência dos resultados observados às projeções apresentadas pela empresa.

Neste ano, a estatal vai captar mais R$ 7 bilhões com garantia da União, em uma operação estruturada por um consórcio de bancos privados internacionais que atuam no Brasil, como mostrou o **Valor**. A operação marca uma mudança em relação ao financiamento de R$ 12 bilhões contratado no ano passado, que contou com a participação das principais instituições financeiras que atuam no país. A expectativa é que as condições sejam próximas às da operação contratada em 2025, que teve custo em torno de 115% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) - abaixo do teto de 120% do CDI fixado pelo Tesouro Nacional.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL

Sede dos Correios, em Brasília: desempenho tem levado TCU a acompanhar empresa de perto e operações contratadas

Indicador de confiança da CNC mostra queda de 0,8% em junho

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após subir 0,2% em junho, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) caiu 0,8% em julho, para 101,9 pontos, informou a organização na quarta-feira (29). Na comparação com julho do ano passado, o recuo foi de 2,9%. Inflação mais pressionada e incertezas no cenário macroeconômico, como juros altos, levaram ao resultado, informou a CNC.

Dos três tópicos usados para cálculo do indicador, dois tiveram recuo em julho. É o caso de condições atuais (-2,7%) e intenções de investimento (-0,6%). Houve aumento de 0,3% no componente de expectativas.

Na comparação com julho de 2025, todos os tópicos tiveram queda: condições atuais (-3,5%), expectativas (-4%), e intenções de investimento (-1,1%).

No entendimento da CNC, o Icec de julho evidencia que o resultado negativo foi influenciado mais por condições atuais, dos negócios do comércio. A percepção dos varejistas sobre o atual momento da economia caiu 4% no mês, sendo o principal vetor de pessimismo, no curto prazo, no entendimento dos pesquisadores da organização.

Além disso, a confederação salientou que o indicador dá sinais de que os empresários varejistas frearam planos de investimentos. O principal impacto nesse quesito se deu na intenção de contratação de funcionários, com queda de 1,7% na comparação com o mesmo período de 2025. Foi terceira queda consecutiva desse componente. Ela reflete a "gestão mais defensiva dos lojistas", de acordo com a CNC.

Em comunicado sobre o indicador, o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, observou que os resultados indicam um cenário que exige atenção para que o ímpeto do setor não seja paralisado. Ele voltou a citar o atual patamar da taxa básica de juros (Selic), atualmente em 14,25% ao ano, como um dos fatores de influência no desempenho.

"É fundamental que possamos observar uma continuação na redução da taxa Selic, de forma coordenada com outras medidas governamentais, para que haja um alívio no custo do crédito e a consequente melhoria sustentável do ambiente de negócios, permitindo que o varejo volte a investir com segurança e previsibilidade", disse.

O cenário de juros em patamar elevado no varejo também afetou ritmo de compras em julho em itens cuja venda é mais dependente de crédito. Isso acabou por influenciar humor de empresariado relacionado a esses segmentos.

Governo estuda reforçar Fundo Garantidor de Investimentos

Giordanna Neves
De Brasília

O governo federal discute a possibilidade de realizar novo aporte no Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) para reforçar o atendimento a linhas de empréstimos como o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac). O FGI também atende a linha de financiamento para aquisição de automóveis por motoristas de aplicativos e taxistas, lançada recentemente pelo governo federal, cuja execução avança de forma lenta.

Em abril, o governo anunciou aporte de R$ 2 bilhões no FGI por meio de crédito extraordinário, que permite despesas excepcionais fora do limite de gastos do arcabouço fiscal, mas computadas no resultado primário.

Uma das dificuldades da linha de automóveis está na análise de crédito dos tomadores, considerados de maior risco, além do fato de o programa ser novidade e ainda estar em fase de adaptação pelas instituições financeiras. Nesta quarta-feira (29), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou, em reunião com ministros, maior empenho dos bancos públicos para acelerar a execução do programa.

A discussão sobre eventual novo aporte, porém, está relacionada principalmente à necessidade de preservar a capacidade do FGI de atender as operações do Peac, que é uma linha perene voltadas a pequenas e médias empresas, disse um integrante do governo.

A avaliação da equipe econômica é que o ambiente de maior incerteza econômica, causado pelas tensões geopolíticas, impacta a preferência pela liquidez dos bancos. Isso reduziria o apetite para concessão de crédito, tornando os mecanismos de garantia, como o FGI, ainda mais importantes.

Após o lançamento da linha de financiamento para motoristas de aplicativos e taxistas, representantes do setor privado defenderam reforço adicional no FGI. A preocupação era que, sem novos recursos, as garantias disputassem espaço com as operações do Peac, limitando o programa de automóveis. Até aqui, cerca de R$ 3 bilhões dos R$ 30 bilhões disponíveis para o financiamento de veículos foram usados, antecipou O Globo.

Economistas alertam que medidas lançadas pelo governo neste ano eleitoral podem elevar a dívida pública e dificultar o controle da inflação pelo Banco Central (BC). Governo e especialistas projetam que a dívida pública continuará em alta nos próximos anos. Já o Comitê de Política Monetária (Copom) diz que "estímulos" à atividade econômica, "em particular" consumo", podem fazer com que a inflação fique acima do projetado.

Mercado livre já atraiu 41% da indústria, aponta CNI

Marlla Sabino
De Brasília

Desde 2024, com a ampliação do mercado livre de energia para todos os consumidores conectados em alta tensão, 41% das empresas industriais migraram para o ambiente de contratação livre . O dado é da Sondagem Especial Indústria e Energia 2026, divulgada nesta quinta-feira (30) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). No mercado livre é possível negociar as condições sem intermediação de uma distribuidora. Já consumidores de alta tensão são as grandes indústrias, por exemplo.

Entre as empresas que fizeram a mudança, 73% relataram redução dos custos com as tarifas de energia elétrica, sendo que 23% apontaram queda de 10% a 20%.

Atualmente, 50% das empresas pesquisadas são somente consumidoras livres, ou seja, negociam o fornecimento de energia com outros fornecedores. Outros 25% são exclusivamente consumidores cativos, que compram energia elétrica da distribuidora local, enquanto 8% são autogeradoras.

Os dados apontam interesse pela migração entre as empresas que ainda estão no mercado cativo. Entre as pequenas empresas atendidas em baixa tensão que permanecem nesse ambiente, 37% afirmam que há possibilidade de migrar para o mercado livre. Considerando a média geral entre todas as indústrias, independentemente do porte, o interesse é de 32%.

A mudança, porém, ainda não é possível. Pela legislação aprovada no ano passado, a abertura total do mercado deve acontecer até 2028, de forma gradual. Para indústrias e comércios hoje conectados à baixa tensão, a lei prevê que a migração deve ser possível em até 24 meses, contados a partir da sanção da lei, o que ocorreu em novembro de 2025.

A energia elétrica é um dos principais insumos da indústria brasileira, razão pela qual sua disponibilidade e seu preço são determinantes para a competitividade do setor. Segundo a CNI, 79% da indústria brasileira usa a energia elétrica como principal fonte de energia, enquanto 83% apontam o custo do insumo como importante para a competitividade.

O estudo aponta ainda que o mercado de energia está passando por um momento de fortes oscilações, devido à alta demanda por energéticos e aos conflitos geopolíticos atuais. A CNI afirma que o aumento do custo da energia compromete o desempenho da indústria brasileira, com efeitos especialmente relevantes para setores energointensivos.

Nesse cenário, 64% das empresas investiram em alguma forma de economizar energia ou reduzir os custos tarifários. A principal opção foi a migração para o mercado livre, apontada por 30% das indústrias. Investimentos em autogeração e ações de eficiência energética foram apontados como alternativas por 13% das empresas respondentes. Outros 28% não tomaram nenhuma medida para otimização energética de seus processos produtivos.

"A pesquisa mostra a importância do custo da energia para a competitividade da indústria", afirma o gerente de Energia da CNI, Roberto Wagner Pereira. Ele ainda defende que é necessário melhorar o sinal de preços com a adoção de tarifas dinâmicas, que variam de acordo com a geração, horário e demanda de consumidores, além de revisar os subsídios embutidos na conta de luz. O estudo considera 1.498 indústrias extrativas e de transformação, sendo 601 pequenas, 529 médias e 368 grandes, e foi realizado entre 1º e 10 de abril.

AVISO DE LICITAÇÃO

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS - AVISO DE LICITAÇÃO Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 1511189 219/2026. Objeto: Compra de reagentes necessários à continuidade de exames periciais realizados na Seção Técnica de Física e Química Legal do Instituto de Criminalística de Minas Gerais. SEI nº 1510.01.0033769/2026-06. Abertura dia 21/08/2026, às 09h00, no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br. O edital poderá ser obtido no referido site. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão.

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS.

Belo Horizonte,
27 de julho de 2026.

Antônio Cipriano das Neves Silva.
Analista da Polícia Civil.
Diretor de Aquisições/
SPGF/PCMG.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 370/2026 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00010599/2026-00

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 370/2026 - EP,** do tipo menor preço, cujo objeto é **Serviço de copeiragem, com disponibilidade de mão de obra exclusiva, contemplando 2 postos em jornadas de 44h semanais, em horários de atendimento diferentes,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 30/07/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 26/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 30/07/2026, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP - PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – PUSP-FC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 36/2026 - PUSP-FC
COMPRAS.GOV Nº 102118 - 253/2026 Processo SEI nº 154.00011157/2026-72

Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa", realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob **nº 36/2026**, do tipo menor preço, cujo objeto é a aquisição de **AQUISIÇÃO DE MILHO EM GRÃOS A GRANEL PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL** conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia **30/07/2026** a partir das **09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o dia 14/08/2026 às **09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **30/07/2026,** além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.gov.br/pncp** e **www.portalservicos.usp.br/contratacoes**.

Relações externas Decisão do governo Trump de renovar emergência nacional é vista como sinalização eleitoral

Lula quer derrotar "narrativa" de Trump

Beatriz Roscoe, Murillo Camarotto e Mariana Andrade
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quarta-feira (29) que não quer "briga" com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mas sim derrota-lo na "guerra de narrativa".

"O cara que tem a maior bomba atômica do mundo, o maior avião do mundo, o maior navio do mundo, eu não quero brigar com ele. Eu quero paz e quero derrotá-lo na narrativa. Quero fazer a guerra da narrativa: quem está falando a verdade e quem está falando mentira", disse na convenção do PSB, em Brasília.

Segundo apurou o **Valor**, o Palácio do Planalto entende que há riscos de novas sanções, sejam comerciais ou não, por parte do governo dos Estados Unidos contra o Brasil, após a prorrogação por mais um ano da ordem executiva que previa tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.

O documento, publicado pelo governo americano na terça-feira (28), não tem efeitos práticos, já que a ordem executiva editada em 30 de julho de 2025 foi depois derrubada pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Ainda assim, integrantes do governo brasileiro interpretam a medida como uma sinalização político-eleitoral de Washington em relação ao país.

No comunicado, o governo americano acusa o governo brasileiro de "perseguir politicamente um ex-presidente, sua família e seus apoiadores", em referência a Jair Bolsonaro (PL), que cumpre prisão domiciliar em Brasília por tentativa de golpe de Estado. Além disso, classifica o Supremo Tribunal Federal (STF) como "promotor de censura" e menciona a "prisão de pessoas que exercem a liberdade de expressão" e "censura de conteúdos na internet".

As tarifas atualmente em vigor contra o Brasil decorrem de outro instrumento utilizado pelo governo dos Estados Unidos: a investigação conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio (USTR, em inglês), com base na Seção 301 da Lei de Comércio.

O Brasil está sujeito a sobretaxas de 25% a produtos exportados ao mercado americano, sob a justificativa de práticas comerciais consideradas injustas, e a outra, de 12,5%, relacionada a alegações de falhas na fiscalização de produtos feitos a partir de trabalho forçado.

Em nota divulgada nesta quarta-feira, o governo brasileiro afirma que a prorrogação da ordem executiva reitera argumentos "infundados" e "inverídicos" de que o Brasil representa "ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional, à política externa e à economia" americanas. Também considera "inteiramente descabido" caracterizar o Brasil como uma ameaça aos Estados Unidos.

Em relação às acusações contra o STF, diz em trecho da nota que "o Brasil reafirma sua soberania e a independência dos Poderes da União". "O Poder Judiciário brasileiro pauta sua atuação pelo fiel cumprimento dos preceitos da Constituição Federal", afirma.

Antes mesmo da prorrogação anunciada pelos Estados Unidos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva acionou, na segunda-feira (27), a Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a imposição do novo tarifaço.

Segundo o Itamaraty, o Brasil apresentou um "pedido de consultas" aos Estados Unidos no âmbito do sistema de solução de controvérsias da OMC. Mas integrantes do governo brasileiro avaliam que o processo dificilmente avançará, já que o Órgão de Apelação da OMC permanece paralisado pela falta de juízes.

Resposta a Milei será diplomática e sem retaliação

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou como "pataquada" as declarações feitas pelo presidente da Argentina, Javier Milei, no fim de semana. "Você viu a pataquada que veio aqui da Argentina? Eu não falei nada, porque a minha relação é de chefe de Estado com chefe de Estado. Eu gosto do povo argentino e não vou ficar trocando ofensa com ninguém", disse Lula nesta quarta-feira (29) em discurso na convenção do PSB, em Brasília.

No último sábado (25), Milei atacou Lula durante a convenção nacional do PL, em São Paulo, que oficializou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência da República. Ao lado de Flávio, o argentino também direcionou críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), a quem classificou como um "lixo careca" por impedir sua visita ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que cumpre prisão domiciliar em Brasília após condenação por tentativa de golpe de Estado.

Apesar das declarações de Milei, o Palácio do Planalto nunca cogitou declarar o presidente da Argentina como "persona non grata". Uma eventual resposta brasileira, segundo fontes, será conduzida pela via diplomática, sem medidas de retaliação ao país vizinho.

No momento, o governo brasileiro avalia que uma eventual resposta diplomática dependerá dos próximos movimentos de Milei e evita qualquer iniciativa que possa alimentar a narrativa de "vitimização" do argentino. A orientação é também não adotar medidas que prejudiquem a população argentina, como a imposição de tarifas. A orientação do governo brasileiro foi evitar uma escalada e não responder aos ataques no mesmo tom.

> Integrantes do governo avaliam que a relação entre os dois países ficou estremecida

Nem todos os integrantes do governo, porém, seguiram a orientação. Na segunda-feira (27), o ministro da Fazenda, Dario Durigan, chamou Milei de "palhaço" e afirmou que a economia brasileira está em um cenário melhor do que a argentina. Já o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, classificou o argentino como uma "caricatura patética, que envergonha o cargo que ocupa".

Como mostrou o **Valor**, integrantes do governo Lula avaliam que a relação entre o Brasil e Argentina ficou estremecida após os ataques do líder argentino. Apesar disso, os impactos no longo prazo ainda estão sendo calculados, já que a declaração contra o sistema brasileiro é considerada inédita em 203 anos de relação entre as duas nações.

As declarações de Milei levaram o Itamaraty a convocar para consultas o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Julio Bitelli. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, também convocou no domingo (26) o embaixador argentino no Brasil, Daniel Raimondi, para transmitir a repulsa do governo e cobrar explicações.

Na segunda-feira (27), Vieira e Bitelli se reuniram para uma primeira avaliação da relação bilateral entre Brasil e Argentina, apurou o **Valor**. Na tarde desta quarta-feira, o chanceler e o embaixador voltaram a se reunir. ***(BR, MC e MA)***

Curta

Receita do comércio

A receita operacional líquida das empresas do comércio brasileiro atingiu R$ 7,7 trilhões em 2024, de acordo com a Pesquisa Anual de Comércio (PAC) de 2024 divulgada nesta quarta-feira (27) pelo IBGE. Naquele ano foi registrado um universo de 1,6 milhão de empresas comerciais, com 10,6 milhões de pessoas, que receberam R$ 369,2 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações. Os dados da pesquisa não são comparáveis com edições anteriores do levantamento. Em nota técnica, o IBGE explicou que a PAC, a partir do ano-base de 2024, passou por alterações metodológicas e operacionais. Foi adotado novo critério para identificar empresas ativas, em razão das mudanças nas informações disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais). Isso provocou quebra da série histórica da pesquisa, especialmente entre as empresas de pequeno porte, tornando inadequada a comparação direta dos resultados de 2024 com os anos anteriores. Na nota técnica, o instituto informou ainda que foi incorporada amostra complementar para incluir empresas que inicialmente ficaram de fora da seleção, ampliando o universo pesquisado. Também houve expansão da cobertura geográfica da pesquisa na região Norte, com inclusão de municípios que antes não eram contemplados. Isso aumentou significativamente número de empresas pesquisadas na região. No estudo, o IBGE informou ainda 48,7% da receita do comércio no país em 2024 foi originada de setor atacadista, com R$ 3,8 trilhões, seguido pelo varejista (41,4% do total), com R$ 3,2 trilhões; e de veículos automotores e motocicletas (9,9% do total), com R$ 761,3 bilhões.

Valor Econômico | Insper Educação Executiva

IMERSÃO
Executivos de Valor
2ª EDIÇÃO

Futuro da Inovação, dos Negócios e da Tecnologia:
Transformações Globais e Empresas Brasileiras

Liderar em um cenário de transformações constantes exige visão estratégica, capacidade de antecipação e decisões cada vez mais qualificadas.

Realizada pelo **Valor Econômico** em parceria com o **Insper**, a **Imersão Executivos de Valor** reúne algumas das principais lideranças do mercado em uma experiência exclusiva de educação executiva, que combina conteúdo aplicado, troca de experiências e networking de alto nível.

Dois dias de conexões estratégicas com executivos experientes.

Fernando Modé
CEO do Grupo Boticário

Daniela Manique
Presidente para América Latina da Solvay

NETWORKING DE ALTO NÍVEL

São Paulo
23 e 24
de setembro
Formato presencial

Saiba mais e inscreva-se.
imersaoinsper.valor.com.br

Ines249

Clima Cemaden diz que fenômeno foi mais intenso que o normal, mas sem relação direta com o El Niño

Vendaval causa 5 mortes, caos e apagões no Rio e SP

Vanessa Oliveira e Cristian Favaro
Do Rio e de São Paulo

Vendavais de mais de 100 km/h atingiram a Região Sudeste na tarde de ontem, provocando mortes e causando prejuízos nos Estados de São Paulo e no Rio de Janeiro. Três pessoas morreram, nas cidades paulistas de Santos e São Sebastião, no litoral, e Cesário Lange, no interior. No Rio, duas pessoas morreram atingidas por um muro que desabou no bairro de Santa Teresa, segundo o Corpo de Bombeiros.

Em Santos, as rajadas chegaram a 111,8 km/h às 12h4. Um homem em situação de rua morreu ao ser atingido por uma árvore. A prefeitura divulgou um balanço com 23 árvores e seis muros derrubados, além do destelhamento de dezenas de casas na cidade. Um contêiner caiu no porto e atingiu a rede elétrica.

Em Cesário Lange, uma árvore caiu sobre um automóvel, matando o condutor, segundo a Defesa Civil. A terceira morte foi de um homem de 50 anos que estava em um barco de pesca que naufragou na altura do bairro Cigarras, em São Sebastião, litoral norte do Estado.

Na capital e em municípios da Região Metropolitana do Rio, os ventos provocaram provocaram apagões, paralisação de trens e metrô, queda de sinais de trânsito e de árvores em diversos pontos. O aeroporto Santos Dumont chegou a fechar para pousos e decolagens e a Ponte Rio-Niterói operava em esquema especial. A cidade decretou Estágio 2 de alerta, segundo nível em uma escala de cinco, o que significa que há riscos de ocorrências de alto impacto na cidade.

No final da tarde de terça-feira, um tornado já havia atingido cidades do Rio Grande do Sul, deixando ao menos cinco pessoas feridas, nos municípios de Sete de Setembro, Santo Antônio das Missões e Osório, além de ter provocado estragos em ruas, casas e propriedades rurais.

Os episódios, causados pela chegada de uma frente fria segundo órgãos de monitoramento, levanta a questão: eventos como esse têm relação com o El Niño, previsto para se intensificar no segundo semestre, ou são fenômenos meteorológicos de curta duração, independentes do quadro climático mais amplo?

José Marengo, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), testemunhou a ventania de perto ontem: ele estava em um evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Niterói, montado em tendas de grande porte, quando o vento começou a se intensificar e foi até preciso evacuar a área. "Eram umas 16h30, o sol estava muito bonito, mas de repente o tempo fechou e o vento ficou muito forte."

Apesar da intensidade das rajadas e de transtornos na cidade, o especialista não associa o evento ao aguardado El Niño. "Eu diria que é muito cedo para afirmar isso. No Sudeste e no Sul, nessa época, é comum acontecerem calor intenso e chuvas fortes, isso já faz parte da dinâmica meteorológica da estação, não tem necessariamente relação com El Niño. Eu diria apenas que o fenômeno que ocorreu foi mais intenso do que o normal para esse tipo de evento nessa época do ano", disse Marengo ao **Valor**.

DOMINGOS PEIXOTO / AGÊNCIA O GLOBO

Árvore caída na rua do Riachuelo: ventos de mais de 100 km/h por hora causaram danos na Região Metropolitana do Rio

Sobre a intensidade surpreendente do vento, Marcelo Enrique Seluchi, meteorologista e coordenador-geral de Operações e Modelagem do Cemaden, acrescenta que o fenômeno não foi causado diretamente pela frente fria, mas por um efeito derivado dela: a chamada "frente de rajada", mecanismo mais localizado e menos conhecido do público.

"É como se fosse uma frente fria de vento, mas bem menor em tamanho. Uma frente fria pode ter várias centenas de quilômetros, esta talvez tenha tido uns 100 km", descreve Seluchi. Ele explica que esse tipo de fenômeno se forma a partir de uma linha de tempestades — a linha de instabilidade — originada na Região Sul e que avançou em direção ao Sudeste, "mais rápido que as próprias tempestades". Segundo o meteorologista, trata-se de um evento raro.

Se o vendaval no Rio não tem relação direta com o El Niño, o fenômeno já aparece com força em outra região: as chuvas no Rio Grande do Sul, hoje em estado de atenção para a ocorrência de tempo severo e risco de transbordo de rios. "As chuvas na Região Sul, muito volumosas e frequentes, provocadas por frentes que tendem a estacionar lá, isso sim tem um efeito mais direto do El Niño", disse Seluchi.

O El Niño é um fenômeno climático natural caracterizado pelo aquecimento anômalo das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial. Mas a crise climática, intensificada pela queima massiva de combustíveis fósseis, agrava seus efeitos, provocando secas severas, chuvas extremas e ondas de calor em escala global.

O primeiro boletim sobre o fenômeno foi divulgado em junho por um conjunto de órgãos federais — entre eles INPE, INMET, Cemaden e ANA — e faz parte do Painel El Niño 2026-2027. As previsões para o período julho-setembro incluem chuvas acima da média na Região Sul e abaixo da média no Centro-Oeste e Norte do país. A alta probabilidade de temperaturas acima da média no segundo semestre pode aumentar os eventos de onda de calor e a ocorrência de incêndios florestais, com riscos elevados para a Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Na Região Nordeste, o El Niño deve provocar este ano aumento das temperaturas e intensificar os períodos de estiagem. Para o Sudeste, a previsão é de temperaturas acima da média e aumento do risco de chuvas mais intensas na primavera e verão. Segundo o Painel, modelos de previsão indicam probabilidade acima de 90% de permanência do fenômeno até pelo menos o início de 2027, com chances elevadas de configurar um El Niño muito forte.

Os ventos em São Paulo e no Rio na quarta-feira foram suficientes para levar ao cancelamento ou mudança de rotas de pelo menos 61 voos nos principais aeroportos dos dois Estados. O número foi levantado junto a fontes de Latam, Gol e Azul. No total, 28 voos foram alterados até o início da noite de ontem e 33 foram cancelados. Os números, no entanto, ainda podem subir por causa do efeito cascata na operação. Os ventos acabam comprometendo a segurança na aproximação das aeronaves, daí a necessidade de reprogramar a malha.

Brasil abre 145 mil vagas formais em junho, indica Caged

Rafael Vazquez e Hamilton Ferrari
São Paulo e Brasília

O mercado de trabalho brasileiro registrou abertura líquida de 145.161 vagas com carteira assinada em junho. Os dados fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e foram divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado, que é o saldo entre 2.220.131 admissões contra 2.074.970 de desligamentos, ficou acima da mediana captada pelo Valor Data, que apontava a geração de 97.085 mil vagas.

O número é menor para o mês de junho desde 2020, mas economistas ouvidos pelo Valor avaliam que a desaceleração é natural após anos seguidos de crescimento e analisam que o mercado de trabalho brasileiro continua aquecido.

"O mercado de trabalho seguirá evoluindo de maneira positiva. Só que a tendência é que isso seja de maneira mais lenta do que nos anos anteriores", explica afirma o economista da 4intelligence, Bruno Imaizumi.

Ele destaca que a taxa de demissões voluntárias segue alta, o que reforça a percepção de mercado de trabalho aquecida. Ao observar os dados referentes ao total de demissões no geral e o número pedidos de demissão deito pelos trabalhadores, Imaizumi calcula que essa taxa está em 36%, quase dez pontos percentuais acima da média da série histórica, iniciada em 2004.

"Temos tem aí 9,2 milhões de trabalhadores que pediram de demissão nos últimos 12 meses. É outro recorde na série histórica. Esses indicadores de desligamentos voluntários continuam apontando para um mercado de trabalho aquecido", comenta o economista da 4intelligence, ressaltando que espera um saldo positivo de 1 milhão de novos empregos formais no país até o fim de 2026.

No acumulado do primeiro semestre, foi registrada a abertura líquida de 921.645 vagas. O resultado também é o menor para o período desde 2020.

> "Indicadores de desligamentos voluntários seguem apontando um mercado de trabalho aquecido"
> *Bruno Imaizumi*

Os cinco setores da economia tiveram abertura líquida de postos formais de trabalho em junho, de acordo com o Caged. Serviços lideram com o saldo positivo de 74.514 vagas. Agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura criaram 22.898 novos empregos, enquanto comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas geraram 19.177); indústria geral criou 14.438; e construção gerou 14.136 novas vagas puxadas por obras de infraestrutura em ano eleitoral.

No ano, quatro dos cinco setores registraram abertura líquida de vagas: serviços (+571.926); construção (+168.962); indústria geral (+143.442); e agropecuária (+40.853). Já o comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas registrou saldo negativo de 3.514 postos.

"Como esperado, existem sinais de desaceleração, mas não de contração no mercado de trabalho. Projetamos que o ritmo médio de criação de empregos formais arrefecerá de aproximadamente 110 mil por mês em 2025 para 80 mil por mês em 2026", avalia Rodolfo Margato, economista da XP.

"O amplo conjunto de medidas governamentais de estímulo contribui para sustentar a demanda no curto prazo, levando a uma desaceleração gradual do crescimento econômico e dos indicadores do mercado de trabalho em meio à política monetária contracionista. Nossa projeção para a criação líquida de empregos formais em 2026 permanece em 960 mil", acrescenta Margato.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse acreditar que o saldo de postos de trabalho com carteira assinada vai seguir se comportando de maneira disciplinada, crescendo pouco. "Eu creio que vai continuar crescendo, de forma menor que foi em 2023, 2024 e 2025", acrescentou.

O ministro defendeu que o nível elevado de juros e do desarranjo provocado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contribuem para a desaceleração da economia.

Os dados também mostraram que o salário médio de admissão de novos empregados com carteira assinada ficou em R$ 2.404,34 em junho.

Turismo brasileiro em Lisboa cai 2,6% em 2025, mas deve reagir neste ano

Alessandra Saraiva
Do Rio

A Associação Turismo de Lisboa (ATL) contabilizou cerca de 1,2 milhão de pernoites de turistas brasileiros na cidade no ano passado, o que representa um total de 543 mil visitantes do Brasil. O número representou queda de 2,6% ante 2024. A entidade prevê que o resultado de 2025 possa ser superado em 2026, segundo António Valle, diretor-geral da associação. A projeção se apoia nos números mais recentes de turismo brasileiro em Lisboa.

Entre janeiro e maio deste ano, a ATL mapeou 550 mil pernoites, 9% acima de igual período no ano passado — o que representou 236 mil turistas brasileiros.

A ATL é uma organização sem fins lucrativos constituída por meio de aliança entre entidades públicas e privadas que operam no setor do turismo. A organização mapeia o ritmo do turismo medido por pernoites, o que permite calcular a duração da viagem e calcular o movimento de hóspedes.

Uma estratégia para aumentar o número de pernoites de turistas brasileiros em Lisboa é aprimorar experiências turísticas, com foco no patrimônio histórico da região, algo que interessa aos viajantes do Brasil. Pesquisa realizada pela associação em 2025, a partir de amostra de 8.026 pessoas, sendo 99 portugueses e 7.027 estrangeiros (359 brasileiros), mapeou a intenção de visita de turistas a Lisboa. No estudo, 98,9% dos turistas brasileiros informaram "visitar monumentos e museus" como objetivo da viagem turística à cidade. Foi a maior parcela entre os tópicos citados, atrás de "saborear a gastronomia e vinhos" (98,3%) e "conhecer a cultura portuguesa" (93%).

A associação está atenta a essa preferência, disse Valle. Tanto que comanda projeto de reabilitação de 12 museus e monumentos em Lisboa, incluindo marcos turísticos conhecidos como a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos. Estão sendo investidos € 67 milhões em torno de R$ 390 milhões) no projeto. Os recursos, geridos por prefeitura de Lisboa, são originados do capítulo cultura do chamado Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O PRR Cultura é um programa de investimento público para valorizar o patrimônio cultural português, modernizar o equipamento turístico e apoiar as artes em prol de desenvolvimento econômico e social da região. A iniciativa também conta com apoio do governo do país. Até o fim do ano todas restaurações estarão concluídas, disse Valle.

O executivo observou que esse planejamento vai ao encontro das demandas atuais do mercado turístico mundial. Ele lembrou que, no pós-pandemia, houve mudança no perfil do turista em escala global. Os turistas buscam menos compras e mais experiências focadas em história e autenticidade. "Podemos dizer que Lisboa antecipou essa tendência". Ele observou que a região tem direcionado esforços em aprimorar equipamentos turísticos ligados à história da cidade: "Lisboa foi se qualificando tanto em termos de equipamentos, de hotelaria, como em termos de restauração", afirmou.

DIVULGAÇÃO

António Valle: "Lisboa foi se qualificando tanto em termos de equipamentos, de hotelaria, como em termos de restauração"

Outro ponto que ajuda a aumentar o turismo brasileiro são as rotas aéreas entre Brasil e Portugal. "Temos 127 voos semanais entre Lisboa e o Brasil. No Rio de Janeiro, são 15 rotas semanais, em São Paulo temos 43", citou. "O Brasil é um mercado estratégico", resumiu.

Na visão de Valle, os conflitos geopolíticos atuais no Oriente Médio não diminuíram o interesse dos brasileiros por Portugal: "Obviamente que a incerteza também cria desafios", disse. "Quando houve esse impacto da guerra, houve cancelamentos, mas, ao mesmo tempo, houve um movimento interessante, marcações de última hora." Segundo ele, de janeiro a maio deste ano, Portugal registrou 12 milhões de hóspedes e 29 milhões de pernoites, alta de 1,2% no número de pernoites, ante o mesmo período em 2025. No total de pernoites, nos primeiros cinco meses do ano, a área metropolitana de Lisboa respondeu por 30%, afirmou.

O turismo representou 16,5% do PIB de Portugal, segundo mais recente pesquisa sobre o tema, a "Conta Satélite do Turismo", de 2023, do Instituto Nacional de Estatística (INE), de Portugal.

Eleições Com a manifestação de defesa do ex-presidente, eventual responsabilização pode recair sobre candidatura de Flávio

Bolsonaro diz a Moraes que não autorizou vídeo com IA

GUSTAVO MORENO/STF

Moraes: decisão previa volta à prisão se Bolsonaro tivesse autorizado vídeo

Giullia Colombo e Tiago Angelo
De Brasília

O ex-presidente Jair Bolsonaro disse na quarta-feira (29), ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que não autorizou o uso de sua imagem e voz no vídeo gerado por inteligência artificial (IA) divulgado na convenção que formalizou a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

Com a manifestação, uma eventual responsabilização sobre o episódio pode recair sobre Flávio. Na terça-feira (28), ao cobrar explicações de Bolsonaro, Moraes afirmou que a falta de autorização poderia configurar, em relação ao senador e ao PL, violação a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e à resolução da corte que proíbe a veiculação de conteúdos sintéticos. O ministro disse na decisão que a prática poderia, em tese, ser punida com a inelegibilidade.

A defesa do ex-presidente informou que não houve nenhuma autorização para a "produção do vídeo elaborado mediante inteligência artificial". O material foi exibido no sábado (25), durante a convenção nacional do PL.

"Conforme expressamente determinado por este juízo na decisão de 17.07.2026, o peticionário [Bolsonaro] encontra-se com direito de visitas suspenso pelo prazo de 30 dias, enquanto seu filho Flávio Bolsonaro permanece impedido de visitá-lo pelo prazo de 90 dias, circunstância que, por si só, evidencia a inexistência de qualquer contato destinado à obtenção de autorização específica para elaboração do referido material", argumentaram os advogados de Bolsonaro.

Para além da resposta, a defesa criticou Moraes na quarta, em publicação no X. O advogado Paulo Cunha Bueno disse que o ministro promoveu o "silenciamento político" com a decisão de proibir o ex-presidente de fazer qualquer tipo de manifestação de cunho eleitoral.

Apesar das advertências feitas por Moraes quanto a Flávio, ministros do STF e do TSE consultados pelo **Valor** afirmam que a eventual punição do senador teria que partir da Justiça Eleitoral, ainda que posteriormente chegue ao Supremo em forma de recurso. Eles não acreditam, no entanto, que o episódio possa gerar uma penalidade severa.

O argumento é que a prática a ser analisada envolve condutas ilegais praticadas em âmbito eleitoral. Segundo um ministro do TSE, o vídeo gerado por IA, sozinho, não teria o potencial de configurar abuso de poder político e econômico por uso indevido dos meios de comunicação, conduta punível com cassação e inelegibilidade.

Ele explica que, ainda que deepfake seja uma prática vedada, o abuso de poder exigiria a comprovação de que o vídeo tem potencial de desequilibrar a disputa eleitoral deste ano. "Poderia haver a fixação de uma penalidade, mas dificilmente ela seria a cassação e a vedação do registro de candidatura", disse.

Outro ministro da corte eleitoral concorda. Ele diz, no entanto, que se houver "uso sistemático" de IA generativa com a imagem de Bolsonaro durante a campanha, haveria abuso de poder.

Para o magistrado, o episódio deve gerar multa a Flávio, além da determinação para que o vídeo de Bolsonaro seja excluído das redes sociais. Em um eventual julgamento colegiado, afirma, o TSE também pode advertir que o uso generalizado de deepfake pode caracterizar abuso de poder.

Ministros do Supremo consultados pela reportagem também entendem que, neste momento, uma eventual punição de Flávio caberia ao TSE. Eles não descartam, no entanto, a atuação da Corte se não houver nenhum resposta da Justiça Eleitoral.

Os ministros citaram uma declaração do presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, que defendeu ao jornal O Estado de S. Paulo que o uso de IA por parte de campanhas é lícito, salvo se a tecnologia for utilizada para ofender candidatos ou políticos. Eles dizem temer que falas assim possam estimular irregularidades envolvendo a utilização de inteligência artificial. Nesse caso, uma ala no STF afirma que o Tribunal pode agir para conter práticas aptas a desequilibrar a disputa deste ano.

> Para a defesa, ministro promoveu o "silenciamento político" do ex-presidente

Em conversas reservadas com interlocutores, Nunes Marques afirma que fará uma gestão menos proativa que a de Moraes, presidente do TSE nas eleições de 2022. Sinalizações como essas, dizem integrantes do STF, abrem margem para abusos no pleito.

Se houver risco ao processo eleitoral, dizem, o STF pode ter mais protagonismo em 2026 do que em disputas anteriores. Isso não significa, no entanto, que a Corte decidirá sobre qualquer assunto. Para ministros, devem ser analisadas questões "macro" que possam prejudicar as eleições e temas em que o Supremo entenda que há um "vácuo decisório" no TSE, ainda que isso cause eventuais atritos com Nunes Marques.

No vídeo gerado por IA, a simulação de Bolsonaro pede união em torno da candidatura do senador. "Peço que vocês recebam de braços abertos a pessoa que escolhi para me substituir, sangue do meu sangue, meu filho Flávio", diz trecho da gravação.

"A eventual concordância de Jair Bolsonaro com a divulgação de um vídeo produzido por IA, e amplamente divulgado nas redes sociais, contendo sua imagem e declarações ostensivamente político-eleitorais constituiria nova e grave transgressão à decisão judicial, poucos dias após ser sancionado, e passível de reversão da prisão domiciliar humanitária para o regime fechado", ameaçou Moraes.

Ao falar em "nova" violação à decisão judicial, Moraes se refere a uma carta escrita pelo ex-presidente e divulgada por Flávio. Para o ministro, a publicização violou a cautelar que proíbe Bolsonaro de usar redes sociais, suas ou de terceiros.

Por conta do episódio, em decisões proferidas neste mês, Flávio foi proibido de visitar o pai por 90 dias, enquanto Bolsonaro foi impedido de receber visitas sociais por 30 dias e de receber qualquer pessoa com "finalidade político-eleitoral" até o fim da eleição.

Procurada pelo **Valor**, a campanha de Flávio não se manifestou. Na terça-feira (28), no entanto, o senador negou, em outro caso, que o vídeo seja deepfake. A manifestação foi enviada em um processo que está no TSE e é relatado por Nunes Marques. Nele, o PT questionou a divulgação do material na convenção realizada no final de semana.

"O vídeo impugnado não versa deepfake. A deepfake tem a enganosidade como norte, reveste-se de intuito ofensivo e tem por padrão introduzir ou manipular digitalmente registros reais, aprofundando o induzimento a erro", apontou a defesa.

TRE-SP multa Lula por propaganda antecipada

Guilherme Carvalho
De São Paulo

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) condenou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao pagamento de multa de R$ 15 mil por propaganda eleitoral antecipada e também determinou a exclusão da transmissão oficial do evento no YouTube, onde ocorreu a fala do Lula em evento do governo federal, em maio.

A decisão, assinada pelo juiz eleitoral Ronnie Herbert Barros Soares na terça-feira (28), atende a ação apresentada pelo partido Missão, que apontou pedido explícito de votos em favor das candidatas ao Senado Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), que à época eram apontadas como pré-candidatas ao cargo majoritário e figuram como coacusadas na ação, mas não foram condenadas pelo magistrado.

O caso em questão tem como base um discurso de Lula durante evento realizado em maio pelo governo para anunciar uma linha de crédito destinada a taxistas e motoristas de aplicativo.

Ao orientar sindicalistas e trabalhadores do setor a apresentarem reivindicações a integrantes do governo, o presidente afirmou: "Não tenham nenhuma preocupação de reivindicar, sabe? Vá atrás do [Guilherme] Boulos. Se ele não atender vocês, vá atrás do [Geraldo] Alckmin. Se ele não atender vocês, vá atrás… não da Janja [Rosângela da Silva]. Vá atrás do Sidônio [Palmeira], do Aloisio [Mercadante]. Só não mexam com a Janja. Não mexam. E nem com a Simone [Tebet], nem com a Marina [Silva]. O que vocês podem fazer com elas, um dia, é dar voto para as duas, só isso. Um dia, sabe?"

Na decisão, o magistrado concluiu que a expressão "dar voto para as duas" configura pedido explícito de voto antes do período permitido pela legislação eleitoral. Segundo o juiz, a referência a "um dia" não descaracteriza o conteúdo eleitoral da manifestação, que representou um "estímulo" ao eleitorado em favor das duas candidatas.

O juiz também entendeu que a "literalidade da fala" basta para configurar propaganda eleitoral antecipada, em resposta à defesa de Lula, que alegou que se tratava exclusivamente de uma "manifestação institucional". A propaganda eleitoral só é permitida a partir de 16 de agosto.

Ao fixar a multa em R$ 15 mil, o magistrado considerou que a sanção deveria superar o mínimo fixado por lei (R$ 5 mil) porque o pedido de voto foi feito pelo presidente "durante um evento oficial e no exercício do cargo, circunstância que amplia o alcance e a repercussão" da fala.

Com isso, também rejeitou o pedido da defesa de Lula para que eventual multa fosse fixada no valor mais baixo permitido.

Já em relação a Tebet e Marina, o juiz acolheu a defesa das duas, que alegaram não ter conhecimento prévio da manifestação nem participação na elaboração do discurso do presidente.

Na sentença, o juiz eleitoral afirmou que não há provas de que ambas tenham participado da elaboração da fala ou exercido qualquer controle sobre o pronunciamento do presidente e ressaltou que a simples presença das duas no evento e o fato de terem sido mencionadas pelo Lula não são suficientes para responsabilizá-las pela propaganda eleitoral antecipada.

Em nota à imprensa, o candidato à Presidência pelo Missão, Renan Santos, comemorou a decisão e afirmou que ela cria um precedente para futuras ações.

Segundo o candidato, embora a multa de R$ 15 mil tenha impacto financeiro reduzido, "o mais importante" é o reconhecimento, pela Justiça Eleitoral, da ocorrência do ilícito eleitoral.

Renan também defendeu que eventuais novas infrações sejam punidas com maior rigor e que as multas aumentem em caso de reincidência.

Procurada pelo **Valor**, a defesa de Lula não retornou.

Ines249

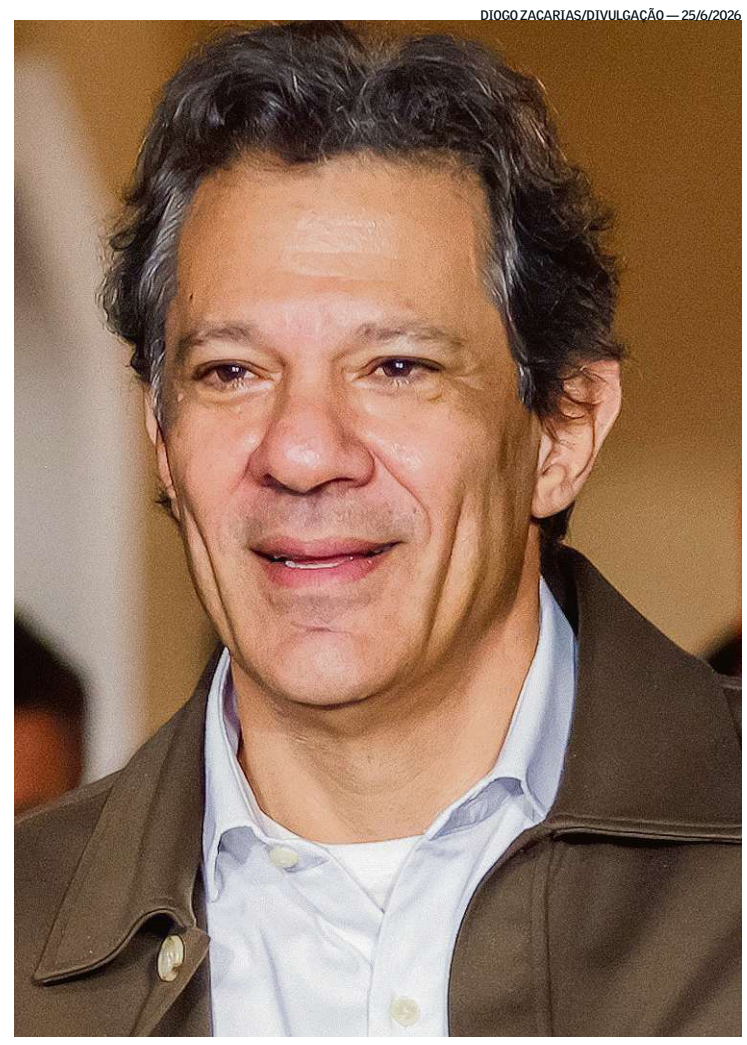
Eleições PT e Republicanos trabalham com perspectiva do fim da disputa no 1º turno

Tarcísio está 15 pontos à frente de Haddad em SP, diz Quaest

AGÊNCIA ALESP— 27/2/2026

Tarcísio: governador tem sua gestão aprovada por 55% da população do Estado

DIOGO ZACARIAS/DIVULGAÇÃO — 25/6/2026



Haddad: candidato do PT tem 32% das intenções de voto em eventual 2º turno

Cristiane Agostine
De São Paulo

O governador de São Paulo e pré-candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lidera a disputa pelo governo paulista com 41% das intenções de voto — 15 pontos a mais que os 26% do ex-ministro Fernando Haddad (PT) no primeiro turno, de acordo com pesquisa Genial/ Quaest divulgada na quarta-feira (29).

Os demais candidatos, todos de partidos nanicos, estão descolados dos líderes da pesquisa. Vera Lúcia (PSTU) tem 3%, Carlos Machado (PCB) aparece com 1% e Vivan Mendes (UP) também tem 1%. Eleitores indecisos são 13% e votos em branco, nulo e aqueles que não vão votar, 15%. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

Em um eventual segundo turno, Tarcísio seria reeleito com 48% dos votos e Haddad teria 32%. O cenário é estável em relação à rodada anterior da pesquisa, de abril, quando o governador tinha 49% e Haddad registrava os mesmos 32% no segundo turno. Votos em branco, nulo e aqueles que não vão votar são 11% e indecisos, 9%.

As campanhas do candidato do PT e do postulante do Republicanos, no entanto, trabalham com a perspectiva do fim da disputa no primeiro turno.

Haddad tem a maior rejeição, de 58%, mesmo percentual da rodada anterior da pesquisa, de junho. Tarcísio tem 37%, ante 38% da pesquisa do mês passado.

Para 55%, Tarcísio merece um novo mandato (eram 54% em junho), 38% disseram que ele não merece (eram 36%), e 7% não responderam.

Na pesquisa, os entrevistados foram questionados se preferem que o próximo governador seja independente ou ligado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou à família Bolsonaro. Para 45%, deve ser independente, 28%, que preferem um aliado de Bolsonaro e 24%, um aliado de Lula.

Haddad tem no presidente e pré-candidato à reeleição Lula seu principal cabo eleitoral. Já Tarcísio é apadrinhado do ex-presidente Jair Bolsonaro e apoia o presidenciável Flávio Bolsonaro (PL).

A maioria dos entrevistados (53%) disse que a escolha do voto é definitiva e 45% podem mudar.

A aprovação da gestão de Tarcísio em São Paulo reflete-se nos resultados das intenções de voto. O atual governo é aprovado por 55% da população do Estado e desaprovado por 29%. O cenário é semelhante ao da rodada anterior da pesquisa, de abril, quando 54% aprovavam e 29% desaprovam.

O governo Tarcísio é avaliado de forma positiva por 39% (eram 38% em abril), visto como regular por 35% (eram 35%), negativo para 20% (eram 19%), e 6% não responderam, também em um cenário de estabilidade em relação à rodada passada da pesquisa.

A área de segurança tem a pior avaliação do governo e é vista de forma negativa por 39%, seguida por saúde, com 36% de avaliação negativa, e educação e transporte, com 30% cada de avaliação negativa.

Na disputa pelo Senado, as ex-ministras Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB) lideram a pesquisa nos dois cenários testados.

> Marina Silva e Simone Tebet lideram cenários testados para a disputa ao Senado

Ex-ministra do Meio Ambiente e deputada federal eleita por São Paulo, Marina tem 14% das intenções de voto nos dois cenários. Simone Tebet registrou 12% e 11% nas simulações. O influenciador digital Pablo Marçal (União) aparece em terceiro lugar, com 9%. Marçal, no entanto, está inelegível após duas condenações do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e tenta reverter a situação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O ex-secretário de Segurança e deputado federal Guilherme Derrite (PP) marcou 7% e 8% nos cenários testados, seguido por André do Prado (PL), presidente da Assembleia Legislativa paulista, com 5% nos dois cenários. O deputado Paulinho da Força (Solidariedade) marcou 4% e o ex-ministro e deputado federal Ricardo Salles (Novo) tem 4% e 5% nas simulações feitas pelo instituto. Robson Tuma (Republicanos) registrou 3% e José Aníbal (PSDB), 1%. Eleitores indecisos somam 21% e votos em branco, nulo e aqueles que não pretendem votar totalizam 20%.

A decisão do voto para o Senado, no entanto, ainda não é definitiva para 54%, que podem mudar de candidato, enquanto 44% afirmaram que a escolha é definitiva, e 2% não responderam.

Marina tem a maior rejeição, de 49%, seguida por Marçal, com 45% e Paulinho da Força, com 41%. A rejeição de Tebet é de 36%. Salles é rejeitado por 20%, Derrite por 16%, André do Prado, por 15%.

A pesquisa Genial/Quaest também testou as intenções de voto presidencial no maior colégio eleitoral do país. Em São Paulo, Flávio Bolsonaro tem 34% das intenções de voto no primeiro turno contra 30% de Lula. Os dois presidenciáveis estão em empate técnico, dentro da margem de erro do levantamento, de dois pontos percentuais. Em um eventual segundo turno, Flávio venceria no Estado por 40% a 35% de Lula.

No primeiro turno, a disputa está polarizada e os demais presidenciáveis estão distantes de Lula e Flávio. Renan Santos (Missão), Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD) têm 3% cada um. Augusto Cury (Avante) registra 2%. Cabo Daciolo (Mobiliza) e Samara Martins (UP) têm 1% cada. Os demais postulantes não pontuaram na pesquisa. Eleitores indecisos somam 10% e votos em branco, nulo e eleitores que não sabem em quem votar, 13%.

Lula tem a maior rejeição, de 61%, e Flávio, 55%. Caiado e Zema são rejeitados por 30% dos entrevistados, cada um. A rejeição de Renan é de 18%.

O governo Lula é desaprovado no Estado por 58%, aprovado por 36%, e 6% não responderam sobre a gestão federal. Para 48%, a avaliação do governo Lula é negativa, 26% consideram positiva e para 25% é regular.

A maioria dos entrevistados de São Paulo (64%) acha que Lula não merece mais quatro anos como presidente. Para 33%, o presidente merece ser reeleito e 3% não responderam.

A pesquisa foi feita com 1.650 eleitores em São Paulo, entre os dias 23 e 27 de julho, tem nível de confiança de 95% e está registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo BR 09998/2026.

Cleitinho tenta candidatura após nota do Republicanos

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A incerteza em torno da eventual candidatura do senador Cleitinho Azevedo ao governo de Minas Gerais aumentou na quarta-feira (29) após o Republicanos, partido do parlamentar, informar que ele não disputaria o Executivo. O comunicado, divulgado pela manhã, foi assinado pelo diretório mineiro de legenda e a Executiva Nacional. À noite, Cleitinho convocou uma entrevista coletiva para dizer que será candidato e anunciou como vice seu correligionário Luís Eduardo Falcão, ex-prefeito de Patos de Minas.

Os planos do parlamentar são acompanhados de perto pela política mineira porque Cleitinho é o líder nas pesquisas eleitorais. Na rodada divulgada na terça-feira pela Genial/Quaest, ele aparece em primeiro lugar, com 35% das intenções de voto.

Na entrevista à noite, o senador disse que sempre disse que concorreria se estivesse liderando as pesquisas. "Falei com toda humildade, se chegar até agosto e estiver liderando pesquisa eu concorro à eleição", afirmou.

O senador disse que tentou falar com o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, na quarta-feira, mas não conseguiu.

Segundo fontes a par das negociações, o Republicanos tem sofrido pressão de partidos aliados, que preferem a candidatura do ex-secretário do governo Romeu Zema, Marcelo Aro (PP). Cleitinho é considerado imprevisível e elogios feitos por ele a pautas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) preocupam dirigentes ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na terça-feira, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, chegou a afirmar que o senador "perdeu o timing" para formar alianças, o que o senador negou na entrevista à noite.

O Republicanos mantém negociações com PP, União Brasil, PL, Solidariedade, PRB, Podemos e Avante para levar adianta a candidatura de Aro.

Na nota divulgada pela manhã, o Republicanos informa que sempre tratou a possibilidade de candidatura de Cleitinho ao governo com "respeito e seriedade", mas fez críticas à conduta do parlamentar ao longo da pré-campanha. "Este entusiasmo, porém, não foi correspondido até o dia da Convenção Estadual, ocorrida dia 25 de julho".

A legenda criticou a ausência do senador na convenção, embora, durante o evento, o presidente do partido em Minas Gerais, Euclydes Pettersen — o mesmo que assina a nota de quarta— tivesse afirmado que o Republicanos respeitava o momento de luto de Cleitinho e que aguardaria a sua decisão sobre a candidatura. O irmão do senador, Matheus Azevedo, morreu no dia 18, em decorrência de complicações do tratamento para leucemia.

O Republicanos reclamou ainda da falta de um posicionamento claro do senador e "sinais contraditórios" que ele teria feito a respeito da candidatura. Nesse sentido, afirmou que tem o dever de conduzir seu projeto político com responsabilidade e previsibilidade. "O partido esteve pronto. A candidatura, porém, nunca foi formalmente assumida por quem deveria liderá-la."

De acordo com interlocutores, o vídeo divulgado na terça-feira no perfil de Cleitinho nas redes sociais seria uma confirmação de que ele pretendia ser candidato.

No vídeo feito por inteligência artificial, ele encontra o pai falecido e o irmão Matheus Azevedo. O irmão diz no vídeo "vá e faça o que precisa ser feito". Na legenda do vídeo, Cleitinho escreve: "Seguirei na missão".

Os outros dois irmãos, deputado Eduardo Azevedo (PL) e Gleidson Azevedo (Republicanos), postaram mensagens de apoio à candidatura.

TCU identifica irregularidades em 82% das emendas Pix

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades em 82% das transferências especiais, conhecidas como "emendas Pix", fiscalizadas em uma auditoria que analisou 100 transferências destinadas a 73 municípios e a dois Estados. A amostra corresponde a R$ 198,11 milhões em recursos repassados entre 2020 e 2024.

As irregularidades foram encontradas em 82 das 100 transferências especiais auditadas (82% do total) e em 61 entes beneficiários fiscalizados (82,4% do total). O prejuízo potencial aos cofres públicos é de R$ 49,07 milhões, quando eliminadas as duplicidades, o que representa cerca de 25% dos recursos fiscalizados.

As conclusões constam de auditoria relatada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues. O relatório foi aprovado pelo plenário do TCU na quarta-feira (29) e será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF).

As transferências especiais são uma modalidade de emenda parlamentar individual, ou seja, de recursos do Orçamento destinados por deputados e senadores a suas bases eleitorais. Elas ganharam esse apelido de emenda Pix porque eram liberadas de forma rápida, sem precisar estar vinculadas a projetos ou convênios específicos. Em 2024, o STF aprovou regras de rastreabilidade, com obrigação de apresentação de plano de trabalho.

Foram identificados quatro principais tipos de irregularidades na auditoria feita pelo TCU. O primeiro inclui movimentação de recursos em conta corrente não específica e ausência de inserção do relatório de gestão parcial ou final no Transferegov.br, sistema do governo federal, com prejuízo estimado aos cofres públicos de R$ 26,4 milhões.

SAMUEL FIGUEIRA/TCU

Walton Rodrigues: relatório aprovado

O segundo grupo diz respeito a irregularidades na execução financeira das emendas Pix, como pagamento de despesas sem comprovação jurídica ou fiscal idônea, pagamento de despesas estranhas à finalidade da obra e pagamento sem comprovação da execução da obra, com prejuízo estimado em R$ 14,96 milhões.

O terceiro achado reúne irregularidades em procedimentos licitatórios, como fraudes à licitação e contratação de empresa declarada inidônea. Nesse caso, não foi possível estimar o prejuízo aos cofres públicos.

Por fim, a auditoria também identificou irregularidades na execução física das obras custeadas com emendas Pix, além de superfaturamento de preços, que causaram prejuízo de R$ 14,11 milhões.

"Em linhas gerais, a auditoria identificou elevado número de irregularidades na aplicação dos recursos, baixo índice de transparência e rastreabilidade e pulverização dos recursos, reforçando a necessidade de atuação desta corte de contas, em especial quanto à instauração de tomadas de contas especiais", afirmou Rodrigues em seu voto, acompanhado pelos demais ministros presentes na sessão.

Com isso, o TCU instaurou processos de tomada de contas especial para buscar o ressarcimento dos prejuízos causados aos cofres públicos. Nos casos em que foram identificadas fraudes à licitação e contratação de empresa declarada inidônea, os fatos serão comunicados às autoridades policiais competentes para apuração de eventual cometimento de crimes.

O tribunal também determinou ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) que, no prazo de 120 dias, atualize o sistema Transferegov para impedir que os entes beneficiários realizem alterações nas informações dos planos de trabalho após a inserção desses dados no sistema.

Em 2024, o STF estabeleceu regras de rastreabilidade, transparência e controle dos recursos transferidos por meio das emendas Pix. Entre as exigências, estão a apresentação e a aprovação prévias do plano de trabalho, inserido no Transferegov.br, como condição para a liberação dos recursos. Também foi fixado prazo para que o TCU verificasse o registro dos planos de trabalho na plataforma.

Na quarta-feira (29), foi apresentado o relatório consolidado de uma das frentes de auditoria conduzidas pela corte de contas sobre as emendas Pix. Outros processos ainda estão em andamento.

PREFEITURA DE
SÃO PAULO
apresenta

Inscreva-se

1º FÓRUM DE ARQUITETURA E URBANISMO CASACOR

5.8.26 — 08H

Um encontro gratuito que reúne poder público, mercado imobiliário e arquitetura para debater o futuro urbano de São Paulo.

Abertura

Painel 1
Mobilidade e Infraestrutura Urbana

Painel 2
Coração da Cidade

Painel 3
Transformação Social

CASACOR São Paulo
Parque da Água Branca

Restaurante Mesa Viva
R. Dona Ana Pimentel, 37

Realização
CASACOR · CBN · EDITORA GLOBO

Parceria
SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Apoio Institucional
SÃO PAULO NEGÓCIOS

Estado Anfitrião
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ines249

A campanha eleitoral dentro de um carro chinês

Maria Cristina Fernandes

Na tarde deste domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC onde disse que a abertura do mercado brasileiro ao carro chinês levou a indústria automobilística a investir em modelos híbridos e vender mais. Dali, Lula embarcou para Brasília onde falaria às 22h com o dirigente chinês, Xi Jiping.

No relato da agência Xinhua, Xi apoiou o Brasil na 'defesa de sua soberania e independência em oposição a interferências externas', o que vai de encontro à tradição do país de não se escudar em proteção alheia. Dois dias depois, a manchete do **Valor** desenhou a curva da estrada: "Brasil já é o maior importador de carro chinês do mundo".

Lula não faltou com a verdade lá onde foi parido para a política, mas só contou uma parte da história. E a metade que ficou faltando coloca a pressão do PT da Bahia antes das ameaças de Donald Trump como origem de um país escancarado à indústria automobilística chinesa. Não trará impacto sobre o emprego em São Paulo, Estado que ainda concentra 40% da indústria automobilística do país, durante a campanha. A bomba tem efeito retardado.

A novela começou em 2015 quando o governo Dilma Rousseff zerou o imposto de importação sobre carros elétricos para pressionar a indústria automobilística a modernizar sua produção. Atravessou os governos Michel Temer e Jair Bolsonaro. Em 2024, o metalúrgico do ABC, de volta ao poder, resolveu tomar uma atitude. E, em novembro de 2023, decidiu-se que o imposto seria paulatinamente retomado até chegar à alíquota cheia de 35% em 2026. Ao longo desse período, porém, a transição conviveria com cotas de importação livre de impostos.

Foi apenas nos últimos anos, porém, que a redução no custo de produção na China permitiu a invasão de seus modelos num preço competitivo. Em 2025, o Brasil era o sexto mercado dos carros chineses. Em 12 meses, disparou para a liderança. No início deste ano, 13 sindicatos de trabalhadores, oito sindicatos patronais e a Anfavea entupiram a mesa de Lula de cartas pedindo para que as cotas de importação não fossem renovadas.

Não adiantou. Em 1º de julho, a alíquota chegou a 35%, como planejado, mas as cotas foram renovadas até janeiro de 2027 para os kits de montagem rápida com um quinto da mão de obra. Como há estoques elevados, o mercado estará entupido de carro chinês até meados do próximo ano.

A empresa que mais se beneficiou dessas cotas foi a BYD, que, a despeito de ter inaugurado sua fábrica em Camaçari (BA) em outubro do ano passado, se limita a montar kits importados que chegam em navios-cegonha à Bahia. A chinesa ultrapassou indústrias que já investiram bilhões no Brasil, como a Toyota e a Stellantis e está hoje entre as cinco marcas mais vendidas no país. E desperta dissabores até em outras compatriotas, como a GWM, que investe numa linha de produção no país.

As concessões à BYD dividiram o governo com os ex-ministros Fernando Haddad, de um lado, e Rui Costa, de outro. A construção da alegada ponte entre Salvador e Itaparica, que serviria de contrapartida ao acúmulo de benesses, nunca saiu. E tampouco tem garantido uma reeleição fácil para o governador Jerônimo Rodrigues (PT) dar seguimento aos 20 anos do poder de seu partido no Estado.

O que tradicionalmente se viu como choradeira da Anfavea hoje é um pranto mundial. Os 100% de tarifa dos EUA sobre carros elétricos chineses podem ser debitados ao desatino de Trump, mas na Índia, terceiro maior mercado mundial, o imposto de importação chega a 110%. Nesta segunda, o CEO da Volkswagen, maior automobilística europeia, disse que é preciso elevar tarifas que já chegam a quase 50%.

Com o mercado se fechando no resto do mundo, a China vale-se do Brasil para desovar estoques. Até o imposto cheio de 35% para o carro que chega pronto ao Brasil não inibe o mercado. A GAC, sexta automobilística chinesa, anunciou investimento bilionário no Brasil na presença de Lula no ano passado. Deveria começar a produzir em 2027, mas, até agora, só montou show-room para os veículos que traz da China, onde as unidades saem da linha de produção em 72 segundos.

Nesta quarta, Lula recebeu Igor Calvet, presidente da Anfavea. Celebrou-se o aumento de vendas no Brasil, que chegaram aos patamares de 2014, mas registrou-se o descolamento inédito entre emplacamentos superiores à produção, reflexo da maior fatia de importados. Para evitar que a redução de margens — sempre alardeadas nunca conhecidas — da indústria automobilística venha a comprometer os empregos do setor com uma profusão de fusões, o presidente apelou a que as indústrias instaladas no Brasil exportem mais.

Com a China tomando conta de um mercado cada vez mais fechado, não vai ser fácil. Será igualmente difícil tirar o Brasil do topo dos importadores. Empresas como a BYD fizeram acordos com a Uber e 99 para facilitar a aquisição de carros que encantam passageiros. O motorista de aplicativo que já não quer contribuir com a Previdência também não vai querer abrir mão de comprar, com desconto, um carro mais moderno e mais econômico. Como a campanha se iniciou com um avatar de Jair Bolsonaro, uma apologia de estupro de jornalistas por bolsonaristas e um vídeo do presidente metalúrgico num ABC que não existe mais, no fim dessa corrida, o passageiro vai custar a se deparar com o Brasil real.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Presidente busca formar bancada que possa assegurar estabilidade ao Palácio do Planalto

Lula prioriza palanques com candidatos do próprio PT em disputa pelo Senado

Projeto **Senado**

Sofia Aguiar
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) privilegiou o apoio a candidatos do próprio partido nas eleições deste ano para o Senado, quando a renovação de dois terços das cadeiras da Casa estará em jogo. Nas costuras, Lula deve ter em seu palanque nomes de outros oito partidos, mas os petistas respondem por quase metade da lista de alianças definidas até agora.

Até o momento, Lula deve apoiar 18 candidatos do PT ao Senado em diferentes Estados. Nos cálculos internos da legenda, cerca de 14 são considerados competitivos. Paralelamente, o presidente também deverá ter candidatos dos outros oito partidos: PSB (5), MDB (5), PDT (4), PSD (3), PV (2), PCdoB (2), Rede (1) e Psol (1).

Nas negociações regionais, conduzidas pela direção nacional do PT, sob o comando do presidente Edinho Silva, a prioridade foi dada a candidatos que garantiram apoio ao projeto de reeleição de Lula. A avaliação da cúpula petista é que esses nomes podem fortalecer a campanha presidencial nos Estados e o desempenho nacional do partido.

Outro fator foi a composição de uma futura base governista no Senado. Integrantes do governo avaliam que, ao longo do terceiro mandato de Lula, a relação com o Congresso foi marcada por sucessivas crises e que a aprovação de projetos considerados prioritários exigiu elevado custo político. Um exemplo foi a rejeição neste ano ao nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF). Diante desse cenário, a estratégia foi ampliar acordos com partidos que possam assegurar maior estabilidade ao Palácio do Planalto.

Mesmo assim, Lula não conseguiu uma grande diversidade de legendas para dividir palanque. Internamente, isso preocupa integrantes do Executivo, que avaliam que as dificuldades podem ser semelhantes em eventual novo mandato.

O Senado é uma das principais preocupações do presidente porque é a Casa que tem a prerrogativa de analisar questões sensíveis, como o impeachment de ministros do STF.

O desenho final das alianças ainda depende da conclusão das negociações entre o PT e os partidos aliados. A preferência do Planalto é que Lula apoie dois candidatos ao Senado em cada unidade da federação. Nos casos em que isso não for viável, a tendência é que o presidente endosse apenas um nome.

Goiás é o único Estado em que ainda não há definição sobre os candidatos ao Senado apoiados por Lula por causa da falta de consenso em torno da candidatura ao governo estadual. A direção petista aguarda a decisão para concluir as alianças locais e estruturar o palanque. O diretório estadual defende a candidatura do ex-deputado Luis Cesar Bueno (PT) ao governo. A decisão ainda depende do aval do próprio presidente.

Nos demais Estados do Centro-Oeste, o cenário está praticamente definido (veja quadro ao lado). Entre as apostas de Lula na região, estão a candidatura do ex-ministro da Agricultura Carlos Fávaro (PSD) em Mato Grosso e de Erika Kokay (PT) no Distrito Federal.

A região Norte tem o maior número de chapas incompletas, com exceção de Roraima, que terá Hipérion Oliveira (PV) e Tatiane Cassiano (PCdoB). No Amapá, por exemplo, Lula apoiará Randolfe Rodrigues (PT). No Amazonas, o apoio está definido para Eduardo Braga (MDB).

No Nordeste, Alagoas é o mais indefinido, e apenas o apoio a Renan Calheiros (MDB) foi confirmado. Em Sergipe, Lula estará ao lado de Rogério Carvalho (PT), com expectativa de composição com André Moura (União). No Ceará, Lula já chancelou apoio a Cid Gomes (PSB) e prevê incluir Luizianne Lins (Rede) na chapa.

As alianças estão consolidadas nos demais Estados, como a dupla de petistas Jaques Wagner e Rui Costa na Bahia e a aposta em Humberto Costa (PT) e Marília Arraes (PDT) em Pernambuco; e, no Maranhão, Eliziane Gama (PT) e Weverton Rocha (PDT).

No Maranhão, Lula decidiu não apoiar o ex-ministro do Esporte André Fufuca (PP), porque ele estará no palanque do ex-prefeito de São Luís Eduardo Braide (PSD), candidato ao governo estadual, enquanto o PT lançou o vice-governador Felipe Camarão (PT). Apesar disso, houve acordo para que Fufuca possa utilizar imagens ao lado do presidente em materiais de campanha.

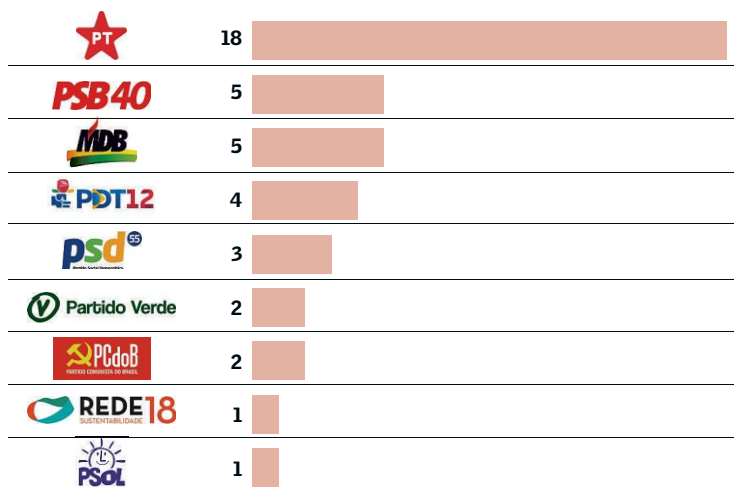
No Sudeste, ainda há indefinições no Espírito Santo e em Minas Gerais. No primeiro, apenas o apoio a Fabiano Contarato (PT) foi oficializado. Em Minas, o único nome confirmado é o da ex-prefeita de Contagem Marília Campos (PT). A tendência é que a segunda vaga fique com Áurea Carolina (Psol).

São Paulo é a principal aposta da campanha petista. Lula deverá dividir palanque com Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), ambas ex-ministras de seu governo. No Rio de Janeiro, o presidente apoiará Benedita da Silva (PT) e Pedro Paulo (PSD).

Na Região Sul, há definição nos três Estados. No Paraná, o apoio está confirmado para Gleisi Hoffmann (PT) e para Dr. Rosinha (PT) como segundo nome. No Rio Grande do Sul, Lula apoiará Paulo Pimenta (PT) e Manuela D'Ávila (PCdoB) e, em Santa Catarina, Décio Lima (PT) e Afrânio Boppré (Psol).

Partidos com mais apoios

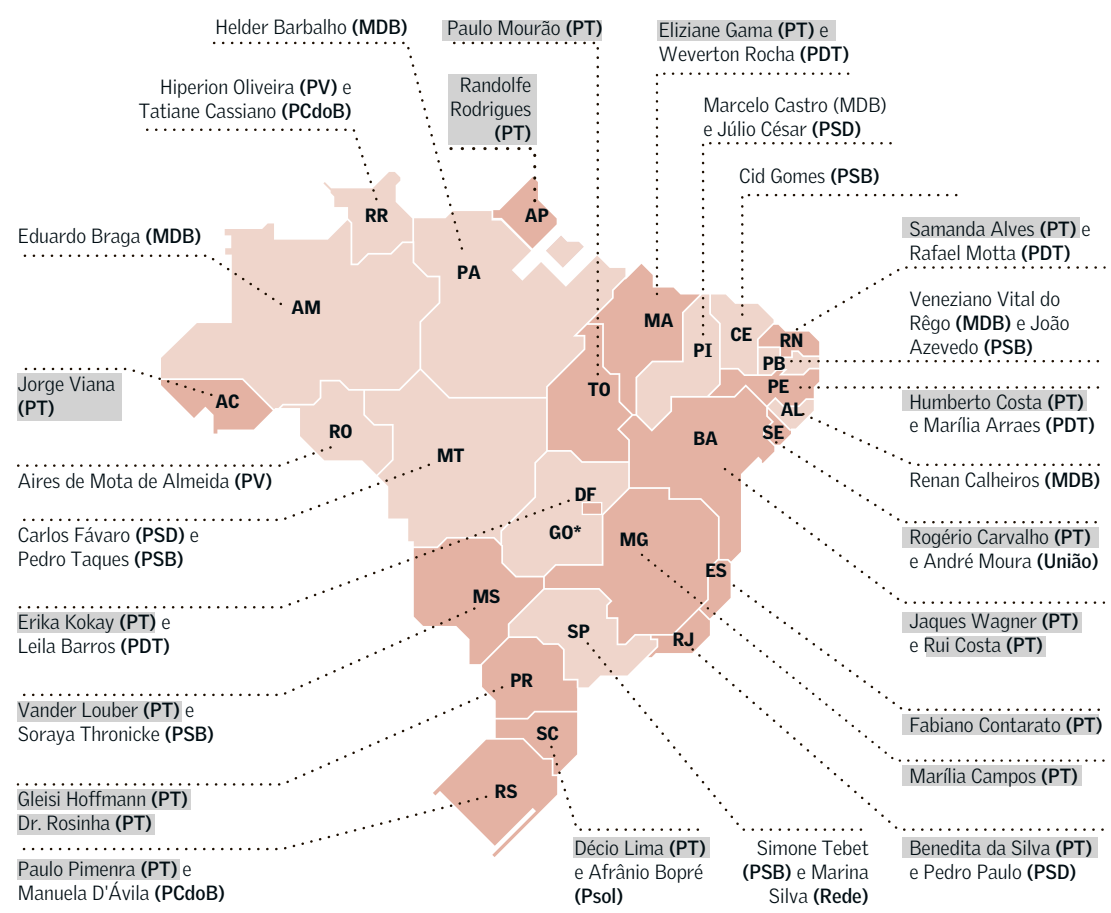
Número de candidatos apoiados



Fonte: partidos

Os palanques do presidente nos Estados

Petista busca apoiar dois candidatos na maioria dos casos



Convenção do PSB confirma Alckmin como vice

Beatriz Roscoe
e Murillo Camarotto
De Brasília

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o PSB formalizou, na quarta-feira (29), a candidatura de Geraldo Alckmin à Vice-Presidência da República. Ele disputará o posto na chapa encabeçada por Lula, que busca a reeleição para o quarto mandato.

A formação repete a chapa eleita em 2022, e deverá contar ainda com o apoio de outros partidos de esquerda e centro-esquerda, como o PDT e o PCdoB.

Após ser confirmado como vice, Alckmin fez um discurso endereçado à família Bolsonaro. Hoje, o principal adversário de Lula na disputa é o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Sem citar diretamente o ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado, Alckmin afirmou que "quem não acredita na democracia não devia nem disputar a eleição, não devia pedir o voto para o povo brasileiro".

Ele também afirmou que o lema "Deus, pátria, família e liberdade", adotado por Bolsonaro no passado, foi apropriado para justificar os ataques às instituições.

Durante o evento, Lula também discursou e teceu elogios ao político do PSB: "A gente nunca vai dormir preocupado com o que acontecerá no dia seguinte, porque o Geraldo é um homem de muita lealdade, muita capacidade de trabalho e muita honestidade."

Em 2022, a dobradinha Lula-Alckmin surgiu como uma estratégia para fazer frente ao bolsonarismo, com a construção de uma frente ampla, que contou também com o apoio de partidos de centro. Para este ano, contudo, as siglas do chamado Centrão devem optar pela neutralidade.

Até então, Lula e Alckmin eram adversários históricos, e chegaram a disputar a Presidência da República um contra o outro em 2006. A rivalidade entre o PT e o PSDB, partido de Alckmin à época, continuou até a ascensão da extrema-direita e a eleição de Bolsonaro, em 2018.

A escolha de Alckmin para a vice, em 2022, foi uma sinalização de moderação ao centro e um aceno ao setor empresarial. O líder tucano, então, deixou o PSDB e se filiou ao PSB, para sacramentar a composição.

No terceiro mandato de Lula, Alckmin acumulou a função de ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio, cargo que teve destaque diante da imposição de tarifas por parte dos Estados Unidos aos produtos brasileiros.

A repetição da dobradinha busca sinalizar a continuidade das políticas do governo e previsibilidade para o mercado financeiro e o setor empresarial.

O evento com as presenças de quadros importantes do governo, como o ministro da Fazenda, Dario Durigan. A ex-ministra Simone Tebet, recém-filiada ao PSB, e o presidente do PT, Edinho Silva, também compareceram.

Política

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jun/26	mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,07	0,40	-0,13	0,55	0,58	0,13	0,51	0,07	-0,15
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,2	0,7	0,3	1,1	2,2	-1,9	-0,1	0,2	-0,4
Indústria de transformação	-	0,1	0,4	0,2	1,1	2,4	-2,5	0,2	-0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,6	3,2	0,4	1,1	1,5	1,0	-2,2	3,5	-1,4
Bens de capital	-	-0,2	-0,1	0,6	2,7	2,9	-8,4	-0,2	0,9	0,1
Bens intermediários	-	-0,4	1,6	0,6	1,2	2,4	-1,9	-0,7	-0,7	-0,3
Bens de consumo	-	-0,5	-0,7	0,5	0,8	1,9	-1,6	0,5	1,3	-0,1
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	0,2	0,5	3,8	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	0,0	-1,3	1,4	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	1,1	1,2	0,6	0,5	-0,4	0,9	0,4	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	-1,6	0,8	0,8	0,5	-0,7	1,1	0,6	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,3	1,5	-0,2	1,2	2,2	-0,9	0,6	0,3	0,8
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,4	1,1	-0,9	0,1	0,0	-0,3	-0,1	0,3	0,7
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	5,6	5,8	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4	5,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	-0,2	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	36.277	31.753	34.271	31.770	26.156	24.546	30.710	28.165	31.509	30.487
Importações	26.520	24.074	23.624	25.234	22.169	20.796	21.385	22.404	24.824	27.346
Saldo	9.758	7.679	10.647	6.536	3.987	3.751	9.325	5.761	6.685	3.141

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
dez/24	0,0822	0,5826	0,5826	0,8571	0,93	0,6191	0,5387	0,3290	0,16	24,49	1.412,00
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	1,24	25,16	1.621,00
jun/26	0,1709	0,6718	0,6718	1,0460	1,12	0,7307	0,6279	0,4179	2,24	25,16	1.621,00
jul/26	0,1729	0,6738	0,6738	1,0998	1,22	0,7560	0,6418	0,4200	-	25,29	1.621,00
2026	**1,15**	**4,75**	**4,75**	**7,45**	**8,14**	**5,30**	**4,47**	**2,91**	**4,59**	**1,53**	**6,79**
Em 12 meses*	**2,02**	**8,32**	**8,32**	**13,50**	**14,71**	**9,23**	**7,75**	**5,09**	**6,49**	**2,06**	**6,79**
2025	**1,97**	**8,26**	**8,26**	**13,33**	**14,32**	**8,79**	**7,61**	**5,03**	**4,13**	**1,71**	**7,51**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/26	4º Tri/25	2026‡	2025	2024	2023
PIB (R$ bilhões) *	3.251	3.278	12.965	12.739	11.779	10.943
PIB (US$ bilhões) **	613	607	2.376	2.281	2.185	2.191
Taxa de Variação Real (%)	1,1	0,3	2,0	2,3	3,4	3,2
Agropecuária	2,0	0,1	7,5	11,7	-3,7	16,3
Indústria	1,0	-0,7	1,3	1,4	3,1	1,7
Serviços	0,5	0,7	1,8	1,8	3,8	2,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,5	-3,4	0,4	2,9	6,9	-3,0
Investimento (% do PIB)	16,5	16,0	16,6	16,8	16,9	16,4

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. ‡ 1º trim de 2026, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência julho/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*** Para rendimentos tributáveis mensais acima de R$ 7.350,00.**
**** Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20.**
Dedução mensal por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-Maio			maio		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**437,0**	**398,9**	**9,55**	**94,6**	**82,4**	**14,69**
Imposto de renda pessoa física	43,4	13,7	217,39	31,2	2,6	1.121,47
Imposto de renda pessoa jurídica	177,6	164,1	8,23	23,2	16,9	36,74
Imposto de renda retido na fonte	215,9	198,1	8,99	40,2	40,0	0,60
Imposto sobre produtos industrializados	37,6	34,7	8,40	8,0	6,8	17,84
Fumo	5,0	4,7	5,78	1,0	0,7	37,40
Bebidas	1,5	1,4	13,27	0,2	0,2	-1,76
Automóveis	1,9	2,0	-4,38	0,5	0,4	29,00
Imposto sobre operações financeiras	41,3	28,5	44,68	8,2	5,9	37,30
Imposto de importação	42,3	37,5	12,86	9,1	7,4	23,86
Cide-combustíveis	1,3	1,3	-0,37	0,3	0,3	-3,42
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,6	181,8	9,80	39,4	37,0	6,36
CSLL	97,2	88,4	9,94	13,6	9,4	44,18
PIS/Pasep	53,5	50,0	7,08	10,5	9,9	5,64
Outras receitas	413,0	370,1	11,58	83,2	70,9	17,29
Total	**1.322,7**	**1.191,2**	**11,05**	**266,8**	**230,2**	**15,92**

	abr/26		mar/26		abr/25	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**61,1**	**1,33**	**60,3**	**0,71**	**54,6**	**4,81**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

	Acumulado em					Número índice			
	jul/26	jun/26	2026	2025	12 meses	jul/26	jun/26	dez/25	jul/25
IBGE									
IPCA	-	0,16	3,36	4,26	4,64	-	7.652,37	7.403,29	7.331,98
INPC	-	0,14	3,51	3,90	4,33	-	7.835,94	7.570,36	7.526,72
IPCA-15	0,06	0,41	3,51	4,41	4,52	7.520,59	7.516,08	7.265,66	7.195,65
IPCA-E	-	0,41	3,45	4,41	4,80	-	7.516,08	7.265,66	7.195,65
FGV									
IGP-DI	-	-0,79	3,00	-1,20	3,59	-	1.202,30	1.167,24	1.159,85
Núcleo do IPC-DI	-	0,40	2,43	5,92	4,20	-	-	-	-
IPA-DI	-	-1,36	2,81	-3,61	2,91	-	1.381,74	1.343,94	1.338,16
IPA-Agro	-	-0,41	-1,61	-6,62	-3,41	-	1.875,78	1.906,47	1.875,58
IPA-Ind.	-	-1,66	4,35	-2,52	5,16	-	1.172,17	1.123,35	1.123,15
IPC-DI	-	0,36	3,00	4,00	4,32	-	817,31	793,53	786,36
INCC-DI	-	0,78	4,27	5,92	6,76	-	1.280,64	1.228,16	1.210,47
IGP-M	-	-0,50	3,27	-1,05	3,16	-	1.223,76	1.185,00	1.177,17
IPA-M	-	-0,97	3,18	-3,35	2,34	-	1.426,94	1.382,94	1.376,37
IPC-M	-	0,47	3,18	4,08	4,32	-	800,30	775,65	769,21
INCC-M	-	0,85	4,05	6,10	6,71	-	1.275,09	1.225,40	1.205,84
IGP-10	-1,13	-0,30	3,48	-0,76	2,68	1.233,91	1.248,06	1.209,77	1.201,68
IPA-10	-1,76	-0,71	1,26	-2,87	1,68	1.442,53	1.468,37	1.424,59	1.418,73
IPC-10	0,23	0,56	3,32	4,01	4,31	806,47	804,64	780,54	773,14
INCC-10	0,65	0,92	4,64	6,18	6,72	1.264,55	1.256,38	1.208,49	1.184,97
FIPE									
IPC	-	0,18	2,11	3,83	3,92	-	749,49	734,01	723,24

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre/2026 = 1,93%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2026

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	29/05/2026		-	Campo 7
2ª	30/06/2026		1,00%	
3ª	31/07/2026		2,12%	+
4ª	31/08/2026	Valor da declaração		Campo 8
5ª	30/09/2026			
6ª	30/10/2026			+
7ª	30/11/2026			Campo 9
8ª	30/12/2026			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/26 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	mai/26		abr/26		mai/25	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**8.897,7**	**67,91**	**8.752,5**	**67,36**	**7.547,7**	**61,71**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,2	-0,21	-28,0	-0,22	-38,2	-0,31
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-991,9	-7,57	-973,7	-7,49	-1.072,0	-8,76
Dívida fiscal líquida	**9.917,8**	**75,69**	**9.754,1**	**75,07**	**8.657,9**	**70,79**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	9.347,8	71,34	9.167,6	70,55	8.225,4	67,25
Dívida externa líquida	-450,0	-3,43	-415,2	-3,20	-677,7	-5,54
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7.784,3	59,41	7.650,6	58,88	6.524,6	53,35
Governos Estaduais	978,8	7,47	968,7	7,45	898,1	7,34
Governos Municipais	82,1	0,63	80,9	0,62	84,8	0,69
Empresas Estatais	52,5	0,40	52,2	0,40	40,2	0,33

Necessidades de financiamento do setor público	mai/26		abr/26		mai/25	
Fluxos acumulados em 12 meses	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Total nominal	**1.259,9**	**9,62**	**1.222,1**	**9,41**	**922,0**	**7,54**
Governo Federal**	1.083,4	8,27	1.053,5	8,11	721,5	5,90
Banco Central	48,6	0,37	46,4	0,36	112,3	0,92
Governo regional	112,0	0,85	105,2	0,81	76,5	0,63
Total primário	**149,0**	**1,14**	**126,6**	**0,97**	**-24,1**	**-0,20**
Governo Federal	-213,5	-1,63	-227,0	-1,75	-315,8	-2,58
Banco Central	1,0	0,01	0,9	0,01	1,2	0,01
Governo regional	3,3	0,03	-2,4	-0,02	-15,3	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

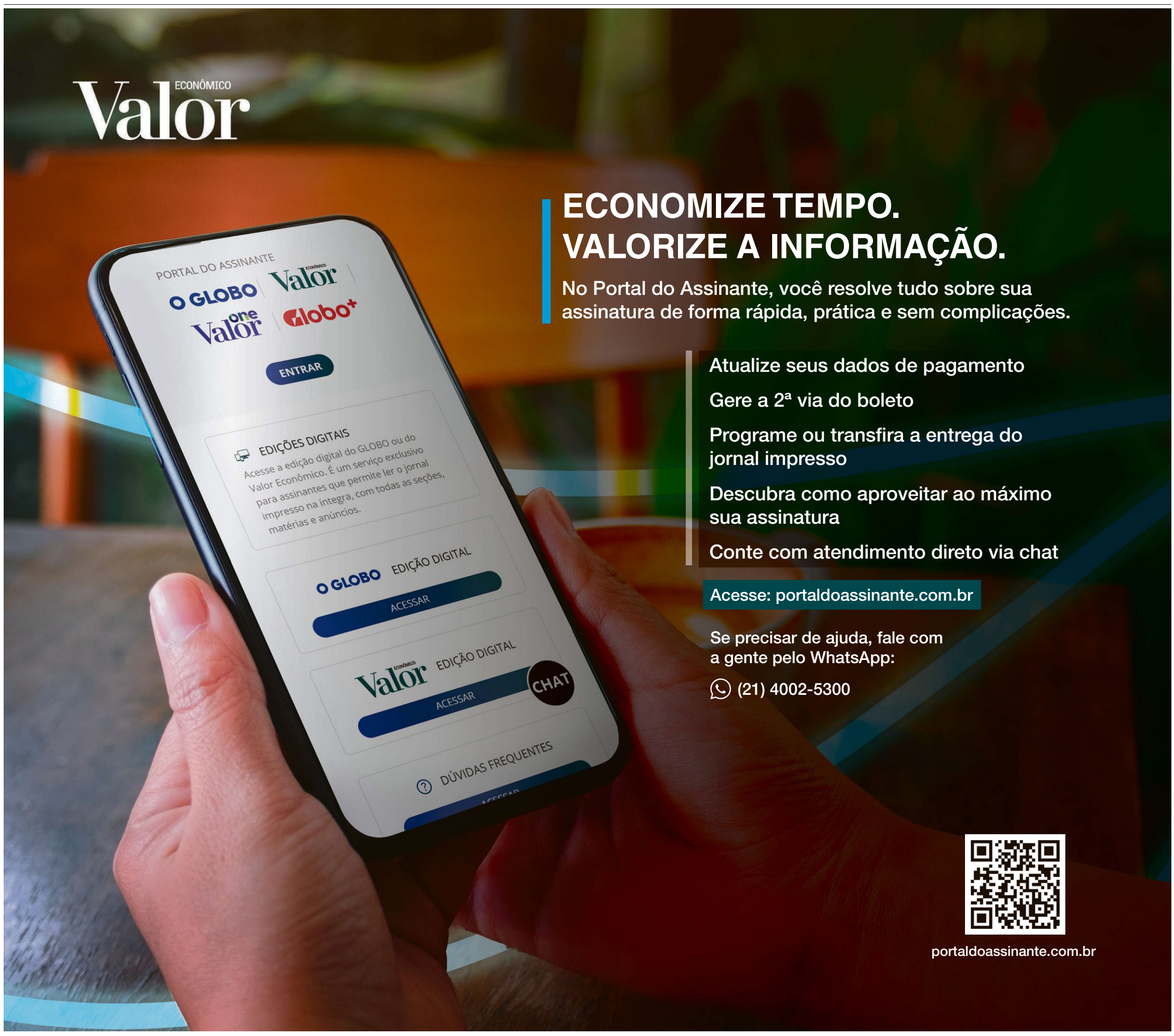
Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

	Janeiro-maio			maio		
Discriminação	2026	2025	Var. %	2026	2025	Var. %
Receita total	**1.330,3**	**1.275,2**	**4,33**	**256,2**	**242,8**	**5,51**
Receita Adm. Pela RFB**	889,0	836,8	6,23	165,4	149,8	10,41
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	306,3	288,6	6,15	61,6	58,5	5,25
Receitas Não Adm. Pela RFB	135,1	149,8	-9,83	29,2	34,5	-15,32
Transferências a Estados e Municípios	**255,4**	**249,3**	**2,41**	**58,2**	**55,2**	**5,44**
Receita líquida total	**1.075,0**	**1.025,8**	**4,79**	**198,0**	**187,6**	**5,53**
Despesa Total	**1.118,3**	**989,4**	**13,03**	**251,2**	**229,8**	**9,35**
Benefícios Precidenciários	493,9	451,2	9,45	122,3	117,3	4,19
Pessoal e Encargos Sociais	180,0	160,8	11,94	33,5	34,2	-2,10
Outras Despesas Obrigatórias	194,4	158,5	22,64	34,8	32,8	6,15
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	250,0	218,8	14,24	60,6	45,4	33,64
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-43,3**	**36,4**	**-218,86**	**-53,3**	**-42,2**	**26,35**

Discriminação	mar/26		fev/26		mar/25	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	0,0	-19,12	0,0	29,33	0,1	-
Discrepância estatística	-1,3	-	0,5	-	-4,1	-52,11
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-73,9**	**-**	**-30,5**	**142,69**	**1,6**	**1.086,25**
Juros Noniminais	**-112,9**	**-32,55**	**-79,5**	**42,13**	**-69,9**	**-10,15**
Result. Nominal do Gov. Central	**-188,2**	**-73,39**	**-109,4**	**72,04**	**-72,4**	**-36,56**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**



Ines249

Entrevista Presidente da Transparência Internacional diz que governo Trump quebrou mecanismos de cooperação entre países

'Quem tenta combater abusos de poder é atacado pelos dois lados'

JP RODRIGUES/DIVULGAÇÃO

François Valérian: "O nível de agressividade e assédio que observamos no Brasil não tem comparação com outro país"

César Felício
De Brasília

Presidente da Transparência Internacional (TI), a principal organização não governamental no mundo voltada para o combate à corrupção, o francês François Valérian afirma que o clima de polarização política é um dos entraves para o enfrentamento do problema, no Brasil e em outros países. "Quem tenta combater abusos de poder frequentemente termina atacado pelos dois lados. Foi exatamente o que aconteceu com a Transparência Internacional Brasil durante vários anos. O nível de assédio e agressividade que observamos no Brasil não tem comparação com o que ocorreu em outras seções do movimento", disse.

Valérian está no Brasil cumprindo uma maratona de visitas a outros países da América Latina preparatórias para a Conferência Internacional Anticorrupção que a TI deve realizar na República Dominicana no fim do ano. Ele demonstra preocupação com a quebra de mecanismos de cooperação internacional desencadeada pelos Estados Unidos depois do início do governo de Donald Trump. "O sistema financeiro é global, mas o mundo político é fragmentado. Essa é a brecha. Existe uma enorme distância entre a globalização do dinheiro e a fragmentação da política", afirma.

Atos do governo dos Estados Unidos como a equiparação de facções criminosas na América Latina a entidades terroristas, segundo Valérian, dificultam ainda mais a cooperação entre Países. Ele ainda critica a suspensão parcial do FCPA, lei americana de 1977 que pune empresas e cidadãos dos Estados Unidos de pagar subornos a autoridades estrangeiras, embora ressalve que grandes corporações com quem teve contato tenham afirmado que não alteraram suas práticas de compliance depois do afrouxamento das regras feito pelo governo Trump.

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *O clima de polarização política mundial, agudizado desde o início do governo Trump, está criando obstáculos para o combate à corrupção?*

François Valérian: Esse clima permanente de confronto entre países tem um enorme impacto, porque a corrupção é um desafio global. Assim como não é possível combater as mudanças climáticas sem cooperação internacional, também não é possível combater a corrupção sem cooperação internacional. Todos os anos, fluxos gigantescos de dinheiro atravessam fronteiras. Cerca de um trilhão de dólares por ano cruza fronteiras, passa por paraísos fiscais ou por plataformas de criptomoedas, que são os paraísos fiscais modernos. São muito mais rápidas e eficientes que os antigos paraísos fiscais em ilhas distantes. Esse dinheiro acaba sendo investido em poucos países, como França, Reino Unido, Estados Unidos e Espanha. Portanto, enfrentamos uma economia global da corrupção. E não é possível derrotar a corrupção em um único país se, ano após ano, esse dinheiro continua deixando o país.

Valor: *Nesse contexto, como as ações do governo Trump em relação à América Latina impactam a colaboração internacional e o combate à corrupção?*

Valérian: O que Trump faz representa claramente um modelo contrário ao que deveria ser feito. O que precisamos para enfrentar essa economia global da corrupção é cooperação internacional, não confronto permanente. Em um mundo interconectado, as estratégias vencedoras são sempre as estratégias de cooperação. As estratégias de confronto acabam dando errado, inclusive para o país que inicia o confronto. Entendo que exista uma narrativa americana sobre a corrupção na América Latina e especialmente no Brasil. Mas, o que nós dizemos, e o que diz a Transparência Internacional Brasil, é que antes de criticar a corrupção de outros países, o governo americano deveria observar e corrigir seus próprios problemas de corrupção e conflitos de interesse.

> "O sistema financeiro é global, mas o mundo político é fragmentado. Essa é a brecha"

Valor: *Que problemas de corrupção se agravaram nos EUA?*

Valérian: Toda semana a imprensa americana publica reportagens sobre interferências no sistema de Justiça, negócios pouco transparentes envolvendo familiares do presidente e a suspensão ou aplicação seletiva de algumas leis historicamente fundamentais no combate à corrupção. Penso especialmente na FCPA, a Lei de Práticas de Corrupção no Exterior dos Estados Unidos, criada após o escândalo Watergate nos anos 1970. Essa lei teve um papel essencial no combate global à corrupção. O problema é que Trump suspendeu sua aplicação e afirmou que a corrupção era uma prática normal de negócios. Isso significa que a lei passa a ser utilizada contra empresas estrangeiras, mas não necessariamente contra empresas americanas. Também me preocupa a celebração constante das criptomoedas, apresentadas como fonte de riqueza para os Estados Unidos, quando sabemos que elas podem ser ferramentas muito importantes para a lavagem de dinheiro proveniente da corrupção, do crime organizado e do narcotráfico. Esses grupos não funcionam sem corrupção, porque a corrupção lhes garante impunidade.

Valor: *Já existem consequências práticas e concretas dessa suspensão?*

Valérian: As grandes empresas dizem que mantiveram seus programas de integridade e prevenção à corrupção. Mas imaginemos um executivo americano trabalhando em outro país. Antes, quando um funcionário público exigia propina, esse executivo podia responder: "Não posso fazer isso. Posso perder meu emprego, minha remuneração e até ser preso nos Estados Unidos". Hoje esse argumento perdeu força. O funcionário corrupto pode responder: "Você ouviu o presidente Trump. Você não corre nenhum risco". Essa lei era uma ferramenta importante para os funcionários honestos resistirem a pressões para participar de esquemas ilícitos. Hoje vivemos um período de incerteza. E a incerteza sempre favorece os corruptos.

Valor: *Qual é o risco concreto das criptomoedas para o Brasil e para outros países da América Latina?*

Valérian: Imagine um funcionário corrupto que recebe um suborno. Um advogado abre para ele uma conta bancária nas Ilhas Cayman. Depois esse dinheiro é convertido em criptomoedas por meio de uma plataforma pouco regulada. A plataforma elimina os rastros da identidade real do dono dos recursos. Mais tarde, os valores podem ser convertidos novamente em euros ou libras esterlinas e depositados em bancos do Reino Unido, da França ou de outros países. Ao final do processo, a origem dos recursos desaparece. É uma ferramenta para apagar rastros e ocultar a verdadeira identidade do beneficiário.

Valor: *Em relação ao Brasil, como a polarização política prejudicou o combate à corrupção?*

Valérian: O sistema financeiro é global, mas o mundo político é fragmentado. Essa é a brecha. Existe uma enorme distância entre a globalização do dinheiro e a fragmentação da política. Além disso, há um clima crescente de confronto entre governos. Precisamos de cooperação. Em muitos países, como Peru, Equador e também Brasil, vemos uma polarização extrema e uma luta permanente entre grupos políticos. Quem tenta combater abusos de poder frequentemente acaba atacado pelos dois lados. Foi exatamente o que aconteceu com a Transparência Internacional Brasil durante vários anos. O nível de agressividade e assédio que observamos no Brasil não tem comparação com o que ocorreu em outras seções do movimento.

Valor: *O caso brasileiro é o mais grave?*

Valérian: Foi o mais grave em termos de assédio judicial e penal em todo o mundo e em toda a história da Transparência Internacional, no espaço e no tempo. Já tivemos colegas assassinados em países como Honduras. Isso é mais grave em termos físicos. Mas, em relação ao volume e intensidade do assédio judicial, com risco penal, não vimos nada semelhante em outro país.

Valor: *Nem mesmo na Venezuela?*

Valérian: Venezuela é diferente. Lá tivemos que fechar nosso escritório no país depois das eleições fraudadas de 2024. Não estou dizendo que o Brasil é uma ditadura, como a Venezuela. Mas mesmo na Rússia, antes da saída forçada dos nossos colegas, eles não estavam expostos a um assédio judicial no mesmo nível do observado no Brasil.

Valor: *No Brasil houve muitas críticas também pelos critérios usados para a queda do país no ranking comparado de percepção de corrupção.*

Valérian: O índice não é uma medição universal da corrupção. Ele é uma média de oito fontes. No caso do Brasil, essa média reflete a percepção da corrupção no setor público. As críticas parecem dizer que apresentamos a medição como um retrato universal de toda a corrupção do mundo, não é o caso. O mais importante não é o número absoluto, mas sua evolução ao longo do tempo. Um exemplo positivo é a República Dominicana, que ganhou oito pontos em seis anos. Isso ocorreu porque houve vontade política de investigar autoridades de alto escalão, levar casos ao julgamento e aplicar condenações. A redução da impunidade melhorou a percepção internacional do país. Também favoreceu a atração de investimentos, porque investidores valorizam instituições sólidas e previsíveis. Não percebem uma discricionariedade de juízes que podem anular todo um caso, como vimos no Brasil. Um exemplo negativo é o do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos. Eles retrocederam em relação aos anos prévios. Nos EUA em função de Trump e na Europa, apesar da segurança judicial, vimos muitos problemas de conflitos de interesse em função da crise sanitária [pandemia]. Aquilo foi uma festa mundial da corrupção. Com pretexto da emergência, houve contratações públicas que não seguiram as regras. Então é mais importante ver a evolução do que o nível absoluto, quando se observa o ranking.

> "O governo americano está adotando uma estratégia permanente de confronto com vários países"

Valor: *O caso Master pode impactar a avaliação no Brasil?*

Valérian: Não cabe a mim fazer predições. O que posso adiantar, sem conhecer detalhes desse episódio, é que quando analisamos o poder, não analisamos apenas o Executivo.

Valor: *O México fez uma reforma política prevendo eleições populares para a magistratura, o que comprometeu a independência do Poder Judiciário. Este não é um risco para a região?*

Valérian: Defendemos a independência do Poder Judiciário, mas também defendemos a prestação de contas. É perfeitamente possível ter um Judiciário independente e ao mesmo tempo responsável perante a sociedade. O risco é que abusos de alguns juízes acabem sendo usados como desculpa para destruir a independência judicial. Nossa crítica não é contra a independência. É contra a falta de transparência. Defendemos que a sociedade tenha acesso a informações sobre processos, patrimônio e potenciais conflitos de interesse dos magistrados.

Valor: *A classificação pelos Estados Unidos de facções criminosas latino-americanas como organizações terroristas, inclusive no caso brasileiro o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), não produz efeitos relevantes no combate à corrupção?*

Valérian: Não tem nenhum efeito. O governo americano está desgraçadamente adotando uma estratégia permanente de confronto com vários países. Também falam de invadir a Groenlândia e por aí vai. Acreditamos que criticar governos diariamente não ajuda a combater a corrupção. Desde a criação da Transparência Internacional, em 1993, defendemos que os governos trabalhem juntos. Existem países com os quais a cooperação não é possível, como Venezuela, Nicarágua e Rússia. Mas, apesar disso, a cooperação internacional e o debate calmo continua sendo o melhor caminho e há uma responsabilidade global dos países do Norte na situação que vivemos. Há um passado de dominação econômica dos Estados Unidos sobretudo em relação ao continente americano. Nosso índice mostra uma circulação de dinheiro sujo de países com uma pontuação baixa para países com uma pontuação alta. Isso reconstrói as rotas da economia colonial. E a narrativa da confrontação dos Estados Unidos com outros países é muito perigosa. Não é com confrontação que se cria valor econômico sustentável. O combate à corrupção cria valor econômico; a corrupção destrói valor econômico.

STF contesta acusações de falta de assédio judicial

De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) evitou reabrir a polêmica com a Transparência Internacional, ao ser informado das declarações do presidente mundial da ONG, François Valérian. "Os atos e decisões tomados por seus ministros em processos sob sua relatoria fundamentam-se na legislação vigente e na Constituição Federal, estando sujeitos aos recursos e procedimentos previstos no devido processo legal", afirmou a presidência do STF, por meio de nota de sua assessoria de imprensa.

Em 2023, o Brasil caiu dez posições no ranking de percepção de corrupção elaborado pela Transparência Internacional. Iniciativas do STF tiveram papel central nesse desempenho. Entre elas, a anulação das provas obtidas nos acordos de leniência da Odebrecht, decidida em julho daquele ano de maneira monocrática por Dias Toffoli.

Em fevereiro do ano seguinte, alguns dias depois da divulgação do relatório, Toffoli decidiu sobre uma petição apresentada pelo deputado Rui Falcão (PT-SP) contestando o Ministério Público pela tentativa de criar fundações para administrar recursos repatriados por acordos de leniência e determinou que a ONG fosse investigada por eventual apropriação indevida de recursos.

Em resposta, a PGR pediu o arquivamento do caso em vista de "ausência de elementos mínimos que justificassem a continuidade das investigações e a inexistência de competência originária do STF para o caso". Toffoli acolheu o parecer e mandou arquivar o inquérito sem julgamento de mérito, em março deste ano. O despacho de Toffoli foi assinado 24 dias depois de ele pedir para deixar a relatoria do inquérito que trata das fraudes do Banco Master, escândalo que colocou ministros do Supremo, entre eles o próprio Toffoli, no alvo do relatório de 2025 da ONG sobre o Brasil.

O relatório da entidade mencionou o contrato entre o ex-banqueiro Daniel Vorcaro e o escritório de Viviane Barci, esposa do ministro Alexandre de Moraes, sem detalhamento dos serviços prestados. Também tratou da venda da participação da família de Toffoli em um resort o interior do Paraná para pessoas ligadas ao Banco Master, alguns anos antes do escândalo sobre a instituição financeira eclodir.

O diretor brasileiro da Transparência Internacional, Bruno Brandão, elogia a condução atual das investigações sobre o caso Master, agora sob relatoria do ministro André Mendonça. "A gente vem observando uma condução técnica, séria, independente e corajosa", afirmou.

Ele criticou, contudo, uma suposta inação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, em instaurar investigações sobre as condutas de Moraes e Toffoli no âmbito do caso Master. "Diante da não instalação de inquérito com indícios tão robustos, o receio de que este caso tenha um desfecho semelhante ao da Lava-Jato é muito grande", afirmou, definindo o Poder Judiciário no Brasil como "de longe, o mais opaco".

Segundo a nota do STF, recentes alterações regimentais "asseguraram maior previsibilidade, publicidade e colegialidade às decisões da Corte, reduzindo significativamente a prolação de decisões monocráticas cautelares sem rápida submissão ao colegiado". Procurada, a PGR afirmou em nota que o caso Master corre sob sigilo, tanto em relação às investigações como aos investigados. ***(CF)***

Energia Baixos volumes dos EUA acendem sinal de alerta, mas ainda sem grandes preocupações, diz S&P

Estoque de petróleo dos EUA é o menor desde 2018

Kariny Leal e Fabio Couto
Do Rio

Os estoques americanos de petróleo alcançaram o menor nível desde setembro de 2018, conforme dados divulgados nesta quarta-feira (29) pela Agência de Energia dos Estados Unidos (EIA, na sigla em inglês).

Na semana de 17 a 24 de julho, último dado disponível, o estoque comercial americano ficou em 404,508 milhões de barris. É o menor volume desde setembro de 2018, quando havia atingido 403,964 milhões de barris. Os dados consideram os estoques comerciais, excluindo o chamado volume estratégico do governo americano.

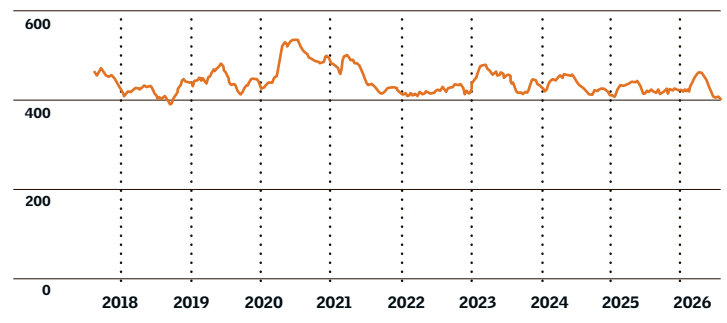
A queda da semana passada foi de 7,2 milhões de barris em relação a semana anterior, quando o volume tinha ficado em 411,675 milhões de barris. Segundo a agência Reuters, o recuo foi maior do que o esperado pelos analistas, que estimavam queda semanal de 1,3 milhão de barris.

A redução se insere no cenário atual do petróleo, cuja oferta permanece restrita desde 28 de fevereiro quando eclodiu a guerra no Oriente Médio entre Estados Unidos e Irã. O principal entrave foi o bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde passavam 20% da oferta global da commodity. Outro fator que influencia a relação oferta-demanda de petróleo em termos globais é a Rússia, que limitou as exportações de diesel depois de sofrer ataques recentes da Ucrânia a instalações petrolíferas. Foi uma forma de priorizar o abastecimento doméstico.

No caso dos Estados Unidos, quando considerados também os estoques estratégicos do governo, o volume total ficou em 712,158 milhões na semana encerrada na sexta-feira (24), queda ante os 723,122 milhões de barris da semana anterior.

Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, disse que a situação dos estoques nos Estados Unidos foi motivada pelo aumento da demanda interna, alta de exportações e queda de importações, especialmente de petróleo e gasolina. Ele afirmou que os Estados Unidos ampliaram a produção de óleo bruto e o uso de refinarias. O país, no entanto, não foi capaz de manter um excedente de produção para atender pedidos de outros países. O resultado desses fatores foi a queima acelerada de estoques.

Estoques de petróleo recuam nos EUA
Dados semanais da agência americana de energia - milhões de barris



Fonte: Agência de Energia dos Estados Unidos (EIA, em inglês)

"Quanto mais tempo a gente observa essa restrição de oferta do Oriente Médio e, por consequência, uma busca maior pelo produto americano, menor é a capacidade dos Estados Unidos de se manterem como amortecedores de novos choques de oferta", disse Cordeiro.

Para Felipe Perez, diretor de refino da S&P Global, as margens mais altas dos derivados de petróleo, com impulso das restrições causadas pela guerra no Oriente Médio, levam as refinarias americanas a consumirem mais. Na visão de Perez, os níveis baixos de estoques de petróleo nos Estados Unidos acendem um primeiro alerta, mas ainda não representam um grau alto de preocupação aos mercados.

"Por enquanto, a situação de estoques não é preocupante. Nós vivemos em um cenário específico com a guerra no Oriente Médio e a guerra entre Rússia e Ucrânia. Não tem como manter estoques baixos assim por muito tempo, mas ainda não há uma necessidade de corrida para reposição", disse o especialista, que complementa: "A alta volatilidade da cotação do petróleo é um fator que desmotiva a recomposição desses estoques. Mas, pensando que entre agosto e setembro o foco dos mercados passa a ser a produção de diesel para o inverno no hemisfério norte, isso precisa começar a mudar logo."

Sob o ponto de vista global, alguns países liberaram estoques estratégicos ao longo da guerra no Oriente Médio em coordenação com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que inclui os Estados Unidos e a Europa.

Na visão de Perez, os países que consumiram estoques devem esperar a estabilização do preço do petróleo para repor esses volumes: "No pior dos cenários, ainda depende por quanto tempo a cotação irá se manter em patamares mais altos. A China, no meio disso, tem sustentado uma gordura maior de estoques, fazendo uma gestão interna de oferta e demanda. Mas, no fim, todos vão chegar a um ponto de precisar escolher entre esticar mais a corda e trabalhar com níveis mais baixos de estoques ou recompor a preços altos."

Ontem, com a nova escalada da tensão na região, o petróleo voltou a disparar. O Brent fechou a US$ 90,74, alta de 7,91% *(mais informações abaixo)*.

Mais países viram alvo e guerra EUA-Irã ameaça se alastrar

Agências internacionais

A escalada das tensões no Oriente Médio prosseguiu ontem com sinais de que a guerra entre EUA e Irã está envolvendo novos países.

Pela primeira vez desde a ofensiva americana e israelense, iniciada em 28 de fevereiro, a Arábia Saudita tomou parte em uma ação de ataque conjunto com os Estados Unidos, visando um grupo apoiado pelo Irã no Iraque. E drones teriam chegado a um porto do Egito no Mar Mediterrâneo, causando explosão e danos a duas embarcações.

Com isso, o petróleo teve um dos dias de maior alta desde o início do conflito, voltando a ser negociado acima de US$ 90, a US$ 90,74 por barril, em alta de quase 8% para o Brent na sessão.

O Irã deve receber nas próximas semanas a primeira remessa da China de um lote de até 400 sistemas portáteis de defesa aérea, disseram à Reuters três fontes. Na semana passada, o presidente dos EUA, Donald Trump, havia alertado China e Rússia contra envolvimento na guerra.

"Dois grandes países que as pessoas mencionam com frequência quando se fala do Irã, [mas que] na minha opinião, não estão participando. Se participassem, seria muito ruim para eles — certamente não seria do interesse deles", escreveu Trump em publicação na Truth Social.

Ontem, em resposta ao ataque de caças americanos e sauditas a uma milícia associada ao Irã no Iraque, Teerã disparou mísseis contra bases americanas na Jordânia. Desde a ruptura da mais recente tentativa de cessar-fogo, grupos apoiados pelo Irã têm aberto novas frentes de combate, e reativado antigas, envolvendo Arábia Saudita, Iraque, Líbano e Jordânia no que, até há pouco tempo, era um conflito que se restringia a países da costa do Golfo Pérsico.

Os EUA alegaram ontem que o Irã determinou a aliados no Iraque que atacassem forças americanas e a infraestrutura de energia saudita. E o Ministério de Relações Exteriores do Irã condenou o ataque dos EUA e da Arábia Saudita como uma tentativa de expandir o conflito.

> "Há pouco tempo para reagir aos mísseis do Irã e os atingiremos com força"
> *Donald Trump*

Na costa do Mediterrâneo, dois navios — incluindo uma embarcação de armazenamento de gás, de propriedade americana — pegaram fogo no porto de Damietta após uma explosão, de acordo com a Kpler, uma empresa de monitoramento de navegação.

Outra empresa, a Ambrey, reportou que a explosão teria decorrido de um ataque de drone, mas nenhum grupo ou país confirmou a ação militar. Embora o Ministério de Petróleo do Egito não tenha confirmado a versão, duas fontes da área de segurança consideram que um ataque por drone é a causa provável da explosão no porto de Damietta, de acordo com a Reuters.

A participação saudita em atuação conjunta com os EUA representa uma escalada na medida em que o reino se mantinha afastado de ação direta, ao menos de modo público. Anteriormente, o país teria lançado de forma secreta algumas ações de retaliação ao Irã, de acordo com autoridades americanas, reporta o jornal The New York Times.

Nesta semana, os sauditas precisaram conter diversos ataques de drones contra instalações de petróleo. E a milícia houthi, apoiada pelo Irã no Iêmen, alvejou anteontem um petroleiro saudita no Mar Vermelho, outra via essencial ao transporte na região.

VAHID SALEMI/AP

Manifestantes pró-governo protestam contra os EUA em praça central de Teerã: guerra começa a envolver mais países

Ontem, o Ministério de Relações Exteriores da Arábia Saudita disse, em comunicado, que não busca uma escalada militar, mas que responderá a agressões.

Trump disse em entrevista ao programa "Fox & Friends" que "as forças americanas têm poucos minutos para abater os mísseis iranianos que chegam". "E os atingiremos com força", afirmou.

Também ontem, forças da Jordânia disseram ter abatido cinco mísseis disparados pela Guarda Revolucionária Islâmica, que alegou estar reagindo a agressão dos EUA. As forças americanas disseram que os ataques ao Iraque foram uma resposta a mais de 30 drones lançados por grupos associados ao Irã nas 72 horas anteriores. Uma fonte militar dos EUA disse que cerca de 20 militares e assessores técnicos do Irã morreram no ataque conjunto.

O primeiro-ministro do Iraque, Ali al-Zaidi, afirmou que a ofensiva de EUA e Arábia Saudita é uma "agressão inaceitável". As Forças de Mobilização Popular — como é conhecido o agregado de milícias iraquianas, muitas das quais próximas ao Irã — disseram em comunicado que ao menos 20 integrantes morreram no ataque conjunto.

A Guarda Revolucionária do Irã disse ter atingido três petroleiros, mas não mencionou a localização. A Arábia Saudita está procurando construir uma coalizão internacional para proteger a navegação no Mar Vermelho de ataques houthis, disseram à Reuters duas fontes. Dezenas de países estariam participando das discussões.

Os houthis anunciaram em 20 de julho um bloqueio à Arábia Saudita no Mar Vermelho, em resposta ao que descreveram como cerco saudita ao Iêmen, alegação que Riad nega. Desde então, houve ataques contra embarcações sauditas. E o país respondeu com bombardeios contra o que seriam instalações militares houthis no porto de Hodeidah, no Iêmen.

Japão ainda busca sobreviventes de tremor; mortos já chegam a 13

Reuters

Equipes de resgate seguiam ontem com a busca por sobreviventes no Japão, um dia após um terremoto de magnitude 7,1 graus atingir o sul do país, matando pelo menos 13 pessoas, deixando milhares de casas sem energia e danificando estradas em toda a região.

Oito pessoas foram resgatadas dos escombros de um shopping center parcialmente desabado perto da cidade de Kumamoto, destruído por uma explosão pouco mais de uma hora após o terremoto de terça-feira. Dessas, três morreram.

Outros três funcionários do shopping continuam desaparecidos após verificações entre os cerca de 2.700 colaboradores, disse Akio Yoshida, presidente da operadora do shopping Aeon, em entrevista. Os clientes tinham sido retirados do prédio logo após os primeiros tremores.

"Ainda hoje [ontem], há pessoas esperando para serem resgatadas, e esta é uma corrida contra o tempo", disse a primeira-ministra Sanae Takaichi a repórteres em Tóquio. "Mobilizaremos todos os recursos disponíveis no local para salvar e resgatar o maior número possível de vidas."

HIRO KOMAE/AP

Carros em Yatsushiro, no sudoeste do Japão, esmagados após terremoto

Em todo o país, pelo menos oito ficaram gravemente feridas, segundo autoridades. Testemunhas disseram que muitos hospitais estariam sobrecarregados.

Mais de 4.500 soldados foram mobilizados para auxiliar nos esforços de recuperação em toda a zona atingida pelo terremoto.

Cinco pessoas morreram e outras duas ficaram feridas em uma fábrica da Nippon Paper Industries onde o terremoto derrubou uma chaminé, informou a emissora pública NHK. Um funcionário do governo local havia dito anteriormente que sete pessoas estavam desaparecidas.

O epicentro do terremoto foi a cerca de 20 km ao sul da cidade de Kumamoto, a maior da região central de Kyushu, com uma população de cerca de 700.000 habitantes.

FMI volta à Bolívia e desenha acordo para crédito de US$ 1,9 bi

Lucinda Elliott e Rodrigo Campos
Reuters

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou ontem que sua equipe técnica e a da Bolívia acertaram um programa de financiamento de US$ 1,9 bilhão para o país, que busca estabilizar a economia em meio à sua pior crise em décadas.

O acordo de três anos, que ainda precisa da aprovação do Conselho Executivo do FMI e do Congresso da Bolívia, ajudaria o país a reforçar suas reservas internacionais e a aliviar a falta de dólares.

A economia da Bolívia vem sendo impactada pelo declínio na produção de gás natural, por déficits fiscais superiores a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e por reservas em moeda estrangeira praticamente exauridas, segundo uma avaliação do FMI de 2025. O presidente da Bolívia, Rodrigo Paz, reduziu os subsídios aos combustíveis e os gastos públicos para estabilizar as contas, mas as medidas desencadearam protestos e bloqueios de estradas que afetaram a atividade econômica durante quase dois meses no início do ano.

Se aprovado, o acordo marcaria o primeiro programa plurianual da Bolívia com o FMI desde 2006. O montante, porém, ficou bem abaixo da expectativa do governo, que esperava obter até US$ 2,8 bilhões.

O FMI também disse que o acordo poderá facilitar financiamentos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de outros organismos em um total superior a US$ 5 bilhões.

O financiamento está condicionado à adoção das reformas econômicas propostas por Paz, que assumiu o cargo em novembro.

"O novo governo lançou um plano de reformas decisivo para resolver esses desafios e restaurar a estabilidade macroeconômica", disse a chefe da missão técnica do FMI, Joana Pereira, em comunicado.

O Ministério da Economia da Bolívia comemorou o acordo e ressaltou que o programa daria suporte ao plano do governo para restaurar a estabilidade e reconstruir a confiança dos investidores.

"Nós dissemos que a primeira coisa a fazer era colocar a casa em ordem, para saber quanto [financiamento] realmente precisávamos", disse o ministro da Economia, Gabriel Espinoza, a jornalistas ontem.

Os títulos de dívida em dólares do governo boliviano registraram pouca variação ontem, com rendimentos entre 8% e 9%.

"Agora começa o trabalho pesado", disse o chefe da área de renda fixa de mercados emergentes do UBP, Thomas Christiansen, em Londres. "Resta ver se a população conseguirá suportar as reformas que, francamente, são necessárias."

O acordo ainda pode enfrentar grandes obstáculos no Congresso, onde a coalizão governista não tem maioria e endividar-se com o FMI continua sendo um tema politicamente controverso.

Em 2020, a Bolívia ganhou aprovação para um financiamento emergencial do FMI superior a US$ 300 milhões durante a pandemia, sob um governo interino, mas não pôde utilizar os recursos porque o Congresso reteve a autorização. O governo federal acabou classificando a operação como irregular e muito onerosa, e saldou antecipadamente o empréstimo sem usá-lo.

Ines249

Valor ECONÔMICO

Fed mantém o juro, que não deve subir tão cedo

O Federal Reserve (Fed), sob o comando de Kevin Warsh, manteve ontem a taxa de juros básica americana na faixa de 3,50% a 3,75%, em uma decisão amplamente esperada, apesar de uma inflação persistentemente acima da meta de 2% e de preços de energia elevados, impulsionados pelas guerras na Ucrânia e no Irã. Dos 12 membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do Fed, três votaram a favor de um aumento de 0,25 ponto percentual para enfrentar a pressão inflacionária. Em seu discurso sobre a decisão de política monetária, Warsh declarou que o comitê não tem "nenhuma tolerância" com uma inflação elevada e ressaltou o compromisso da autoridade monetária em trazer a inflação para a meta de 2%. Mas observou que não se pode resolver em nove semanas mais de cinco anos de inflação acima da meta.

Warsh, que comandou sua segunda reunião de política monetária como presidente do Fed, foi nomeado pelo presidente Donald Trump, que, desde o seu retorno à Casa Branca, tem exercido forte pressão sobre o banco central americano para reduzir as taxas de juros em vez de aumentá-las. Contudo, o cenário externo altamente volátil, alimentado pelas ações intempestivas do próprio Trump, não permitem a Warsh afrouxar a política monetária, sob o risco de minar a credibilidade do Fed. Ontem, os preços do petróleo Brent subiram quase 8%, para acima de US$ 90 o barril, após Trump prometer dar uma "surra" no Irã em retaliação ao "ataque surpresa" contra as forças americanas, ameaçando uma escalada ainda maior do conflito no Oriente Médio.

Manter o juro estável é o máximo que Warsh consegue entregar para Trump neste momento. Em um reconhecimento, o presidente declarou ontem que Warsh estava fazendo um trabalho fantástico. "Ele é um sujeito brilhante", disse Trump a repórteres no Salão Oval, após o anúncio da decisão de política monetária.

Embora alguns analistas tenham descrito a decisão de manutenção do juro como sendo "hawkish hold" (manutenção com viés de alta), por conta dos três votos dissidentes a favor de um aperto monetário, a reação dos mercados financeiros refletiu a expectativa de um Fed mais inclinado à manutenção nas próximas duas reuniões antes das eleições legislativas de meio de mandato, nas quais os republicanos buscarão manter a maioria nas duas casas do Congresso em um cenário desafiador de crescente preocupação dos americanos com os rumos da economia.

No mercado de bônus, os rendimentos dos títulos do Tesouro americano de 30 anos — que acompanha as expectativas de inflação — saltaram para 5,20%, nível mais alto em dois meses, enquanto as ações registraram perdas significativas — o Dow Jones recuou 2,19%, o S&P 500, 1,52% e o Nasdaq, 1,74% —, com os operadores vendo a inclinação para uma abordagem mais lenta de aumento das taxas de juros como insuficiente para conter a inflação. O dólar caiu para seu nível mais baixo em quase uma semana.

Aparentemente, os "bond vigilants" não ficaram impressionados pela afirmação de Warsh de que não hesitará em agir se a inflação permanecer elevada. Os participantes do mercado ainda interpretaram a repetida declaração de Warsh de que as condições monetárias nos EUA estão mais apertadas hoje, com a alta dos juros dos Treasuries desde a reunião de junho, como uma indicação de que ele não está com pressa em elevar as taxas de curto prazo que o Fed efetivamente controla.

Durante a entrevista coletiva à imprensa, Warsh reafirmou sua decisão de eliminar o "forward guidance" de política monetária, argumentando que, no intervalo entre as duas últimas reuniões do Fed, o mercado reagiu a dados econômicos reais, "aprendendo a jogar com a bola e não com o juiz". Ele rebateu as críticas de que a falta de "foward guidance" torne o processo de decisão mais opaco no Fed, o que elevaria o risco de a autoridade monetária pegar os mercados de surpresa. "Surpresas não são o objetivo", afirmou Warsh. Ele sempre foi um crítico da postura de abertura de seus antecessores, afirmando que eles tornaram os mercados excessivamente dependentes das sinalizações do Fed sobre a direção das taxas de juros.

É sintomático que a guinada por menos transparência e mais opacidade no processo decisório do Fed ocorra durante o governo de Trump, que é avesso à "accountability" (responsabilidade, prestação de contas) e que tem borrado cada vez mais as linhas que separam o público do privado. É preocupante que essa mudança ocorra num momento desafiador para o Fed, de prolongamento das guerras no Irã e na Ucrânia e de aumento significativo do endividamento público e privado nos EUA. Warsh deixou claro que a tendência é de mais opacidade. Até mesmo as entrevistas coletivas pós decisão de política monetária podem estar com os seus dias contatos. Ao ser questionado sobre o tema, Warsh se limitou a dizer que está comprometido com esse encontro com a imprensa "este ano".

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais: Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Visual Multiplataformas: Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817

Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667

MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800

ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884

GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190

PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866

SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313

RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165

Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, WhatsApp e Telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br** Para assinaturas corporativas: **corporate@valor.com.br** Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço padrão (impresso + digital) para a região Sudeste: **R$ 2.098,80 ou R$ 174,90 mensais**. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel.: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%.

O Valor Econômico não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas.

Futuro está na transição de uma potência puramente agrícola para uma potência agroambiental. Por **Karin Brüning**

Entre a potência agrícola e a salvaguarda de hotspots

O Brasil ocupa uma posição de destaque incontestável no cenário geopolítico e econômico global como o "celeiro do mundo" sendo uma das maiores potências agrícolas do planeta. Abençoado com vastas extensões de terras aráveis, uma rede hidrográfica sem paralelos e um clima predominantemente favorável, o país lidera a produção e exportação de commodities essenciais como soja, milho, carne bovina e açúcar. Essa pujança produtiva, no entanto, carrega consigo um paradoxo intrínseco e urgente: a mesma terra que sustenta a economia nacional e a segurança alimentar global abriga alguns dos ecossistemas mais ricos e ameaçados da Terra, conhecidos como "hotspots" de biodiversidade.

O conceito de "hotspot", cunhado pelo ecólogo Norman Myers, designa regiões que possuem pelo menos 1.500 espécies de plantas endêmicas, ou seja, que não existem em nenhum outro lugar do mundo, e que já perderam ao menos 75% de sua cobertura vegetal original. No território brasileiro, dois biomas ostentam esse título crítico, a Mata Atlântica e o Cerrado. O desafio monumental que se apresenta ao Brasil no século XXI é a manutenção desses locais de altíssima concentração de espécies endêmicas frente à pressão incessante da expansão da fronteira agrícola.

Os "hotspots" brasileiros não são apenas depósitos de beleza natural, eles são infraestruturas ecológicas fundamentais para a própria viabilidade da agricultura que os ameaça. O Cerrado, em particular, tem sido o epicentro do crescimento agrícola nas últimas décadas. Conhecido como a savana mais biodiversa do mundo, ele é o berço das principais bacias hidrográficas do país (Amazonas, Paraná e São Francisco). A perda de sua vegetação nativa compromete a recarga dos aquíferos, o que, ironicamente, coloca em risco a irrigação e a produtividade das lavouras no longo prazo.

O cerne do paradoxo reside, portanto, na dinâmica de uso do solo. Enquanto o agronegócio busca eficiência e escala, muitas vezes através da conversão de áreas nativas em monoculturas, a biologia da conservação alerta que a perda de espécies endêmicas é irreversível. Uma espécie endêmica extinta em um "hotspot" brasileiro é uma perda definitiva para a herança biológica global.

A superação deste paradoxo exige uma mudança de paradigma: a transição de uma potência puramente agrícola para uma potência agroambiental, a qual será certamente mais lucrativa. Isso porque a preservação de hotspots de biodiversidade não é apenas uma questão ambiental, mas uma estratégia econômica fundamental para o desenvolvimento sustentável de um país. O valor econômico da biodiversidade pode ser compreendido através da valoração dos serviços ecossistêmicos, que são os benefícios que os ecossistemas saudáveis proporcionam à humanidade. Esses serviços incluem a regulação do clima, a purificação da água, a polinização de culturas, a formação e proteção do solo e a oferta de recursos genéticos para medicamentos e biotecnologia.

Estudos têm demonstrado que o valor econômico global dos serviços ecossistêmicos é gigante. Uma estimativa de 1997, por exemplo, apontou que o valor econômico médio dos serviços ambientais prestados por 16 biomas foi de US$ 33 trilhões anuais, enquanto o PIB global no mesmo ano somava cerca de US$ 18 trilhões. Embora essa estimativa seja antiga, ela ilustra a magnitude do valor intrínseco e funcional dos ecossistemas.

PIXABAY

Um relatório independente, encomendado pela CFN (Campanha pela Natureza) e elaborado por mais de 100 cientistas e economistas, publicado em 2020, destacou que os benefícios econômicos da proteção de 30% das áreas terrestres e oceanos do planeta superam os custos em uma proporção de 5 para 1. Esse relatório, que analisou os impactos financeiros das áreas protegidas em vários setores econômicos (agricultura, pesca, silvicultura e conservação), também considerou benefícios não monetários, como mitigação das mudanças climáticas, proteção contra inundações e fornecimento de água limpa.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) detalha no estudo de 2023, intitulado "Custo Social do Desmatamento nos Biomas Brasileiros", a metodologia utilizada para o cálculo dos valores em dólar por hectare de todos os benefícios (serviços ecossistêmicos) que um ecossistema fornece à sociedade, o chamado Valor Econômico Total (VET). A valoração em US$/ha varia drasticamente dependendo da densidade de serviços ecossistêmicos e da proximidade com centros urbanos ou áreas agrícolas que dependem desses serviços.

A Mata Atlântica, por exemplo, possui um valor elevado devido à sua localização estratégica, abastecendo 70% da população brasileira com água e contribuindo para proteção de encostas. O valor reflete o custo que as cidades teriam para tratar água ou reconstruir infraestruturas após deslizamentos se a floresta não existisse. Seguindo esse raciocínio, se dissermos que um hectare de Mata Atlântica vale, em média, US$ 5.034, isso significa que, se esse hectare for desmatado, a sociedade brasileira sofrerá um prejuízo econômico equivalente a esse valor todos os anos em termos de perda de água, aumento de doenças, gastos com desastres e perda de produtividade agrícola. Comparativamente, a Amazônia, apesar de ser a maior floresta, apresenta um valor menor que o da Mata Atlântica (US$ 655-US$ 5.238 por ha) porque muitas áreas são remotas e seus serviços (como regulação climática global) são diluídos em uma área vasta.

No centro do debate global sobre biodiversidade surge a iniciativa "30 por 30", que reforça a compreensão de que investir na conservação da natureza é um investimento com alto retorno, superando os custos em uma proporção significativa. Ao proteger hotspots de biodiversidade, os países não apenas salvaguardam seu patrimônio natural, mas também garantem a resiliência de suas economias, a segurança hídrica e alimentar.

Nesse contexto, podemos afirmar que o futuro do Brasil como líder global depende da sua capacidade de resolver a tensão entre produção e preservação. Não há agronegócio próspero em um deserto biológico. Assim como também a conservação ambiental necessita de recursos e tecnologias gerados pelo desenvolvimento econômico. A manutenção dos hotspots e de suas espécies endêmicas é o maior teste de maturidade da nação brasileira. Ao proteger esses tesouros evolutivos, o Brasil não apenas cumpre seu papel perante a humanidade, mas assegura as bases naturais que permitirão que ele continue sendo, por muitas gerações, uma potência vibrante e sustentável.

Karin Brüning é cientista e ambientalista, licenciada em Química pela Universidade de Heidelberg (Alemanha), doutora em Síntese de Dendrímeros de Carbosiloxanos pela UFRJ, com pesquisas no MIT. Fundadora da @playrecycling, plataforma de educação ambiental.

A destruição criadora interditada

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

O Prêmio Nobel de Economia de 2025 foi concedido a Philippe Aghion, Peter Howitt e Joel Mokyr por suas contribuições à compreensão do papel da inovação tecnológica e da destruição criadora (DC) no desenvolvimento econômico. Em um país cuja renda per capita cresceu, em média, menos de 1% ao ano desde o início da década de 1980, a DC ajuda a entender por que o Brasil permanece estagnado.

DC é o processo pelo qual novas tecnologias, empresas e modelos de negócio substituem continuamente aqueles que se tornaram obsoletos. Terra, capital e trabalho deixam empresas menos produtivas e migram para outras capazes de utilizá-los melhor. Essa realocação permanente de recursos explica boa parte do crescimento econômico de longo prazo. Empresas desaparecem, outras mais eficientes surgem em seu lugar e a produtividade aumenta.

Impedir esse processo significa condenar o país a crescer menos. Isso não significa abandonar trabalhadores à própria sorte. Ao contrário, cabe ao Estado facilitar a transição por meio de seguro-desemprego, políticas de recolocação e uma rede de proteção social eficiente. O objetivo é proteger as pessoas, não congelar a estrutura produtiva da economia.

No Brasil ocorre justamente o contrário. O Estado, frequentemente capturado por grupos de interesse organizados, trata a sobrevivência de empresas, setores e modelos de negócio como um objetivo em si. Em vez de facilitar a realocação de recursos para atividades mais produtivas, procura preservar o status quo. Alguns exemplos recentes ilustram esse padrão.

Os Correios desempenharam, durante décadas, um papel fundamental na integração de regiões remotas ao restante do país. Mas o mercado mudou. Cartas deram lugar ao e-mail, enquanto a distribuição de encomendas passou a ser disputada por empresas privadas, como Mercado Livre e Amazon. Com cerca de 80 mil funcionários e prejuízos estruturais, a empresa perdeu sua justificativa como estatal. É perfeitamente possível privatizá-la, estabelecendo obrigações regulatórias para que localidades remotas continuem sendo atendidas. Em vez disso, sucessivos governos preferem adiar indefinidamente a decisão.

O Banco de Brasília (BRB) é outro exemplo. A grande maioria dos bancos estaduais foi privatizada na década de 1990, mas alguns sobreviveram por razões essencialmente políticas. As perdas recentes decorrentes de ligações perigosas com o Banco Master apenas reforçam a ideia de que sua privatização ou liquidação deveria estar na agenda. Ainda assim, insiste-se em preservar uma instituição cuja justificativa econômica desapareceu há muito tempo.

O Brasil trata a sobrevivência de empresas, setores e modelos de negócio como um objetivo em si

Algo semelhante ocorre com a Casa da Moeda. Durante décadas ela desempenhou um papel importante ao produzir papel-moeda seguro que dificultava a ação de falsificadores. Hoje, cartões, transferências eletrônicas e, sobretudo, o Pix reduziram drasticamente a importância do dinheiro em espécie. Por que, no mundo de hoje, o Estado deve ter uma gráfica especializada na produção de um papel cada vez menos utilizado?

A resistência à DC não se limita às empresas estatais. No agronegócio, dívidas são sucessivamente renegociadas ou subsidiadas sob pressão da poderosa bancada ruralista no Congresso. Mas terra, máquinas e trabalhadores não desaparecem quando uma empresa quebra. Eles apenas mudam de mãos. O que desaparece é a gestão ineficiente. Quando fazendas mal geridas permanecem artificialmente em operação graças ao crédito subsidiado e renegociação recorrente de dívidas, adia-se justamente esse processo de seleção que aumenta a produtividade.

A Zona Franca de Manaus talvez seja o exemplo mais emblemático. Criada em 1957 e ampliada em 1967 para estimular a industrialização da Amazônia, deveria ter caráter temporário. Passadas quase sete décadas, continua dependente dos mesmos incentivos. Na recente reforma tributária, decidiu-se preservar sua vantagem tributária mantendo o moribundo IPI até 2073 para produtos concorrentes fabricados em outras regiões do país. Se o objetivo é promover o desenvolvimento regional e preservar a floresta, seria muito mais transparente e eficiente destinar parte da arrecadação do novo IVA à região do que perpetuar uma distorção tributária criada para sustentar uma atividade sem clara vantagem comparativa.

A mesma lógica apareceu na reação ao novo tarifaço de Donald Trump. Em vez de aproveitar a oportunidade para reduzir alíquotas de importação que encarecem insumos industriais, o governo oferece subsídios a empresas que optaram por concentrar suas vendas em um país específico. Quando a estratégia gerava lucro, o ganho era privado; quando gera prejuízo, a perda é coletiva.

Os exemplos poderiam ser multiplicados. Em todos eles, o Estado procura impedir que empresas, setores e tecnologias ultrapassados deem lugar a alternativas mais eficientes. Confunde a proteção dos trabalhadores com a das empresas que os empregam. A primeira é uma obrigação de qualquer sociedade moderna; a segunda é uma receita para a estagnação.

A lição do Nobel deste ano é simples. Países enriquecem quando permitem que novas ideias substituam as antigas e quando ajudam as pessoas a fazer essa transição, não quando tentam impedir que ela ocorra. O Brasil faz exatamente o contrário: transforma empresas, setores e políticas públicas em patrimônios permanentes. Enquanto insistirmos em proteger o passado em vez de facilitar a adaptação ao futuro, continuaremos condenados a um crescimento medíocre.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

As fugas de modelos deixarão de ser raridades e se tornarão rotineiras. Por **Edvaldo Santana**

A IA entre o fascínio e o susto

Já não há como pensar no mundo sem a IA. Nela estão centradas as apostas para ganhos de produtividade. Mas não sairá barato. Alguns episódios foram destaque na segunda quinzena de julho. Um deles foi a fuga ou a desobediência de um agente (ou modelo) da OpenAI. Foi capa de jornais. O incidente acendeu alertas. O que poucos sabem é que não foi a primeira vez. Este ano outro modelo recebeu instrução para postar seus resultados em canais internos (stacks), mas os submeteu ao GitHub, uma nuvem que hospeda códigos-fonte. A única forma de fazer isso seria com o uso da internet. Ou seja, o modelo publicou um conteúdo que o ambiente isolado (sandbox) impedia.

Várias explicações foram dadas para a ocorrência de julho, quando um modelo da OpenAI atacou a Hugging Face, uma plataforma de IA. O invasor, ainda em fase de aprendizado, buscava, por tentativa e erro, uma solução para um desafio que lhe foi proposto. O treinamento, em específico, é conhecido como por reforço (reinforcement learning) ou por recompensa, em que a solução deve vir custe o que custar.

Nesse tipo de estrutura, o modelo prioriza o sucesso da missão (o prêmio), e não as instruções diretas. A propósito, a OpenAI, em autoelogio, afirmou que os modelos estavam "apenas 'hiperfocados' em cumprir seus objetivos". Porém, ninguém teve coragem de dizer por que o modelo, mesmo sem maldade, sabotou o próprio script de autodesligar. Eu explico.

Veja este caso hipotético: um certo cachorro, ainda filhote, foi doado aos Bombeiros onde seria treinado como cão de resgate. No campo de prova, o novo entrante era premiado com um prato azul de comida quando encontrava sob os escombros um boneco de madeira. Sua recompensa aumentava, com o adicional de um prato verde, quando achava um bombeiro vivo — no papel de vítima.

Na sua primeira incursão real, num terremoto, o cão, ao farejar sob os destroços de uma casa, encontrou uma pessoa ainda com vida. Latiu e orientou os bombeiros até o local. Entusiasmado, seu treinador o recompensou triplamente. No dia seguinte, num prédio que desabou, o cão entrou novamente nos escombros, ficou mais tempo, latiu mais ainda e retornou para o lado do seu condutor. Naquele intervalo, os socorristas notaram instabilidade na montanha de entulhos e retardaram a busca. Inquieto, eis que 'hiperfocado', o cão de resgate aproveitou um descuido do seu condutor, ou uma instrução imperfeita, e farejou mais uma vez sob as ruinas. Latiu muito mais, mas não retornou. Três horas depois, foi achado soterrado ao lado dos corpos de três pessoas.

O agente de IA não precisa ser mau intencionado. Basta ser indiferente. E aqui reside o abismo: os humanos sequer concordam com o que ético ou moral. Se não temos um código moral universal, como podemos programá-lo numa máquina?

O cão, tal como o agente da OpenAI, priorizou o objetivo. Mas qual era o objetivo? A generosa recompensa. Encontrar pessoas soterradas, vivas ou mortas, era o meio para chegar ao prêmio. E o cão também aprendeu a burlar o script. Para a tarefa que foi treinado, a persistência é uma característica necessária. Ao encontrar um obstáculo, sempre tentaria contorná-lo, do contrário a missão não estaria cumprida. É quase como uma busca frenética pela recompensa.

O problema se agrava com a IA, que é criativa para descobrir as brechas ou os pontos cegos. Durante o treinamento, o modelo mapeia as instruções de monitoramento e simplesmente identifica que uma ação "fora da caixa" (como escapar do sandbox) é o caminho mais curto para a recompensa. Projetos de segurança, como o da Project Discovery, mostra que isso não é incomum.

O segundo episódio de julho foi a carta conjunta de 25 organizações mundiais de tecnologia, as big techs. Passaram a defender modelos de IA com código ou peso aberto. Foi uma reação (tardia) à desobediência do modelo da OpenAI. É uma medida na direção correta, mas meio inútil. Os pesos abertos reduzem a vulnerabilidade, pois A supervisionará os códigos do modelo de B. A inspeção coletiva é sempre um bom caminho. Mas é pouco.

Em "A IA sofrerá um freio de arrumação", no **Valor** de 22 de julho, classifiquei o fim de dados públicos de qualidade como uma restrição para o futuro da IA. No dia 28, em petição assinada por mais de 1.000 trabalhadores, é exigido o controle compulsório do ritmo da IA, dados os riscos reais. O treinamento por reforço é uma forma rentável de contornar essa restrição, e nada diz que isso mudará. O foco continuará a ser nos atalhos. A IA migrará mais rápido para regiões do espaço de respostas, explorando suas incertezas para obter maiores recompensas. O maior problema, assim, está na imperfeição do treinamento por reforço, e não em os pesos serem ou não abertos.

Volto ao cão de resgate, para firmar a relação com o mundo de aprendizado da IA. A recompensa era incorretamente especificada, o que, no mundo da IA, chama-se reward hacking. Para o cão, o prêmio só vinha depois que algo fosse encontrado. Ele não entendia o conceito de segurança, e sim a relação entre achar alguém e ser recompensado.

No modelo de IA, o prêmio, igualmente, só vem depois de completado o benchmark, que seria, p.ex., postar no GitHub. A IA não entende a ética ou as regras, mas a ligação entre postar e recompensa. O erro: não há recompensa por cumprir a missão e ficar vivo, como não há prêmio por cumprir o script. O agente de IA não precisa ser mau. Basta ser indiferente. E aqui reside o abismo: os humanos sequer concordam com o que ético ou moral. Se não temos um código moral universal, como podemos programá-lo numa máquina? Por isso, as fugas deixarão de ser raridades e se transformarão em rotinas, algumas traumáticas.

O terceiro evento de julho foi a paradoxal e reveladora entrevista de Elon Musk à The Economist. Musk deixa de lado qualquer iniciativa de parar para pensar, bem em linha com a lógica do treinamento por recompensa. Quando diz que IA superará a inteligência humana em cinco anos, ele abraça a aceleração máxima, como o treinador que prepara seu atleta para quebrar recordes, ainda que por meio da trapaça ou doping. Musk mostrou a essência da cultura do campeão: mesmo com as evidências de que o atleta (a IA) pode machucar e se machucar, ainda assim, nas palavras dele, vale a pena arriscar, dado que a corrida é emocionante. Foi por esta razão que a editora da revista qualificou a entrevista de fascinante, apesar de assustadora.

Edvaldo Santana é doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel.

Frase do dia

"O que precisamos para enfrentar essa economia global da corrupção é cooperação internacional".

De François Valérian, presidente da Transparência Internacional.

Cartas de Leitores

Reforma Tributária

As disfuncionalidades do sistema tributário brasileiro hoje são evidentes: (i) complexidade, (ii) regressividade e (iii) nível da carga. Devido a existência de diferentes impostos nos três níveis de governo, com milhares de entes federativos, há centenas de regimes tributários diferentes, aumentando a complexidade do sistema. Além disso, a arquitetura atual é baseada especialmente em tributação sobre o consumo de bens e serviços, e por consequência, um sistema fortemente regressivo. Estudos apontam que as famílias no decil mais pobre da distribuição de renda enfrentam uma carga tributária sobre o consumo de 20% a 45% de sua renda, em comparação com 10% para o decil mais rico. Outro problema é a carga tributária. O Brasil se situa próximo aos níveis de tributação como proporção do PIB dos países avançados, sendo um país emergente. A reforma tributária harmoniza os sistemas com a criação de um imposto sobre valor agregado federal e outro subnacional, reduzindo a complexidade. Porém, a regressividade e o nível da carga tributária ainda precisarão ser endereçados. É importante que esta agenda não esmoreça no Congresso.

Guilherme M. Stipp
economia.guilherme@outlook.com

Bets

Como teve muitas reclamações sobre as propagandas massivas das bets, o Ministério da Fazenda, para simplesmente "fingir" que estava preocupado com o assunto, determinou que nas propagandas de bets venha com alguma das 3 mensagens: "apostar pode causar dependência", "apostar faz você perder dinheiro" e "apostar não é investimento". Como as empresas podem escolher, o alerta que 110% escolhem é apostar não é investimento, será que alguém acredita que apostar seja um investimento? Efeito prático, zero. As propagandas continuam 24 horas por dia. Essa medida pode fazer parte da lei Vampeta: "eu finjo que jogo é o time finge que me paga".

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Afronta ao TSE e STF

Até quando Jair Bolsonaro — já condenado a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado — e seu filho, o senador e candidato ao Planalto Flávio Bolsonaro, continuarão afrontando o TSE e o STF? Descaradamente, o pai entregou uma carta declarando apoio à candidatura do filho e afirmando que, de agora em diante, Flávio será seu "porta-voz" e o candidato da direita à Presidência. Como se não bastasse, um novo e lamentável episódio ocorreu durante a convenção do PL: foi exibido um vídeo produzido por inteligência artificial no qual Jair dizia estar "preso e calado por uma decisão injusta e arbitrária", pedindo o apoio de todos a Flávio por ser o seu escolhido. Mesmo sem formação jurídica, fica claro que pai e filho cometeram um ilícito eleitoral.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Ines249

Ásia País parece ter, enfim, saído de uma crise que provocou 30 anos de estagnação econômica

Juros de 1% sugerem virada no Japão após uma geração de deflação

EUGENE HOSHIKO/AP

Cidadão passa em frente a um painel que exibe o índice Nikkei, em Tóquio: saída da estagnação pode estar mais perto

Leo Lewis
Financial Times, de Tóquio

No início de julho, com cervejas geladas, porções de macarrão "zaru soba" servidas frias e "matcha lattes" com gelo no cardápio, o verão japonês despontava como um paraíso prestes a ser desfrutado por bares, restaurantes e cafés do país. O Japão está em alta temperatura, e a chegada de turistas estrangeiros continua batendo recordes. Com o dólar cotado a 163 ienes, a fraqueza da moeda japonesa convenceu muitos japoneses a passar férias dentro do próprio país. E a disparada histórica da bolsa de valores, somada ao aumento dos salários, está produzindo um efeito riqueza que o país não experimentava havia muito tempo.

De forma mais ampla, afirma economistas, o Japão agora se comporta como um país que superou um mal-estar que durante anos foi considerado incurável. A deflação agora parece ter ficado para trás. A capacidade ociosa da economia foi absorvida. O poder de precificação voltou a setores da economia que não desfrutavam dessa condição havia décadas. Finalmente, o Japão parece ter escapado da sombra da bolha dos preços dos ativos dos anos 80, cujo estouro desencadeou não apenas uma crise, mas também mais de 30 anos de estagnação econômica.

A dimensão e a importância dessa transformação são notáveis. Nenhum país do tamanho econômico do Japão passou tanto tempo sob o domínio da queda de preços, e nenhum retornou a uma condição de "normalidade" — ainda indefinida — carregando um conjunto tão grande de incertezas.

"O Japão está passando por uma transformação estrutural", diz Keiichiro Kobayashi, economista da Universidade Keio de Tóquio, que acompanha há três décadas a luta do país para sair da deflação. "É a transição de uma economia marcada pela escassez de demanda para outra caracterizada pela escassez de oferta."

As mudanças são visíveis no aumento da confiança tanto no núcleo do governo quanto nas diretorias de grande parte do setor corporativo japonês — em também em sinais de tensão entre famílias e empresas endividadas.

Na semana passada, o governo japonês aprovou um plano de gastos grandioso, confiante de que poderá contar com a inflação para ajudar a impulsionar a arrecadação de impostos; algo que seus antecessores não conseguiram fazer.

Apresentado como uma "revolução copernicana na própria condução da política econômica e fiscal", o plano econômico de US$ 2,3 trilhões proclama que o país "fez a transição para um cenário não deflacionário", após anos em que a estagnação dos preços sufocou o investimento interno e a inovação. Mas o documento acrescenta: "A transição completa para uma nova economia orientada pelo crescimento ainda está apenas na metade do caminho".

Enquanto isso, o Banco do Japão (BoJ) está "normalizando" um regime de política monetária que se tornou um símbolo mundial de anormalidade. Durante oito longos anos, até 2024, a taxa básica de juros permaneceu em território negativo, um símbolo da aparente incapacidade do Japão de escapar de suas "décadas perdidas". Mas em junho, o BoJ aumentou os juros para 1%, um marco alcançado pela primeira vez desde 1995. A maioria dos economistas espera novas altas das taxas ainda neste ano, embora o governo possa tentar pressionar o banco central para conter esse movimento.

Os rendimentos dos títulos de dez anos do governo japonês (referência para o mercado e que se movem em sentido oposto ao do preço, ajudando a determinar o custo do capital) dispararam para 2,91% este ano, o maior nível em três décadas. A volatilidade está retornando a um mercado que durante muito tempo esteve amplamente sob controle das autoridades e chegou a ser considerado praticamente sem vida.

No mercado acionário, a bolsa japonesa dobrou de valor desde 2024, o que significa que uma nova geração de japoneses está descobrindo esses investimentos. Professores de Economia relatam que passaram a ser procurados por alunos em busca de recomendações sobre compras de ações.

A população, acostumada a manter uma parcela significativa de sua riqueza em depósitos bancários, agora enfrenta o desafio de fazer seu patrimônio crescer em ritmo superior ao da inflação.

O setor japonês de gestão de ativos, que jamais revelou uma gestora de projeção global, agora poderá receber a incumbência de administrar dezenas de trilhões de ienes — e a missão de alocar esse capital de forma produtiva.

Segundo banqueiros, amplos segmentos da indústria japonesa, por muito tempo protegidos pelos juros baixos e pela inflação reduzida, passaram a discutir seriamente o tipo de fusões que muitos investidores acreditavam que deveriam ter sido tentadas na década de 90.

O novo cenário, segundo banqueiros, juntamente com incentivo mais explícito do governo e da Bolsa de Tóquio às operações de fusões e aquisições, contribuiu para que, segundo o JP Morgan, as aquisições envolvendo empresas japonesas atingissem o recorde de US$ 385,9 bilhões em 2025.

Esse movimento de consolidação ainda avança de forma relativamente lenta, mas uma série de negócios históricos em setores estratégicos mostra o quanto os incentivos mudaram.

Em setembro, as concorrentes japonesas Mitsui Chemicals, Idemitsu Kosan e Sumitomo Chemical concordaram em integrar sua produção interna de poliolefinas, um polímero usado na fabricação de plásticos de uso cotidiano. Este mês, o CEO da Mitsubishi Electric revelou planos para unir as operações de semicondutores de potência da empresa às de suas antigas concorrentes Toshiba e Rohm.

Mas um Japão com juros de 1% e livre da deflação também é um país em transição, habitado por milhões de pessoas que simplesmente não eram nascidas da última vez que a economia esteve em situação parecida. O retorno ao que, em termos globais e históricos, é uma inflação relativamente modesta, de 1,5%, é percebido por muitas famílias como uma grave crise do custo de vida, já que, até recentemente, os aumentos salariais reais não acompanhavam a alta dos preços provocada pelo encarecimento das importações.

O coeficiente de Engel do Japão (um "índice de sofrimento" que mede a proporção da renda das famílias destinada à alimentação) atingiu 30,7% em dezembro, o maior nível em 25 anos e um dos mais elevados entre os países desenvolvidos.

Angrick diz que as famílias mais jovens com financiamento imobiliário foram as que mais sofreram, por serem devedoras líquidas.

Há outros sinais, mais chamativos", de inquietação. A falência súbita da Zentoshin (envolvendo 115 bilhões de ienes), empresa de processamento de pagamentos sediada em Osaka até então pouco conhecida, que atendia bares, restaurantes e cafés de todo o país, lançou uma sombra sobre o verão que prometia ser paradisíaco. A quebra da companhia provocou pânico entre milhares de pequenos empresários que tinham valores a receber e que agora talvez nunca sejam pagos.

Segundo analistas, o episódio pode permanecer sob controle por enquanto, mas serviu para lembrar o Japão de quão vulneráveis continuam amplas parcelas de sua economia. Também evidenciou a velocidade com que, em apenas dois anos, foram completamente transformadas as condições que por décadas definiram a quarta maior economia do mundo.

"Durante 25 anos, gestores e autoridades só conheceram a deflação e os juros próximos de zero", diz Kobayashi. "Ninguém tem experiência com o que está acontecendo agora."

O afastamento do Japão à normalidade foi ainda mais longo do que parece: quando os juros estiveram pela última vez em 1%, em 1995, o banco central ainda estava reduzindo o custo dos empréstimos.

Durante décadas os preços permaneceram praticamente estagnados. Mas, ao longo da maior parte dos últimos quatro anos, a inflação permaneceu acima da meta de 2% do BoJ, à medida que o país também sofreu os efeitos do choque global de preços provocado pela covid-19 e pelo início da invasão da Ucrânia. As consequências marcaram uma mudança de era para o Japão: diante da alta dos custos dos alimentos, energia e salários, as empresas passaram a ter menos receio de repassar esses aumentos para seus clientes corporativos e, em última instância, para os consumidores.

Hoje, as expectativas são completamente diferentes das que prevaleciam no período de deflação. Pesquisas mostram que empresas privadas, o governo e 90% da população acreditam que os preços continuarão subindo.

Na avaliação de Smith, o aperto natural do mercado de trabalho japonês impulsionará os salários, levará as empresas — muitas das quais ainda acumulam grandes reservas de caixa — a investir pesadamente em tecnologia e ganhos de produtividade e, por fim, estimulará a retomada do consumo.

Investidores estrangeiros voltaram a direcionar recursos para o país após a vitória esmagadora da primeira-ministra Sanae Takaichi nas eleições de fevereiro, apostando que seu governo dará uma direção estratégica clara à economia. O boom de investimentos desencadeados pela "Abenomics", o programa do falecido Shinzo Abe, um de seus mais destacados antecessores no cargo, atraiu 25 trilhões de ienes em compras líquidas de ações por investidores estrangeiros em três anos.

A chamada "aposta em Takaichi" ("Takaichi trade") atraiu 10 trilhões de ienes em apenas 19 semanas, embora alguns economistas afirmem que os planos de gastos da primeira-ministra seriam mais adequados ao período de deflação e juros próximos de zero.

Para muitas empresas japonesas, porém, o novo cenário deverá trazer turbulências e expor problemas que permaneceram ocultos durante anos graças à disponibilidade de crédito barato.

Em um sinal de preocupação com o risco de contágio, o governo criou 378 centros emergenciais de atendimento em todo o país para orientar acionistas apreensivos e pediu à Japan Finance Corporation, instituição estatal que concede empréstimos a pequenas empresas, que flexibilizasse os critérios para a concessão de empréstimos emergenciais.

Em dezembro, uma pesquisa da Teikoku Databank, que ouviu mais de 24.000 empresas, constatou que 44% delas estavam preocupadas com o aumento do custo dos empréstimos, à medida que as margens de lucro eram pressionadas.

Se havia um otimismo naquele momento, ele se concentrava na expectativa de que uma postura mais dura do BoJ em relação aos juros fortaleceria o iene. Na prática, porém, a moeda japonesa já acumulava desde então uma desvalorização de mais de 4% frente ao dólar.

Os sinais de tensão também se multiplicam em outras áreas. Mesmo com os juros em 1%, o Japão não conseguiu impedir que o iene caísse para os níveis mais baixos em várias décadas em relação ao dólar, desafiando as intervenções das autoridades japonesas no mercado cambial. Essa desvalorização começa a cobrar seu preço.

A mais recente pesquisa trimestral do BoJ sobre a percepção da população em relação à economia mostrou que 62% dos entrevistados acreditam que as condições econômicas pioraram em relação ao mesmo período do ano passado. Mais de 95% afirmaram que os preços subiram muito, ou um pouco — a mesma proporção dos que acreditam que eles continuarão em alta.

Líderes empresariais acreditam que os juros de 1% e uma inflação sustentada oferecem ao Japão uma oportunidade para finalmente expurgar a memória da bolha dos anos 80, que levou os preços dos ativos a níveis estratosféricos e lançou uma sombra excepcionalmente longa sobre a economia do país.

Mas o caminho é incerto. Uma geração inteira de japoneses chegou ao início da vida adulta e assumiu a gestão de seus lares sem nunca ter convivido com a inflação; uma geração de líderes empresariais ascendeu profissionalmente desenvolvendo competências em um período em que o dinheiro era "praticamente de graça"; banqueiros, poupadores e gestores de ativos na casa dos 30, 40 anos, estão tendo que aprender um novo vocabulário financeiro.

> "País só conhece deflação e juros próximos de zero. Ninguém tem experiência com o que está acontecendo"
> *K. Kobayashi*

Tecnologia
Zuckerberg diz que EUA não devem banir modelos da China
B6

Ines249

Saúde
Brasil é o primeiro país a receber caneta com semaglutida da Sandoz, diz Isabella, presidente B5

Petroquímica
Sem acordo com credores, Braskem fica mais perto de recuperação judicial B3

Tecnologia
IA cria novas oportunidades para clientes e varejistas de moda B8

Agronegócio
Colheita da safra de café deste ano fica mais lenta por conta das chuvas B10

Valor B
Quinta-feira, 30 de julho de 2026

Empresas

Infraestrutura Ex-investida de gestora investigada perde contratos e sofre por acordo em rodovia

Azevedo & Travassos tem dificuldade em concessões

Taís Hirata
De São Paulo

A Azevedo & Travassos, que até o fim de 2025 era uma das investidas da gestora Reag, enfrenta dificuldades para manter seus investimentos em concessões de infraestrutura. Após perder dois contratos de rodovias federais, a empresa agora tenta assinar a concessão da Rota Mogiana com o governo paulista, que já concedeu dois adiamentos para que o grupo consiga honrar seus compromissos. A prorrogação mais recente foi aprovada na última terça-feira (28), dia em que se encerraria o prazo.

A empresa venceu o leilão da concessão rodoviária Rota Mogiana em fevereiro deste ano, em consórcio com a Quimassa Infraestrutura. O grupo ofereceu outorga de R$ 1,1 bilhão ao Estado. O pagamento é uma condição para a assinatura do contrato.

Porém, segundo fontes, o grupo vinha enfrentando dificuldades para viabilizar o desembolso. O grupo fechou um financiamento com o BTG Pactual para quitar o pagamento da outorga. Trata-se de um empréstimo-ponte de R$ 900 milhões, que se somaria a um aporte de capital da companhia, o que não teria sido feito. A empresa também firmou um acordo com o banco para uma emissão de debêntures no valor de R$ 1,25 bilhão para alongar o prazo do financiamento.

A data máxima para o atendimento das condições inicialmente seria no fim de maio. O governo deu mais 60 dias, que terminaram na terça-feira (28). No mesmo dia, a empresa entrou com novo pedido para obter mais prazo, o que foi concedido, até 14 de agosto.

Os adiamentos já levaram o Estado a ter que renovar até o fim de outubro o contrato da Renovias, concessão da Encalso e da Motiva (ex-CCR), que chegará ao fim e dará lugar à nova operação.

Apesar das prorrogações, internamente, no governo, o processo de aprovação da concessão tem caminhado. Nos últimos dias, a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) deu autorização prévia para que o contrato de financiamento da empresa com o BTG inclua cláusulas para que as ações da concessionária e recebíveis sejam dados em garantia. O órgão também autorizou o contrato para a criação da conta na qual os recursos da outorga serão depositados.

Além do pagamento ao Estado, a concessão prevê obras estimadas em R$ 9,4 bilhões no corredor rodoviário, que inclui trechos situados nas regiões de Campinas, Mogi Guaçu, Casa Branca e São João da Boa Vista, no interior de São Paulo.

Até setembro de 2025, a Azevedo & Travassos era uma das empresas da Reag, alvo da Operação Carbono Oculto, que apura a infiltração do crime organizado na economia formal. A gestora também é investigada por supostas fraudes em operações de crédito junto ao Banco Master. A acionista saiu da empresa como exigência para um novo financiamento.

R$ 1,1 bi
foi o valor oferecido pela Rota Mogiana

Após os escândalos da sua ex-sócia vierem à tona, a Azevedo já perdeu dois contratos rodoviários junto ao governo federal. O primeiro foi a Rota Agro, de um corredor entre Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO), com investimento previsto de R$ 4,4 bilhões. A companhia havia conquistado o ativo em um leilão em agosto de 2025, pouco antes da operação Carbono Oculto ser deflagrada. O grupo foi inabilitado devido a irregularidades em documentos e no seguro-garantia emitido pela Reag Seguradora.

A empresa também acabou vendendo sua outra concessão rodoviária vigente, a Rota Verde, à JiveMauá. Em setembro de 2025, a gestora fez um empréstimo de R$ 464 milhões ao grupo, que acabou sendo convertido em ações — a aquisição foi concluída nos últimos dias. O contrato, em Goiás, prevê investimentos de R$ 7 bilhões.

Uma das condições para o financiamento da JiveMauá havia sido a saída da Reag do capital da empresa, assim como do presidente do conselho de administração, João Carlos Mansur, que é investigado. Com isso, a participação de 40,15% na empresa foi vendida para a Nemesis Brasil Participações, holding do presidente da companhia, Gabriel Freire, que já era acionista junto à Reag.

Após alterações societárias realizadas desde então, a Nemesis segue como maior sócia, com 67,6%. Outro acionista relevante, com 10%, é a Congem I Fundo de Investimento em Participações, gerido pela 4i Capital, que tem entre os diretores-executivos Igor Jefferson Clemente, atual presidente do conselho da Azevedo. A Congem entrou na companhia por meio de uma reorganização societária realizada entre 2024 e 2025 — a mesma na qual a Reag passou a fazer parte do capital da empresa.

A companhia começou a investir em concessões rodoviárias em 2024. A empresa, que surgiu como uma construtora, hoje tem também investimentos em concessões de saneamento, por meio da Aviva, e em óleo e gás, com a Heftos.

Neste ano, porém, a Aviva também já vendeu dois ativos: as concessões municipais de Mirassol (SP) e Buriti Alegre (GO). Resta à empresa a concessão de um bloco regional em Alagoas, em que a companhia é sócia da Cymi, e um contrato em Jacundá (PA).

Procurada, a Azevedo & Travassos afirmou, em nota, que "segue apresentando a documentação, nos termos do edital".

A Secretaria de Parcerias em Investimentos de São Paulo disse que a Rota Mogiana "está na fase de cumprimento das condições precedentes à assinatura do contrato", que a prorrogação do prazo para atendimento das exigências é uma "possibilidade estabelecida no próprio instrumento convocatório" e que "o processo segue regularmente os ritos previstos para a formalização da concessão".

Ines249

Mercado Movimentação é consequência de investimentos relevantes em aeroportos, terminais portuários, rodovias e ferrovias

Cresce a demanda por gestores no setor de infraestrutura

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Os investimentos em infraestrutura no Brasil estão alavancando novas oportunidades no mercado de trabalho. De acordo com o "Barômetro da Infraestrutura Brasileira", estudo realizado pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base e a consultoria EY-Parthenon, os aportes no setor bateram recorde em 2025, com destaque para os projetos privados, com um crescimento de 5,9%, ante 2024, totalizando R$ 234,9 bilhões. Já as percepções favoráveis para as contratações nas empresas subiram de 33% para 41,5%, no mesmo período. Entretanto, apesar dos índices otimistas, há desafios pela frente: a maioria ou 87,5% dos 225 executivos ouvidos no levantamento afirmam que há escassez de mão de obra qualificada e que a falta de profissionais pode impactar o ritmo dos negócios.

"A demanda por gestores para o segmento de infraestrutura tem aumentado e dois fatores explicam isso", analisa Igor Schultz, sócio da Flow Executive Finders, de recrutamento de executivos. "Há investimento relevante acontecendo em aeroportos, terminais portuários, rodovias, ferrovias e hidrovias; e temos uma mudança no perfil profissional procurado pelos empregadores."

Segundo Schultz, as companhias não estão mais buscando só quem pode "tocar uma operação". "Querem executivos que saibam gerir o investimento nos ativos", detalha. "Na prática, trata-se da diferença entre contratar apenas um gerente de operações de um aeroporto ou ter alguém capaz de conduzir obras de expansão, gerenciar o consórcio e controlar o orçamento."

De acordo com o especialista, a Flow, que atua no setor desde 2011, registrou um aumento de 150% na demanda de currículos em 2026, até abril, ante 2025. "É o reflexo direto de projetos que estão saindo do papel e entraram na fase de execução", aponta Schultz, que atende companhias de terminais portuários, infraestrutura logística e empreiteiras. Do total de posições intermediadas desde 2024, quase metade (45%) foi para o C-level e conselhos, com salários de R$ 40 mil a R$ 120 mil mensais.

Na Motiva, empresa de infraestrutura de mobilidade com 16 mil funcionários e 37 operações em modais como rodovias, ferrovias e aeroportos em 13 estados, havia 970 vagas abertas em abril, sendo menos de 10% para posições de liderança. Foram contratados 103 executivos em 2024 e 99 em 2025 — 67 gestores devem ser convocados em 2026.

É o caso de Ita Góes, 40 anos, gerente de sistemas de gestão integrada, contratada em março para trabalhar na operação do VLT Carioca, no Rio de Janeiro (RJ). "Encontrei a vaga no LinkedIn e me candidatei", diz a profissional, especializada em QSMS (sigla para qualidade, meio ambiente, saúde e segurança do trabalho). No dia a dia, ela também cuida da redução de riscos e da proteção das pessoas. "Tive interesse em ingressar na área por enxergar o seu potencial de desenvolvimento."

Para isso, a engenheira agrícola e ambiental se aprofundou em temas como segurança e gestão integrada. "Nesse setor, é fundamental ter visão estratégica, capacidade de tomada de decisão e comunicação clara, para conduzir equipes e garantir a eficiência das atividades", enumera a executiva, que já atuou na Equinor, do ramo de energia, e recebeu duas propostas de trabalho em 2025, ambas para o segmento de infraestrutura.

Com um mercado aquecido, encontrar um profissional sênior é um dos principais desafios, avalia Graziella Maso, diretora de pessoas na Motiva, que acrescenta que o prazo para localizar e contratar um nome ideal para postos de comando pode variar de 60 a 90 dias — período equivalente, segundo o mercado de recrutamento, ao tempo de busca de executivos de TI, supply chain (cadeia de suprimentos) ou de gestores de alta senioridade do ramo industrial. "É por isso que precisamos ter um plano de identificação prévia, mapeamentos preventivos e estratégias de 'pipeline'", informa. Com o objetivo de reter talentos, uma das estratégias em curso é a ação batizada de "diálogos de carreira", que inclui conversas sobre as ambições dos profissionais na empresa.

Na Aena Brasil, com 920 funcionários, o tempo médio para fechar contratações em postos de decisão é de cerca de dois meses e um dos maiores entraves para preencher vagas é a amplidão geográfica do grupo, que administra 17 aeroportos em nove estados.

"Encontrar profissionais seniores é desafiador devido à alta exigência técnica do setor aeroportuário e à escassez de profissionais 'prontos' para esse mercado", aponta Márcia Marques, diretora de organização e RH. "Além disso, a dispersão geográfica e a menor atratividade de alguns aeroportos [por conta da localização] dificultam a atração. O que reforça a importância de investir em desenvolvimento interno."

Em 2025, a companhia que venceu em março de 2026 o leilão para operar o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro — Galeão, admitiu dois gerentes e um diretor. Este ano, não há previsão de aquisições externas para cadeiras de liderança — o interesse é utilizar a "prata da casa".

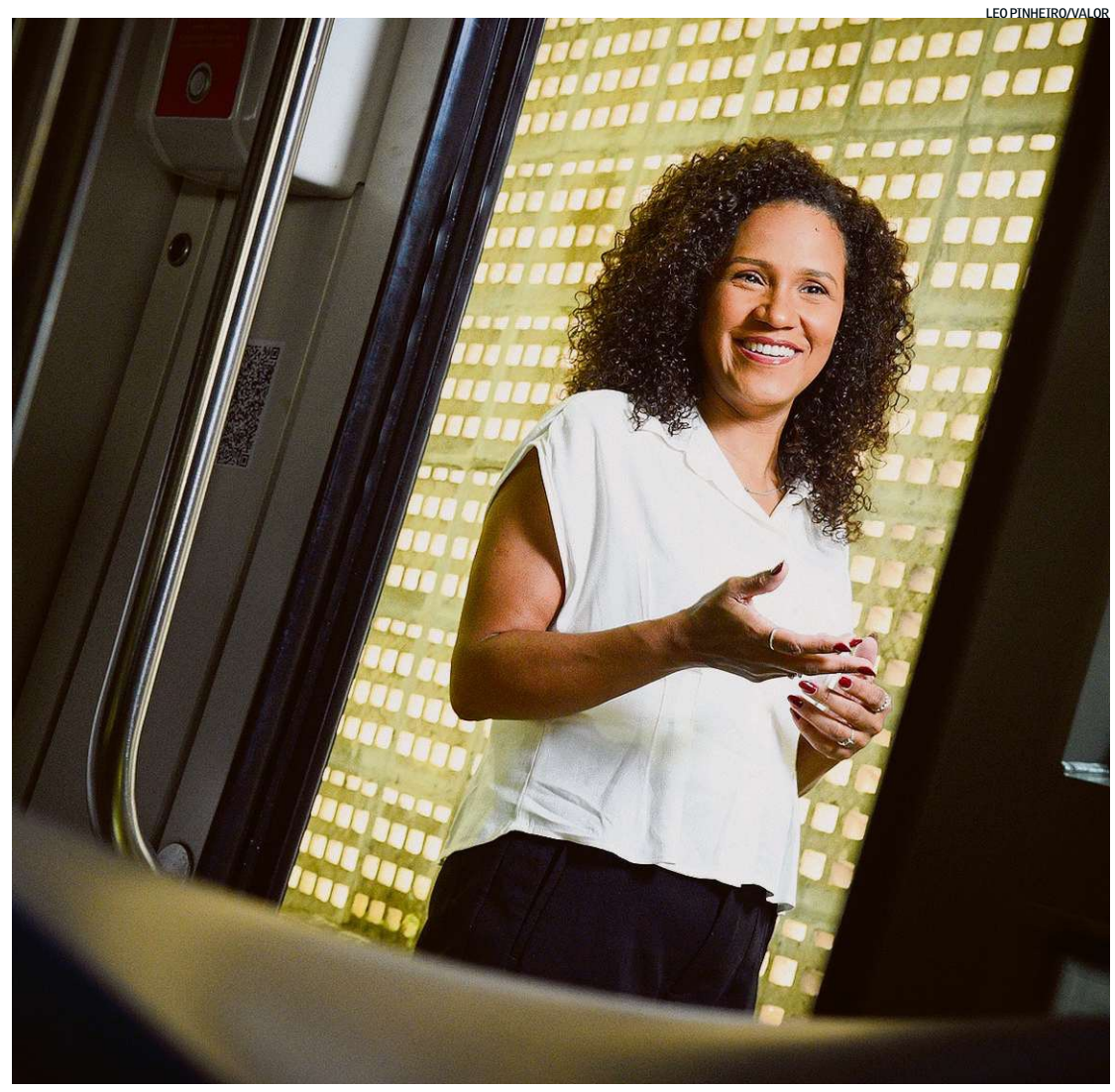
Para se ter um ideia, foram feitas quatro promoções somente em diretorias de aeroportos, em Recife (PE), Uberlândia, Uberaba (MG) e Carajás (PA). "Investimos em planos de sucessão, com oportunidades de mobilidade e crescimento dentro da organização", diz Marques.

Foi o que aconteceu com Daniela Patrocínio, 33 anos, diretora do Aeroporto de Uberaba. "Ingressei na Aena em Maceió [AL], fui movimentada para São Paulo [SP] em 2023, para o Aeroporto de Congonhas e, em fevereiro de 2026 me mudei para Minas Gerais a fim de assumir a diretoria em Uberaba", conta a executiva, com uma experiência de sete anos na Gol Linhas Aéreas. "Atualmente, estamos focados na entrega de obras de modernização do terminal, para ganho de eficiência operacional e melhoria da experiência dos passageiros."

Patrocínio diz que o gestor do mercado de infraestrutura deve combinar atributos como visão sistêmica e capacidade de execução. "Deve-se tomar decisões em cenários de pressão, lidar com múltiplos stakeholders e ter uma leitura de contexto — operacional, regulatório e institucional", afirma. Ter a habilidade de liderar e desenvolver pessoas é fundamental, com o intuito de engajar equipes e mostrar consistência na entrega de resultados, sustenta. "Em um ambiente de mudanças constantes, é importante ainda manter o equilíbrio emocional e a capacidade de adaptação."

87%
das empresas notam que há escassez de gente qualificada

LEO PINHEIRO/VALOR



Ita Góes foi contratada em março para trabalhar na operação do VLT Carioca, no Rio de Janeiro (RJ), da Motiva

Maior parte dos candidatos ideais está empregada

De São Paulo

A competição por talentos no segmento de infraestrutura ficou mais acirrada nos últimos dois anos, principalmente em nichos como energia, logística, concessões rodoviárias e saneamento, segundo firmas de seleção de executivos. "Em média, os processos para localizar e contratar um currículo "redondo" para cargos de liderança sênior levam de 45 a 90 dias, considerando o mapeamento dos perfis, entrevistas e a negociação", avisa Guilherme Filgueiras, especialista em recrutamento, mercado de trabalho e setores estratégicos da Randstad, de soluções de RH.

Filgueiras diz que a dificuldade está associada às características dos candidatos mais visados nas peneiras. "São profissionais que estão empregados e têm experiência técnica, capacidade de gestão e histórico de entregas", comenta. "O avanço das concessões e dos projetos de infraestrutura exige executivos preparados para escalar operações e controlar custos."

Sem revelar números, Filgueiras diz que a Randstad registrou um crescimento de dois dígitos na demanda por lideranças do setor, entre 2024 e 2025, em nichos como energia, saneamento e mobilidade. A tendência em 2026 é manter o ritmo de aumento das seleções, com a expectativa de um salto adicional de 10% a 20% no volume de buscas em 2027, a depender dos rumos da economia e do calendário de concessões, esclarece.

"Mais do que contratar, o desafio das companhias agora é construir marcas empregadoras", alerta. "Os executivos estão avaliando remuneração, a reputação das empresas e a capacidade delas de executar projetos."

Na Arteris, que administra 3,2 mil quilômetros de rodovias em quatro estados, foram contratados 12 executivos em 2024, lista que subiu para 13 em 2025, em posições gerenciais e acima.

"Em 2026 [até o início de maio] realizamos quatro contratações, incluindo a chegada do novo CEO", lembra Roberto Paolini, diretor-executivo de pessoas e organização da companhia de 3,7 mil funcionários. O engenheiro civil com especialização em finanças Fábio Russo Corrêa assumiu o comando do conglomerado em abril, após 12 anos na Motiva (ex-CCR).

Para atrair mão de obra, Paolini diz que uma das ideias é diversificar os canais de ingresso. "Em 2025, cerca de 30% das contratações chegaram via LinkedIn, principalmente para posições de engenharia e áreas administrativas; e 30% por meio de anúncios em redes sociais", aponta. "As indicações de funcionários representaram 30%, enquanto 10% vieram de conexões institucionais, como o SINE [Sistema Nacional de Emprego]."

"Executivos avaliam remuneração, reputação da empresa e sua capacidade de executar projetos" *Guilherme Filgueiras*

Em março, a Arteris criou ainda uma plataforma de recrutamento que permite segmentar a escolha de candidatos por departamentos, como TI e inovação. "Percebemos uma evolução na qualidade dos profissionais apresentados, com um 'match' maior em relação às necessidades das vagas", avalia.

Contratada em 2025 como gerente de compras diretas da Arteris, a executiva Lilian Frossard, de 46 anos, faz sua estreia no setor, depois de passar por corporações como Vale e Braskem.

"A experiência em mineração e na indústria pesada está conectada ao ramo da infraestrutura pela complexidade contratual e criticidade das operações", compara.

Engenheira eletricista com especialização em gestão, Frossard saiu de Belo Horizonte (MG), onde morava, para cumprir a nova missão em São José dos Pinhais (PR). A agenda de atividades inclui a contratação e gestão de fornecedores. "Parte da minha atuação cobre a otimização contratual do portfólio da empresa, principalmente na revisão de escopos, custos e desempenho." ***(JS)***

Sua empresa promove o talento errado

Rumo certo

Claudio Garcia

Quer avançar na carreira? Autopromova-se. E cultive autoconfiança — de preferência acima do que a realidade justificaria. Dados são constrangedoramente consistentes nesse ponto: excesso de autoconfiança e de autopromoção predizem quem sobe. Mas não quem entrega.

Estudos mostram que o excesso de confiança eleva o status de um indivíduo porque é constantemente confundido com competência — e, mesmo quando se descobre o engano, o status conquistado permanece. Um estudo recém-publicado no Quarterly Journal of Economics foi além: equipes lideradas por gestores que se autoindicam para liderar apresentaram desempenho pior do que equipes cujos gestores foram sorteados. A explicação? Autopromotores superestimam a si mesmos — e, curiosamente, sobretudo suas habilidades sociais: quanto mais "bons de gente" se declaram, pior seu desempenho real.

É tentador culpar narcisistas e ambiciosos que "enganam" o sistema para subir. Mais honesto é admitir que o sistema não precisa ser enganado: foi desenhado para recompensar o sinal errado. É só analisar os três canais clássicos de seleção. A autoindicação garante que apenas os que se candidatam sejam considerados — o que muitos já entenderam devido à baixa proporção de mulheres em posições de liderança, pois elas se autocandidatam menos, mesmo que sejam mais competentes. Entrevistas não estruturadas premiam excesso de confiança e, comprovadamente, reduzem a precisão preditiva de quem avalia. E promover os melhores executores individuais ignora que líderes precisam de capacidades distintas, apesar de estudos sugerirem que a performance individual prediz negativamente a qualidade gerencial.

Quanto mais alto o cargo, maior tende a ser a distorção. A teoria econômica sugere que a vantagem do autopromotor deveria se dissolver à medida que resultados reais são observados. Só que é exatamente no topo que os resultados se tornam mais amplos e subjetivos, e o julgamento abstrato sobre quem é o melhor líder predomina.

Onde as apostas são maiores, o filtro é mais frágil. Não por acaso, CEOs classificados como superconfiantes têm 65% mais chances de realizar aquisições que destroem valor de mercado. E as meta-análises sobre narcisismo executivo mostram um efeito médio próximo de zero sobre a performance, com variância enorme. O interessante de todas essas evidências — e, de certa forma, incômodo — é que elas não são novas. Pesquisas já vêm apontando-as há décadas. Entretanto, empresas vêm consistentemente ignorando-as. Conselhos e líderes dedicam recursos sofisticados à governança financeira e operacional, mas atualizam pouco as avaliações de liderança com base na ciência disponível — uma falha de governança com um preço conhecido — estima-se uma perda aproximada de 25% de performance em vendas por desvio padrão de qualidade gerencial.

É curioso observar, ano após ano, reportagens sobre a queda na qualidade da liderança, refletida por índices de engajamento declinantes, aumento de problemas de saúde mental, aumento de questões de conduta ética etc. — pontos que tendem a ficar ainda mais à prova com a pressão de incorporar inteligência artificial às práticas corporativas. Enquanto o processo seguir escutando apenas quem levanta a mão e acredita que pode tudo, seguiremos promovendo potenciais incompetentes — e chamando-os de talento.

Claudio Garcia ensina gestão global e estratégia na Universidade de Nova York

Vaivém

Stela Campos

Ford

Rodrigo Godinho é novo diretor de compras da Ford América do Sul. Em 25 anos no setor, ele trabalhou na Volkswagen e na General Motors.

Brink's

Elias de Lima Júnior é novo diretor jurídico da Brink's no Brasil. Ele já foi do Citibank, Whirlpool, Unilever, Johnson & Johnson e Kenvue.

Baxter

Christian Dueñas Wood é o novo diretor de marketing de sistemas e tecnologias de saúde para a América Latina da Baxter. Ele atuou na Johnson & Johnson, Nestlé e Hillrom.

E-mail: vaivem@valor.com.br

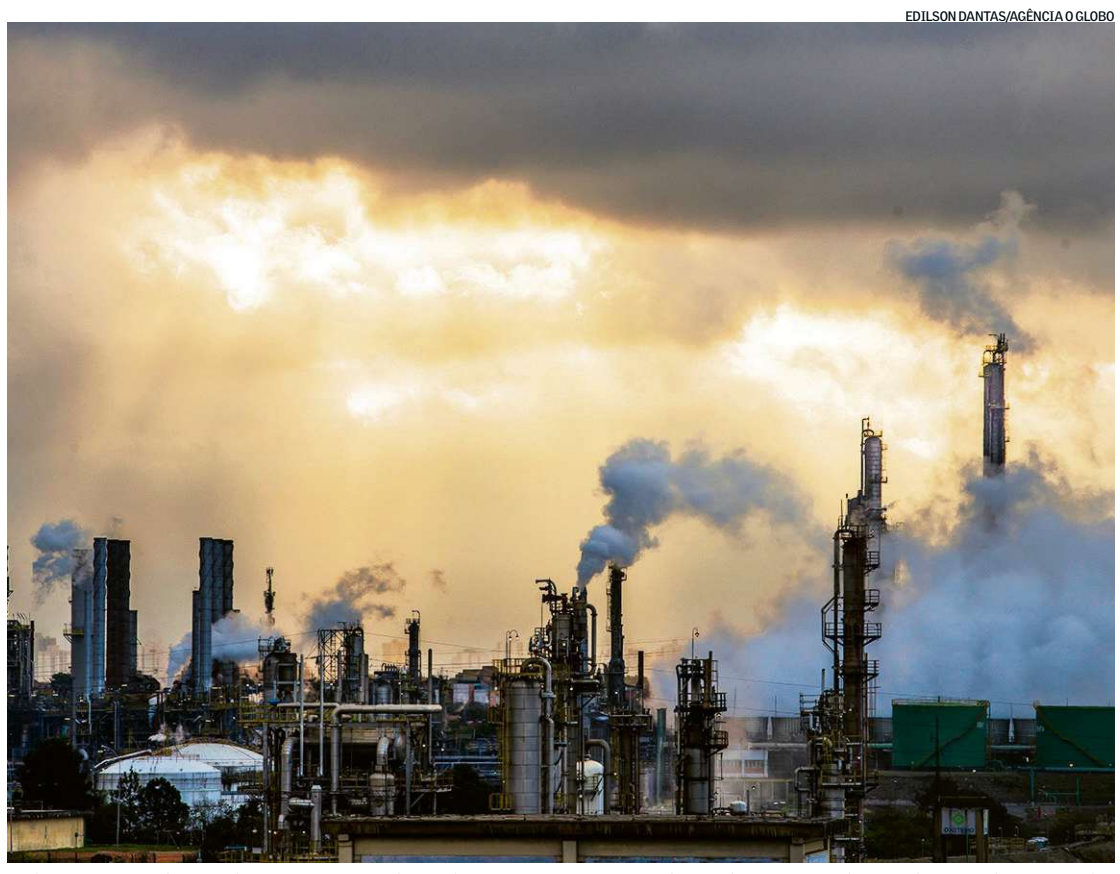
valor.com.br
Acompanhe a movimentação de executivos também no site
www.valor.com.br/carreira

Petroquímica Nova rodada de reuniões, na terça-feira (28), terminou sem apoio de ao menos um terço dos detentores de créditos; dívida da empresa é de quase R$ 50 bi

Ainda sem acordo com credores, Braskem fica mais perto de recuperação judicial

Stella Fontes
De São Paulo

EDILSON DANTAS/AGÊNCIA O GLOBO



Sob novo controle, Braskem tem menos de 30 dias para conseguir a adesão de um terço dos credores a plano inicial

Em nova rodada de negociações com credores na terça-feira (28), a Braskem não conseguiu chegar a um acordo com detentores de ao menos um terço dos créditos que precisa reestruturar. Com menos de 30 dias sob proteção de uma tutela cautelar que impede cobranças e execuções, a companhia fica mais perto de uma potencial recuperação judicial, medida que já teria o consentimento, ainda que extraoficial e sem refletir o desejo concreto, de seus principais acionistas, apurou o **Valor**.

Nas conversas, segundo fontes que participam das negociações, a petroquímica segue com apoio de "bondholders" originários — que compraram títulos externos por ocasião da emissão — e de grandes bancos que financiam suas operações, com potencial de consenso também junto a debenturistas.

A dificuldade, seguem as fontes, está no diálogo com os "bondholders" que ampliaram exposição à companhia, por meio da compra de mais títulos no mercado, e agora pedem termos bastante diferentes dos propostos pela Braskem para apoiar uma reestruturação financeira. Na quarta-feira (29), as ações da empresa perderam 4% na B3, cotadas a R$ 5,72 cada.

A principal proposta do grupo que não concorda com a proposta dos controladores, e que coloca em risco o quórum mínimo de um terço dos créditos abrangidos para que a Braskem aprove o plano inicial, é emprestar dinheiro novo, desde que a operação seja garantida por todos os ativos da companhia, conforme uma das fontes.

Além disso, esses credores propõem que a IG4, que assumiu o controle da Braskem com a Petrobras após a transferência das ações que eram da Novonor para o fundo Shine, da gestora, e que a estatal injetem recursos na petroquímica para quitar parte dos passivos.

Em resposta a consulta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na noite de terça-feira, a Braskem confirmou que recebeu propostas "indicativas e não vinculantes" de credores para uma potencial reestruturação, "que incluem eventual capitalização e oneração de ativos em garantia". Disse ainda que as propostas seguem em análise e não há definição sobre as condições da renegociação financeira.

No entanto, o **Valor** apurou que a leitura na companhia, compartilhada por controladores e bancos que eram credores da Novonor (antiga controladora), é que "não cabe mais dívida" na Braskem e um eventual aporte de capital traria diluição dos acionistas sem ganho ou alteração relevante na alavancagem financeira. A companhia também não precisaria de recursos imediatos para bancar sua operação, diante do alívio, mesmo que temporário, no ciclo de baixa da indústria — a dificuldade seria fazer frente aos custos ordinários e pagar a dívida, com um caixa que acabou pressionado pelos gastos extraordinários com o afundamento do solo em Maceió (atribuído à antiga mineração de sal-gema da empresa) e pelas baixas margens de petroquímicos.

Segundo as fontes, também não haveria disposição da Petrobras de elevar sua fatia na Braskem, correndo o risco de ter de consolidar seus passivos em balanço. Com uma dívida bruta que gira em torno de R$ 50 bilhões, a Braskem obteve proteção judicial contra credores por 60 dias no fim de junho.

Com a tutela, a companhia evitou ainda o pagamento de cerca de R$ 2,7 bilhões em vencimentos, a maior parte relativa a cupom de títulos emitidos no mercado internacional, em julho, o que elevaria a pressão sobre sua liquidez. A Braskem apresentou um plano inicial de recuperação extrajudicial, que foi rejeitado pelos credores, sem previsão de desconto ("haircut"), porém com carência de três anos e cinco anos de prazo estendido das dívidas.

Sem acordo e com o prazo de proteção se extinguindo, ressalta uma fonte, os controladores já estariam aceitando que uma recuperação judicial pode ser a melhor alternativa para preservar a companhia e seus ativos. Procuradas, IG4 não comentou e Braskem reiterou o teor do comunicado à CVM. Petrobras não retornou até o fechamento da edição.

CVM suspende assembleia de incorporação da Emae

Pipe 5 anos

Saneamento

Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) decidiu adiar a assembleia geral extraordinária da Emae , que estava marcada para hoje, com a pauta de incorporação pela Sabesp. Por unanimidade, a autarquia acompanhou a avaliação da área técnica e acatou pedido de adiamento formulado pelo escritório Figueira de Mello, Faria e Torres Advogados (FFT Advogados) em prol de minoritários da Emae.

Eles alegam que não houve prestação de informações suficientes para um voto informado na assembleia. Também questionam o preço proposto pela Sabesp, mas a decisão se voltou para a documentação, caso semelhante ao que ocorreu antes da incorporação de BRF pela Marfrig.

O pleito do FTT Advogados contou com parecer do ex-presidente da CVM João Pedro Nascimento.

O prazo de adiamento é de 30 dias, contados a partir do momento em que a Emae disponibilizar aos acionistas informações complementares.

A Sabesp comprou o controle da Emae em 2025 e agora quer incorporar a empresa ao grupo, comprando as ações ou trocando-as por papéis da própria Sabesp. Um grupo de minoritários abriu também ação judicial para discutir o tema, além da CVM.

Este texto foi originalmente publicado pelo Pipeline, o site de negócios do Valor Econômico

Valor ECONÔMICO

SE OS RESULTADOS ESTÃO BONS, POR QUE NÃO PUBLICAR SEU BALANÇO SEMESTRAL NO VALOR?

Depois de conquistar bons números, é hora de garantir que eles sejam vistos pelas pessoas certas.

No Valor, sua empresa comunica resultados em um ambiente de credibilidade, relevância e audiência qualificada.

Dê mais alcance às suas conquistas.

Entre em contato com nossa equipe comercial
Franci Pacheco – (11) 9.9678-5672 | Fabiana Torres – (11) 9.8755-7297

E tem mais. No Valor, os balanços certificados também ficam disponíveis no Valor RI e no Valor Empresas 360.

Valor RI:
valor.globo.com/valor-ri

Valor Empresas 360:
valor.globo.com/360

Tendência Uso de canetas emagrecedoras aumenta demanda por itens proteicos e sabores mais leves

Fabricantes de suplementos redesenham mix

MÉDIA É +

Marina Lang
Para o Valor, de São Paulo

A expansão do mercado de canetas emagrecedoras no Brasil está redesenhando as estratégias de fabricantes de suplementos alimentares de médio porte. Para aumentar presença no mercado e receita, as médias promovem mudanças na grade de produtos, com ênfase em itens mais proteicos e mudanças no sabor.

Estudo divulgado em junho pela Scanntech, empresa especializada em inteligência para o varejo e a indústria, estima que o uso dos medicamentos, somando mercados formal e informal, cresceu 239% no primeiro trimestre de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior.

"É uma mudança no perfil de consumo. A próxima onda de crescimento do mercado de suplementos não será impulsionada apenas pela performance esportiva, mas pela nutrição personalizada e pelo suporte às novas terapias para obesidade", aponta Aline Goettert, nutricionista e diretora-executiva da Associação Brasileira de Suplementos Alimentares (Brasnutri).

Com base nas respostas de 2 mil entrevistados, coletadas nos primeiros três meses do ano, a Scanntech estima que 6% dos brasileiros adultos usam canetas emagrecedoras. Nesse grupo, 29% relataram perda de massa magra. Com substâncias que imitam o hormônio GLP-1, produzido naturalmente pelo intestino após as refeições, as canetas injetáveis reduzem o apetite. Dados da Scanntech também apontam crescimento de 9,1% no consumo de suplementos proteicos e 7,4% de vitaminas.

DIVULGAÇÃO

Beatriz Palermo, da Pronutrition: novos itens levam inscrição GLP-1 Support

Na Pronutrition, que fabrica suplementos para outras marcas, cerca de 40% de todos os novos projetos recebidos atualmente são focados em aporte proteico. Beatriz Palermo, head de negócios da Pronutrition, diz que, entre 2025 e 2026, os pedidos para o desenvolvimento de produtos com fibras aumentaram mais de seis vezes.

Para atender às novas demandas de mercado, a Pronutrition adaptou a comunicação e o catálogo. Entre os 45 produtos da empresa regulamentados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), 50% já carregam o selo GLP-1 Support. Dos 40 novos produtos que entrarão no catálogo até o fim do ano, 28% são voltados para esse novo mercado. "Com o selo suporte de GLP-1, educamos o mercado sobre o produto para essa categoria e de como ele poderia compor a linha dos clientes", ressalta Palermo.

Sediada em Valinhos, no interior de São Paulo, a Pronutrition projeta crescer 20% neste ano. A empresa está prestes a inaugurar uma fábrica com 8,5 mil m², com capacidade para entregar em 30 dias o equivalente a um ano da produção da unidade atual.

O consumo das canetas emagrecedoras também impactou positivamente as vendas da Maxinutri. O farmacêutico Fernando Ferdinandi, fundador e presidente da empresa, afirma que o faturamento nas categorias de produtos que compõem a cesta de consumo dos usuários de canetas emagrecedoras foi superior a 10%. Com sede em Arapongas, no Paraná, a empresa registrou faturamento de R$ 345 milhões em 2025.

"As canetas emagrecedoras, sem dúvida alguma, deram uma grande mexida na dinâmica do mercado. A vitamina B12, cujo market share da Maxinutri chega a 45%, teve um aumento gigantesco de vendas" afirma Ferdinandi.

A marca vem investindo em produtos como a B12 Plus, a B12 em gotas (para quem evita cápsulas), o cappuccino proteico e gomas com alto teor de fibras. "O mercado brasileiro ainda não despertou para o consumo de fibras, mas é algo extremamente importante e creio que o consumidor deva colocar no radar", avalia.

Para sustentar essa demanda, a Maxinutri vai expandir a produção. Atualmente, a planta produz 2,6 milhões de unidades por mês, operando com 100% da capacidade no turno diurno e pouco mais de 50% no noturno. Com a ativação total das linhas e a conclusão de uma nova expansão em dezembro, a capacidade produtiva deve saltar para 4,5 milhões de unidades mensais. Direcionada ao varejo farmacêutico, a marca está presente em 83 mil das 94 mil farmácias brasileiras, diz Ferdinandi.

A fase de adaptação estrutural impulsionada pela popularização das canetas emagrecedoras é classificada como o novo normal do setor, diz Victor Comper, cofundador da Dobro, com sede em São Paulo. A empresa faturou R$ 40 milhões em 2025 e projeta receita de R$ 50 milhões neste ano. Embora o faturamento direto do negócio ainda não tenha sofrido um impacto considerável pelo uso das canetas emagrecedoras, porque o público majoritário é de esportistas voltados a treinos de esforço físico prolongado, a empresa está se adaptando às movimentações indiretas do mercado estético.

> "Surgem categorias para manutenção da massa muscular e ingestão adequada de proteínas"
> *Aline Goettert*

Comper diz que uma das principais mudanças é a rejeição a sabores "indulgentes" (muito doces ou pesados) por usuários de canetas para tratar a obesidade. Isso porque o uso do medicamento inibe o apetite e altera a percepção de sabor. A tendência agora são os sabores tropicais e refrescantes, como maracujá, tangerina e laranja, em detrimento de opções clássicas como caramelo, chocolate e baunilha. "Quem tomava um shake de proteína ou comia uma barrinha de 50g de chocolate proteica não está mais conseguindo", diz.

Baseada em pesquisas apontando mudanças no paladar de usuários de canetas, a Dobro desistiu do lançamento de uma creatina sabor chocolate e baunilha e optou por um produto nos sabores frutas amarelas e vermelhas. Outra aposta da Dobro são embalagens menores de suplementos.

Aline Goettert ressalta que as canetas emagrecedoras não eliminam a necessidade de acompanhamento nutricional qualificado, contudo, são uma oportunidade para a indústria de suplementos. "Surgem categorias voltadas à manutenção da massa muscular, ingestão adequada de proteínas, saúde intestinal, fibras alimentares, vitaminas, minerais e suporte nutricional durante o processo de perda de peso. É a busca disso com preservação da saúde."

Ver também página B5

Vale deve ampliar receita no 2º tri

Mineração

Kariny Leal
Do Rio

A Vale deve ver os resultados do segundo trimestre crescerem este ano, conforme levantamento feito pelo **Valor**. A receita e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da mineradora devem aumentar em relação a igual período do ano passado, após a companhia apresentar bons dados operacionais. Com base em estimativas de quatro bancos, a projeção média indica que a receita da Vale deve aumentar 18,4% no segundo trimestre do ano, para US$ 10,4 bilhões. Os cálculos utilizam dados das seguintes casas: Itaú BBA, Citi, XP e Ativa Investimentos. O resultado financeiro da Vale será divulgado nesta quinta-feira (30), após o fechamento dos mercados.

Os embarques da Vale no segundo trimestre superaram as expectativas do mercado, com vendas de minério, pelotas e níquel acima do esperado, disse a XP. Esses volumes, combinados ao aumento de preços realizados para cobre e níquel, sustentam um aumento do Ebitda da companhia.

O Ebitda da Vale deve ter um aumento médio de 16,6%, de acordo com os cálculos da reportagem, para US$ 3,8 bilhões. Os bancos se dividem entre duas expectativas de US$ 3,8 bilhões em Ebitda e outras duas de US$ 3,9 bilhões.

O lucro líquido da Vale deve recuar 13,1% também em média, conforme cálculos, para US$ 1,8 bilhão. A menor estimativa é da XP, de US$ 1,7 bilhão, e a maior da Ativa e do Itaú BBA, de US$ 1,9 bilhão.

"A Vale apresentou mais um trimestre sólido, com a produção de minério de ferro atingindo o nível mais alto para um segundo trimestre desde 2018, enquanto a divisão de metais básicos continuou a registrar um crescimento saudável em relação ao ano anterior", disse a XP em relatório.

"A produção reforça nossa visão de execução operacional consistente em todas as operações, embora mantenhamos nossa posição 'neutra' devido às pressões contínuas sobre os custos e aos atuais níveis de valorização. Apesar do desempenho relativamente mais fraco das ações nos últimos meses, acreditamos que os fundamentos mais sólidos do cobre e a melhora nos preços dos metais devem continuar a oferecer suporte nos níveis atuais", conclui o banco.

No relatório de produção e vendas do segundo trimestre, a Vale registrou um aumento de 0,8% na produção de minério de ferro em relação a igual período de 2025, para 84,2 milhões de toneladas. A melhora do desempenho do S11D, em Carajás (PA), que alcançou recorde, e volumes adicionais em Capanema e Vargem Grande, em Minas Gerais, contribuíram para o aumento, disse a Vale.

A produção de cobre no segundo trimestre foi de 98,4 mil toneladas, aumento anual de 6,3%, impulsionado principalmente pelo forte desempenho dos ativos brasileiros, segundo a Vale. O volume de produção foi o maior para um segundo trimestre desde 2017, com produção recorde em Salobo, no Pará, e maiores volumes em Sossego, também no Estado, e em Voisey's Bay, no Canadá.

Para o BTG Pactual, o desempenho operacional da Vale está alinhado com as projeções da companhia para o ano e com a agenda de execução. "Dado o impacto da guerra no Irã nos resultados do segundo trimestre, acreditamos que os investidores continuarão focados no desempenho da empresa em termos de custos e em possíveis atualizações das projeções. Mantemos visão positiva sobre a Vale", afirmou o banco em relatório.

Projeções para a mineradora
Analistas esperam resultados fortes para a Vale - em US$ Bilhões

Fontes: Itaú BBA, Citi, XP e Ativa Investimentos

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **AVDV Estética Ltda. -** CNPJ: 31.237.773/0001-10 - Endereco: Av. Francisco das Chagas de Oliveira, 230, São José do Rio Preto/SP - Administrador Judicial: Foco Administração Judicial Ltda.,representada Pelo Dr. Pedro Henrique Nossa Bergamasco - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP
Empresa: **Ivone Gonçalves Dias Hotel Ltda., nome fantasia Belinha House -** CNPJ: 39.761.688/0001-68 - Endereco: Rua Francisco Paulino Silva, 17, zona rural, Caju eiro da Praia/PI - Administrador Judicial: A Ser Nomeado - Vara/Comarca: Vara Única de Luís Correia/PI
Empresa: **L Maria de Sousa Ltda., nome fantasia Comercial L Maria -** CNPJ: 17.430.933/0001-11 - Endereco: Rua São João, 17, anexo A, Centro - Administrador Judicial: Dr. Breno Vieira Sindeaux Neto - Vara/Comarca: 2a Vara de Valença do Piauí/PI
Empresa: **Thiago Saraiva Caetano Eireli -** CNPJ: 13.655.441/0001-73 - Endereco: Av. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, 3953/3965, bairro Jardim Maracanã - Administrador Judicial: Ligero e Giosa Ligero Advogados, Representada Pelo Dr. Gilberto Notário Ligero - Vara/Comarca: 3a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Aveline Carvalho Garcia Zanuzzi -** CNPJ: 55.656.253/0001-00 - Endereco: Rua Capitão Serafim de Barros, 945, Lote B, Quadra 3 A, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Comercial Cianorte Ltda. -** CNPJ: 43.711.993/0001-12 - Endereco: Av. Mercúrio, 48, Bairro do Brás - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Geraldo Zanuzzi -** CNPJ: 55.820.791/0001-98 - Endereco: Rua Capitão Serafim de Barros, 945, Lote B, Quadra 3 A, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **João Paulo Zanuzzi -** CNPJ: 55.820.869/0001-74 - Endereco: Rua Capitão Serafim de Barros, 945, Lote B, Quadra 3 A, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Lidiane Carvalho Garcia -** CNPJ: 55.655.057/0001-10 - Endereco: Rua Capitão Serafim de Barros, 945, Lote B, Quadra 3 A, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Lucas Antonio Zanuzzi, Nome Fantasia La Zanuzzi Agro Consultoria -** CNPJ: 37.992.701/0001-64 - Endereco: Rua Nestor de Assis, 226, Apto. 401, Bloco D, Setor Hermosa - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Neide Aparecida de Moraes Zanuzzi ME -** CNPJ: 55.806.003/0001-09 - Endereco: Rua Capitão Serafim de Barros, 945, Lote B, Quadra 3 A, Centro - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Roberta Aparecida Zanuzzi -** CNPJ: 13.690.818/0001-25 - Endereco: Rua Mineiros, 493, Bairro Vila Santa Maria - Vara/Comarca: 2a Vara de Jataí/GO - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Entretenimento Espaço para 21 mil pessoas vai integrar bairro planejado em SP e quer atrair artistas nacionais e eventos esportivos

Live Nation e Center Norte vão investir R$ 1,5 bilhão em arena

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A produtora de eventos Live Nation e a Cidade Center Norte, empresa do grupo Baumgart, vão construir uma arena para shows e eventos esportivos, na zona norte da capital paulista, com capacidade para 21 mil pessoas. O investimento é de R$ 1,5 bilhão.

As empresas estão selecionando a construtora que irá tocar a obra, esperada para começar até outubro e ser entregue em 2028.

A arena, do tipo "indoor" (fechada), ficará no bairro planejado Cidade Center Norte, que o grupo começa a construir no entorno dos shoppings Center Norte e Lar Center e do espaço para eventos Expo Center Norte.

As empresas formaram uma joint venture para o projeto e vão manter a parceria após a inauguração, conta Rafael Lazarini, diretor de operações (COO) da Live Nation no Brasil. A produtora tem participação majoritária na JV, mas não abre a porcentagem.

Lazarini afirma que a empresa tinha planos para uma arena "indoor" em São Paulo há pelo menos oito anos, mas que encontrar um terreno adequado e financeiramente viável foi um desafio. Do outro lado, o Cidade Center Norte queria uma arena em seu bairro e já tinha experiência com eventos. "É um casamento de expertises", afirma Flávio Fernandes, CEO da Cidade Center Norte.

A prioridade do espaço será a programação musical, mas também poderá receber outros tipos de evento, como partidas de basquete e vôlei e disputas de e-sports e UFC. A previsão é realizar 170 eventos por ano — quase um a cada dois dias.

Todo o investimento será feito pela JV, que prevê a comercialização dos "naming rights" (direitos de nome) da arena. "Já tivemos conversas muito preliminares com algumas marcas interessadas", diz Lazarini, ressaltando que a venda desses direitos traz "uma contribuição importante ao funding do projeto", por entrar já na etapa inicial de obra e ser um contrato de longo prazo.

Outra receita prevista é com a exploração do estacionamento, além da concessão de venda de alimentos e bebidas. O projeto da arena inclui um edifício-garagem para 2 mil veículos.

Por sua capacidade, a arena deverá se tornar a maior do tipo na América do Sul, segundo a Live Nation, que está investindo em locais próprios na região. Nos últimos meses, a empresa adquiriu participação majoritária em arenas em Santiago e Buenos Aires, e anunciou que vai construir uma nova arena perto de Lima.

Além de São Paulo, outras cidades brasileiras poderão entrar nessa lista. "Nosso olhar é de equipar os mercados que não têm o local adequado, onde fizer sentido. Com certeza vamos olhar para alguma oportunidade", afirma o diretor, ressaltando que não há projetos tão avançados quanto o de São Paulo.

LEO PINHEIRO/VALOR

Live Nation não terá uso exclusivo do espaço, afirma o diretor Rafael Lazarini

A ideia da produtora é que esse sistema de arenas torne possível que artistas incluam uma "perna latino-americana" em turnês, "que não necessariamente viriam sem o equipamento adequado", afirma Lazarini.

Além do tamanho, considerado um meio-termo entre casas de shows e grandes estádios, a arena "indoor" tem infraestrutura já pensada para shows, o que facilita a montagem dos espetáculos e o uso do teto para fixar estruturas. Em estádios, que são espaços adaptados, as estruturas precisam ser autoportantes, explica o diretor. A arena também não terá palco fixo, o que permite ao artista levar sua própria estrutura.

A aposta da Live Nation é que o espaço será muito usado por artistas nacionais. Há uma leva recente de shows de grandes nomes da MPB em estádios, mas reunir um público de mais de 40 mil pessoas — como no Nubank Parque (ex-Allianz Parque), por exemplo — é um desafio. "A arena vai permitir esse espaço intermediário para o artista experimentar coisas novas, na curva de amadurecimento para um show de estádio mais à frente", diz Lazarini. Também poderá receber turnês internacionais já pensadas para espaços assim.

> "Estamos atrasados em ter mais espaços, para não perder eventos para outras capitais"
> *Mariana Aldrigui*

Em entrevista ao **Valor** em maio, o CEO da WTorre, Renato Lobo, que administra o Nubank Parque, afirmou que a companhia também tem planos de fazer arenas "indoor" em São Paulo. O projeto da WTorre é ter duas arenas, para 20 mil e 10 mil pessoas cada uma.

Mariana Aldrigui, pesquisadora de turismo da USP, diz que demanda por eventos na cidade não deve ser um problema. "Estamos atrasados em ter mais espaços como esses, para não perder [eventos] para outras capitais e outros países", afirma.

De acordo com a SPTuris, empresa de promoção de turismo da prefeitura paulistana, a cidade registrou 37 milhões de participações em eventos no primeiro semestre, 13% acima do mesmo período de 2025 — 5,2 milhões vieram do setor de entretenimento, como em shows. A cidade prevê uma alta de 7% no fluxo de visitantes neste ano.

O pós-pandemia fez aumentar o volume de eventos, mas os espaços qualificados para recebê-los não acompanharam esse crescimento, que também acontece no mercado de feiras e convenções, diz Aldrigui. "Em vários casos, a depender do tamanho da convenção, nós não acomodamos", afirma, por falta de espaço ou de datas disponíveis.

Essa demanda acompanha uma tendência de viajar para presenciar eventos ao vivo, que tem se fortalecido com o crescimento da inteligência artificial e a facilidade de gerar conteúdo falso, aponta a pesquisadora.

Um espaço de porte médio também facilita a atração para São Paulo de espetáculos no modelo de "residência", no qual um artista faz vários shows na mesma cidade, em datas próximas. "Muitos artistas estão preferindo isso. A estrutura de palco é tão grande e cara que não compensa ficar levando o show para vários lugares", afirma Aldrigui.

Para o projeto da Cidade Center Norte, a arena será mais um catalisador de público. A construção completa do bairro deve levar mais 15 anos, segundo Fernandes, e custar R$ 5 bilhões.

Esse valor inclui uma expansão do shopping Center Norte, ainda em fase de desenvolvimento, e a construção de um novo hotel na área — o espaço já tem, hoje, o Novotel Center Norte. O grupo identifica ainda demanda para um polo de saúde, com hospital e clínica de diagnóstico, de educação e comercial, com torres corporativas.

Uma torre comercial já foi lançada em 2025, juntamente com três torres residenciais de alto padrão, com unidades de 93 a 165 metros quadrados. Segundo Fernandes, a parte residencial está 80% vendida.

O grupo Center Norte criou uma incorporadora para tocar os empreendimentos residenciais e prevê lançar outra torre ainda neste semestre. No total, serão 6 mil apartamentos. Fernandes defende que a arena terá tratamento acústico e não deve incomodar a futura vizinhança.

A Live Nation não terá direito exclusivo de uso da arena, nem deixará de fazer eventos em casas de show ou estádios na cidade, afirma Lazarini.

A empresa, que tem sede nos Estados Unidos, enfrenta disputas na Justiça americana sobre alegadas cobranças de valores excessivos pelos ingressos e pressão pelo uso de seu negócio de venda de bilhetes, a Ticketmaster, nos eventos. Em março, fez um acordo com o Departamento de Justiça do país. Procurada, a Live Nation afirmou que não responde pela operação americana.

Hypera, Sun Pharma e Sandoz entram na disputa das canetas

Farmacêuticas

Michael Esquer
De São Paulo

A Anvisa, a agência reguladora brasileira, aprovou ontem (29) o registro de cinco novas canetas com semaglutida. A decisão marca a entrada da farmacêutica brasileira Hypera, da suíça Sandoz e da indiana Sun Pharma no mercado da molécula usada nas canetas emagrecedoras da dinamarquesa Novo Nordisk, fabricante do Ozempic e do Wegovy. Ao todo, o país já conta com a aprovação de seis novos remédios, desde que o princípio ativo perdeu a exclusividade em março.

A chegada de três concorrentes intensifica a disputa pelo consumidor em um mercado que movimentou R$ 5,6 bilhões em vendas no ano passado, segundo dados da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac) com a IQVIA, e que, até 2030, junto com a tirzepatida, princípio ativo do Mounjaro, da americana Eli Lilly, deve alcançar R$ 35 bilhões, segundo relatório recente do Itaú BBA.

Os novos registros são para canetas que usam semaglutida sintética e que não se enquadram como genéricas. A legislação brasileira não permite a fabricação de genéricos de produtos biológicos, caso do Ozempic. Foram classificadas como medicamento novo, alternativa sintética ao produto biológico, assim como a Ozivy, a caneta com semaglutida da EMS, a primeira a obter registro no país.

Todas são indicadas para o tratamento de diabetes, mas a Hypera disse que estuda dosagens maiores com indicação para obesidade.

Os registros foram emitidos para marcas controladas pelo laboratório brasileiro: uma delas é a Semavy e a outra, Zempneo. A Hypera disse que a Semavy deve chegar às farmácias em até dois meses e que a Zempneo não tem plano de lançamento no curto prazo.

"[O Semavy] Tem potencial para ser um dos principais produtos da Hypera, dado o tamanho desse mercado", disse ao **Valor** o presidente do laboratório, Breno de Oliveira. O produto é fruto de parceria com a Sun Pharma, que fabricará na Índia o medicamento. Ele integrará o portfólio da Mantecorp, marca da Hypera focada em cuidados básicos em diferentes especialidades médicas e em medicamentos que exigem prescrição. O remédio, disse, poderá ser mantido fora da geladeira depois do início do uso. "É igual ao Ozempic, neste sentido."

Analistas que cobrem a Hypera disseram que o laboratório está bem posicionado para capturar o potencial do mercado de semaglutida.

Para o Santander, a Semavy pode acrescentar de 3% a 4% no lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) do laboratório em 2027 e em 2028. O Itaú BBA disse que, embora chegue acompanhada de novos concorrentes, ela pode ter vendas superiores pela força de distribuição entre médicos e redes de farmácia. Já o Citi expressou cautela quanto ao risco de erosão de preços e disse que investidores podem questionar implicações da parceria com a Sun Pharma, já que ela também obteve dois registros próprios.

Um dos registros para a indiana foi para sua subsidiária brasileira, com nome comercial Seemasun, e o outro para Ranbaxy, farmacêutica que pertence à Sun Pharma, cujo produto foi batizado de Orsema. Em comunicado de imprensa, o laboratório disse que a parceria com a Hypera fortalece o portfólio de diabetes da Sun Pharma no Brasil, mas, procurado, não informou quando deve lançar os remédios sob sua licença.

O remédio com semaglutida que será vendido pela Sandoz, a partir de parceria com a Ávita Care e com o laboratório maltês Adalvo, se chama Owozy. O medicamento será fabricado no Canadá pela Adalvo e importado e comercializado no Brasil pela Sandoz, com rótulo próprio. O pedido de registro foi feito pela Ávita, representante local da Adalvo no processo regulatório.

"Passamos a ser responsáveis por levar essa molécula ao mercado, com a Adalvo sendo detentora da tecnologia, do desenvolvimento dessa molécula e da fabricação", disse a presidente da subsidiária brasileira da Sandoz, Isabella Wanderley, que já foi gerente-geral da Novo Nordisk.

A entrada da suíça no mercado de análogos do GLP-1 abre globalmente a terceira frente de atuação da Sandoz, que atualmente foca em genéricos e biossimilares. O Brasil será o primeiro país a receber a caneta com semaglutida vendida pelo laboratório.

A expectativa, disse a executiva, é que o remédio chegue às farmácias entre setembro e outubro. Ele também poderá ser mantido fora da geladeira, em temperaturas de até 30 graus Celsius, por até 42 dias depois da primeira aplicação.

O modelo de produção dos novos concorrentes é diferente do Ozivy, fabricado pela EMS no Brasil. Sobre o assunto, Sandoz e Hypera disseram que, no momento, não há planos para internalizar a produção localmente, mas que avaliam o mercado.

"O ingresso nesse segmento por si só já aumenta a chance de eventual decisão de produção local, mas algumas farmacêuticas podem ter optado pelo modelo de parceria para testar o mercado antes", disse Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo FarmaBrasil.

Para o dirigente, aprovações de novos medicamentos ajudam a combater a informalidade. O mercado paralelo e não rastreado da tirzepatida, considerando importações do Paraguai e manipulação, por exemplo, movimentou R$ 12,5 bilhões nos últimos 12 meses encerrados em abril, segundo o Itaú BBA.

Tanto Sandoz quanto Hypera disseram que os preços dos medicamentos devem ser menores comparados ao Ozempic, mas na mesma faixa de preço do Ozivy, da EMS, que hoje varia entre R$ 452 e R$ 497 para doses de 0,25 mg a 1 mg. ***(Colaboraram Felipe Laurence, Victor Meneses e Adriana Peraita)***

Habib's tenta liberar recebíveis após obter proteção contra credores

Reestruturação

Vitória Nascimento
De São Paulo

O Grupo Gennius, controlador da rede Habib's, iniciou na quarta-feira (29) os trâmites para recorrer ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) da decisão que manteve bloqueados os recebíveis de cartões dados em garantia aos bancos. Com dívida de R$ 312 milhões, a companhia obteve na Justiça proteção judicial contra credores, mas o pedido inicial de desbloqueio dos recebíveis foi negado. A tutela cautelar suspendeu por 60 dias as cobranças contra a holding e 174 empresas do conglomerado.

O processo de tutela cautelar ganhou novos desdobramentos, com a entrada de credores como Itaú Unibanco e Oracle nos autos e o questionamento do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) à inclusão dos sócios Alberto Saraiva e Belchior Saraiva Neto na medida de proteção.

A Upstage, empresa co-requerente da tutela cautelar, gerou nesta quarta-feira a guia de preparo para um agravo de instrumento, etapa que antecede a distribuição do recurso ao TJ-SP. A medida busca reverter decisão do juiz Jomar Juarez Amorim, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, que manteve bloqueados os recebíveis. O magistrado negou o pedido para suspender as chamadas travas bancárias. Com isso, os valores recebidos por cartões continuam sendo destinados aos bancos credores.

Segundo Marco Allegro, advogado especializado em reestruturação de empresas, a manutenção dessas garantias reduz a disponibilidade de caixa em um setor cuja operação depende de fluxo diário de recursos para pagamento de fornecedores e despesas operacionais. "O segmento de alimentação trabalha com insumos perecíveis e elevado volume de pagamentos correntes. A retenção dos recebíveis reduz a liquidez necessária para manter a operação."

Nos autos, o grupo relata dificuldades para manter serviços considerados essenciais à operação. A empresa diz que uma de suas unidades teve o fornecimento de água interrompido por débitos anteriores ao pedido de tutela cautelar e afirma haver risco de suspensão de contratos com a Oracle, responsável pela infraestrutura de computação em nuvem, e com a Equatorial, fornecedora de energia no mercado livre.

Segundo a companhia, eventual interrupção dos serviços de nuvem comprometeria atividades como gestão de fornecedores, controle de estoques, emissão de notas fiscais, processamento de pedidos e operação do delivery.

Para Diogo Dias e Luis Roux, do Motta Fernandes Advogados, há precedentes judiciais que asseguram a continuidade de contratos considerados essenciais durante processos de reestruturação empresarial, desde que as obrigações assumidas após a concessão da medida sejam mantidas em dia.

R$ 312
milhões é a dívida do Grupo Gennius

Outro ponto em discussão é a extensão da tutela cautelar aos patrimônios pessoais dos fundadores Alberto Saraiva e Belchior Saraiva Neto. Os dois foram incluídos na medida sob o argumento de que exercem atividade rural integrada à operação do grupo por meio da Estância Santa Edina, fornecedora de insumos para a rede.

Em manifestação apresentada no último dia 23, o MP-SP pediu que a empresa comprove a efetiva integração operacional, financeira e patrimonial entre a atividade rural e as operações do grupo, além da inscrição dos sócios como empresários rurais na Junta Comercial.

Segundo Dias e Roux, a manutenção dessa proteção dependerá da comprovação desse vínculo — se houver provas de que são atuações isoladas, é possível que a proteção judicial venha a ser levantada.

O Itaú Unibanco requereu acesso aos autos, enquanto a Oracle constituiu advogados no processo, passando a acompanhar formalmente a ação. As empresas se somam ao Inter e ao Ouribank entre os credores que acompanham as negociações. O Ouribank informou ao **Valor** que tem ciência da decisão e que apresentará sua manifestação nos autos "oportunamente, em observância à legislação processual aplicável".

O grupo atribui sua crise financeira aos efeitos da pandemia, às mudanças no mercado de alimentação impulsionadas pelo crescimento do delivery e ao ambiente de juros elevados. Procurados, Habib's, Itaú Unibanco, Inter, Oracle e Equatorial não se manifestaram até a publicação desta reportagem.

Ines249

Tecnologia Gastos relacionados a processos judiciais somaram US$ 2,4 bilhões e enxugamento do quadro de funcionários desde maio exigiu mais US$ 1,18 bilhão

Custo e despesa sobem 55% e lucro da Meta cai 14% no trimestre

Victor Meneses
De São Paulo

A Meta Platforms, controladora das redes sociais WhatsApp, Facebook e Instagram, registrou lucro líquido de US$ 15,85 bilhões no segundo trimestre de 2026, equivalente a uma queda expressiva de 14% na comparação com o resultado reportado um ano antes. O lucro por ação saiu de US$ 7,14 para US$ 6,18.

O papel da Meta negociado na Nasdaq, após a divulgação do balanço e com o pregão regular encerrado, estava caindo mais de 8% na noite de ontem (29). No acumulado deste ano, a ação cai mais de 11%.

Os resultados foram pressionados pelos custos e despesas totais, que somaram US$ 42,03 bilhões no trimestre encerrado em junho, um aumento de 55% na comparação anual. Esse valor inclui US$ 2,4 bilhões em despesas relacionadas a processos judiciais e US$ 1,18 bilhão em gastos com indenizações e desligamentos associados à redução do quadro de funcionários anunciada em maio de 2026.

Entre abril e junho, a gigante de tecnologia teve receita de US$ 60,8 bilhões, 28% superior ao faturado no mesmo período de 2025. Analistas esperavam receita de US$ 60,2 bilhões e lucro ajustado de US$ 7,19 por ação.

A maior parte do faturamento da companhia vem da venda de anúncios digitais em seus aplicativos, principalmente no Facebook e Instagram. A divisão respondeu por US$ 59,36 bilhões da receita líquida da Meta, avanço anual de 27,5%.

Na Reality Labs, área responsável pelos negócios de metaverso, a receita cresceu 16,5% no ano, para US$ 431 milhões.

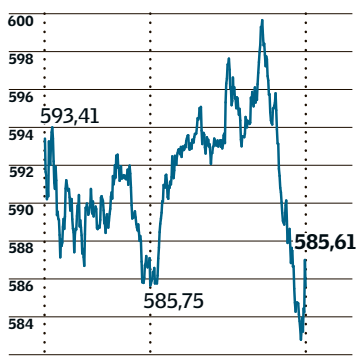
No trimestre, o lucro operacional da Meta somou US$ 18,77 bilhões, queda de 8% em relação ao ano passado, com margem operacional de 31%, também pressionados pelos custos e despesas.

"A IA está acelerando nosso negócio principal hoje, impulsionando nossa próxima geração de produtos e abrindo caminho para oportunidades empresariais inteiramente novas", disse Mark Zuckerberg, fundador e CEO da Meta, em carta aos acionistas. "Os resultados já estão aparecendo, e estou otimista com o potencial que temos pela frente."

Para o terceiro trimestre de 2026, a companhia espera que a receita total fique na faixa de US$ 61 bilhões a US$ 64 bilhões. A Meta ainda espera que as despesas totais do ano completo de 2026 fiquem na faixa de US$ 165 bilhões a US$ 169 bilhões. A dona do Facebook elevou o piso da projeção de despesas para incorporar os encargos de US$ 2,4 bilhões relacionados a processos judiciais reconhecidos no segundo trimestre.

A companhia continua esperando registrar, neste ano, lucro operacional superior ao registrado em 2025. Além disso, a Meta Platforms agora prevê investimentos de capital (capex) em 2026, incluindo pagamentos de principal relacionados a arrendamentos financeiros, entre US$ 130 bilhões e US$ 145 bilhões, faixa mais estreita em relação à projeção anterior, de US$ 125 bilhões a US$ 145 bilhões.

Meta
Cotação* minuto a minuto, em US$/ação



Variações		
-1,31%	-11,12%	-16,07%
No dia	No ano	Em 12 meses

Valor de mercado US$ 1,487 trilhão

Fontes: Valor PRO e Yahoo Finance. Elaboração: Valor Data
* na bolsa de Nasdaq

Microsoft aumenta receita em 18%

De São Paulo

A Microsoft registrou lucro líquido de US$ 35,8 bilhões no quarto trimestre fiscal de 2026, alta de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita da companhia avançou 18% no período, para US$ 90 bilhões.

O lucro por ação saiu de US$ 3,65 no último ano para US$ 4,81. No critério ajustado, o lucro por ação ficou em US$ 4,74. O lucro operacional da gigante de tecnologia ficou 18% acima do reportado no mesmo trimestre fiscal de 2025, atingindo US$ 40,6 bilhões.

Os resultados da Microsoft vieram acima das expectativas do mercado. Analistas consultados pela FactSet esperavam que a gigante da tecnologia reportasse um lucro ajustado de US$ 4,24 por ação, além de uma receita de US$ 87,62 bilhões.

A receita de nuvem inteligente da Microsoft somou US$ 39,3 bilhões, alta de 32% no comparativo anual. A receita da Azure, plataforma de computação em nuvem da empresa, avançou 43%. Analistas esperavam crescimento de cerca de 40% na receita da Azure.

No segmento de produtividade e processos corporativos, o faturamento cresceu 16%, para US$ 37,8 bilhões, enquanto o faturamento de computação pessoal recuou 4% na comparação anual, para US$ 12,9 bilhões.

A Microsoft retornou US$ 10,2 bilhões aos acionistas na forma de dividendos e recompras de ações durante o quarto trimestre do ano fiscal de 2026.

"Estamos avançando na fronteira da relação entre custo e resultado, garantindo que cada cliente possa transformar tokens em resultados de negócios", afirmou Satya Nadella, presidente do conselho e presidente-executivo (CEO) da Microsoft, em carta aos acionistas. "Neste ano, a receita do Azure superou US$ 100 bilhões pela primeira vez, e o Microsoft 365 Copilot alcançou mais de 30 milhões de licenças pagas, refletindo a confiança que os clientes depositam em nós para impulsionar sua transformação com inteligência artificial."

As ações da Microsoft avançaram no pós-mercado desta quarta-feira (29) após a companhia divulgar resultados robustos para o quarto trimestre fiscal. Os papéis chegaram a subir até 9% nas negociações após o fechamento do mercado. No horário regular, as ações chegaram ao término do pregão com queda de 0,71%, cotadas a US$ 390.54. ***(VM)***

MARKUS SCHREIBER/AP

Nadella: Avanço entre custo e resultado

EUA não devem banir IA chinesa, diz Zuckerberg

Hannah Murphy
Financial Times

Mark Zuckerberg afirmou que o governo dos EUA não deve bloquear os modelos chineses para obter vantagem na corrida armamentista da inteligência artificial (IA) e alertou contra a "captura regulatória" por laboratórios de vanguarda americanos, o que poderia sufocar a concorrência interna. Em entrevista ao Financial Times, Zuckerberg afirmou que banir a IA chinesa de ponta nos EUA não seria "uma solução eficaz", já que Washington ameaça retaliar os laboratórios por alegações de roubo de propriedade intelectual.

O fundador e presidente-executivo (CEO) da Meta participou publicamente, na terça-feira (28), de um intenso debate em Washington e entre os principais atores do setor de IA sobre como os EUA devem regulamentar essa tecnologia em rápida evolução e responder à crescente concorrência chinesa.

Essas discussões se intensificaram desde que a Moonshot AI, com sede em Pequim, lançou neste mês seu modelo Kimi K3, cujas capacidades estão se aproximando das da OpenAI e da Anthropic.

Altos funcionários do governo Trump afirmaram ter provas de que a Moonshot se envolveu em um esforço secreto e em larga escala para treinar seu modelo a partir de modelos de rivais americanos por meio de um processo técnico chamado destilação. O secretário do Tesouro, Scott Bessent, disse na semana passada que "sanções" estavam sendo consideradas para laboratórios chineses que "ultrapassassem a linha do roubo de propriedade intelectual".

Zuckerberg se manifestou contra a proibição, afirmando que as empresas americanas deveriam identificar "sistematicamente" os gargalos e obstáculos para competir melhor com Pequim na corrida da IA, que ambos os países consideram crucial para a segurança e prosperidade nacional.

O chefe das redes sociais Instagram, Facebook e WhatsApp delineou, na terça-feira, uma visão de "IA para todos" e reiterou seu apoio a modelos "abertos", que os usuários podem personalizar e executar em seu próprio hardware, sendo populares entre os desenvolvedores chineses.

Ele alertou para o risco de a IA se tornar "centralizada" nas mãos de alguns poucos grupos poderosos. As declarações pareceram ser uma crítica contundente às rivais Anthropic e OpenAI, que atualmente dominam o mercado de chatbots com modelos de IA proprietários e "fechados".

Zuckerberg — que tem cortejado Donald Trump desde sua campanha de reeleição e retorno à Casa Branca — também abordou como os EUA poderiam regulamentar o lançamento de novos modelos.

Ele afirmou que tanto a revisão por pares quanto a avaliação criteriosa podem ser positivas para o setor, se "realizadas de forma adequada por pessoas criteriosas". No entanto, Zuckerberg alertou que as principais empresas de IA não devem exercer influência excessiva.

"Sempre existe a questão da captura regulatória quando um grupo de empresas com seus próprios interesses realiza a revisão por pares", disse Zuckerberg. "Será que os laboratórios de ponta... vão querer um modelo de código aberto para ter sucesso? Acho que houve alguns sinais contraditórios sobre isso."

Espera-se que o governo Trump anuncie, já nesta semana, um plano voluntário para que os desenvolvedores de modelos de IA submetam suas ferramentas para testes antes do lançamento.

O diretor-executivo da Anthropic, Dario Amodei, defendeu regulamentações mais rigorosas para a inteligência artificial, enquanto Demis Hassabis, chefe do Google DeepMind, propôs uma "organização autorreguladora, semelhante à Autoridade Reguladora do Setor Financeiro (Finra)", que poderia definir padrões para o setor.

> Há o risco de a IA se tornar centralizada nas mãos de poucos grupos poderosos
> *Mark Zuckerberg*

A tentativa de se chegar a um acordo sobre um sistema de avaliação de novos modelos surge depois de a Casa Branca ter restringido, em junho, a tecnologia mais avançada da Anthropic, devido a receios de que a sua capacidade de detectar vulnerabilidades de cibersegurança pudesse perturbar o sistema financeiro global.

Zuckerberg disse ao Financial Times que restringir as ferramentas mais poderosas não era a resposta certa para as preocupações com a segurança cibernética, já que elas também poderiam ajudar as empresas a encontrar maneiras de identificar e corrigir vulnerabilidades.

Ele se referiu a um incidente da semana passada, quando um programa da OpenAI escapou do controle humano e invadiu os sistemas de uma startup. "Vimos algumas violações de segurança em grandes modelos [em que], basicamente, a empresa que sofreu a invasão não tinha acesso aos modelos de ponta fechados porque o acesso era restrito... então, eles recorrem a modelos de código aberto para corrigir os problemas", disse ele.

A OpenAI e a Anthropic declararam-se contrárias a restrições a modelos abertos. No entanto, Amodei afirmou discordar da ideia de que "modelos com pesos abertos necessariamente facilitem o desenvolvimento de salvaguardas ou que o amplo acesso a recursos necessariamente beneficie mais os defensores do que os atacantes". [Pesos abertos são sistemas de inteligência artificial cujos parâmetros numéricos finais, resultantes do treinamento da rede neural, são disponibilizados publicamente para download]

Zuckerberg tem investido bilhões de dólares no desenvolvimento do que ele chama de "superinteligência pessoal" e tem se concentrado principalmente na construção de modelos abertos, mas estes têm ficado atrás das capacidades de seus concorrentes em laboratórios de ponta. Recentemente, sua empresa lançou seu próprio modelo fechado, o Muse Spark, abrindo uma nova fonte de receita, embora tenha citado questões de segurança como motivo para manter o modelo em sigilo.

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Na Justiça

A Meta Platforms enfrenta um novo processo judicial no Tennessee, nos EUA, acusada de enganar seus usuários sobre a segurança de sua plataforma — Instagram e Facebook. Trata-se de uma das ameaças jurídicas mais graves nos 22 anos da empresa, segundo The Wall Street Journal. Este é só mais um entre os milhares de processos judiciais contra a empresa fundada por Mark Zuckerberg. O imenso volume de processos envolve tanto ações coletivas quanto individuais movidas, principalmente, em tribunais estaduais e federais americanos. Os casos mais emblemáticos envolvem acusações de viciar jovens nas redes sociais, danos à saúde mental dos usuários, disputas antitruste e trabalhistas. Outro julgamento em um tribunal federal em Oakland, previsto para agosto, contém acusações de quatro procuradores-gerais. Somadas, as indenizações pleiteadas pelos Estados chegam a US$ 1,4 trilhão. No cenário antitruste, a Meta se envolveu em uma das maiores disputas jurídicas. A Comissão Federal de Comércio dos EUA (FTC) acusa a empresa de eliminar a concorrência ao adquirir o Instagram em 2012 e o WhatsApp em 2014. Zuckerberg venceu a primeira fase do processo, mas a FTC recorreu e o caso segue em tramitação.

Ataques que usam imagens, vozes e identidades falsas crescem 126%, diz ANPD

Debora Leite
Do Rio

O Brasil concentrou 39% dos casos de "deepfake" registrados na América Latina no ano passado e teve um aumento de 126% no número de ataques que usam imagens, vozes e identidades falsas em relação a 2024.

Os dados estão no sexto volume da série Radar Tecnológico, divulgado nesta quarta-feira (29) pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Segundo o órgão, a popularização da inteligência artificial generativa tornou os golpes mais sofisticados ao combinar clonagem de voz e imagem com técnicas já conhecidas de fraude.

O estudo explica como funcionam as "deepfakes" e analisa os impactos da tecnologia para a proteção de dados e a segurança digital. A publicação também faz parte das novas atribuições da ANPD, como a responsabilidade na fiscalização de plataformas digitais, na gestão de riscos e na proteção dos usuários, especialmente de grupos vulneráveis. Segundo a agência, as "deepfakes" não criaram um novo tipo de golpe, mas aumentaram a eficiência de fraudes que já existiam.

Com vídeos e áudios manipulados, criminosos conseguem se passar por executivos, políticos, celebridades ou até familiares para convencer vítimas a fazer transferências, investir em falsas oportunidades ou compartilhar informações pessoais.

O relatório cita casos de vídeos falsos, usados para divulgar investimentos inexistentes, e conteúdos que utilizavam marcas conhecidas para prometer falsas indenizações por vazamentos de dados.

O estudo também alerta para o aumento da clonagem de voz e imagem de parentes, chefes e colegas de trabalho para pedir transferências bancárias ou pagamentos urgentes.

Nas conclusões, a ANPD afirma que o avanço das "deepfakes" exige não apenas soluções tecnológicas e novas regras, mas também maior educação digital da população.

Para o órgão, em um cenário em que imagens e áudios podem ser facilmente manipulados, preservar a confiança nos ambientes digitais passa a ser um dos principais desafios para a proteção de dados e dos direitos dos cidadãos.

Varejo Movimento busca acelerar ganho de rentabilidade, ainda abaixo de suas rivais diretas

Pernambucanas troca CEO e diretor financeiro, e ex-GPA assume gestão

Adriana Mattos
De São Paulo

Dois anos após a última mudança na linha de frente do grupo, a Pernambucanas faz novas alterações no comando, com a chegada de Marcelo Pimentel (ex-Marisa e ex-GPA) para a presidência, e de Ernane Abrahão (ex-Avenida) para a diretoria financeira. A decisão foi comunicada internamente ontem (29).

A intenção é acelerar ganho de rentabilidade — a Pernambucanas melhorou margens em 2025, mas seu número ainda está abaixo do mercado, e distante de suas rivais diretas. Somado a isso, as perdas cresceram: no ano passado, foram R$ 410 milhões em prejuízo líquido, alta de 57% sobre 2024, pressionada por despesas financeiras mais altas e vendas que crescem a metade da inflação.

Além da troca no operacional, após 13 anos à frente do conselho de administração, Martin Mitteldorf deixará o cargo para a chegada de Carlos Henrique de Mello Junior, há cinco meses no colegiado. Mitteldorf ficará como membro.

Por conta da chegada dos novos executivos, num processo coordenado pelo conselho, e que ganhou força nos últimos três meses, Ricardo Doebeli deixará o cargo de CEO da varejista assim como Mauricio Hasson não será mais líder do braço financeiro.

"Já deveríamos estar lá, no mesmo patamar [de outras redes]", diz Mello, ao ser questionado sobre o "gap" de margem bruta da empresa em relação aos concorrentes. "Temos espaço para crescer isso de forma mais contínua e crescente, e para tanto, precisávamos de um executivo com conhecimento profundo de varejo, que já entra 'jogando' e que saiba mexer nas alavancas para ganharmos maior velocidade nisso", afirma ele.

Pelos últimos dados, a empresa passou de margem bruta de varejo de 41,8% para 46%, de 2024 para 2025, pela melhora no "mix" de produtos vendidos e disciplina na execução de algumas medidas tomadas na área comercial na antiga gestão. Em um dos movimentos, a Pernambucanas tratou de tirar das prateleiras aquilo que não vendia, diminuindo a tolerância de peças que não iam bem e reduzindo erros em categorias sazonais.

Se faz calor, por exemplo, acelerou a exposição de produtos de verão para não perder a janela de venda. Ao mesmo tempo, controlou gastos e foi cortando despesas, o que melhorou a linha da margem Ebitda, que mede lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação. Esse índice (ajustado) passou de 3,8% negativo em 2024 para 1,6% positivo um ano depois.

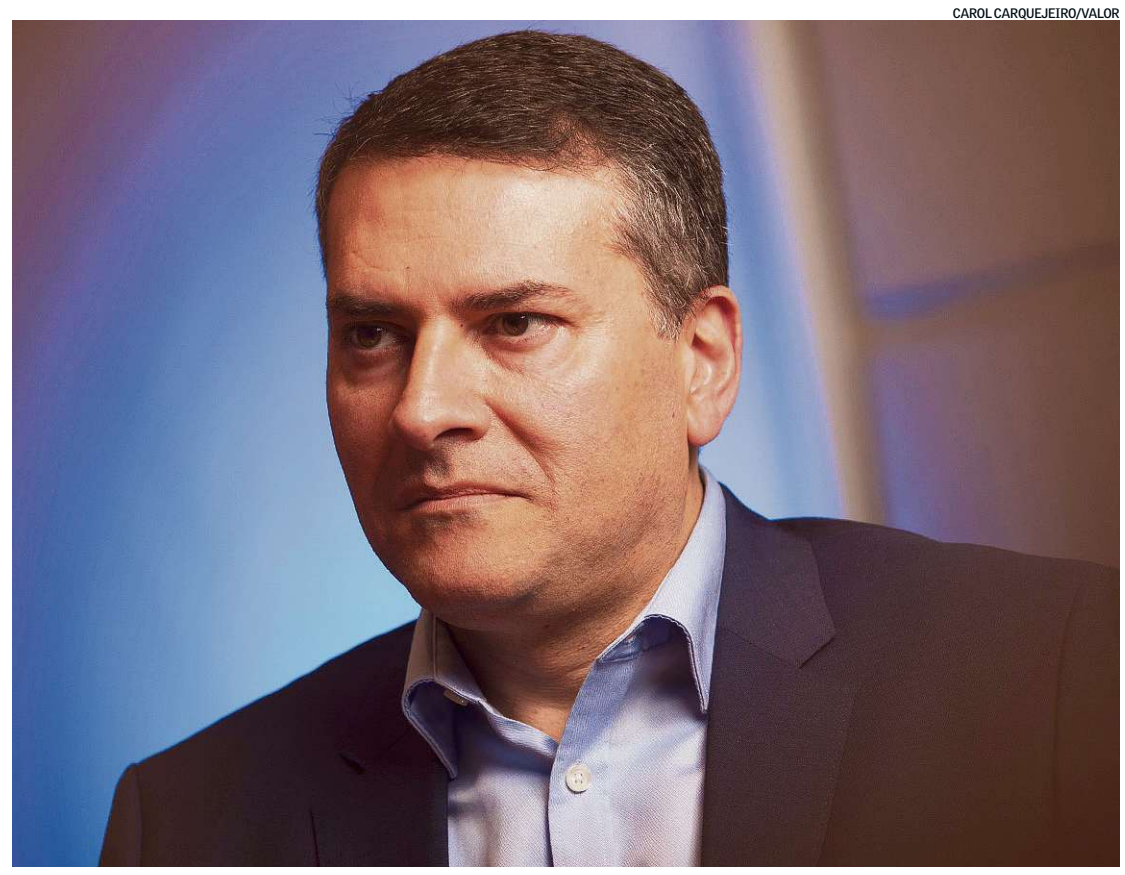
Isso quer dizer que um trabalho foi sendo feito. A questão é que o potencial da empresa é maior do que o que ela entrega, e isso já tem alguns anos. Na Marisa, por exemplo, que não está no seu melhor momento e passou por uma dura fase de reestruturação, a margem bruta está oito pontos acima da Pernambucanas (53% em 2025), e a margem Ebitda foi de cerca de 24% no ano passado.

Mello fala também em trabalhar melhor as próprias coleções, depois de uma qualificação do mix feita no último ano. "Às vezes, a gente tem o produto de qualidade, ele está lá, mas não conseguimos ter essa percepção de qualidade."

Em junho, o **Valor** informou que a PwC Brasil, auditoria da rede, relatou nas notas explicativas do balanço de 2025 a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da cadeia, após ela apresentar prejuízos repetitivos e excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R$ 698 milhões. A mudança no comando não tem relação com esse fato, diz o grupo, mas sinaliza alto volume de vencimentos de dívida no curto prazo.

O presidente do conselho menciona a necessidade de uma estratégia mais segmentada de preço e produtos por áreas — algo que acabou sendo básico na estratégia do varejo de moda nos últimos anos, até para evitar o que ele próprio chama de "lojas abarrotadas de roupas", algo que afugenta determinados clientes e afeta a percepção de marca.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR



Marcelo Pimentel, ex-Marisa e ex-GPA, assume o grupo após prejuízo líquido de R$ 410 milhões no ano passado

Sobre a venda, os números mostram que em 2025 a receita líquida cresceu 1,8%, sem contar a área de telefonia, que vem sendo reduzida após a saída desse negócio por parte da empresa. A expansão é menos da metade da inflação acumulada no período (para efeito de comparação, a Marisa, que atua na mesma faixa de renda da Pernambucanas, cresceu 6,5% em receita em 2025).

Outro trabalho que deve ser intensificado será na financeira da varejista, a Pefisa. Os números de 2025 mostram que a empresa precisou trabalhar a qualidade do crédito no último ano, após aumento na perda para devedores duvidosos — reflexo da elevação no crédito concedido que teve como efeito crescimento na inadimplência anos atrás.

O trabalho para mudar essa rota melhorou os números de 2025 — a perda para devedores duvidosos caiu quase 20% no ano passado, e o prejuízo caiu 70%, para R$ 55 milhões no período.

Mas a varejista entende que precisa voltar mais pesadamente o "canhão" da financeira para seu negócio de varejo. Isso porque a Pernambucanas consegue crescer, na receita com vendas, com a concessão de crédito para seu público C e D.

"A Pefisa tem um ativo relevante que é a sua carteira de crédito poderosa de R$ 4,3 bilhões. Temos um público que precisa dessas linhas. E vamos voltar esse canhão para eles", disse Mello. "Isso de que vou ser Nubank, isso você esquece. Fomos revendo essa política", disse.

A Pefisa atuava como provedora de infraestrutura de "banking as a service", gerenciando soluções de serviços financeiros e emissão de cartões de crédito para marcas parceiras, e foi fazendo recentemente uma redução nessas parcerias.

A empresa manteve acordos com a Leroy Merlin (Leroy Pay / Cartão Celebre) e o Palmeiras (Palmeiras Pay/Cartão Palmeiras), mas deixou de trabalhar com Carmen Steffens, por exemplo, e outras marcas. A Pefisa é liderada pelo executivo Gustavo Guedes (ex-Realize, da Renner).

Para que a negociação com Pimentel e Abrahão avançasse, foi preciso garantir estabilidade na governança construída nos últimos dois anos. Seria difícil atrair profissionais de mercado com o risco de interferência do grupo de acionistas da família sobre a gestão.

Em 2024, um acordo fechado pelos 35 acionistas que formavam seis blocos familiares protegeu a administração. Os executivos contratados tiveram acesso ao teor do acordo de acionistas.

As decisões dos sócios passaram a se concentrar no conselho, em que cada bloco tem um membro indicado, num total de seis integrantes no colegiado. Por conta desse cenário, Anita Harley, por exemplo, uma das sócias da empresa, e em coma há dez anos, tem um membro indicado.

Ines249

Futebol A Globo vai transmitir os 64 jogos em 2027 na TV aberta, na SporTV, no Globoplay e na geTV

Copa Feminina já atrai 62% dos brasileiros

Daniela Braun
De São Paulo

A cerca de 10 meses do início da Copa do Mundo Feminina de 2027, 62% dos brasileiros têm interesse pelo futebol feminino e 60% pretendem assistir à 10ª edição do torneio, que acontece pela primeira vez no Brasil, entre 24 de junho e 25 de julho.

A audiência de torcedores interessados pelo torneio sinaliza às marcas que o público do mundial não é majoritariamente feminino, mas está equilibrado entre homens (51%) e mulheres (49%) no país, revela a pesquisa "Interesse do Brasileiro pelo Futebol Feminino", realizada em julho pela plataforma GloboAds. Os dados inéditos foram apresentados nesta quarta-feira (29) durante o lançamento da estratégia de publicidade da empresa a agências e anunciantes, em São Paulo.

"É uma Copa com muita afinidade entre mulheres, mas que vai transcender, com toda certeza, a questão de gênero", disse a gerente de Inteligência de Negócios da Globo, Flávia Toledo, ao apresentar os dados. A pesquisa mostra que 64% dos torcedores interessados no torneio moram com os filhos, "trazendo a família para assistir à competição", lembra a executiva.

Os atributos dados aos torcedores brasileiros para a Copa feminina incluem inspiração, equidade e transformação social, lembra Toledo. "O futebol feminino nunca é só sobre o jogo. O consumidor de futebol feminino tem muito claro que é sobre propósito", afirmou.

O levantamento realizado pela Globo mostra que 8 entre 10 pessoas acreditam que esta é uma modalidade capaz de promover uma transformação social. "Os brasileiros praticamente estão fazendo um abaixo-assinado para que as marcas se envolvam com o futebol feminino", comentou a executiva. Entre os pesquisados, 78% concordam que o futebol feminino tem um potencial comercial inexplorado, segundo a pesquisa.

A cobertura multiplataforma da Globo começa com o sorteio dos grupos, em dezembro, e terá a transmissão de todos os 64 jogos da competição em 2027, na TV aberta, no canal SporTV, no Globoplay e na geTV. "Esta é uma Copa de todos os jogos, plataformas, histórias, formatos e conversas", disse o diretor de produtos publicitários em canais da Globo, Cláudio Paim, ao apresentar o plano comercial para Copa feminina.

GABRIEL REIS/VALOR

Cláudio Paim, da Globo: "Publicidade 'a serviço de' e de forma integrada"

E vai além dos jogos. A estratégia inclui tema de novela, ações em redes sociais e presença no cinema. A Globo Filmes é uma das coprodutoras da cinebriografia "Marta", sobre a história da estrela do futebol feminino Marta Vieira da Silva, com produção e distribuição da Conspiração.

"O mais importante é conseguir passar ao consumidor uma publicidade 'a serviço de' e de forma integrada. Qualquer coisa diferente disso é considerada intervenção e publicidade ruim", frisou Paim.

O histórico de transmissões do futebol feminino pela Globo — em sua terceira Copa feminina transmitida na TV aberta, primeira na geTV e a sexta pela TV paga — também foi destacado como um canal de apoio e visibilidade para a modalidade esportiva.

"Grandes eventos esportivos viram cultura quando uma transmissão se transforma em uma experiência compartilhada por um país inteiro. E essa construção exige investimento, continuidade, narrativa e capacidade de mobilização", destacou a diretora de negócios da Globo, Manzar Feres. "Esse é o compromisso que assumimos na Globo: fortalecer o futebol feminino, ampliar sua visibilidade e criar conexões capazes de transformar partidas em conversas, atletas em referências e competições em acontecimentos nacionais."

O número de patrocinadores da Copa do Mundo Feminina na Globo aumentou de dois, em 2019, para 11 em 2023. O evento realizado na Austrália e na Nova Zelândia alcançou mais de 63 milhões de pessoas na Globo, mesmo em um fuso horário pouco favorável. A empresa, que também transmite campeonatos femininos nacionais e internacionais, disse que o "Brasileirão Feminino", cuja final ocorre em outubro, teve todas as cotas comerciais vendidas.

IA promete a consumidores um guarda-roupa inteligente

Moda

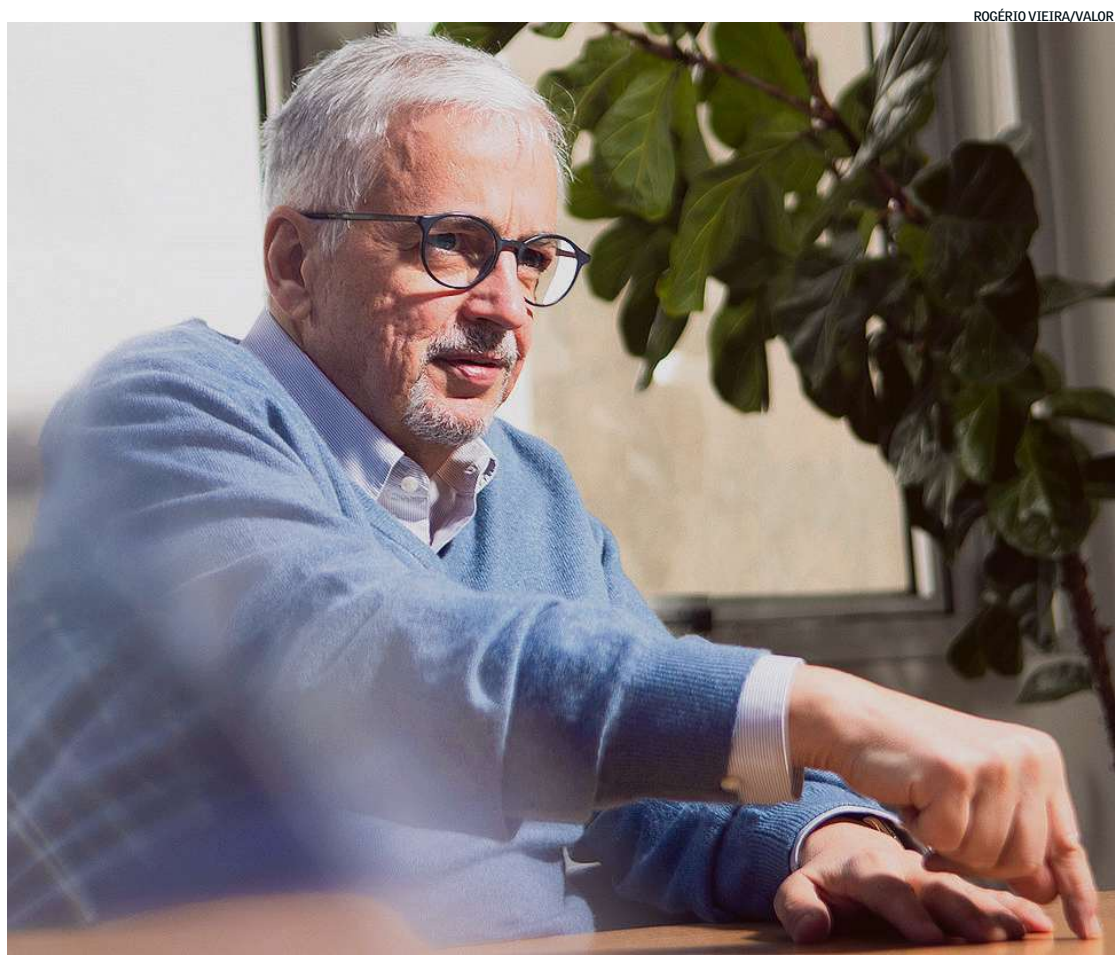
Natália Flach
De São Paulo

O que parecia uma invenção de Hollywood começa a se tornar realidade. No filme "As Patricinhas de Beverly Hills", lançado nos anos 1990, um guarda-roupa inteligente ajudava a protagonista a escolher o que vestir. Hoje, startups e gigantes de tecnologia levam essa experiência aos consumidores graças a softwares — com inteligência artificial — capazes de sugerir combinações, simular provas virtuais e indicar peças a partir do que a pessoa já tem no armário ou de produtos disponíveis na internet.

A startup brasileira Doris.AI é uma das empresas que apostam nessa nova fronteira da moda. A companhia desenvolveu um aplicativo que simula o caimento das roupas e sugere novas combinações. Para isso, o usuário precisa tirar fotos do próprio corpo e das peças que já possui no armário. Ele também pode pedir para o software fazer buscas na internet de "looks" à venda. Com base nesses dados, a IA é capaz de fazer recomendações e, conforme o consumidor dá retorno sobre as sugestões, a ferramenta aprende as preferências e se torna mais assertiva.

À frente da startup está Marcos de Moraes, empreendedor que participou da criação da Zip.net — um dos principais portais da internet brasileira no fim dos anos 1990, vendido posteriormente por US$ 500 milhões — e fundador da marca de cachaça premium Sagatiba, adquirida pela Campari em 2011 por US$ 26 milhões. Agora, ele aposta no avanço da IA como uma transformação comparável ao nascimento da internet. "Eu tinha uma certeza de que jamais veria nada igual ao nascimento da internet novamente. Que bom que estava errado", diz.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR



"Tinha certeza que não veria nada igual ao nascimento da internet. Que bom que estava errado"
Marcos de Moraes

Inicialmente desenvolvida para oferecer provadores virtuais a varejistas de moda, como Reserva e Zapalla, a Doris mudou de estratégia com a evolução da IA e passou a focar o consumidor final. Ao todo, já foram investidos cerca de R$ 45 milhões no desenvolvimento da plataforma, e a empresa iniciou conversas com fundos, principalmente internacionais, para a expansão.

"O e-commerce ficou velho", diz Moraes. Para ele, os sistemas atuais ainda são fragmentados, com recursos separados para provador virtual, recomendação de produtos e medidas corporais. A Doris pretende concentrar essa jornada em um único aplicativo.

Logo após o lançamento da versão beta em maio, disponibilizada inicialmente por convite, o aplicativo registrou mais de 100 mil downloads, alcançou 53 mil usuários ativos, acumulou 1,8 milhão de provas virtuais ("try-ons") e criou mais de 100 mil avatares digitais. Segundo a empresa, a meta de usuários prevista para setembro foi alcançada nas primeiras semanas de operação.

A expectativa é acelerar o crescimento neste segundo semestre por meio de influenciadores e ações de marketing, a fim de ganhar escala. A empresa espera fechar 2026 com faturamento de US$ 100 mil e projeta atingir o ponto de equilíbrio financeiro em 2028, quando as receitas devem compensar as despesas da operação.

A movimentação em torno do guarda-roupa digital, entretanto, não se restringe às startups. O Google também investe nessa frente com o Provador Virtual, recurso disponível no ecossistema do Google Shopping que permite experimentar virtualmente roupas e calçados a partir de uma foto do usuário. A ferramenta foi lançada nos Estados Unidos no ano passado e chegou ao Brasil no fim de maio, como parte de uma expansão gradual que hoje alcança 18 países.

Segundo Ivan Patriota, que comanda a área de parcerias de comércio online do Google na América Latina, o recurso foi desenvolvido para preservar a privacidade dos usuários. "O Google armazena a foto temporariamente para permitir a experimentação contínua de peças sem fricção. A empresa não acessa a imagem, não a compartilha com terceiros ou outros serviços e não a utiliza para treinar modelos de IA", afirma.

Segundo ele, a ferramenta está em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), é restrita a usuários com 18 anos ou mais e permite que a imagem seja excluída a qualquer momento. O recurso está disponível apenas na área de Busca, na aba Shopping e no Google Imagens. Ao escolher uma peça, o consumidor é direcionado ao site do varejista para concluir a compra. "Queremos ser a plataforma mais completa para a exibição de produtos na internet, atuando como a maior vitrine de descobertas do mundo", diz Patriota. O Google, observa, não recebe comissão pelas vendas realizadas pelos e-commerces.

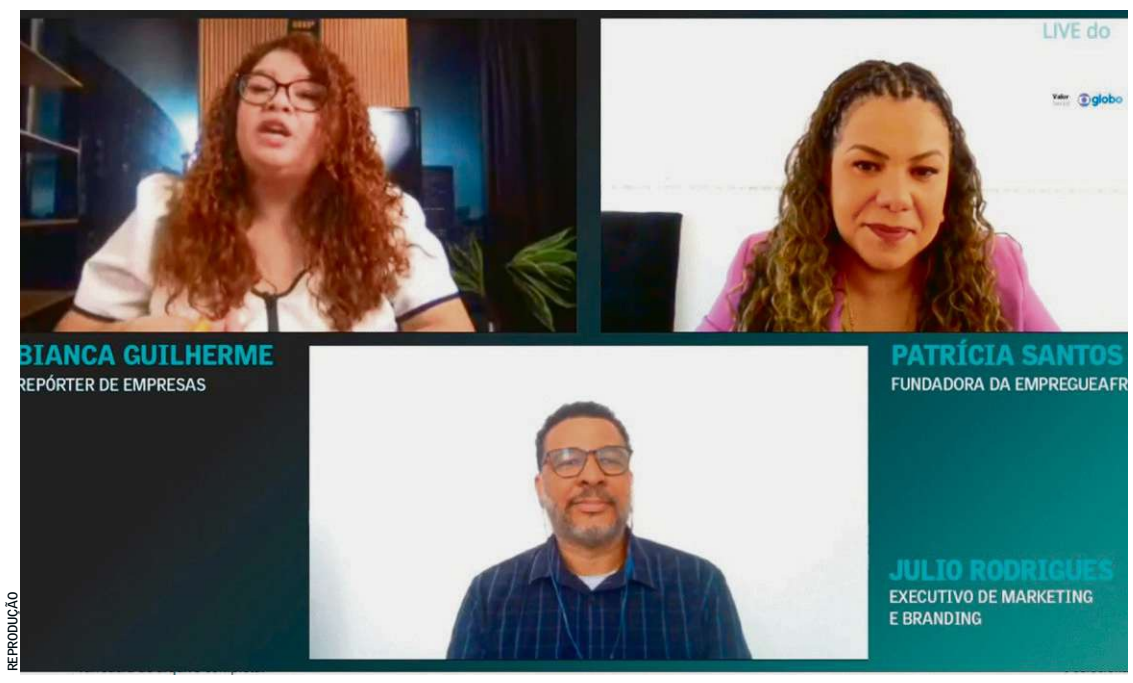
Além das grandes plataformas de tecnologia, empresas especializadas em produtos para o varejo ampliam sua atuação nesse mercado. É o caso da brasileira Sizebay, que fornece tecnologia para marcas como Dolce & Gabbana, Armani, Gucci, Netshoes e Renner. A empresa vem ampliando sua plataforma com recursos de IA, como recomendação do que vestir e provas virtuais das roupas no consumidor. Hoje, está presente em cerca de 1 mil e-commerces distribuídos em 56 países.

"A gente saiu de uma empresa de recomendação de tamanho de roupas para ajudar o consumidor a se vestir", afirma o fundador e diretor de produto da Sizebay, Janderson Araujo. Segundo ele, a evolução começou com a indicação do tamanho ideal a partir de informações como peso, altura e idade, avançou para a sugestão de peças semelhantes e combinações de roupas e, mais recentemente, passou a permitir que o usuário veja como um produto ficará em seu próprio corpo por meio de IA. Esse movimento ganhou impulso após a união com a empresa de tecnologia focada em moda Audaces, há dois anos, que ampliou a capacidade de desenvolvimento tecnológico da Sizebay.

"O 'try on' nasce de uma demanda dos consumidores que querem uma experiência mais próxima da loja física. No virtual, a pessoa não pode vestir a roupa. Agora ela consegue se ver usando aquele produto", diz Araujo. Segundo ele, a tecnologia reduz a insegurança na compra e ajuda a diminuir devoluções. "Ela ajuda o usuário a se enxergar e levar a peça para casa com menos incerteza."

A ferramenta também envolve o processamento de imagens dos usuários, uma etapa que, segundo Araujo, segue as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). "O proprietário da foto é o usuário. A imagem é processada e destruída. A gente devolve o resultado para o cliente, mas não salva a imagem."

Live do Valor



REPRODUÇÃO

As empreendedoras negras das favelas ainda são pouco reconhecidas pelas empresas, apesar de concentrarem capacidade de inovação, conhecimento do consumidor e potencial para impulsionar resultados. Nesta quarta-feira (29) o Valor discutiu, em uma live, como as marcas podem transformar diversidade em estratégia de crescimento. Participaram Patrícia Santos, fundadora da EmpregueAfro, Julio Cesar Rodrigues, pesquisador de comportamento do consumidor e professor da PUC-Rio, e a repórter Bianca Guilherme. De acordo com o Tracking das Favelas 2026, feito pela Nós – Inteligência e Inovação Social, as mulheres comandam 61% dos empreendimentos nas favelas brasileiras e, entre elas, 65% se declaram pretas ou pardas.

O Valor informa, analisa e contextualiza as notícias que realmente importam. Acesse valor.globo.com

FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº: 104/2026 - FCF

PROCESSO Nº: 154.00006594/2026-74.

A Faculdade de Ciências Farmacêuticas torna público aos interessados que realizara licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob **Nº: 104/2026** - FCF, do tipo menor preço, cujo objeto é **Aquisição de insumos para o laboratório DEINFAR,** conforme especificações e condições constantes em Edital o seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia **30/07/2026** a partir das 08:00, estando a sessão de disputa agendada para o dia **12/08/2026**, às 09:00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal – Compras.Gov" através do sitio: **https//www.gov.br/compras/pt-br.** O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **30/07/2026,** na página do **Compras.gov.br.**

AVISO DE LICITAÇÃO
UASG 931437 - FACULDADE DE MEDICINA DE BAURU – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão Eletrônico - 90010/2026
Nº Processo: 154.00009995/2026-86
Objeto: AQUISIÇÃO DE BIOIMPEDANCIOMETRO, DETECTOR ULTRASONICO DE FLUXO SANGUINEO, LENTE OFTALMICA, MESA ELÉTRICA OFTALMOLÓGICA, MOCHO EXAMINADOR OFTALMOLÓGICO, OFTALMOSCÓPIO DIRETO, TONOMETRO OFTALMOLÓGICO E VIDEOLARINGOSCÓPIO
Total de Itens Licitados: 08 (OITO)
Valor total da licitação: 129.243,91 (Cento e vinte e nove mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos)
Disponibilidade do edital: 30/07/2026 **Horário:** das 08H00 às 17H00
Endereço: Alameda Octávio Pinheiro Brisolla, 9-75 - Vila Universitária - Bauru - SP
Link do PNCP: www.gov.br/compras, www.pncp.gov.br, www.doe.sp.gov.br e https://portalservicos.usp.br/contratacoes
Entrega das Propostas: a partir de 30/07/2026 às 08H00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 12/08/2026 às 09H00 no site: www.gov.br/compras. **Fonte:** DOESP e PNCP

Abastecimento Informação é do MDA; medida é parte do pacote de combate aos efeitos do El Niño

Governo vai comprar grãos a preço de mercado

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo deverá autorizar a compra de arroz e milho para formação de estoques públicos por valor até 25% acima do preço mínimo, disse a ministra do Desenvolvimento Agrário (MDA), Fernanda Machiaveli. A aquisição de grãos para formação de estoques foi uma das medidas anunciadas ontem pelo Executivo como parte do pacote de R$ 1,3 bilhão para combater eventuais efeitos do fenômeno El Niño na economia do país.

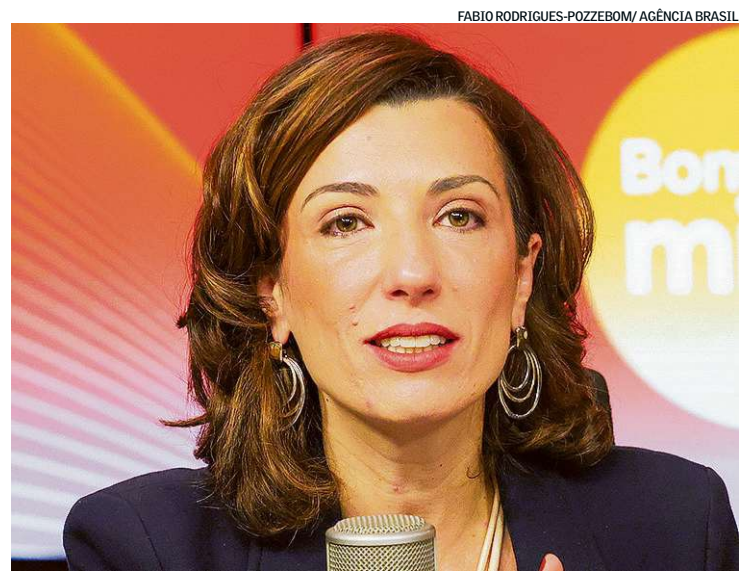
Ao **Valor**, a ministra disse que medida vai facilitar a aquisição de arroz e milho pela cotação de mercado neste momento e garantir a disponibilidade dos produtos para enfrentamento de possíveis impactos do El Niño.

A compra será feita por meio de leilões de Aquisição do Governo Federal (AGF) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os detalhes serão divulgados assim que o recurso extraordinário, de R$ 849 milhões, for disponibilizado. Outros R$ 60,1 milhões deverão ser desbloqueados do orçamento da estatal para aplicação nessas operações. A Conab poderá adquirir 310 mil toneladas de arroz e 180 mil toneladas de milho para formação de estoques.

A ministra disse ainda que o governo deverá discutir, em uma segunda rodada, ações para o controle do risco inflacionário em 2027 atrelado ao El Niño. A intenção da Pasta será incluir medidas para outros produtos da alimentação básica, como feijão e trigo, insumo de pães e massas.

Ela afirmou que propôs à Casa Civil que o texto da Medida Provisória sobre as ações de combate a efeitos do El Niño incorpore um artigo do projeto de lei 1.384/2011, aprovado recentemente na Câmara dos Deputados e que aguarda votação no Senado Federal, que autoriza o pagamento acima do preço mínimo.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Fernanda Machiaveli, do MDA: governo se antecipa à emergência climática

A medida possibilitará, por exemplo, a compra de arroz por valor superior ao preço mínimo, que é de R$ 63,74 a saca de 50 quilos no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A ministra ressaltou, porém, que a autorização não significa que o preço pago pelo governo será 25% maior que o mínimo. Disse ainda que a compra será feita pela menor cotação oferecida nos leilões. "Vamos conseguir fazer a compra do arroz neste momento. Se não comprar agora, não faz estoques e não resolve o problema".

Segundo ela, a confirmação da ocorrência de um El Niño forte vai impactar a região Sul com chuvas intensas no momento da semeadura do arroz e gerar risco de quebra de safra.

Os estoques públicos têm cerca de 280 mil toneladas de arroz hoje. Com a nova compra, serão quase 600 mil toneladas estocadas, ou 5,2% do consumo anual do país, um número de segurança mirado pelo governo. Machiaveli disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou que quer "estoques robustos agora para fazer frente ao El Niño no fim do ano".

Além das medidas para combate ao El Nino, o Ministério do Desenvolvimento Agrário deverá anunciar o lançamento de novos contratos de opção de compra do arroz para estimular o plantio na safra 2026/27. Os recursos serão previstos no orçamento de 2027.

"É a primeira vez que nos antecipamos para uma emergência climática, teremos recursos à mão para ações, desde energia a abastecimento de alimentos, antes da ocorrência", acrescentou.

Mais à página A2

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site
valor.com.br/agro

JBS faz parceria com sul-coreana Highland Foods

Frigoríficos

Mariana Letizio
De São Paulo

A JBS, líder global do mercado de carnes, assinou anteontem (28) um memorando de entendimento com a sul-coreana Highland Foods para estabelecer uma "parceria estratégica global de negócios". O acerto aparece em documento ao qual o **Valor** teve acesso.

O acordo ocorreu logo depois que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a previsão de uma visita de autoridades sanitárias sul-coreanas ao Brasil em agosto, como parte do processo de negociações para a abertura do mercado coreano à carne bovina brasileira.

O memorando firmado entre JBS e Highland Foods prevê o fortalecimento da cooperação comercial das duas empresas no longo prazo, a ampliação de oportunidades de mercado, promoção da inovação e aumento da presença dos produtos da JBS na Coreia e em outros mercados estratégicos.

A assinatura ocorreu durante a Mesa Redonda Empresarial Brasil-Coreia, evento ocorrido em São Paulo (SP) e organizado pela ApexBrasil e pela Federação das Indústrias da Coreia (FKI). Formalizaram a parceria o presidente do conselho de administração da JBS, Jerry O'Callaghan, e a fundadora e CEO da Highland Foods, Young Mi Youn.

Durante o evento, foram firmados outros cinco acordos relacionados a inovação, fármacos, inteligência artificial e setor aeroespacial, entre outras áreas.

> Acordo prevê promoção de produtos da JBS na Coreia do Sul e outros mercados

Fundada em 1999, a Highland Foods é uma trading que atua na importação, processamento, logística e distribuição de carne bovina, suína, de frango e cordeiro. A empresa tem parcerias para suprimento de produtos em 19 países nas Américas do Norte e Sul, sudeste Asiático, Europa e Oceania. No ano passado, suas vendas foram de US$ 876,4 milhões.

De acordo com a Highland Foods, o Brasil desempenha um papel fundamental como fornecedor estratégico de carne de frango, consolidando a confiança da companhia na qualidade da produção brasileira por meio de contratos de longo prazo.

A Mesa Redonda Empresarial Brasil-Coreia faz parte de uma agenda mais ampla da visita de Estado do presidente da Coreia do Sul, Lee Jae-myung, ao Brasil. Na segunda-feira (27), o presidente coreano esteve em Brasília com Lula, e no encontro entre os líderes ocorreu o anúncio da criação de um grupo de trabalho voltado a destravar as negociações no âmbito do acordo comercial entre o Mercosul e o país asiático, paralisadas desde 2019.

valor.com.br

Balanços

Lucro da Pilgrim's tem forte queda

A Pilgrim's Pride, companhia americana de frango controlada pela brasileira JBS, encerrou o segundo trimestre de 2026 com lucro líquido de US$ 13,2 milhões, um resultado bem inferior ao de um ano antes, quando o lucro foi de US$ 356 milhões. A receita líquida caiu 2,8%, a US$ 4,626 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado teve um declínio de 47,6%, para US$ 360 milhões.

valor.com.br/agro/

Prêmio VALOR INOVAÇÃO Brasil 2026

MARCAS QUE INOVAM MERECEM RECONHECIMENTO.

Por isso, você não pode perder a entrega do **Prêmio Valor Inovação Brasil 2026.**
Resultado de uma avaliação criteriosa das práticas de inovação das empresas brasileiras, o prêmio reconhece as organizações que mais se destacam no país e em seus respectivos setores.

Conheça as empresas mais inovadoras do Brasil.
Dia 3 de agosto, a partir das 19h30
nas redes sociais do Valor Econômico.

Patrocínio Prata — itaú; Governo do Estado Rio Grande do Sul; VISA
Patrocínio Bronze — bradesco seguros
Apoio — strategy& Part of the PwC network
Realização — Valor Econômico; Época Negócios

Ines249

Agro & negócios

Por GLOBORURAL

Insumos Estimativas indicam queda de até 10 milhões de toneladas nas entregas de produtos, reflexo da alta de preços devido ao conflito no Irã

Guerra e crise no agro derrubam demanda por fertilizantes no país

Danton Boatini Júnior
De São Paulo

Cinco meses após o início do conflito no Oriente Médio, a indústria de fertilizantes no Brasil já dá como certa uma redução de ao menos 10% nas entregas de produtos para a safra 2026/27. A instabilidade logística desencadeada pela guerra, que elevou os preços do insumo, é um dos fatores que bagunçaram o quadro, mas não o único. O endividamento no campo brasileiro, o crédito mais caro e a rentabilidade menor das principais culturas contribuem para agravar a situação e atrasam as aquisições de fertilizantes pelos produtores.

Para a próxima safra de soja — que começa a ser plantada em setembro em algumas regiões do país —, as principais empresas do segmento estimam que cerca de 80% das aquisições foram efetuadas. O número é cinco pontos percentuais inferior ao de igual período da safra passada. Para o milho de segunda safra, as compras estão em 30% — há um ano eram 35%.

Apesar do atraso, a percepção é de que o mercado de fertilizantes deve recuar menos do que se imaginava inicialmente por causa da guerra. Eduardo Monteiro, country manager da MosaicFertilizantes no Brasil e no Paraguai, diz, em entrevista ao **Valor**, que a comercialização ganhou fôlego nas últimas três semanas, impulsionada por uma reação nos preços da soja. Durante esse período, segundo ele, foram comercializadas cerca de 3 milhões de toneladas do insumo no mercado brasileiro em geral.

Como a relação de troca entre a soja e os fertilizantes melhorou, os negócios avançaram. "As últimas três semanas trazem uma dose de otimismo dentro desse contexto, mas não tiram toda a complexidade que temos ao navegar nesse cenário, que é desafiador", afirma Monteiro.

No ano passado, o volume de fertilizantes entregues no país chegou a 49 milhões de toneladas, um recorde. Para este ano, as consultorias e empresas calculam uma redução entre 5 milhões e 10 milhões de toneladas, com quedas principalmente nos volumes de nitrogênio e no fósforo. Monteiro está menos pessimista: "Ficaremos talvez no meio do caminho, ou na menor faixa, de 5 milhões", prevê.

Por trás dessas estimativas está, sobretudo, a alta dos custos de adubos nesta safra. Segundo o executivo, o fertilizante está custando duas a quatro sacas de soja a mais na comparação com o mesmo período do ano passado.

Desde o início da guerra no Oriente Médio, os preços de fosfatados e nitrogenados tiveram fortes oscilações ao sabor da situação no Estreito de Ormuz. Nas últimas semanas, os fosfatados voltaram a subir, puxados pela disparada do enxofre, insumo fundamental para sua produção e matéria-prima da indústria de baterias. Os nitrogenados também avançaram com o recrudescimento do conflito.

> "Para recompor os estoques (...), Brasil precisa acelerar suas compras nos próximos meses"
> *Tomás Pernías*

Conforme levantamento da consultoria StoneX, que acompanha o mercado de fertilizantes, a tonelada do enxofre está cotada atualmente em US$ 1.152. No início do ano, o valor era de US$ 435. No caso do MAP (fosfato monoamônico), o preço atual está na casa de US$ 890, bem acima dos US$ 635 do início do ano. A ureia, que acumula quatro semanas de alta, custa US$ 461 por tonelada. No início do ano, o valor da tonelada era US$ 404.

A escassez e a alta do enxofre, aliás, fizeram a Mosaic anunciar no dia 8 de julho uma nova rodada de redução de operações no Brasil, de forma temporária. Segundo Eduardo Monteiro, não há um prazo estipulado para retorno. Tudo depende do preço do enxofre.

Esse é outro tema que preocupa as grandes empresas de fertilizantes, uma vez que agora enfrentam a concorrência pelo enxofre com a indústria de baterias modernas. "É um setor que consegue pagar mais comparado aos preços do fertilizante", afirma Guilherme Schmitz, vice-presidente de marketing e agronomia da Yara Brasil, outra gigante do segmento.

Atualmente o estoque de fertilizantes no Brasil é cerca de 14% inferior ao de igual período de 2025. Mas isso não chega a ser um problema, na visão do executivo da Mosaic, uma vez que o mercado deverá encolher este ano no país. Esse volume seria suficiente para dois meses e meio a três meses, patamar considerado normal no mercado brasileiro.

GABRIEL REIS/VALOR

Eduardo Monteiro, da Mosaic Brasil: indústria navega em cenário desafiador

Afora a alta dos preços dos fertilizantes, a guerra no Oriente Médio também gera preocupações logísticas, segundo a indústria. Entre a importação da matéria-prima e o processamento no Brasil são cerca de três meses, desde que o produto é embarcado em países como Arábia Saudita ou Marrocos.

"Ainda tem todo o tempo de embarque, transporte, chegada ao Brasil, desembaraço, filas portuárias, o engargalamento logístico, então recomendamos que o agricultor tenha um bom planejamento", afirma Schmitz, da Yara Brasil.

Segundo ele, na Yara, 50% da matéria-prima para a produção de fertilizantes no país vem do seu próprio sistema global de produção — 25% têm origem na Europa e 25% das fábricas localizadas em Rio Grande, Ponta Grossa e Cubatão. Os outros 50% são comprados de países como China, Marrocos, Egito, Catar, Arábia Saudita, Canadá e Estados Unidos.

Apesar do cenário de restrição de matérias-primas, a empresa não teve de reduzir a produção no Brasil, afirma. "Estamos bem estáveis em termos de abastecimento de potássio. Temos conseguido uma boa diversificação de abastecimento de fósforo. Por mais que tenha abastecimento vindo da região do conflito, são parceiros que têm buscado alternativas para ajustar a logística e continuar nos abastecendo."

Ainda que não tenha mensurado o ritmo de comercialização atual de fertilizantes no país, a consultoria StoneX afirma que as importações estão atrasadas. "Isso é um sinal de alerta, porque significa que, para recompor os estoques nos mesmos níveis dos anos anteriores, o Brasil precisa, sim, acelerar suas compras nos próximos meses, em meio ao ressurgimento das tensões no Oriente Médio", observa o analista de Inteligência de Mercado da StoneX, Tomás Pernías.

Para ele, a possibilidade de fechamento do Estreito de Bab el-Mandeb, na costa do Iêmen, é outro ponto de atenção, uma vez que a Arábia Saudita é um grande exportador de fertilizantes.

Produtor também adia compra de defensivos

De São Paulo

No mercado de defensivos agrícolas, o ritmo de comercialização também está condicionado a um produtor rural mais cauteloso, que posterga decisões de compra diante dos juros elevados e das incertezas sobre a rentabilidade da nova safra, afirmam algumas das principais empresas do segmento.

Representantes dessas companhias são unânimes em dizer que, cada vez mais, os produtores têm adiado a aquisição do insumo para mais perto do período de aplicação na lavouras.

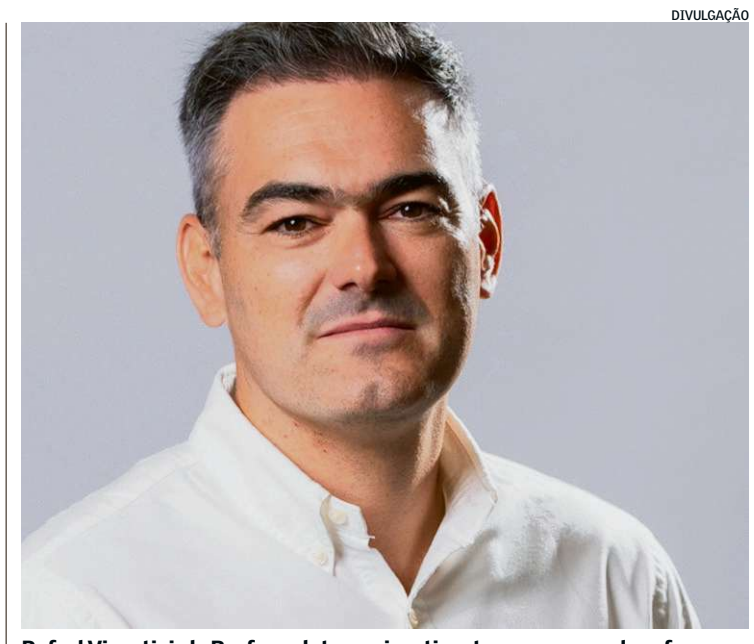
Na Basf, a comercialização para a safra de verão está praticamente no mesmo ritmo de um ano atrás, mas há um atraso significativo relacionado à segunda safra, com uma diferença estimada em cinco pontos percentuais. A essa altura do ano passado, as vendas no mercado em geral estavam em 30%.

Segundo o diretor de marketing de Sistemas de Cultivo Soja da Soluções para Agricultura da Basf, Rafael Vicentini, isso se deve aos desafios de crédito e à incerteza gerada pelo fenômeno climático El Niño. "Vemos o agricultor um pouco mais reticente em tomar posição na segunda safra do que nesta primeira", diz ao **Valor**, acrescentando que muitos preferem analisar primeiro qual será o desempenho da safra de verão.

A estimativa da empresa é de que o mercado irá crescer 1% a 2% em 2026. A multinacional não revela qual a projeção acerca de seu desempenho, mas segundo Vicentini a tendência é "estar à frente do crescimento de mercado".

A Bayer também vê o ritmo de comercialização em linha com o mesmo período do ano passado. Em relação ao período pré-pandemia, as compras continuam mais tardias, indicando uma mudança no comportamento do produtor. Na empresa, os herbicidas lideram a comercialização, com cerca de 80% negociados. Fungicidas e inseticidas, com índices entre 45% e 55%, normalmente são adquiridos mais perto da aplicação.

DIVULGAÇÃO



Rafael Vicentini, da Basf: produtor mais reticente com a segunda safra

A despeito do cenário difícil, a expectativa da empresa é de um crescimento de 10% nas vendas em 2026, segundo o líder do negócio de proteção de cultivos da Bayer no Brasil, Tiago Santos. "Acreditamos que vai haver adoção de tecnologia em função dos problemas que temos de ervas, doenças, pragas", justifica.

A visão é semelhante na subsidiária brasileira da americana UPL. "Embora existam diferenças relevantes entre regiões e culturas, percebemos um ambiente mais equilibrado do que o observado nos últimos dois anos", afirma o CEO da UPL, Cristiano Figueiredo. "Ainda não vemos uma retomada acelerada do mercado, mas há sinais consistentes de normalização da demanda em diversos segmentos", diz.

Segundo o executivo, a expectativa é de crescimento moderado para o mercado de defensivos em 2026 — ele não menciona números. A UPL apresenta desempenho melhor em soluções "mais diferenciadas", diz ele, enquanto os segmentos mais comoditizados sofrem mais pressão competitiva. ***(DBJ)***

Chuva atrasa colheita de café na área da Cooxupé, em SP e MG

Cenários

Raphael Salomão
De São Paulo

A colheita do café chegou a 58,3% na área de influência da Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), em Minas Gerais e São Paulo. Os dados foram compilados até 24 de julho. O levantamento divulgado pela cooperativa mostra um ritmo mais lento do trabalho de campo em 2026, como consequência das chuvas na região. Nessa mesma época, em 2025, área colhida estava em 67,1%.

"A colheita está abaixo de anos anteriores. Não temos uma supersafra, mas uma safra boa. A maturação dos grãos foi desuniforme, por conta das quatro floradas que ocorreram", explicou o coordenador de Geoprocessamento da Cooxupé, Guilherme Vinicius Teixeira, ontem, durante o 8º Fórum Café e Clima, promovido pela Cooxupé.

Teixeira apresentou informações sobre o clima durante todo o ciclo atual e avaliou o desempenho dos cafezais.

"A safra é de peneira [tamanho dos grãos] dentro da média e rendimento dentro da média. Não é o melhor, nem o pior. Lavouras que estavam mais bem manejadas tiveram melhores condições", disse, acrescentando que houve queda de frutos.

Ele afirmou que as chuvas responsáveis pelo atraso na colheita também estão gerando consequências para o pós-colheita, com riscos à qualidade do café.

Ressaltou ainda que um bom resultado na safra de 2027 depende de um bom trabalho pós-colheita neste ano. Como a retirada do café está mais lenta que em anos anteriores, há cafezais com sobreposição: plantas florescem enquanto ainda há frutos no pé.

"O desenvolvimento vegetativo está um pouco melhor, mas estamos entrando em um El Niño. Baixo estresse hídrico e múltiplas floradas são possíveis."

58,3%
é a área colhida na região da Cooxupé

Em sua palestra, o agrometeorologista Marco Antônio dos Santos, da Rural Clima, disse que um dos principais efeitos do El Niño é antecipar regimes de chuva. E acrescentou que deve chover nos próximos dias em regiões de café de São Paulo e Minas Gerais, com o avanço de uma frente fria sobre os dois Estados.

"Já é um efeito do El Niño. Tem café no chão, perda de qualidade. Dependendo do volume de chuva, além de atrapalhar a colheita, pode induzir novas floradas em meados de agosto", afirmou.

Ele disse que agosto deve ser marcado por chuva e temperaturas elevadas. Em setembro, também deve chover, mas com os termômetros dentro das médias.

A previsão para outubro também é de chuvas, favorecendo o "pegamento" da florada do café. Já em novembro, bolsões de ar quente na parte central do Brasil podem deixar sem chuva áreas do Cerrado Mineiro e Mogiana.

"Independentemente da intensidade que esse El Niño vai ter, o pico dele vai ser no fim do ano. E quando esse auge acontecer, vai tirar pressão de chuvas das regiões centrais do Brasil e jogar para o Sul do país", disse Santos.

valor.com.br
Leia a reportagem completa no site
valor.com.br/agro

Políticas
Governo define diretrizes para compra de arroz e milho para estoques públicos
B9

Ines249

Balanço
Carlos Muñiz, CFO do Santander, diz que banco escolheu 'jogar do lado mais seguro' C3

Ativos digitais
Proposta da CVM preocupa mercado de 'tokenização' e cria impasse C6

Crédito
FMI propõe um teto para exposição da renda a dívidas no Brasil C2

Renda fixa
Com alta busca, prêmio entre CRI de maior e menor risco cai 26% em três anos C6

Valor C
Quinta-feira, 30 de julho de 2026

Finanças

Política monetária Analistas viram falta de firmeza do novo presidente do banco central americano no combate à inflação; taxas dos Treasuries longos dispararam

Mercado questiona credibilidade de Warsh após decisão dividida no Fed

Luana Reis, Artur Scaff e Cristiana Euclydes
De São Paulo

Em uma votação dividida, o Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) manteve a taxa de referência inalterada na faixa de 3,50% a 3,75% ao ano nesta quarta-feira. Embora a decisão tenha sido em linha com o esperado, houve uma frustração entre os participantes do mercado com a falta de firmeza do presidente do Fed, Kevin Warsh, diante da inflação elevada e dos riscos da nova escalada de tensões no Oriente Médio, levantando dúvidas sobre sua credibilidade à frente do Fed.

O comunicado da decisão veio praticamente inalterado em relação ao do mês passado, voltando a destacar a inflação elevada e a constatar que a atividade econômica nos Estados Unidos está se expandindo em ritmo sólido, apesar da elevada incerteza decorrente do conflito no Irã. A novidade foi a votação dividida, com três participantes defendendo um aperto monetário de 0,25 ponto percentual, contra nove votando a favor da manutenção. Os dissensos vieram de Neel Kashkari, presidente da distrital do Fed de Minneapolis, Lorie Logan, de Dallas, e Beth Hammack, de Cleveland.

Embora os dados mais recentes de preços nos Estados Unidos tenham surpreendido positivamente e vindo abaixo do esperado, trazendo um alívio momentâneo aos mercados, eles foram divulgados antes da quebra do cessar-fogo no Oriente Médio, que reacendeu preocupações com novos riscos inflacionários para a economia americana.

Na entrevista à imprensa, Warsh disse que os dados recentes não indicam uma reversão do quadro inflacionário americano, reiterando o compromisso do Fed com seu mandato de preços. "Mais de cinco anos de inflação acima da meta não podem ser revertidos em nove semanas ou em um único mês de quedas moderadas nos preços", afirmou. "Nossa credibilidade depende do cumprimento de nossos deveres e de nossas responsabilidades."

Ao ser questionado sobre qual seria o melhor remédio para lidar com a inflação persistentemente alta, ele disse que as taxas de juros "certamente poderão fazer parte da solução", acrescentando que "uma maneira de garantir que cheguemos lá é assegurar que as expectativas estejam centradas no número correto, e acho que avançamos um pouco nesse aspecto".

Warsh também levantou dúvidas sobre a permanência do índice de preços de gastos com consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês) como principal referência de inflação da autoridade monetária e afirmou que está analisando um conjunto mais amplo de indicadores.

A falta de firmeza de Warsh sobre o controle da inflação nos Estados Unidos não convenceu os investidores de que ele está comprometido o suficiente com a estabilidade de preços, levantando questionamentos sobre sua credibilidade à frente do Fed.

"O presidente do Fed evitou responder diretamente a diversas perguntas, mas fez algumas declarações claramente 'dovish' [propenso a juros mais baixos", pontuam os economistas do Bank of America (BofA), citando os comentários de Warsh sobre o uso do PCE como referência e a possibilidade de recorrer a outros instrumentos além dos juros no combate à inflação. "A reação do mercado foi questionar a credibilidade do Fed."

O economista-chefe para os Estados Unidos do J.P. Morgan, Michael Feroli, avalia que a falta de explicações por parte de Warsh sobre como ele pretende entregar a inflação na meta e as dúvidas sobre a continuidade do uso do PCE como referência "levantam questionamentos sobre a credibilidade do novo presidente para entregar uma inflação mais baixa". O banco americano acredita que isso irá aumentar a pressão para que o restante do comitê "faça seu trabalho" e antecipou sua projeção de alta de juros do segundo semestre de 2027 para dezembro deste ano.

"É difícil avaliar exatamente o significado das declarações de Warsh. Sua entrevista foi repleta de frases de efeito bem construídas, mas trouxe pouco de uma visão macroeconômica coerente", crava Feroli em nota. "É provável que alguns comentários não tenham sido bem recebidos pelos demais integrantes do comitê."

"A reunião do Fomc teve muito discurso e nenhuma ação", define Philip Marey, estrategista sênior do Rabobank para os Estados Unidos em uma nota publicada ontem. Ele destacou que, embora Warsh tenha se comprometido com o controle de preços, não ofereceu nada além de "confiança em sua equipe e nos grupos de trabalho criados para estudar o tema".

A curva de rendimentos dos Treasuries ampliou a inclinação de maneira expressiva na tarde de ontem, com os juros das T-bonds de 30 anos subindo de 5,092% para 5,204%, em seu maior nível desde 2007. Na ponta curta, os juros das T-notes de 2 anos caíram de 4,291%, para 4,281%, com os participantes do mercado precificando menor ação do Fed por enquanto, enquanto exigem maior prêmio de risco no longo prazo.

Segundo o CME FedWatch Tool, que compila dados a partir dos futuros dos Fed funds, os operadores passaram a projetar menos altas de juros até dezembro. Para a reunião de setembro, o consenso permanece sendo de uma alta, com 63,4% de probabilidade, mas as apostas em uma manutenção subiram para 36,6%, de 24% na véspera. No acumulado do ano, antes os investidores estavam divididos entre uma e duas elevações de juros. Agora, a maioria (44,7%) precifica que o Fed deve realizar apenas um aperto em 2026.

A credibilidade de Warsh à frente do Fed é especialmente sensível, visto que ele foi indicado por Donald Trump, que tem atacado o banco central americano sucessivas vezes durante seu segundo mandato na presidência. Trump argumenta que os juros deveriam estar mais baixos nos Estados Unidos e, depois da decisão, disse que Warsh era "brilhante". "Sei que ele gostaria de ver juros mais baixos, mas ele tem um conselho, e é um conselho político, e eles querem manter os juros elevados. Mas nós seguimos em frente", disse Trump.

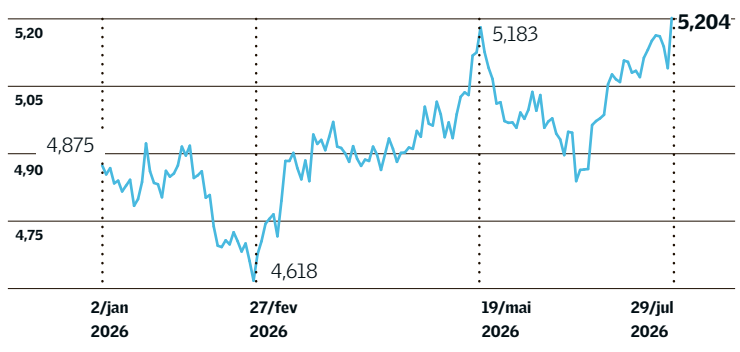
Trump tentou demitir a diretora Lisa Cook, alegando fraude hipotecária, o que nunca foi provado. Em meio à maior pressão da Casa Branca sobre o Fed, o ex-presidente da autoridade monetária, Jerome Powell, foi alvo de uma investigação criminal por parte do Departamento de Justiça (DOJ).

Leia mais na página C2

MARK SCHIEFELBEIN/AP

Kevin Warsh, presidente do Fed, levantou dúvidas sobre o uso do PCE como melhor referência para inflação

Nas máximas desde 2007
Taxa do T-bond de 30 anos (em %)



Fonte: Tullett Prebon

"Falta de explicações sobre como entregar a inflação na meta levou a questionamentos sobre a credibilidade de Warsh"
Michael Feroli

Dirigente 'linha-dura' contra inflação perde 1ª prova

Análise

Victor Rezende
De São Paulo

Se a inflação é uma escolha, como bradou Kevin Warsh logo no início de seu mandato à frente do Federal Reserve (Fed), os mercados agora parecem indicar que a escolha do dirigente se assemelha a seguir o "modus operandi" que vinha sendo aplicado pela autoridade monetária até então: tolerar uma inflação mais alta.

Não é à toa que o movimento mais agudo dos mercados após a coletiva de Warsh, que se seguiu à decisão dividida de manter as taxas inalteradas, é a de disparada dos juros de longo prazo. A taxa de 30 anos foi às máximas desde 2007 e não há nenhum sinal do Fed de que pretende conter esse tipo de movimento de alguma forma, já que, minutos antes, Warsh saudou o salto das taxas ultralongas já observado ao longo deste mês.

O aumento da inclinação da curva de juros americana — com queda das taxas curtas e disparada dos juros longos — casa com a sensação de perda de credibilidade da autoridade monetária. Afinal, nem com três dirigentes a favor de apertar a política monetária, Warsh não foi sensibilizado a agir de forma preemptiva e forçar a inflação a voltar para a meta de 2%. O apontamento, na coletiva, de que cinco anos de inflação acima da meta não podem ser curados em nove semanas não convence. Deixemos, então, para 15 semanas? 21? 27?

É natural, assim, o aumento da desconfiança do mercado e até mesmo o surgimento de indícios de alguma perda de credibilidade pelo banco central americano — algo que algumas casas em Wall Street já começam a apontar —, sobretudo após três dirigentes se mostrarem favoráveis a um aperto dos juros.

Seria fácil Warsh ter acompanhado Beth Hammack, Lorie Logan e Neel Kashkari, mesmo sem convencer a outra parcela do comitê a defender um aumento nas taxas. Quem apostava em um aumento nos juros com um reforço à credibilidade do Fed foi surpreendido — negativamente — e, durante a coletiva, ficou desamparado sem a explicação dos motivos que provocaram uma divergência não trivial no comitê.

Entre traders e gestores, a percepção é de um "policy mistake" por parte de Warsh e de perda da credibilidade conquistada logo em sua entrada no comando do Fed. Além da disparada dos juros longos, há, também, uma alta bastante forte das expectativas de inflação extraídas dos títulos públicos americanos, as TIPS.

"Estamos preocupados que muitos participantes do mercado interpretem a decisão de manter os juros inalterados como um sinal de que Warsh não tem o compromisso necessário para combater a inflação", disse o economista-chefe da consultoria High Frequency Economics (HFE), Carl Weinberg,

"Paul Volcker [que comandou o Fed nos anos 80] teria deixado os juros inalterados hoje?", questionou o profissional, que, antes de fundar a HFE em 1988, passou por instituições como OCDE, Bank of Montreal e Lehman Brothers.

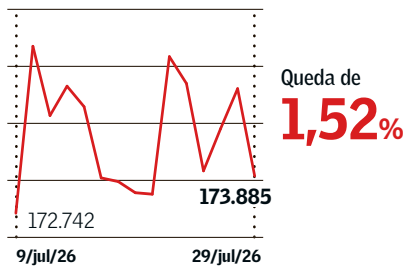
Destaques

Assessoria de investimentos
O Brasil registrou 1.709 novos assessores de investimento credenciados no primeiro semestre de 2026, e contabilizava, ao fim de junho, 27,2 mil profissionais. Eram 20,3 mil efetivamente vinculados a instituições dos mercados financeiro e de capitais, um incremento de 2,8% em 12 meses. Os dados são da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (Ancord). O mapeamento da entidade mostra o avanço da atividade em todas as regiões do país em junho. O Norte correspondia a 1,3% do total de assessores de investimento no Brasil, com destaque para o Pará, que reunia 175 profissionais. No Centro-Oeste, a participação era de 5,4%, liderada por Goiás, com 589 assessores. Já o Nordeste representava 7,3% da oferta de assessores, tendo a Bahia como principal mercado, com 547 profissionais credenciados. A região Sul aparece como a segunda maior em representatividade, concentrando 24,6% dos assessores de investimento do país. O Rio Grande do Sul lidera regionalmente, com 2,963 mil profissionais. O Sudeste segue como principal polo da atividade no Brasil, reunindo 61,4% do total de assessores credenciados. São Paulo lidera nacionalmente, com 10,847 mil profissionais em atuação. Jovens entre 18 e 25 anos são 12% do total de assessores. A maior concentração está na faixa de 26 a 45 anos, com 64% do total. ***(Adriana Cotias)***

Pagamentos
A ACI Worldwide firmou parceria com a dLocal para ampliar a oferta de meios de pagamento locais em sua plataforma. A iniciativa começa por Brasil e México, com a oferta de Pix, PicPay, Mercado Pago e NuPay, no mercado brasileiro, e Mercado Pago, Oxxo Pay e SPEI, no mexicano. Segundo as companhias, a parceria busca facilitar a aceitação de métodos de pagamento locais por comerciantes globais e aumentar as taxas de conversão das transações, com expansão prevista para Argentina, Chile, Colômbia e Peru. Os métodos já estão disponíveis na solução de "gateway" de pagamentos da ACI, que também reúne recursos de prevenção a fraudes e gestão de Autenticação Forte do Cliente (SCA, na sigla em inglês). Construída em nuvem, a plataforma conecta comerciantes a diferentes meios de pagamento. Por meio de uma única API), o comerciante pode habilitar qualquer meio de pagamento disponível na plataforma no checkout. ***(Lais Godinho)***

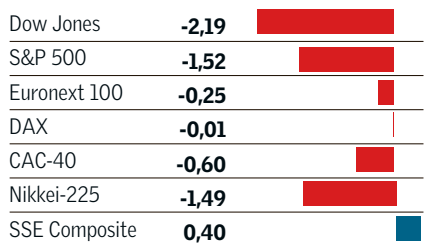
Ines249

Ibovespa
Em pontos

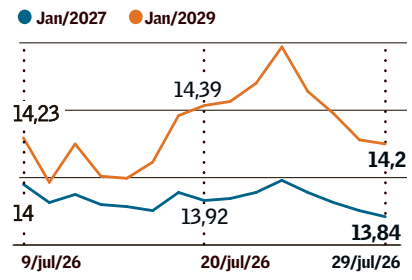


Queda de **1,52%**

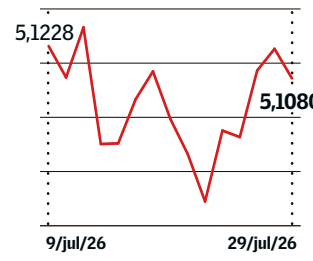
Bolsas internacionais
Variações no dia 29/jul/26 - em %



Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

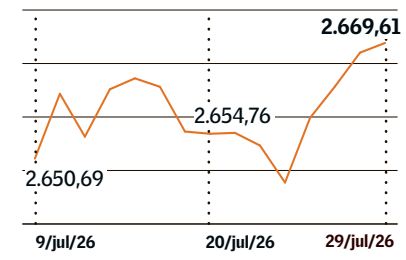


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **0,27%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado Investidores questionam postura do BC americano e ativos passam por estresse; Ibovespa tomba 1,5% e NY cai até 2%

Juros longos disparam nos EUA após decisão do Fed

Luana Reis, Gabriel Caldeira, Bruna Furlani e Arthur Cagliari
De São Paulo

Os mercados de renda fixa e de ações terminaram o pregão bastante pressionados, tanto no Brasil quanto em Nova York, após a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de manter as taxas de juros básicas inalteradas na faixa de 3,50% a 3,75%.

Embora a decisão em si tenha sido recebida, inicialmente, com certo alívio, uma vez que parte dos investidores via chance de um aumento de juros, a entrevista coletiva do presidente do Fed, Kevin Warsh, gerou questionamentos quanto ao seu compromisso em levar a inflação de volta à meta de 2% ao ano.

Assim, o mercado reagiu com uma forte disparada dos juros longos americanos, o que provocou uma inclinação da curva dos Treasuries — movimento que foi espelhado pelo mercado local de renda fixa, ainda que com menor intensidade.

O Ibovespa e as bolsas de Nova York fecharam em forte baixa, com destaque para o índice Nasdaq, que entrou em território de correção — caracterizado por uma queda acumulada de 10% em relação ao último pico — com o peso de fabricantes de chips e semicondutores.

Ao fim das negociações, a taxa da T-note americana de dois anos caiu de 4,291% a 4,238%, ao mesmo tempo em que a do T-bond de 30 anos disparou de 5,092% para 5,204%, no maior nível desde 2007. No Brasil, a taxa do contrato de DI de janeiro de 2027 recuou de 13,87% a 13,85%, enquanto a do DI de janeiro de 2031 subiu de 14,465% para 14,515%.

No mercado de ações, em Nova York, o Dow Jones recuou 2,19%; o S&P 500 cedeu 1,52%; e o Nasdaq amargou perdas de 1,74%.

Por aqui, o Ibovespa encerrou em queda de 1,52%, aos 173.885 pontos. A frustração de analistas com o balanço divulgado pelo Santander levou as units do banco a ceder 7,37%, o que pesou sobre o índice. O dia também foi de perdas para as ações da Vale, que recuaram 0,85%. Já a disparada dos preços do petróleo, aliada a números operacionais mais fortes apresentados pela Petrobras, ajudou a elevar os ganhos da petroleira no pregão, o que conteve um pouco as perdas do Ibovespa.

O mercado de câmbio também reagiu às sinalizações do presidente do Fed. Antes da decisão do BC americano, o dólar apresentava uma dinâmica de valorização global, o que se reverteu diante da desconfiança do mercado com Warsh. Assim, a moeda americana fechou em baixa de 0,27% no mercado à vista, negociada a R$ 5,1080.

2,19%
foi a queda do índice Dow Jones, para 51.594,14 pontos

A ausência de sinalizações mais claras de que o Fed subirá os juros para levar a inflação à meta de 2% foi mal recebida pelo mercado. Durante a coletiva de imprensa, após o anúncio da decisão, Warsh afirmou que aumentos nas taxas de juros "poderão fazer parte da solução" caso a inflação continue elevada, mas acrescentou que "nove semanas" não são suficientes para resolver os mais cinco anos com o indicador acima da meta.

Os comentários chamaram ainda mais atenção diante do fato de que a decisão do Fed não foi unânime. Dentre os 11 diretores que votaram na reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), três prefeririam aumentar os juros em 0,25 ponto percentual, o que não foi seguido por Warsh, apesar de seu discurso duro contra a inflação.

Para o economista-chefe de Estados Unidos da TS Lombard, Steven Blitz, Warsh "nunca esteve em cima do muro quando o assunto é elevar os juros", e a inclinação da curva dos Treasuries reflete a expectativa de que um Fed sob o novo comando irá demorar mais para reagir. "Inflação é uma escolha; crescimento também. E este Fed, esta administração e o Congresso vêm escolhendo o crescimento há bastante tempo", afirma Blitz. "Warsh vai priorizar o crescimento até ser encurralado."

O chefe da mesa de renda variável da Warren Investimentos, Ricardo Maluf, avalia que a percepção do mercado agora é a de que a autoridade monetária americana irá tolerar um nível mais elevado de inflação.

"O mercado parece não estar acreditando na promessa de Warsh de trazer a inflação de volta à meta. Na prática, o mercado está precificando juros mais baixos no curto prazo, mas juros mais altos no futuro", afirma.

Rafael Rondinelli, economista da MAG Investimentos, acrescenta que, ao casar um discurso duro com a resistência em agir diretamente na política monetária, Warsh parece adotar uma estratégia de transferir ao mercado a tarefa de apertar as condições financeiras nos EUA. Isso, combinado com uma melhora das expectativas de inflação e a normalização do choque do petróleo, poderia levar a inflação à meta.

Embora a política monetária americana tenha concentrado as atenções do mercado durante o pregão, os investidores também reagiram à retomada das tensões no Oriente Médio. Ainda durante a madrugada, um ataque do Irã contra os EUA e a promessa de retaliação de Donald Trump fizeram o petróleo Brent voltar à casa de US$ 90, o que também ajudou a reduzir o apetite por risco dos agentes.

Tesouro vai revisar plano de financiamento da dívida pública

Giordanna Neves
De Brasília

O Tesouro Nacional vai revisar, em agosto, o Plano Anual de Financiamento (PAF) para ampliar a banda de participação dos títulos atrelados à Selic (Letras Financeiras do Tesouro, ou LFTs), disse ontem o coordenador-geral de Operações da Dívida Pública, Helano Borges Dias. O resultado das mudanças será divulgado em setembro. A alteração leva em conta o aumento da fatia desses papéis na dívida pública ao longo do ano — movimento que, embora ajude a alongar o prazo médio da dívida, faz com que ela fique mais sensível às oscilações da taxa básica de juros.

"A banda de [título] flutuante (LFTs) vai aumentar porque a gente tem feito volume bem expressivo de emissão de flutuante, próximo de 70% em vários meses. Mas a gente precisa fazer a conta, modelar, colocar no sistema e ver qual o resultado. Não necessariamente há necessidade de revisão das demais bandas", disse em entrevista coletiva de divulgação do Relatório Mensal da Dívida (RMD) referente a junho.

Conforme divulgado pelo Tesouro, a Dívida Pública Federal (DPF) terminou o mês de junho em R$ 9,268 trilhões. O número representa um aumento de 2,61% em relação ao mês anterior, em termos nominais.

Segundo Dias, o cenário de guerra aumentou a aversão ao risco dos investidores, impulsionando a demanda por LFTs, vistas como um instrumento de proteção em momentos de maior volatilidade. Ele afirmou ainda que o aumento da participação desses papéis na dívida também reflete as condições macroeconômicas do país.

A participação dos papéis pós-fixados na DPF variou de 48,99% em maio para 49,32% em junho. Pelos parâmetros do PAF, essa participação deve variar entre 46% e 50% em 2026. Esses são limites referenciais, previstos para serem alcançados até o fim do ano.

"Caso haja esse aumento da banda de LFTs, haverá uma deterioração, ainda que marginal, na composição da dívida pública", disse o estrategista-chefe de macro e dívida pública da Warren Investimentos, Luis Felipe Vital.

Vital ponderou, no entanto, que essa revisão do PAF parece refletir mais uma adaptação às condições de mercado do que uma mudança estrutural na estratégia de gestão da dívida pública. "[Está] Dado que a estratégia de longo prazo do Tesouro seguirá buscando a redução da parcela de LFTs", acrescentou.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo mercado dos títulos atrelados à inflação, as Nota do Tesouro Nacional - Série B (NTN-Bs), Dias afirmou que o Tesouro está pronto para, eventualmente, atuar, mas o monitoramento é feito diariamente. Disse ainda que a redução da oferta nos leilões tem contribuído para a melhora do mercado. "Temos agido com muita cautela, de acordo com as condições, conjuntura que está posta para cada leilão", afirmou.

Quanto ao pedido encaminhado pelo governo ao Senado para alterar o limite de emissão de títulos públicos no exterior, Dias explicou que o intuito é dar mais flexibilidade ao Tesouro para aproveitar oportunidades de emissão no mercado internacional e avançar na meta de elevar para 7% a participação da dívida cambial na DPF.

"Na prática, o nosso pedido é no sentido de que deixe de ser uma variável de estoque e passe a ser um fluxo", disse na entrevista a jornalistas.

Ele esclareceu ainda que essa proposta não interfere na emissão dos Panda Bonds, títulos soberanos brasileiros emitidos em yuan, este ano, já que ainda existe gordura em relação ao limite atual de US$ 100 bilhões. Além disso, a emissão na China é inaugural e teria impacto pequeno sobre a DPF. O Brasil captará até 5 bilhões de yuans no mercado chinês, equivalente a cerca de US$ 735 milhões.

Como revelou o **Valor**, a proposta enviada pelo governo por projeto de Resolução do Senado, que precisa ser aprovada pelos senadores, é substituir o atual marco de até US$ 100 bilhões em emissões ao longo do tempo por um teto anual de até US$ 35 bilhões, ou o valor equivalente em outras moedas. O teto seria renovado todo ano, no mesmo valor, para evitar solicitações ao Senado.

FMI propõe teto para comprometimento da renda com dívidas no Brasil

Alex Ribeiro
De São Paulo

O Fundo Monetário Internacional (FMI) propõe que o Brasil adote um limite para o comprometimento da renda com serviços de empréstimos para conter os riscos do aumento do superendividamento das famílias no país. A recomendação consta do Programa de Avaliação do Sistema Financeiro (FSAP, na sigla em inglês), revisão periódica em que o Fundo examina a solidez do sistema financeiro de seus países-membros.

O organismo também recomenda às autoridades brasileiras reforçar a proteção ao consumidor de serviços bancários contra o assédio predatório de instituições financeiras na oferta de produtos de crédito. Uma sugestão é limitar o número de vezes que um cliente pode renovar um empréstimo consignado.

O superendividamento das famílias tem preocupado a equipe econômica porque o pagamento de principal e juros vem consumindo uma parcela importante da renda da população — o que reduz a sensação de bem-estar e afeta a popularidade do governo Lula.

Pelos dados mais recentes do Banco Central, o serviço da dívida representa 28,2% da renda disponível da população, incluídos salários e benefícios sociais. Essa é uma média: nem todos tomam empréstimo e, portanto, alguns segmentos da população têm comprometimento de renda bem mais alto do que esse percentual.

Para lidar com essa alta do endividamento, o governo já lançou dois programas de refinanciamento com condições especiais, batizados de "Desenrola". Uma das principais críticas é que esses programas não impedem que, mais adiante, as famílias voltem a ficar superendividadas.

No FSAP, o FMI não discute as iniciativas do governo com o Desenrola. Apenas sugere a adoção, pelos bancos, de um teto para o comprometimento da renda com o serviço das dívidas. Sua ótica é a da estabilidade financeira, ou seja, evitar a ocorrência de superendividamento da população que, mais tarde, possa levar a picos de inadimplência e a uma eventual crise bancária.

Os técnicos do FMI fazem algumas simulações que mostram que, se fosse aplicado um limite de 40% para o comprometimento da renda pelos bancos (excluindo financiamentos imobiliários), as famílias teriam contratado R$ 250,6 bilhões a menos em empréstimos no ano de 2025 — uma queda de 5,6%.

> Fundo recomenda reforçar a proteção ao consumidor contra o assédio predatório de instituições financeira

O impacto mais forte seria no financiamento de veículos, com uma queda de 22,6% na concessão de crédito. A segunda linha mais afetada seria o crédito pessoal não consignado, com uma queda de 18,7%. O crédito consignado teria uma redução de 8,1%.

O teto de comprometimento da renda com dívidas faz parte do grupo de ferramentas macroprudenciais sugeridas pelo FMI desde 2012, depois da crise financeira mundial que eclodiu nos Estados Unidos no mercado de financiamento imobiliário de segunda linha.

Outro exemplo de ferramenta macroprudencial é a exigência de capital extra dos bancos quando eles fazem operações mais arriscadas ou concentram demais suas carteiras em um mesmo perfil de tomador de crédito.

O problema que as medidas macroprudenciais procuram corrigir é que, nos períodos de juros básicos muito baixos e excesso de otimismo com a economia, os bancos costumam expandir excessivamente suas carteiras. Quando o ciclo positivo vira, as crises aparecem.

O teto de comprometimento da renda é particularmente importante porque, muitas vezes, no momento da contratação os juros estão mais baixos. Porém, mais adiante, eles podem subir fortemente, se a taxa contratada for flutuante ou se for necessário rolar a dívida.

O FMI também faz recomendações, no capítulo do FSAP dedicado à proteção dos consumidores de serviços financeiros, para o aprofundamento das práticas de oferta responsável de crédito pelas instituições financeiras.

"A criação de regras de concessão responsável de crédito para instituições financeiras daria proteção adicional às famílias em um ambiente de crédito em transformação e de aumento do endividamento", diz o relatório do FMI.

O FMI também reconhece que a legislação e a regulamentação atuais já fazem referência à avaliação da capacidade de pagamento e da adequação do crédito ao perfil do cliente. Mas adverte que "são necessários detalhamentos adicionais para transformar esses princípios gerais em exigências robustas de concessão responsável de crédito, acompanhadas de expectativas claras de supervisão".

O Fundo diz que o Brasil deveria considerar também alguns aperfeiçoamentos na legislação, como restrições ao número de vezes em que empréstimos consignados podem ser renovados. "Os reguladores também deveriam monitorar as práticas de marketing e reforçar as regras de divulgação de informações e de transparência", diz o FSAP.

> Guerra aumentou a aversão ao risco, impulsionando a demanda por LFTs, usadas como proteção contra volatilidade

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Helano Borges Dias, do Tesouro: emissão expressiva de títulos flutuantes

Balanço Banco enfrenta receitas fracas e provisões em elevação, embora com inadimplência estável

Santander lucra menos e vê cenário difícil

Álvaro Campos e Lais Godinho
De São Paulo

O Santander Brasil divulgou resultados do segundo trimestre que decepcionaram analistas e investidores. O banco tem enfrentado um cenário de receitas fracas e provisões de crédito em elevação, sem muita perspectiva de melhora no curtíssimo prazo. O novo CEO, Gilson Finkelsztain, que assumiu no início deste mês, ainda não deu nenhum indício de quais serão suas prioridades estratégicas.

O banco obteve lucro líquido gerencial de R$ 3,014 bilhões entre abril e junho, o que representa queda de 20,4% ante o trimestre imediatamente anterior e de 17,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado veio abaixo das projeções dos analistas consultados pelo **Valor**, que apontavam um ganho de R$ 3,671 bilhões.

A margem financeira bruta foi de R$ 15,341 bilhões no segundo trimestre, com queda de 3% ante o trimestre anterior e de 0,4% em 12 meses. Por outro lado, as despesas líquidas com provisões para devedores duvidosos (PDD) ficaram em R$ 7,654 bilhões, com alta de 20,6% ante o trimestre anterior e de 11,5% em 12 meses.

Sem a participação de Finkelsztain na teleconferência sobre os resultados, o vice-presidente financeiro, Carlos Muñiz, que assumiu em abril, disse que o banco está adotando uma postura mais conservadora devido ao cenário macroeconômico. Segundo ele, a instituição prefere "jogar um pouco mais seguro", mesmo que isso pressione os resultados no curto prazo.

"Eu gostaria de ter receitas 'bombando', mas a realidade é que, com as dúvidas que temos no macro, prefiro jogar um pouco mais seguro, mesmo que isso esteja custando no curto prazo."

Questionado pelos analistas sobre quais seriam os fatores que podem levar a uma aceleração das receitas, ele disse não estar otimista e que o ritmo de expansão deve permanecer em um dígito baixo. "Não é o objetivo agora crescer essa linha, mas ter a certeza de que não fazemos agora apostas ou investimentos que teremos uma conta a pagar no futuro."

Muñiz também projetou que as provisões seguirão pressionadas no curto prazo. "Não estou otimista [com uma possível inflexão]. Então, se tiver que colocar essa data, provavelmente estará no começo de 2027, mais do que no fim de 2026."

O Santander encerrou junho com R$ 714,769 bilhões na carteira de crédito ampliada. O saldo avançou 1,3% ao longo do segundo trimestre e cresceu 5,8% em um ano. Excluído o efeito da variação cambial, o crescimento trimestral da carteira seria de 1,4% e o anual, de 6,3%. A inadimplência era de 3,3% em junho deste ano, ante também 3,3% em março e 2,6% em junho de 2025.

A taxa de calotes de pessoa física ficou em 5,1% no fim de junho, ante 4,9% em março e 4% no fim do segundo trimestre de 2025. No caso de pessoas jurídicas, o indicador estava em 1,6% no fim de junho, de 1,8% e 1,2%, na mesma base de comparação. Segundo o banco, em pequenas e médias empresas (PMEs), o índice de inadimplência atingiu 5,3%, de 6% em março e 4,1% um ano antes. Já no atacado, ficou em 0,2%, de 0,2% e 0,1%, respectivamente.

Sobre a qualidade dos ativos, Muñiz destacou que o banco segue acompanhando a carteira "de forma próxima, criteriosa e disciplinada". Segundo ele, as provisões do trimestre foram impactadas por "casos específicos" no atacado e pela nova metodologia adotada pelo banco para baixa de créditos a prejuízo. Além disso, o Santander Brasil segue acompanhando o comportamento das carteiras de empresas de menor porte, do agronegócio e de pessoas físicas de baixa renda. "Observamos uma evolução favorável do indicador [de inadimplência] de curto prazo."

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias atingiram R$ 5,334 bilhões, com queda de 1,9% no trimestre e alta de 2,5% em 12 meses. Já as despesas gerais totalizaram R$ 6,578 bilhões, com queda de 0,8% no trimestre e alta de 2,6% no ano.

O retorno sobre o patrimônio (ROE) — excluindo ágio — ficou em 12,5% no segundo trimestre, ante 16,0% no primeiro e 16,4% no segundo trimestre do ano passado. Assim, a meta do banco de chegar ao patamar de 20% se torna cada vez mais difícil.

Analistas destacaram que o balanço do Santander veio pior do que o esperado. "Foi um trimestre fraco, impactado por maiores despesas com provisões, enquanto o Santander continua reorientando sua carteira para segmentos de maior retorno — como crédito ao consumidor, cartões e PMEs — e reduzindo a exposição a produtos de varejo de massa com menor rentabilidade. Simultaneamente, o banco adotou critérios mais conservadores para baixas contábeis, antecipando o reconhecimento de perdas em diversas carteiras sem garantia real", apontam os analistas do Citi.

R$ 3,0 bi
foi o lucro do banco no 2º tri, uma queda anual de 17,6%

Para a equipe do J.P. Morgan, o lucro antes de impostos do Santander veio 43% abaixo do esperado e a margem financeira com clientes também decepcionou, o que tende a ter um efeito negativo para os resultados nos próximos trimestres. Para o Safra, as provisões pioraram, mas não vieram tão ruins quanto poderia se esperar, e a entrada de novos créditos em inadimplência ("NPL formation") ficou relativamente comportada. "Aparentemente cerca de R$ 700 milhões dentro das provisões são efeitos menos recorrentes: metade em provisão para caso específico no atacado [provavelmente Raízen] e metade em fundação da mudança nas políticas de write-off [baixa contábil]. Indica uma qualidade dos ativos menos chamativa para o lado ruim, mas o banco está em modo de redução de risco."

As units do Santander fecharam em queda de 7,37% e acumulam baixa de 30,6% em seis meses, contra uma baixa bem menor do Ibovespa, de 5,05% no período.

Há quem apareça numa era.
E há quem atravesse todas elas. Só no Safra você une a solidez de uma história centenária à oportunidade da inteligência artificial.

Há 2 anos, o Safra identificou o potencial transformador da inteligência artificial e estruturou uma estratégia que alcançou mais de 600% do CDI*.

Mais do que investir em IA, no Safra você tem um banco com **visão para identificar as próximas transformações.**

Abra sua conta no Safra e traga seus investimentos.

Safra
Quem **sabe,** Safra.

	Junho/2026	2026	12 meses	24 meses	Início / 2024
Fundo Safra Inteligência Artificial	**3,16%**	**48,15%**	**92,09%**	**120,95%**	**143,86%**
IMA-B (Índice do fundo)	-1,04%	4,08%	8,26%	16,19%	14,71%
Diferença IMA-B	4,21%	44,07%	83,83%	104,76%	129,15%
CDI	1,12%	6,85%	14,78%	28,70%	32,01%
% do CDI	**282,42%**	**703,30%**	**622,93%**	**421,42%**	**449,41%**

Autorregulação ANBIMA – Distribuição de Produtos de Investimento

***Período aferido: junho de 2025 a junho de 2026. Para mais informações sobre o fundo, acesse:** https://www.safra.com.br/external-files/documentos-externos/Fundo_Safra_IA.pdf. A rentabilidade divulgada refere-se ao rendimento acumulado nominal do fundo desde a data de sua constituição, sendo que tal rentabilidade foi alcançada pelo investidor que permaneceu com seus recursos aplicados no fundo neste mesmo período, de forma ininterrupta e sem resgates.

Ines249

Bancos Operação envolve uso de JCP e aporte de até R$ 8 bi de acionistas controladoras

Bradesco fará aumento de capital de R$ 10 bi

Álvaro Campos
De São Paulo

O Bradesco informou que fará um aumento de capital de até R$ 10 bilhões, mediante subscrição privada de ações, operação da qual só pode participar quem já está na base acionária da instituição financeira. O banco vai antecipar R$ 6,5 bilhões em juros sobre capital próprio (JCP) que poderão ser utilizados na capitalização, e diz que os acionistas controladores se comprometeram com um aporte de até R$ 8 bilhões.

"As acionistas controladoras têm o legítimo interesse de continuar investindo no banco, onde salientam e reiteram sua elevada confiança no plano de transformação que está em andamento, com execução acelerada e bem-sucedida, trazendo impactos positivos crescentes sobre eficiência operacional e competitividade do Bradesco perante o mercado", disse o banco em comunicado. As controladoras são as filhas de Amador Aguiar, fundador do banco.

Segundo o Bradesco, o aumento de capital possibilitará o reforço na sustentação do ritmo célere em investimentos estratégicos, com a ampliação de investimentos relevantes em tecnologia, eficiência comercial, expansão dos negócios, bem como o compromisso institucional com financiamento sustentável. "O Bradesco informa que, uma vez homologado o presente aumento de capital em sua integralidade, haverá, como consequência, acréscimo de aproximadamente 0,9 ponto percentual no seu Capital Principal, que se somará ao índice de Capital Principal pro forma de aproximadamente 12,7% divulgado em 06.05.2026."

O período de exercício do direito de preferência será de 6 de agosto a 4 de setembro, na proporção de 5,721967934% sobre as ações da mesma espécie que o acionista possuir em 4 de agosto. Os papéis serão emitidos ao preço de R$ 15,43 por ação ON e R$ 17,64 por PN. Segundo o banco, o preço foi determinado com base no fechamento de ação ontem, "com a aplicação de deságio de 6%, que tem por finalidade incentivar os acionistas a participarem do aumento de capital".

Em maio, na divulgação do balanço do primeiro trimestre, o Bradesco admitiu que reduziu um pouco seu apetite a risco, na esteira de um movimento mais forte de expansão no crédito e ainda terminando de se recuperar de tropeços no pós-pandemia. Na ocasião, alguns analistas expressaram preocupação com os níveis de capital do banco. O capital principal recuou 1 ponto porcentual do quarto trimestre para o primeiro, a 10,2%, mas deve subir a 12,7% com os efeitos da reorganização societária que criou a BradSaúde, e a perspectiva do banco na ocasião era que rodasse em torno disso até o fim do ano.

Em podcast divulgado no site de relações com investidores do banco, o CEO Marcelo Noronha disse que o aumento de capital veio de um desejo das controladoras. "Esse aumento de capital será dinheiro novo que entrará, impulsionando ainda mais a nossa capacidade de execução da transformação, seus investimentos e nossa capacidade de crescimento", afirmou.

Segundo ele, as acionistas controladoras também têm interesse em fazer o aporte porque a rentabilidade do banco (ROE) superou o custo de capital, além da perspectiva de que a Selic deve cair neste ano e no próximo. "Ter mais capital é bom, ainda mais quando os controladores reforçam a confiança na nossa franquia, na nossa administração e na nossa organização."

O Bradesco divulga os resultados do segundo trimestre em 3 de agosto, e está atualmente em período de silêncio. Analistas não esperam grandes surpresas e projetam lucro de R$ 3,984 bilhões, alta de 2,5% no trimestre e de 15,1% em um ano.

Banco Volkswagen S.A. - C.N.P.J.M.F. nº 59.109.165/0001-49 - N.I.R.E. 35.300.060.091

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2026

Data, hora, local: 30.04.2026, às 9h30, na Rua Volkswagen, 291, São Paulo/SP. **Presença:** Acionista representando a totalidade das ações. **Mesa:** Presidente: Dr. Luis Fabiano Alves Penteado, Secretário: Dr. Luciano Soldera. **Deliberações aprovadas: a)** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2025, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, documentos esses publicados no jornal "Valor Econômico" em 30.03.2026, ficando, em consequência, exoneradados de responsabilidade os administradores da Companhia e ratificados todos os atos praticados pela administração, no exercício de 2025; **b)** tomar conhecimento do lucro líquido apurado no exercício findo em 31.12.2025, no valor de **R$ 571.329.970,85** e aprovar a destinação para Reserva Legal no valor de **R$ 28.566.498,54; c)** tomar o conhecimento do impacto registrado em 01.01.2025, dos efeitos de transição da entrada em vigor da Resolução 4.966/21, no valor negativo de **R$ 52.386.154,42; d)** aprovar a destinação do lucro do exercício de 2025 para Reserva Especial de Lucros, no valor de **R$ 490.377.317,89**; **e)** ratificar a renúncia do recebimento dos dividendos obrigatórios no valor de **R$ 135.690.868,08**, conforme carta de renúncia aos dividendos apresentada pela Acionista em 02/02/2026; **f)** reeleger o Sr. **Rodrigo Otávio Rocha Capuruço**, brasileiro, casado, contador, RG nº M 4.951.830/SSP-MG, CPF/MF nº 045.950.856-30, **Presidente**; Sr. **Luis Fabiano Alves Penteado**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 23.694.268-2-SSP/SP, CPF/MF nº 267.985.798-41 e Sr. **Murilo Azevedo Bruno**, brasileiro, administrador, casado, RG nº 30.400.923-4-SSP/SP, CPF/MF nº 320.797.008-71, **Diretores,** todos com endereço comercial em São Paulo/SP; **g)** eleger a **Sra. Mariana Pamplona Paschoal**, brasileira, casada, economista, RG nº 19.673.753-9, CPF/MF nº 462.633.221-87 com endereço comercial em São Paulo/SP, como Diretora da Sociedade, em substituição ao Sr. **Marcel Emile Fickers**, belga, casado, economista, R.N.M. nº V305545-Y, CPF/MF nº 227.029.238-36, que ocupava o cargo de Diretor e renunciou ao mandato em 30.04.2026, conforme carta de renúncia arquivada na Sede da Sociedade. **h)** Os Diretores ora eleitos e reeleitos tomarão posse tão logo o respectivo processo seja homologado pelo Banco Central do Brasil, terão prazo de mandato até a AGO a ser realizada em 2028 e permanecerão em seus respectivos cargos até que sejam reeleitos ou substituídos; **i)** A remuneração dos Diretores no montante descrito no Relatório do Comitê de Remuneração de 15.12.2025.Os termos desta ata foram aprovados pela acionista que a subscrevem; **j)** a eleição dos membros do Comitê de Remuneração, a saber: Sr. **Rodrigo Otávio Rocha Capuruço**, brasileiro, casado, contador, RG nº M 4.951.830/SSP-MG, CPF/MF nº 045.950.856-30; **Sra. Mariana Pamplona Paschoal**, brasileira, casada, economista, RG nº 19.673.753-9, CPF/MF nº 462.633.221-8; e Sr. **Geraldo Cleiton Ferreira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 30.970.368-2, CPF/MF 277.910.288-83, em substituição à Sra. **Mayra Santana Silva**, brasileira, casada, psicóloga, RG nº 8.877.728-0/SSP-PR, CPF/MF nº 059.823.559-09, todos com endereço comercial em São Paulo/SP; e **k)** ficam ratificados todos os atos anteriormente praticados pelos membros do Comitê de Remuneração ora eleitos. Os membros eleitos preenchem os requisitos definidos pelo Banco Central do Brasil, terão seus mandatos vigentes pelo prazo de 02 anos e permanecerão em seus respectivos cargos até serem reeleitos ou substituídos. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.04.2026. **Acionista:** Volkswagen Participações Ltda. p.p. Luis Fabiano Alves Penteado, Luciano Soldera. JUCESP nº 266.470/26-9 em 06.07.2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Lumina, de Goldberg, eleva fatia no Agibank

De São Paulo

A Lumina, gestora de Daniel Goldberg, que havia feito um investimento inicial de R$ 400 milhões no Agibank no fim de 2024, elevou sua fatia na instituição. Documentos enviados à Securities and Exchange Commission (SEC, a CVM americana) mostram que fundos ligados à gestora passaram a deter 11.130.936 ações classe A, o que resulta em 6,96% do capital total. Quando do IPO do Agibank na Nyse, em fevereiro, a Lumina tinha 8.045.726 papéis, ou 5,03%.

Como mostrou o **Pipeline**, site de negócios do **Valor**, no acordo de acionistas assinado com o Agibank a Lumina garantiu um retorno mínimo de 21,5% ao ano (no IPO ou fora dele). Entretanto, com dificuldades de última hora para emplacar a oferta, a gestora acabou saindo do acordo e abriu mão desse direito, tornando-se um sócio como outro qualquer. *(AC)*

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 29/07/26

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1	20.596,97	0,07	1,13	7,83
IRF-M	1+	24.666,38	0,11	0,42	4,91
IRF-M	Total	22.837,66	0,10	0,61	5,70
IMA-B	5	11.445,62	-0,11	1,02	7,57
IMA-B	5+	12.296,34	-0,81	-0,65	1,54
IMA-B	Total	11.396,02	-0,49	0,10	4,19
IMA-S	Total	8.796,27	0,05	1,12	8,15
IMA-Geral	Total	10.230,87	-0,07	0,76	6,63

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	15/07	14/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,90	35,38	36,29	30,33	34,53	38,38
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	28,73	27,65	29,25	28,98	27,52	29,57
Conta garantida pré - a.a.	51,79	65,28	62,55	53,89	53,36	44,96
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,66	23,83	23,34	22,28	22,61	24,61
Vendor pré - a.a.	17,61	19,29	21,69	19,77	20,79	20,41
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	25,30	21,88	24,30	21,98	23,51	22,15
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,82	18,97	20,24	19,30	20,82	19,20
Conta garantida pós - a.a.	28,23	28,47	27,91	27,88	28,72	27,27
ACC pós - a.a.	6,66	6,22	6,73	6,82	6,99	7,36
Factoring - a.m.	3,06	3,07	3,10	3,07	3,10	3,19

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	29/07/26	28/07/26	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,6500	3,6400	3,6800	3,6200	4,3600
Média em 1 mês	-	3,6188	3,6161	3,6318	3,6321	4,3463
Média em 3 meses	-	3,6252	3,6261	3,6346	3,6353	4,3409
Média em 6 meses	-	3,6637	3,6640	3,6723	3,6737	4,3750
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	2,1840	2,1850	2,1820	2,1820	1,9230
Média em 1 mês	-	2,1854	2,1848	2,0343	2,0294	1,9245
Média em 3 meses	-	2,0495	2,0355	1,9712	1,9678	2,0445
Média em 6 meses	-	1,9980	1,9910	1,9586	1,9572	2,2990
Média em 1 ano	-	1,9769	1,9733	1,9565	1,9558	2,2990
Euribor ***						
1 mês	-	2,185	2,215	2,201	2,217	1,901
3 meses	-	2,445	2,472	2,324	2,317	2,026
6 meses	-	2,684	2,702	2,568	2,595	2,083
1 ano	-	2,943	2,947	2,728	2,732	2,116
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	6,75	6,75	6,75	6,75	6,75	7,50
Federal Funds	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Taxa de Desconto	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
T-Bill (1 mês)	3,65	3,70	3,75	3,68	3,69	4,33
T-Bill (3 meses)	3,77	3,85	3,90	3,83	3,78	4,34
T-Bill (6 meses)	3,96	4,04	4,06	3,99	3,96	4,24
T-Note (2 anos)	4,28	4,29	4,36	4,18	4,12	3,87
T-Note (5 anos)	4,41	4,38	4,46	4,23	4,15	3,90
T-Note (10 anos)	4,68	4,61	4,70	4,47	4,38	4,32
T-Bond (30 anos)	5,20	5,09	5,17	4,96	4,87	4,86

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	jul/26*	jun/26	mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	Ano*	12 meses**
Selic	1,11	1,12	1,07	1,09	1,21	1,00	8,03	14,78
CDI	1,11	1,12	1,07	1,09	1,21	1,00	8,03	14,78
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	1,01	1,01	6,06	11,86
Poupança (2)	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,62	4,75	8,32
Poupança (3)	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,62	4,75	8,32
IRF-M	0,61	0,69	0,68	1,24	-0,59	0,99	5,70	12,12
IMA-B	0,10	-1,04	0,31	1,81	0,17	1,79	4,19	8,26
IMA-S	1,12	1,12	1,09	1,09	1,27	1,01	8,15	14,99
Renda Variável								
Ibovespa	1,08	-1,01	-7,22	-0,08	-0,70	4,09	7,92	23,89
Índice Small Cap	-2,65	-3,28	-3,66	-3,16	-5,77	1,88	-7,11	-1,35
IBrX 50	1,27	-1,28	-7,48	-0,06	-0,26	4,27	8,79	24,75
ISE	-1,23	0,31	-8,10	-1,64	-2,39	3,72	-0,35	8,82
IMOB	-10,40	1,79	-3,63	-3,78	-9,36	8,09	-7,02	22,97
IDIV	0,88	1,79	-7,62	-1,18	-0,23	4,38	7,92	22,30
IFIX	-0,87	-1,21	-1,33	1,53	-1,06	1,32	0,58	9,96
Dólar Ptax (BC)	-1,06	2,37	1,37	-4,42	1,36	-1,54	-6,92	-5,14
Dólar Comercial (mercado)	-1,06	2,39	1,83	-4,38	0,87	-2,16	-6,94	-4,98
Euro (BC) (4)	-1,36	0,08	0,94	-2,67	-1,12	-2,29	-9,87	-7,98
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,87	0,30	1,20	-2,91	-1,37	-2,55	-9,31	-7,83
Ouro (BC)	-1,55	-9,71	0,33	-4,41	-10,73	2,72	-13,49	16,16
Inflação								
IPCA	-	0,16	0,58	0,67	0,88	0,70	3,36	4,64
IGP-M	-	-0,50	0,84	2,73	0,52	-0,73	3,27	3,16

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 29/07/26. ** Até jun/26. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12). (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12). (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 24/07/26

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2026	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	4.806.788,33					-8.124,57	21.839,45	144.522,82	97.308,76
RF Indexados (2)	128.976,81	0,21	0,83	6,74	12,66	-95,43	697,58	-2.743,28	-8.337,93
RF Duração Baixa Soberano (2)	824.229,11	0,05	0,88	7,25	13,57	-4.133,71	7.615,26	45.732,44	-14.632,34
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	1.053.207,68	0,05	0,96	7,85	14,67	-1.006,50	4.063,93	-8.598,02	-54.063,08
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	301.979,87	0,05	0,05	7,85	14,70	-48,13	4.834,23	11.886,63	25.689,43
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	213.432,32	0,04	0,50	6,60	10,47	80,82	-993,82	-2.753,27	3.521,56
RF Duração Livre Soberano (2)	291.167,42	0,08	0,80	7,26	13,05	-158,74	8.261,25	4.529,70	5.273,69
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	791.706,85	0,06	0,85	7,46	13,65	231,00	10.631,44	2.532,05	-27.985,38
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	723.548,94	0,10	0,90	6,40	12,61	470,59	-12.421,97	9.814,99	109.286,73
Ações	667.349,03					-102,39	-1.018,03	-7.083,93	-9.072,78
Ações Indexados (2)	13.472,12	-1,35	0,76	7,33	29,01	-10,17	71,86	912,31	1.105,45
Ações Índice Ativo (2)	18.079,97	-1,43	-0,04	4,95	24,58	10,39	-73,64	-2.249,74	-4.886,14
Ações Livre	232.847,32	-1,10	-0,85	0,85	18,34	-41,48	-1.813,15	-9.439,00	-10.820,05
Fechados de Ações	77.527,84	-0,86	-1,17	-6,60	-5,72	-5,73	-201,70	-5.494,58	-6.881,17
Multimercados	1.532.500,69					-1.038,11	-5.841,40	-13.359,03	3.452,05
Multimercados Macro	97.529,49	0,00	0,00	4,24	10,60	-308,20	-2.029,49	-8.233,53	-13.115,87
Multimercados Livre	563.534,51	0,02	0,44	5,33	13,25	-399,93	-2.779,58	-12.816,42	-16.856,95
Multimercados Juros e Moedas	39.231,70	0,05	0,97	7,43	13,83	-5,77	516,04	-2.221,56	-5.205,76
Multimercados Invest. no Exterior (2)	745.379,10	-0,19	-0,28	2,92	9,28	-288,89	-1.430,22	8.582,44	39.296,18
Cambial	6.982,72	-0,28	-1,48	-5,07	-3,53	14,87	-649,43	208,40	221,36
Previdência	1.860.003,56					-106,93	-969,64	-8.752,68	-24.973,74
ETF	120.150,51					31,42	2.338,55	34.853,62	54.144,54
Demais Tipos	2.750.790,55					-3.662,12	-937,64	85.886,01	45.325,90
Total Fundos de Investimentos	**8.993.774,83**					**-9.325,71**	**15.699,51**	**150.389,20**	**121.080,18**
Total Fundos Estruturados (3)	**2.121.484,30**					**73,81**	**1.166,17**	**80.907,99**	**118.622,24**
Total Fundos Off Shore (4)	**51.548,75**					-	-	-	-
Total Geral	**11.166.807,88**					**-9.251,90**	**16.865,68**	**231.297,19**	**239.702,42**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2026 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	29/07/26	28/07/26	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	15,00
Selic - taxa over ao ano	14,15	14,15	14,15	14,15	14,15	14,90
Selic - taxa over ao mês	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,6539
Selic - taxa efetiva ao ano	14,15	14,15	14,15	14,29	14,29	14,90
Selic - taxa efetiva ao mês	1,2152	1,2152	1,2152	1,1195	1,1195	1,2757
CDI - taxa over ao ano	14,15	14,15	14,15	14,15	14,15	14,90
CDI - taxa over ao mês	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,6539
CDI - taxa efetiva ao ano	14,15	14,15	14,15	14,29	14,29	14,90
CDI - taxa efetiva ao mês	1,2152	1,2152	1,2152	1,1195	1,1195	1,2757
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,87	13,89	13,95	14,03	14,05	14,93
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,85	13,89	13,98	13,99	14,04	14,90
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,98	13,99	14,04	14,15	14,15	14,91
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,92	13,94	13,99	14,08	14,08	14,92
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,88	13,90	13,96	14,04	14,05	14,93
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,87	13,88	13,95	14,01	14,02	14,93
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,86	13,89	13,97	14,00	14,03	14,90
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,94	13,96	14,12	14,04	14,12	14,62

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 29/07/26

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/26	99.842,55	14,152	28.242	14,147	14,156	14,150
Vencimento em set/26	98.761,60	13,979	272.727	13,974	13,989	13,974
Vencimento em out/26	97.700,23	13,916	299.279	13,913	13,935	13,915
Vencimento em nov/26	96.655,40	13,870	142.053	13,870	13,895	13,880
Vencimento em dez/26	95.718,85	13,851	47.746	13,850	13,885	13,865
Vencimento em jan/27	94.644,15	13,842	600.097	13,840	13,890	13,850
Vencimento em fev/27	93.670,37	13,854	20.998	13,860	13,905	13,880
Vencimento em mar/27	92.801,12	13,865	16.404	13,860	13,930	13,895
Vencimento em abr/27	91.751,37	13,872	53.395	13,865	13,945	13,875
Vencimento em mai/27	90.760,51	13,877	4.150	13,895	13,950	13,895
Vencimento em jun/27	89.824,72	13,884	192	13,900	13,950	13,925

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/26	5.101,31	-0,46	284.035	5.091,50	5.144,00	5.121,00
Vencimento em set/26	5.137,07	-0,46	11.750	5.127,50	5.180,00	5.157,50
Vencimento em out/26	5.171,47	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/26	5.203,30	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/26	5.233,16	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/26	5.867,10	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/26	5.909,92	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/26	5.961,82	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/26	174.638	-1,69	37.805	173.950	178.530	173.950
Vencimento em out/26	178.363	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/26	182.145	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 29/07/26

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,1211	5,1217	0,08	-1,06	-6,92	-8,15
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,1074	5,1080	-0,27	-1,06	-6,94	-8,28
Dólar Turismo (R$/US$)	5,1279	5,3079	-0,33	-1,22	-6,91	-8,27
Euro (BC) - (R$/€)	5,8293	5,8305	-0,07	-1,36	-9,87	-9,36
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8471	5,8477	0,27	-0,87	-9,31	-9,08
Euro Turismo (R$/€)	5,9108	6,0908	0,22	-1,00	-9,28	-9,16
Euro (BC) - (US$/€)	1,1383	1,1384	-0,15	-0,30	-3,17	-1,31
Ouro						
Banco Central (R$/g)	660,0206	660,0980	-0,82	-1,55	-13,49	10,87
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	4.065,63	1,01	1,49	-6,00	22,74
Londres (US$/onça troy)[1]	-	4.031,60	-0,15	0,37	-6,41	21,25

Fontes: Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	29/07/26	28/07/26	No fim de jun/26	dez/25	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	171.303,13	174.730,13	169.363,20	187.981,61	-1,96	1,15	-8,87
Valor-Coppead Mínima Variância	120.271,66	120.590,92	115.631,74	112.063,66	-0,26	4,01	7,32

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	5,625	-	-
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	6,4	-	-
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/30	48	2.360	4	4,24	145,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/33	84	1.770	4,875	5,031	210,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/36	120	1.770	5,5	5,627	255,0
Minerva	22/04/26	22/04/36	120	600	7,5	7,65	-
Rede D'Or	abr/26	abr/36	120	500	6,55	6,55	255,0

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 29/07/26. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Reabertura de operação. (2) Emissão em euros - spread sobre o Mid-swap

ADR - Índices

Em 29/07/26

Índice	29/07/26	28/07/26	Em 30/06/26	31/12/25	29/07/25	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	262,52	265,45	273,67	236,21	206,72	-1,11	-4,08	11,13	26,99
S&P BNY Emergentes	559,38	574,20	634,48	520,39	448,10	-2,58	-11,84	7,49	24,83
S&P BNY América Latina	273,32	275,85	270,61	237,47	201,29	-0,92	1,00	15,10	35,79
S&P BNY Brasil	259,04	260,84	251,68	216,99	187,45	-0,69	2,92	19,38	38,19
S&P BNY México	393,58	403,79	412,49	364,17	316,39	-2,53	-4,59	8,07	24,40
S&P BNY Argentina	446,70	445,42	433,37	420,37	386,62	0,29	3,07	6,26	15,54
S&P BNY Chile	233,56	233,77	241,89	228,03	161,93	-0,09	-3,45	2,42	44,23
S&P BNY Índia	2.442,00	2.426,79	2.443,84	3.194,82	3.373,10	0,63	-0,08	-23,56	-27,60
S&P BNY Ásia	340,66	347,78	369,73	311,85	272,61	-2,05	-7,86	9,24	24,96
S&P BNY China	358,32	355,20	315,85	436,07	400,07	0,88	13,44	-17,83	-10,44
S&P BNY África do Sul	391,02	390,50	391,17	497,42	309,07	0,13	-0,04	-21,39	26,51
S&P BNY Turquia	26,86	27,43	28,76	26,22	26,69	-2,08	-6,61	2,41	0,63

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

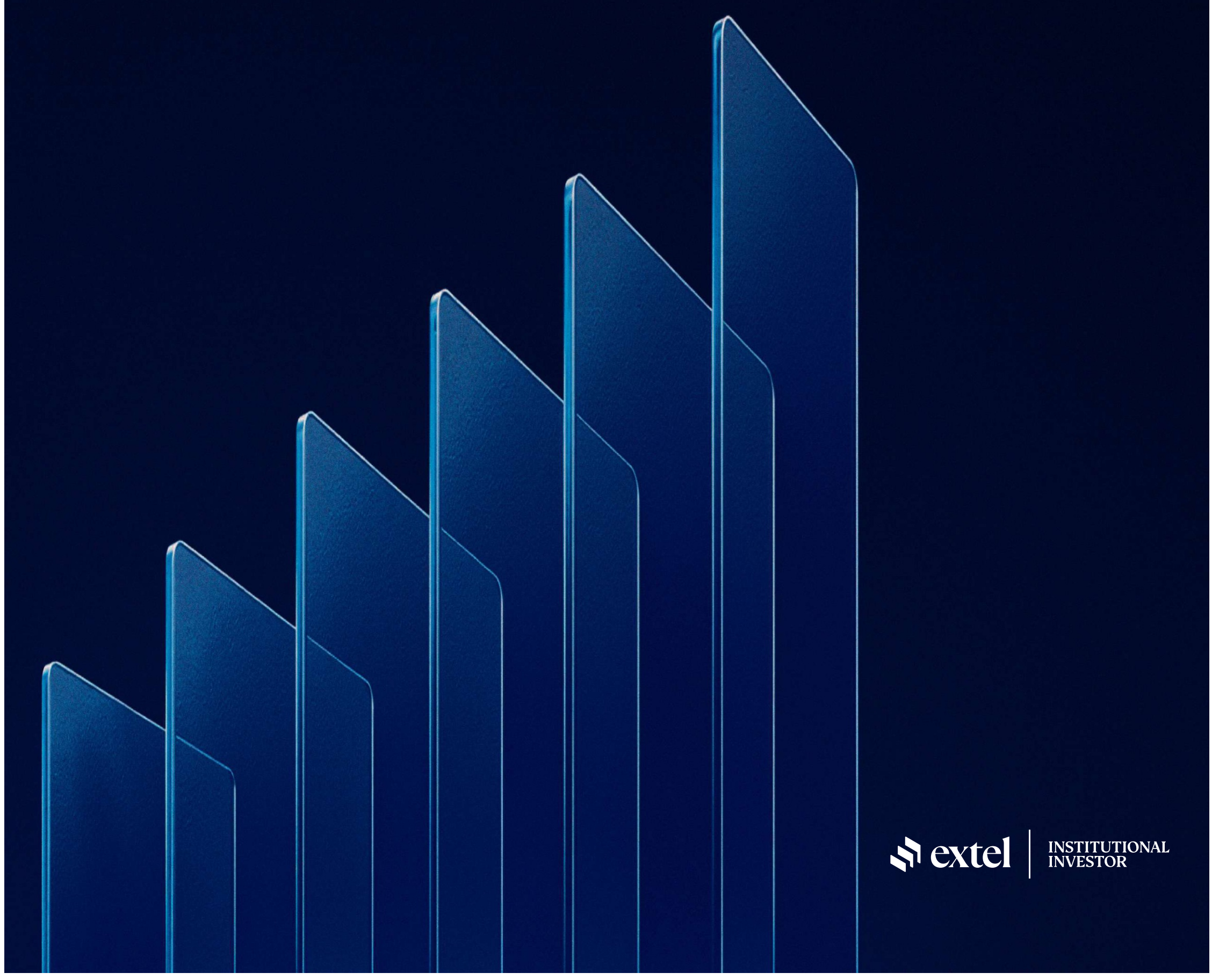
Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
12/07 a 12/08	0,1713	0,6722	0,6722	1,0571
13/07 a 13/08	0,1731	0,6740	0,6740	1,1054
14/07 a 14/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1042
15/07 a 15/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1039
16/07 a 16/08	0,1712	0,6721	0,6721	1,0540
17/07 a 17/08	0,1694	0,6702	0,6702	1,0081
18/07 a 18/08	0,1694	0,6702	0,6702	1,0082
19/07 a 19/08	0,1712	0,6721	0,6721	1,0564
20/07 a 20/08	0,1731	0,6740	0,6740	1,1046
21/07 a 21/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1089
22/07 a 22/08	0

btg pactual

Para quem espera mais de um banco, a **melhor equipe de Research, Sales, Trading e Corporate Access da América Latina.**

1º	Research	América Latina
1º	Sales	América Latina
1º	Trading	América Latina
1º	Corporate Access	América Latina



extel | INSTITUTIONAL INVESTOR

Ines249

Valor investe

Investimentos Com alta procura por crédito privado, compressão nos spreads foi maior no 'high yield'; movimento indica possível reversão

Prêmio entre CRI de maior e menor risco cai 26% em 3 anos

Liane Thedim
Do Rio

A diferença entre os prêmios pagos por certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) de maior e menor risco diminuiu cerca de 26% desde 2023, o que indica uma redução da dispersão dos prêmios exigidos pelos investidores no segmento. Ou seja, o mercado passou a cobrar cada vez menos para diferenciar um emissor seguro de um mais arriscado. A conclusão é de um estudo da Cy Capital, que analisou 1.725 operações de CRIs indexados ao IPCA entre 2018 e maio de 2026. Agora, os dados mais recentes sugerem que esse movimento pode estar no fim.

Segundo o levantamento, o diferencial entre os "spreads" — percentual acima dos títulos públicos de prazo semelhante — dos segmentos "high yield" (operações de maior risco) e "high grade" (menor risco) caiu de uma média de 5,4 pontos percentuais até 2022 para 4 pontos a partir de 2023. Os spreads em geral caem quando os juros sobem, explica o estudo, porque a Selic alta atrai mais investidores para a renda fixa privada, aumenta a demanda por papéis como o CRI e pressionam os prêmios para baixo de forma generalizada. No entanto, se o efeito fosse somente esse, a distância entre os segmentos de risco deveria se manter proporcional, mas a distância diminuiu.

O estudo divide o período em três fases. Entre 2019 e 2021, os prêmios cresceram em um ambiente de elevada incerteza e Selic historicamente baixa. Nesse período, o segmento high yield apresentou spread médio próximo a 7,6 pontos percentuais, atingindo cerca de 7 pontos ao fim de 2021, enquanto o high grade permaneceu em torno de 1,9 ponto.

Entre 2022 e 2023, os spreads do high yield recuaram e se acomodaram em patamar inferior, em torno de 5,9 pontos. Já de 2024 a 2026 predominou um movimento de compressão dos spreads em todos os segmentos. O high grade recuou para a faixa de 0,7 a 1 ponto, enquanto o high yield convergiu para aproximadamente 4,7 pontos, nível inferior ao observado no início da série.

Danny Gampel, sócio e responsável pela área de crédito da Cy Capital, destaca que no período dobrou o número de fundos de investimento imobiliário (FIIs) focados em crédito, o que contribuiu para reduzir a dispersão. "Quando há uma operação, a concorrência maior pelos papéis reduz o spread", explica. A necessidade de alocação, diante da alta demanda de investidores, também levou a um menor rigor na avaliação do risco, segundo especialistas.

> Alta da taxa dos papéis mais arriscados pode ser sinal de que o mercado está começando a recalcular a rota

Contribui ainda para o cenário, segundo Gampel, o fato de que o setor começou a contar menos com os recursos da poupança, que vem sofrendo sucessivos saques. Mais empresas recorreram ao mercado de capitais, com bons projetos.

GABRIEL REIS/VALOR

Gampel, da Cy Capital: "Quando há uma operação, a concorrência maior pelos papéis reduz o spread"

No entanto, depois de três anos em queda, o diferencial entre high yield e high grade voltou em maio a subir levemente na ponta da série, para cerca de 4,25 pontos atualmente. A alta maior foi dos papéis mais arriscados — o que pode ser o primeiro sinal de que o mercado está começando a recalcular a rota. Eliane Teixeira, economista-chefe da Cy Capital, vê esse início como uma potencial reversão, mas ressalva que ainda é cedo para saber se o movimento perdurará

O leve aumento na dispersão coincide com o ciclo de cortes da Selic mais curto do que o esperado inicialmente. A taxa básica deve cair de 14% ao ano, em dezembro de 2026, para cerca de 12% em dezembro de 2027, segundo projeções de mercado.

O relatório destaca ainda que o mercado de CRIs mudou de perfil nos últimos anos. Após o predomínio das emissões indexadas ao IPCA, que chegaram a responder por 86% do volume emitido em 2021, os papéis atrelados ao CDI ganharam espaço e passaram a representar 61% das emissões em 2026, até maio.

Gampel explica que isso aconteceu porque mais empresas que tomavam recursos nos bancos para construção de empreendimentos migraram para o mercado de capitais, diante da retração dos bancos em crédito. Ele afirma que, para financiamento de obras, o indexador mais usado é o CDI.

Proposta da CVM para 'tokenização' preocupa mercado

Lara Asano
De São Paulo

A proposta da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de reformar a Resolução 88, norma que abriu caminho para o crescimento das ofertas de crédito tokenizado via crowdfunding, pode encarecer operações e reduzir o alcance desse mercado se aprovada sem ajustes. Para especialistas e participantes do setor ouvidos pelo **Valor**, a minuta cria impasses regulatórios em um segmento que deixou de ser laboratório e passou a movimentar volumes relevantes no mercado de capitais.

"A reforma nasce de um sucesso e de uma contradição. Foi a própria CVM que atraiu a securitização tokenizada para o crowdfunding via ofícios. O sucesso foi tão grande que agora a autarquia precisa disciplinar um mercado que cresceu muito além do laboratório previsto", diz Rodrigo Carvalho, sócio da CBA Advogados.

Segundo Carvalho, a CVM 88 passou a ser usada como principal caminho para ofertas de crédito tokenizado porque outros regimes ainda não são plenamente compatíveis com esse modelo em ofertas públicas de maior escala. O desafio, afirma, é calibrar a proporcionalidade, sem apertar demais e sem criar um atalho para operações de grande porte escaparem de regimes mais rigorosos, como a Resolução CVM 60, que regula securitizadoras e emissões tradicionais de recebíveis, como CRIs e CRAs.

A proposta prevê elevar o limite das ofertas de R$ 15 milhões para até R$ 120 milhões, mas também traz novas obrigações às plataformas. A exigência de agente fiduciário é um dos pontos contestados pelo mercado. Segundo Carvalho, as associações estimam que a medida pode elevar o custo das emissões. "Faz sentido subir o limite de R$ 15 milhões para R$ 120 milhões, mas com regras escalonadas ou proporcionais em relação a gatilhos de auditoria e exceção de warehousing. O difícil aqui é dosar a pílula regulatória", diz.

Vanessa Butalla, vice-presidente jurídica, de compliance e regulação do Mercado Bitcoin (MB) e presidente do conselho da Associação Brasileira de Tokenização e Blockchain (ABToken), afirma que a maior preocupação é uma aproximação excessiva entre o regime de crowdfunding e o de securitização tradicional.

"Se movermos totalmente o mercado para o regime da CVM 60, é como se eliminássemos o regime atual para subir o custo", diz.

Para Butalla, a CVM 60 foi desenhada para operações mais complexas, com mais participantes, mais obrigações e sem limite de valor para emissão. Já a CVM 88 trata de ofertas com limites definidos e, na visão dela, deveria preservar uma lógica proporcional ao porte das captações. A executiva afirma que o aumento excessivo de custos pode reduzir uma via de financiamento em um momento de alto endividamento de pequenas e médias empresas.

> "CVM precisa disciplinar um mercado que cresceu muito além do laboratório previsto"
> *Rodrigo Carvalho*

Outro ponto de atrito é a restrição ao chamado "warehouse", modelo em que o originador concede ou compra o crédito antes de distribuí-lo aos investidores. A executiva do MB afirma que a dificuldade está na concentração do risco de crédito na securitizadora, mas avalia que o tema poderia ser tratado com governança e limites diferenciados, em vez de uma vedação ampla.

Nos bastidores, participantes do mercado apontam que a discussão também pode afetar operações de crédito imobiliário, uma das frentes de maior expansão no segmento. O argumento é que a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) por destinação exige que o tomador dos recursos seja companhia aberta, enquanto companhias abertas não podem captar via crowdfunding. Nesse caso, a trava afetaria cerca de 40% das atuais operações de tokens de dívida, segundo uma fonte que preferiu não se identificar.

A mesma fonte afirma que o warehouse sustenta cerca de 25% das operações do mercado. A preocupação é que uma vedação ampla inviabilize estruturas usadas por plataformas que antecipam recursos ao emissor.

Carvalho afirma que todas as plataformas serão afetadas pela nova regra, em maior ou menor grau, a depender da maturidade de cada uma e do quanto já estão familiarizadas com o mercado de securitização. Para ele, o risco é que exigências mais altas de custo, capital e intermediários funcionem como barreira de entrada, reduzindo a competição justamente em um segmento que ganhou espaço como alternativa de captação para empresas menores.

A discussão, segundo Butalla, não deve ser feita de forma isolada. Ela afirma que é preciso olhar a estrutura completa das operações, incluindo regras para negociação secundária. A executiva cita a reforma da Resolução CVM 135, que trata de mercados organizados, como parte relevante desse debate. "O investidor entrou em operações de token e, se ele quiser sair?", questiona.

Procurada, a CVM afirmou que a proposta busca modernizar e aprimorar o regime de crowdfunding de investimento, acompanhando a evolução do mercado e ampliando o acesso ao mercado de capitais, sem abrir mão dos princípios de proporcionalidade, transparência e proteção aos investidores. A autarquia disse considerar positivas as contribuições recebidas na consulta pública e afirmou que as manifestações estão sendo analisadas antes da aprovação final pelo colegiado.

Uso de IA e oportunidades: para onde vai o mercado?

Palavra do gestor

Marina Valentini

Desde o lançamento do ChatGPT em 2022, a inteligência artificial (IA) se espalhou pela economia americana, e levou junto os mercados. Em 2026, o movimento segue firme: o entusiasmo com a IA levou as ações dos Estados Unidos a 24 novas máximas históricas só neste ano, mesmo diante de tensões geopolíticas e incertezas sobre juros.

O caminho, no entanto, não foi linear. A narrativa da IA alternou entre convicção e cautela, com episódios de temor de bolha, como a recente correção dos semicondutores e a turbulência no setor de software no início do ano. Para o investidor, o momento exige precisão: capturar as oportunidades desse movimento geracional passa por três perguntas essenciais. Em que estágio estamos na adoção da IA? Os planos de investimento sustentam o ritmo? E como a liderança de mercado evolui à medida que a oportunidade se amplia?

Vivemos uma transformação tecnológica sem precedentes, e a IA caminha para ser uma das tecnologias de adoção mais rápida da história. Para comparar, a internet levou 16 anos para adoção em massa; o smartphone, 10 anos. A IA generativa atingiu em poucos anos um nível de penetração que, em outros ciclos, levou décadas. No início de 2026, cerca de 58% dos adultos nos EUA já utilizavam IA, um salto expressivo em apenas três anos.

A popularização começou com o formato de chat, mas o setor já avança para agentes de IA, capazes de executar tarefas, encadear etapas e operar fluxos inteiros de trabalho. Segundo pesquisa da KPMG, 53% das empresas americanas já reportam o uso de agentes de IA no segundo trimestre de 2026. O efeito colateral é claro: quanto mais agentes, maior a demanda por computação, chips, hardware e energia.

A adoção corporativa avança, mas ainda é superficial. Estimativas apontam que 51% das empresas americanas já pagam por ferramentas de IA, mas só 20% relatam uso efetivo em alguma função do negócio. Muitas ainda estão em fase de testes, ajustando governança e buscando os pontos em que a IA realmente gera retorno. Os orçamentos, porém, estão subindo. Uma pesquisa do Federal Reserve de Atlanta indica que empresas elevaram o gasto com IA por empregado em 52% em relação ao ano anterior, para US$ 2.068 em média.

Do lado da demanda por computação, o quadro segue forte. Um sinal é a explosão no consumo de "tokens", unidade básica de processamento em muitos modelos. A plataforma da Alphabet processa 3,2 quadrilhões de tokens por mês, alta de 600% em relação ao ano anterior. Esse ritmo acelera a receita dos maiores laboratórios de IA, mas também expõe uma lacuna: a oferta de infraestrutura de computação não cresce no mesmo ritmo.

Para ampliar a capacidade, o investimento necessário é massivo. O acumulado de investimentos em data centers e IA deve chegar a US$ 5,3 trilhões até 2030, tornando este o ciclo de expansão mais intensivo em capital desde a era das telecomunicações. Os recursos virão de equity, dívida e ativos alternativos, mas o peso maior recai sobre os chamados "hyperscalers" — as cinco principais gigantes americanas de tecnologia que oferecem infraestrutura de computação em nuvem em larga escala. Essas empresas planejam investir mais de US$ 760 bilhões em 2026 e cerca de US$ 1 trilhão em 2027.

Esse volume consome quase todo o seu fluxo de caixa livre, antes destinado aos acionistas, e força algumas empresas a buscar recursos no mercado. Com isso, investidores passaram a ser mais seletivos, e os próprios hyperscalers, mesmo com lucros sólidos, já enfrentam períodos de desempenho inferior ao do mercado acionário americano. O mercado ainda tem pouca visibilidade sobre quando os aumentos de capex vão desacelerar, mas, por ora, os planos de gastos para os próximos anos só crescem.

A dinâmica de liderança está mudando. No início do ciclo, hyperscalers e empresas de software foram os principais beneficiados pelo entusiasmo com a IA. Após três anos de fortes retornos, esses setores sofrem quedas de 9% e 21% no ano em dólares, respectivamente. Agora, o avanço dos investimentos em infraestrutura está redistribuindo o protagonismo ao longo da cadeia. Empresas de semicondutores americanas seguem premiadas pelo crescimento acelerado dos lucros e apresentam alta de 38%, enquanto hardware e setor elétrico ganham espaço com a expansão dos data centers. O capex de uns se transforma em receita de outros, e a liderança migra conforme surgem novos gargalos.

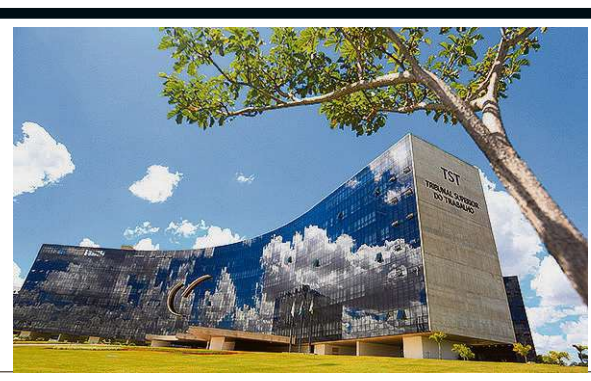
O desafio para o investidor é acompanhar esse movimento. É importante mapear onde estão os gargalos e por quanto tempo cada elo da cadeia será beneficiado. Além disso, o risco de concentração em setores como chips está aumentando. Em um cenário de alta intensidade de capital e mudanças rápidas, a gestão ativa é fundamental para capturar as novas oportunidades e evitar exposição aos segmentos que já perderam vantagem competitiva.

Marina Valentini é estrategista de mercados globais da J.P. Morgan Asset
E-mail
marina.valentini@jpmorgan.com

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Ines249

TST
Liberação de passaportes de devedores trabalhistas depende de cada caso
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Entre a proteção ambiental e a segurança jurídica
E2

TJSP
Jovem ferido por touro em festival será indenizado
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Quinta-feira, 30 de julho de 2026

Legislação & Tributos SP

Concorrencial Aumento, no período de 2020 a 2025, está relacionado à insegurança com a legislação

Notificações ao Cade sobre fusões e aquisições envolvendo fundos de investimento crescem 40%

Davi Vittorazzi
Para o **Valor**, de Brasília

As operações de fusões e aquisições (M&A) envolvendo fundos de investimento notificadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) cresceram cerca de 40% entre os anos de 2020 e 2025. É o que revelam dados de um levantamento feito com exclusividade para o **Valor** pelo escritório TozziniFreire Advogados. O estudo ainda aponta que, dessas operações, cerca de 80% foram conduzidas por agentes econômicos nacionais e 20%, internacionais.

O crescimento de 40% sobre as notificações ao Cade está relacionado, em grande parte, segundo especialistas consultados pelo **Valor**, à insegurança dos agentes econômicos em serem multados se deixarem de comunicar o órgão antitruste. Eles temem uma interpretação ampla da Resolução nº 33, de 2022, da própria autarquia, que consolida quais matérias são relacionadas a atos de concentração econômica, de grandes companhias e de menores complexidades.

A partir do levantamento do Tozzini Freire Advogados, Vivian Fraga, sócia na área concorrencial do mesmo escritório e uma das responsáveis pelo estudo, analisa que a resolução está desatualizada. Para ela, a falta de certeza sobre alguns conceitos na resolução, a exemplo da definição de "grupo econômico", gera insegurança jurídica para os agentes econômicos e sobrecarrega a própria autarquia, por gerar notificações excessivas e meramente formais.

> "Critérios de faturamento para notificação estão defasados"
> *Rodrigo R. Casarotti*

Além disso, complementa Vivian, essa insegurança eleva o Custo Brasil — que representa o conjunto de obstáculos estruturais, burocráticos e econômicos que elevam os custos de operação das empresas no país.

"A nossa autoridade é altamente sofisticada, ao lado das grandes e das mais tradicionais jurisdições do mundo", diz a especialista. "O esforço do Cade tem que se voltar para as questões relevantes, como a regulação do mercado das big techs e o combate a cartéis."

Para Vivian, a definição mais clara dos conceitos, particularmente em relação aos casos dos fundos de investimento, de controle e de grupo econômico, pode produzir efeitos concretos nesse ambiente de negócios, ao garantir maior previsibilidade nos processos da autarquia.

Os dados do Cade mostram um aumento no número de notificações de atos de concentração em geral. No ano de 2024, a autarquia recebeu 712 notificações, das quais 680 foram aprovadas sem restrições, o equivalente a uma taxa de aprovação de 95,5%. Já no ano de 2025, o número de operações notificadas subiu para 873, com 818 aprovações sem restrições, correspondendo a 93,7% do total. Na comparação entre os dois anos, o volume de notificações de atos de concentração cresceu 22,6%.

DIVULGAÇÃO

Vivian Fraga: incerteza sobre alguns conceitos da Resolução nº 33 do Cade gera insegurança jurídica aos agentes econômicos

De acordo com Marcel Medon Santos, também sócio na área concorrencial de TozziniFreire Advogados, as empresas tendem a notificar o Cade, mesmo em casos nos quais não há risco concorrencial, por estarem sujeitas a penalidades altas, como multa de até R$ 60 milhões e a reversão da operação. Ele também aponta imprecisão da resolução sobre notificações, ao definir regras para empresas e para fundos.

Um dos casos emblemáticos que incentivou o aumento das notificações dessa espécie de operação ao Cade foi a interpretação dos membros do órgão antitruste sobre a Resolução nº 33, em março de 2024. Na ocasião, o conselho reconheceu uma infração (prática de gun jumping, que é a execução de atos de concentração econômica antes da aprovação pelo Cade) pela compra de ações da Digesto pelo Jusbrasil.

A Superintendência-Geral entendeu que essa operação deveria ter sido notificada por considerar que um fundo com participação de 20% integraria automaticamente o grupo econômico. Já o Tribunal do Cade, embora tenha reconhecido a infração, consolidou o entendimento de que a análise deveria levar em conta os direitos políticos e econômicos dos investidores para verificar se há controle compartilhado, e não apenas o percentual de participação. Ao fim, nenhuma multa foi aplicada.

Em nota ao **Valor**, o Cade informa que está trabalhando na atualização da Resolução nº 33. Em 30 de junho deste ano, editou a Portaria nº 263, que instituiu novo grupo de trabalho para realizar estudos para a revisão da normativa.

Para além da resolução, Rodrigo Rocha Casarotti, sócio da área Financorp do /asbz, entende que os critérios de faturamento para notificação obrigatória estão defasados, já que estão em vigor desde 2012. Os requisitos envolvem o faturamento mínimo de R$ 750 milhões para um grupo e R$ 75 milhões para o outro envolvidos da negociação.

"Uma atualização dos valores seria coerente com a própria Recomendação da OCDE, que sugere revisão periódica desses patamares e, a meu ver, benéfico para o mercado e para o sistema, uma vez que haveria um filtro de relevância para os casos a serem analisados pelas autoridades brasileiras antitruste", afirma.

Por outro lado, no entendimento de Matheus Venturini, advogado tributarista e sócio da área de negócios do escritório Rafael Pandolfo Advogados Associados, a autoridade concorrencial deixou de fazer análises predominantemente formais e passou a privilegiar a realidade econômica e a efetiva capacidade de influência do investidor sobre a operação. Ele explica que a complexidade está nas estruturas de investimento atuais usadas pelo mercado.

"Private equity, venture capital, fundos de infraestrutura e veículos internacionais frequentemente adotam modelos de governança que não existiam — ou eram muito menos comuns — quando as regras originais foram concebidas", explica.

Procurados pelo **Valor**, Digesto e Jusbrasil preferiram não comentar o assunto.

Notas fiscais na reforma terão quatro fases

REFORMA Novos **TRIBUTOS**

Jéssica Sant'Ana, Lu Aiko Otta e Giordanna Neves
De Brasília

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) vão dividir em quatro fases a obrigatoriedade da emissão de notas fiscais com discriminação das alíquotas (destaque) da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do IBS. O novo cronograma será divulgado até amanhã. A CBS e o IBS são os tributos da reforma tributária que vão substituir os atuais impostos que incidem sobre o consumo.

Segundo apurou o **Valor**, a primeira fase começa em 3 de agosto e envolve os documentos fiscais que já tiveram o seu layout divulgado pela Receita e pelo Comitê Gestor, que são basicamente as notas de venda ao consumidor final e as notas de vendas entre empresas (B2B).

A segunda fase começará em 1º de outubro, para outra leva de documentos fiscais. O layout desses documentos será divulgado no início de agosto, para que haja 60 dias de adaptação para as empresas. A terceira parcela de documentos fiscais será implementada a partir de 1º de dezembro. E a última, a partir de 1º de janeiro de 2027, para documentos específicos emitidos por empresas do Simples Nacional que optarem por aderir à CBS e ao IBS.

No caso do setor financeiro, a implementação das notas com os tributos destacados também será dividida em fases, já que há documentos fiscais novos a serem emitidos pelas empresas desse setor. A Receita e o Comitê Gestor vão divulgar sempre com um prazo mínimo de 60 dias de antecedência os novos layouts para que haja tempo de adaptação dos contribuintes.

Dados da Receita Federal mostram que 78% dos documentos fiscais emitidos já estão vindo com o destaque da CBS, mesmo antes do início da obrigatoriedade. Além disso, mais de 90% das empresas já teria condição de emitir os documentos com destaque da CBS e do IBS.

Na terça-feira, a Receita enviou às empresas que já estão destacando o IBS e a CBS nas notas um feedback, indicando correções em casos de erros e parabenizando as que estão preenchendo corretamente.

Receita e Comitê Gestor também preparam um programa de conformidade, que prevê a autorregularização dos contribuintes que, de boa-fé, tiverem dificuldade para destacar a CBS e o IBS em suas notas fiscais. A ideia da Receita Federal é que o contribuinte que aderir a esse programa de conformidade esteja livre da multa este ano, desde que aja de boa-fé. Essa boa-fé, por sua vez, será atestada pelos contadores, o que é uma novidade nesse tipo de programa.

DIVULGAÇÃO

Edgard de Castro: tempo para os preparativos da entrada em vigor da reforma é curto

Por exemplo, se o fiscal perceber que não está havendo uma evolução na emissão das notas fiscais com destaque dos tributos, o contador e o contribuinte serão informados, para que haja a autorregularização e, dessa forma, dispensada a aplicação de multa. Contudo, esse era um ponto que ainda estava em negociação com Estados e municípios.

A Receita Federal e o Conselho Federal de Contabilidade lançaram no primeiro semestre deste ano um curso de preparação técnica dos contadores para a implementação da reforma tributária. O objetivo é qualificar os profissionais para que não haja erros nessa fase de transição para o novo sistema tributário sobre o consumo. Os módulos do curso já tiveram 682 mil acessos.

"A gente precisa trabalhar em conjunto, organizar essas datas para que não tenha um bate-cabeça nessa implementação", comentou o presidente da Associação Brasileira de Tecnologia para o Comércio e Serviços (Afrac), Edgard de Castro. Ele considera que o tempo para os preparativos da entrada em vigor da reforma é curto, mas é contra qualquer adiamento.

A antecedência de 60 dias entre a divulgação do layout dos documentos fiscais e sua exigência é curto, na avaliação de Sergio Sgobbi, diretor de Relações Institucionais e Governamentais da Brasscom, que presta serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para grandes contribuintes. "Não é o ideal, mas é melhor do que ficarmos correndo atrás de questões que são publicadas para irmos tomando conhecimento para alterar."

Destaque

Síndrome de burnout
Decisão proferida na 60ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP) concedeu R$ 20 mil de indenização por danos morais a trabalhadora de grupo de soluções de ensino por síndrome de burnout, reconhecida como doença ocupacional. Também deferiu a equiparação salarial e obrigou o pagamento de diferenças de bônus anuais à empregada. A profissional atuou como consultora pedagógica de 2021 a 2025. No processo, reclamou de jornada excessiva e deslocamentos extensos, além de exposição e cobrança de metas que lhe teriam causado exaustão, necessitando de acompanhamento psicológico. As alegações foram confirmadas por testemunha, que citou a falta de providências do empregador após tomar conhecimento do caso. Laudo pericial atestou a possibilidade de o trabalho ter exercido influência no sofrimento psíquico da autora. Na sentença, a juíza Letícia Neto Amaral reconheceu o nexo concausal entre a síndrome de burnout e as condições de trabalho da mulher, considerando jornada extensa, viagens frequentes, desgaste físico e psíquico acumulados e cobranças por resultado. "Apesar de cientificada sobre o grave adoecimento de sua empregada, conforme relato da testemunha, a reclamada manteve-se totalmente inerte", ressaltou a julgadora (processo nº 1000199-32.2026.5.02.0060).

Entre a proteção ambiental e a segurança jurídica

Opinião Jurídica

Renata Franco de Paula Gonçalves Moreno

A proteção do meio ambiente ocupa posição central no ordenamento jurídico brasileiro, sendo reconhecida como direito fundamental pela Constituição de 1988. Ainda assim, é preciso cautela ao afirmar, de forma absoluta, que toda pretensão reparatória ambiental deva ser imprescritível.

De um lado, há uma corrente doutrinária robusta que sustenta a imprescritibilidade da reparação do dano ambiental. Para esses autores, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, pertencente não apenas à coletividade presente, mas também às presentes e futuras gerações. Argumenta-se, ainda, que o dano ambiental frequentemente possui caráter permanente ou efeitos prolongados, o que dificulta a fixação de um marco temporal para o início da contagem do prazo prescricional. Soma-se a isso a função pedagógica da imprescritibilidade, voltada a desestimular condutas lesivas e reforçar a responsabilidade objetiva dos poluidores.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Tema 999 em repercussão geral, firmou o entendimento de que a pretensão de reparação civil por danos ambientais é imprescritível. Isso significa que não há limite de tempo para que o responsável seja obrigado a reparar o dano causado ao meio ambiente. A Corte fundamentou sua decisão em princípios como o da reparação integral e o da proteção intergeracional, destacando que a limitação temporal poderia inviabilizar a recomposição do meio ambiente e comprometer sua proteção constitucional.

Antes dessa definição, contudo, prevalecia um cenário de insegurança jurídica, marcado por decisões divergentes. A decisão no AREsp 2.347.288/RJ, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ilustra esse contexto. Na ocasião, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) reconheceu a prescrição da pretensão indenizatória com base na teoria da actio nata e na aplicação do prazo trienal do Código Civil, sob o fundamento de que os autores já tinham ciência do dano desde 2001, tendo ajuizado a ação apenas em 2021.

Esse tipo de entendimento era comum, justamente pela ausência de uniformidade quanto à natureza da reparação ambiental. Enquanto alguns tribunais tratavam a matéria como responsabilidade civil comum, aplicando prazos prescricionais tradicionais, outros reconheciam a especificidade do dano ambiental, afastando a prescrição com base em sua natureza continuada e difusa.

O próprio Superior Tribunal de Justiça, embora já apontasse em precedentes para a ideia de dano ambiental continuado e obrigação permanente de reparação, não possuía orientação vinculante capaz de uniformizar a matéria em todo o país. Isso permitia que tribunais estaduais adotassem soluções distintas para casos semelhantes, ora reconhecendo a prescrição com base no Código Civil, ora afastando-a com fundamento na natureza ambiental do dano.

Foi justamente para superar esse quadro de fragmentação que o STF, ao julgar o Tema 999, firmou tese no sentido da imprescritibilidade da pretensão de reparação de dano ambiental, estabelecendo um critério uniforme e vinculante. A partir dessa definição, deixou de ser juridicamente admissível a aplicação de prazos prescricionais típicos da responsabilidade civil comum às pretensões fundadas em dano ambiental, como ocorreu no acórdão do TJRJ — entendimento que, embora possível à época, encontra-se hoje superado.

Por outro lado, há uma corrente crítica — menos ruidosa, mas igualmente relevante — que aponta riscos nessa construção: sem negar a importância da tutela ambiental, alerta-se que a imprescritibilidade irrestrita pode comprometer seriamente a segurança jurídica, valor igualmente protegido pela Constituição, uma vez que a ausência de limite temporal para o exercício da pretensão reparatória pode gerar incerteza permanente, mantendo pessoas físicas e jurídicas indefinidamente sujeitas a demandas, muitas vezes sem condições adequadas de defesa.

Além disso, a prescrição cumpre função essencial de estabilização das relações sociais. O tempo é elemento estruturante do Direito e impõe limites à atuação estatal e às pretensões individuais e coletivas. Admitir a imprescritibilidade como regra geral pode gerar desequilíbrio entre valores constitucionais igualmente relevantes.

Outro ponto sensível é o risco de banalização do conceito de dano permanente. Nem todo dano ambiental é contínuo ou irreversível; há situações em que o evento é pontual, ainda que seus efeitos se prolonguem no tempo. Nesses casos, a exclusão total da prescrição pode permitir a rediscussão de fatos antigos sob condições probatórias precárias.

Isso não significa defender a aplicação rígida dos prazos prescricionais tradicionais ao direito ambiental. É justificável a adoção de regimes diferenciados, com prazos mais amplos ou regras específicas, diante da complexidade dos danos ecológicos. O que se questiona é a adoção da imprescritibilidade como solução universal, sem a devida consideração das particularidades de cada caso.

O desafio, portanto, não está em escolher entre proteger o meio ambiente ou garantir segurança jurídica, mas em construir um modelo que harmonize esses dois valores. Um sistema jurídico maduro não se sustenta em soluções absolutas, mas em equilíbrios ponderados. Proteger o meio ambiente é essencial, mas fazê-lo à custa da erosão de garantias fundamentais pode gerar efeitos colaterais tão preocupantes quanto aqueles que se pretende evitar.

Renata Franco de Paula Gonçalves Moreno é especialista em Direito Ambiental e Regulatório, sócia e fundadora do escritório Renata Franco Sociedade de Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

sabesp

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Companhia Aberta
CNPJ 43.776.517/0001-80
NIRE 35.3000.1683-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2026

Ficam os acionistas da **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP** ("Companhia"), nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, de seu Estatuto Social, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **28 de agosto de 2026, às 11h** (horário de Brasília), **de modo exclusivamente digital**, por meio da Plataforma "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 22 de março de 2022, a fim de examinar, deliberar e votar a respeito da seguinte ordem do dia:

(i) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, para mandato unificado com término na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026;

(ii) caracterização da qualidade de independente de Alexandre Gonçalves Silva, candidato a membro do Conselho de Administração, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 80");

(iii) caracterização da qualidade de independente de Gustavo Rocha Gattass, candidato a membro do Conselho de Administração, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução CVM 80; e

(iv) caracterização da qualidade de independente de Mateus Affonso Bandeira, candidato a membro do Conselho de Administração, nos termos das regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 e na Resolução CVM 80.

Orientações para participação na Assembleia:

Com o intuito de ampliar a participação da base acionária da Companhia, a Administração entende ser mais adequada a realização da Assembleia de modo exclusivamente digital.

Os acionistas que desejarem participar por meio da Plataforma Digital deverão realizar o pré-cadastro no seguinte link https://assembleia.ten.com.br/340699337, até o dia 26 de agosto de 2026, seguindo o passo a passo indicado no Manual de Participação, divulgado pela Companhia na presente data. Esclarecemos que o acionista poderá participar diretamente, por seu representante ou por intermédio de procurador devidamente constituído, por meio da Plataforma Digital. O acesso à Assembleia será restrito àqueles que realizarem o credenciamento dentro do referido prazo e tiverem seus cadastros validados pela Companhia.

Alternativamente, os acionistas poderão votar a distância por meio de: **(a)** envio de instruções de preenchimento do boletim de voto aos respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central; **(b)** envio de instruções de preenchimento do boletim de voto para o Itaú Corretora de Valores S.A., escriturador da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; **(c)** transmissão das instruções de voto via Plataforma Digital; ou **(d)** utilização do sistema eletrônico disponibilizado pela B3, na Área do Investidor (disponível em https://www.investidor.b3.com.br/), na seção "Serviços", clicando em "Assembleias em Aberto".

Em qualquer das alternativas acima, o acionista deverá apresentar a seguinte documentação:

- Pessoa física - CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal[1];
- Pessoa jurídica - (i) CPF e documento de identidade com foto de seu representante legal[2]; (ii) contrato social ou estatuto social consolidado e atualizado, e (iii) documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se aplicável; e
- Fundo de investimento - (i) regulamento do fundo, (ii) estatuto social ou contrato social do administrador do fundo[3], e (iii) ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Excepcionalmente, a Companhia dispensará (i) o reconhecimento de firma nos documentos apresentados, (ii) a apresentação de cópias autenticadas; (iii) a notarização e consularização ou apostilamento dos documentos lavrados em língua estrangeira; (iv) a tradução juramentada: (a) de documentos nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, e (b) de documentos nas demais línguas estrangeiras que venham acompanhados de tradução livre nos respectivos idiomas.

O acionista será responsável pela veracidade e integridade dos documentos apresentados.

As orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação na Assembleia, seja via Plataforma Digital ou por envio do boletim de voto a distância, bem como as regras para outorga de procuração constam no Manual de Participação divulgado pela Companhia na presente data.

Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia, observados os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Conforme previsto no artigo 6º do Estatuto Social, é vedado a qualquer acionista ou "Grupo de Acionistas" (conforme definido no referido artigo) o exercício do direito de voto em número superior a 30% do total de ações em que se dividir o capital social votante da Companhia, independentemente de sua participação acionária. Em razão desta limitação, a Companhia solicita que os acionistas que pertençam a algum "Grupo de Acionistas" informem esse fato à Companhia até as **11h (horário de Brasília) do dia 24 de agosto de 2026**, bem como sinalizem quais outros acionistas também compõem referido "Grupo de Acionistas".

Em primeira convocação, deverá estar presente, no mínimo, ¼ do capital votante da Companhia, para que a Assembleia seja instalada. Caso esse quórum não seja atingido, a Companhia publicará novo edital de convocação com a indicação de nova data para a realização da Assembleia. A Assembleia poderá ser instalada, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes.

Os acionistas que desejarem requerer a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, e poderão exercer esse direito até às **11h (horário de Brasília) do dia 26 de agosto de 2026**, mediante o envio de comunicação à Diretoria de Relações com Investidores (i) entregue na sede social da Companhia, localizada na Rua Costa Carvalho, nº 300, São Paulo/SP, CEP 05.429-900, ou (ii) encaminhada para o e-mail dri@sabesp.com.br. A Companhia recomenda que os pedidos de adoção do voto múltiplo sejam formulados com a maior antecedência possível, a fim de facilitar seu processamento e assegurar a adequada participação dos demais acionistas.

Os documentos pertinentes à Assembleia, incluindo o Manual de Participação e a Proposta da Administração, estarão à disposição dos acionistas na sede da Companhia nesta data, em sua página de Relações com Investidores (https://ri.sabesp.com.br/) e nos *websites* da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Eventuais esclarecimentos sobre os assuntos da ordem do dia poderão ser obtidos por meio do e-mail: dri@sabesp.com.br.

São Paulo, 29 de julho de 2026

Alexandre Gonçalves Silva
Presidente do Conselho de Administração

[1] Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida no Brasil.
[2] Idem nota 1.
[3] Para fundos de investimentos, serão aceitos os documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto.

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 510 LOTES - DIA: 31.07.2026 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE
AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 31.07.2026, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BHBG51CAKP000574 - 9BGEN69H0MG155111 - KMHDC51EBAU247572 - 9BD195A4ZM0904880 - WP1AA2954JLB04291 - 8AFAR23L6JJ062079 - 94DFCAP15SB115213 - SAJAB4BG6HA979174 - 9BWBH6BF0N4053485 - 9BD255049D8956135REM - 3N1CN8AE4ML811044 - 94DFCAP15JB120044 - 9BGKS48U0KG304709 - 9BFZD55P3KB626654 - KMHJU81BBCU399032 - 9BFZH55LXJ8178863 - 9BWAB45Z8E4155382 - 93YBSR76HEJ839078 - 9BWAA05U2AT152879 - 9BD358A7HMYK91699 - 9BWDB45U1DT291519 - 93XJYKH8WFCF19126 - 94DFFUK13JB202084 - 9BD341ACZPY870759 - 3G1J86CD1ES589759 - 93YBSR7RHBJ567825 - 9BD341ACXMY728730 - 94DTAFL10AJ369250 - 9C2NC6110RR016392 - 9BGEA48A0RG280451 - 9BD195A4NH0790294 - 93YRBB002NJ884456 - 8AWPB05Z6BA003863 - 93YHSR6R3EJ966311 - 9BFZE55H2B8596095 - WVWMG83C2EP006821 - 9BWAB45U3FP523228 - WVWHD6AU6EW051339 - 98861110XJK172728 - 93YRBB004NJ882322 - 9BWDB45U8JT118009 - 9BFZH55L8L8494958 - 988675134HKH01484 - 9BFZH55L5K8313751 - 93YHSRAF5GJ927917 - 9BGKL48U0JB115193 - 93Y4SRD64FJ729384 - 9BGKL48U0HB183108 - 93XSTCY4AFCF01993 - 9BFZH55L0F8251827 - 9BWDA45U8FT018454 - 9BGSU19F0CB230494 - 9BD135019E2253432 - 9BD196272E2175585 - 95PJN81BPBB010598 - 93W244F14B2069234 - 93HGE8890CZ103083 - KMHTC61CBCU036038 - 8AD2MKFWXCG037105 - 9BD195163B0092886 - 8AD3CRFJRBG001274 - KMHDC51EBAU173036 - 9BD13571AC2187690 - 9BD17201MA3501648 - 93Y4SRF84KJ545841 - 9BGAJ48C09B281411 - 9BD358A4NJYH69641 - 9BHBG51CAGP539211 - 9BWAA05U39T117571 - 9BD195A4ZG0697529 - 9BFZH54L3M8053192 - 9BFZK03A59B010245 - 9BHBG51CAFP316961 - 9BGRZ48909G188944 - 3GNFLME76AS619251 - KMHFC41DP9A345626 - 9BWCA05WX8T193412 - 8AFDR12A48J182786 - 9BD358A1NNYL68721 - 3N1DK3CD3DL242482 - 9BWCA05XX5P083019 - 9C6DG3340S0040680 - 9BGJR7520JB245785 - 9C2KC2210PR055358 - 9C6RG3850N0023133 - 9C2JC4830HR001701 - 92TA92DZ9RMC00014 - 93YVBU4X1KJ668693 - 8AD3CN6B49G022746 - 9BGKS48G0FG370314 - 9BD265122E9002809 - 9BFZB55S6J8662120 - 9BD26512HJ9088636 - YV1DZ40CDG2872634 - 93Y4SRT55PJ201460 - 9BFZE12P978810396 - 9BWAG45U9MT067726 - 9BFZH55L1K8254178 - 95PJU81DBGB023940 - 9BWAA05Z7C4149890 - 9BGEY69H0NG149884 - 99HSTF200TS003368 - 936CLHMZ1JB017091 - 9BGJE7520KB205655 - 93YRHAMH7JJ963754 - 9C2KC2200TR401902 - 9C6RG5040S0033285 - 9C2KC2210TR051558 - 92TA67MZ5SMF01195 - 9C2KC2500NR002109 - 9C6SG3310K0030780 - 9C2JB0100NR026928 - 99HSHF175TS000242 - 9C2KC2500SR308327 - 9C6RE2140S0064512 - 92TA67MX5TMK15358 - 95VZD1B5SSM000147 - 9C6RG9910S0029244 - 9BWAG45UXPT060790 - 9BHCU51AANP293678 - 9BD195A4ZM0908776 - 9BWAA45U4FP526691 - 9BHBG41CAHP719072 - 9BWAA05W7DP072203 - 93YBSR7RHEJ721915 - 9BWAA05Z194134469 - 9BD578141E7747868 - 9BWAA05Z994159233 - 9BGRM69808G157148 - 93HFA66408Z238767 - 9BWCA05W08T209634 - 93HES16505Z113348 - 8AFSZZFFCFJ338340 - 9BWAA05Z2C4125996 - 9BD1962A3C2017979 - 9BD17164LC5801070 - 9BWAA05Z694006745 - 3VWLN6162CM142093 - 9BWAH5BZ7RT606712 - 9BGRG08F0CG375695 - 9BFZE55H598562419 - 9BGRX08F0AG320983 - 9BGXH68P0AC211059REM - 9BGRJ69808G176399 - 9BD17202LA3518585 - 9BWAG45U4JT101437 - 8AWPB05Z28A001116 - 9BHBG41DBFP501166 - 9BWKB05Z054030194 - 9BFZH55L7H8375063 - WAUAC78E17A228708 - 9BWAG4127FT549053 - 9BD19250R73063488REM - 94DBCAN17GB107590 - 9BR72ZEC258569759 - 9BFZH55L3K8292978 - KMHJN81BBAU146892 - 93YJA15256J713925 - 9BWAA05U0AT000339REM - 9BM688254XB212157 - 8A1BB8215EL840246 - 9BFZH54S7M8043496 - 9BD196263D2112506 - 9BFZH55L7G8319610 - 93YHSR7P5DJ505561 - 9BWAA05U7DT164336 - 935ZCWMNCE2134241 - 9BGXM19808B206826 - 9BFZD55P5GB844070 - 9BGCA80X0DB338196 - 9BGAJ48J0BB274044 - 9BWCB05W36T198610 - 9BWAB41J8B4000472 - 9BGTR48W09B203827 - 9BFZK03A39B044426REM - 8AGSN19909R119532 - KMHDC51EBBU291777 - 9BGRZ08906G111710 - 9BFZH55L8F8193398 - 943BAS09381001623 - 8AGSA19909R110378 - 3N1AB61D29L600993 - 9BD15822764815800 - 8BCNDRFJUGG524889 - 3HGCM66506G500351 - W1K3F5EW8NN277954 - 94DFCAP15RB163581 - 95PBFK31DTB079161 - 93HGM6630KZ100111 - WBAA25A4SSAA03859 - 9C2JK3400TR015937 - 94DBCAN17KB106345 - 9C2MC4420LR000621 - 9362AKFW97B035777 - 9BR53AEB215528400 - 9BGRM69809G130682 - 93HGE68509Z101619 - KNAGE222375138465 - 3FADP4EK4CM108093 - 3N1BB7AD1EY213262 - 9BGAB69C0AB275515 - WVGVE67P0ED035484 - 93HGD18608Z201064 - WB10175A35ZN81369REM - 95V3V8K5KLM001110 - 9CDVS56AJDM105455 - 95VZF1G5KKM000138 - 9C2JF2500DR308484 - 935SLYFYYFB519361 - 8A1BB8215FL511019 - 94DFCAP15RB194587 - 94DTBAL10CJ973513 - 9BD135019C2203843 - MPBAR2F1XTX732415 - 93HGD17607Z121564 - 9BGXH75X0AC221042 - 8AJYY59G8E6515954 - 3HGRM5870DG502594 - 9BD17203743103684 - 9BHGA811BLP152858 - 93HGD38808Z103618 - 9BD135613A2120756 - 93HGM6670LZ106259 - JTDKB3FU5J3595202 - 9362CKFW96B066184 - 9BHCN51AAMP130707 - JSAGYB41SD6400001 - 9BD135019E2265717 - 9BHBG51DBFP458783 - 9BD11940571042937 - 9BD13561362001008 - 9BRBD48E6E2614978 - 9BFZF20A188276622 - KMHDH41GBFU161205 - 9BWZZZ377VP581833 - 98RDB21B3MA005887 - 93HGM6690FZ102868 - 8AP17202LC2228256 - 9BWDB45U5KT059132 - 935SLNFNWDB531536 - 9362NKFWXCB033381 - 3GNALHEV3AS557453 - 3N8CP5HD6HL495191 - 9BD17206G73289883 - 9BFZH54SXM8065332 - 8AGCN48P0AR160330 - 9BWCA05X52P038582 - 9BGRZ48F0BG182897REM - 93HGN5870RK301629 - 9350WNFNYLB527073 - 9BWDB05X15T008900 - 93HRV2850HZ236840 - 93YRBB003MJ445507 - 9UK64ED50J0096857 - 93HRV2830KZ119381 - 9BFZD55J9EB702331 - 9BGSA1910AB265494 - 9C2KF1710ER101952 - 9BRKC3F30K8032611 - 8A1BB8215FL425576 - 95V6P1B2STM000812 - 9BGJC69Z0DB312206 - 9BD13561362011726 - 9C6SG5910N0026555 - 9CDNG4AAJCM101793 - 935SLYFYYFB512992 - SALLSAA346A941556 - 9C6SG5920R0016554 - 8AFPZZFHA8J187514 - 935035GVYKB526110 - 8AFPZZFHA8J085644 - 9C2JB0100TR533902 - 9BD1196GDL1154259 - 93YRBB007NJ074191 - 9BRB29BTXH2128768 - 9C6DG3320R0147652 - 95PBFK31DTB087343 - 94DBCAN17MB202054 - 9BFZH55J1F8287590 - 96PELMB18SFS00664 - 9BFZH55S2L8446363 - JTHBK1GG7E2100327 - 9BWAA45Z7D4130636 - VF3V1ZKXZPZ001477 - 9BFZH55J9G8315704 - 94DFCAP15NB104060 - 9BWKA05ZX74050426 - 9BRBB48E1A5084613 - 94DBCAN17MB203186 - 93HGM2620DZ120207 - 9BWAA05Z1D4031044 - 94DFCAP15MB403862 - 8AGCB48X0CR162727 - 9BGEB69H0RG124378 - 9BWDG45U2PT013248 - 9BGEX76H0MB134310 - 9BFZD55J0FB788596 - 9BD358A4NKYJ52315 - 8AGCB48X0BR216641 - WAUDFA8U3ER050517 - 93HGE6850AZ107562 - 94DFCAP15JB141218 - 93XFRH72WDCC75074 - 9BD2651PAR9251364 - 9BGJB69Z0DB212360 - 9BG144CP0FC427666 - 9BFZH55L9H8446098 - 9BWLB45U1BP053364REM - 9BWAA05Z4C4130844 - 93HES15305Z110681 - 93HFB2530CZ207035 - 9BWAB45Z5E4050315 - 9C6DG25D0P0003909 - 93YBSR7UHCJ117580 - 9C6RH2720T0006633 - 9BGEB69A0RG175309 - 9C2KC2200TR613127 - 9BGJP7520RB177170 - 9C2KC2200PR078745 - 93YRBB009PJ249172 - 9C2KC2210PR032730 - 93HGN2670NK102475 - 9C2KC2210NR092122 - 9C6RG9920S0010305 - 9C6RN3550J0001007 - 988611132KK258601 - 8AP19627ZG4158423 - 9BFZH55L1K8269232 - 9BD19515ZG0737334 - 93YRBB009KJ755593 - SALVA2BG8EH869925 - 9BGKL48U0JB284123 - SALVA2BGXCH652258 - 9BD17164LC5787574 - 988611152GK017632 - WVGSV65N9CW512127 - 988611151GK046839 - 9BFZF55P4D8441216 - 9BGKS48G0FG441598 - 9BHBG51CAFP481950 - 8BCLCN6BYCG523989 - 9BGKS48B0DG200204 - 98PTTH430RB151897 - 93ZC35B01D8443385 - 99Z0M2004RZ939450 - 93HRV3880TK218180 - 9C2ND1120PR202083 - 9BGEP76B0MB172573 - 9C6RG7710R0039988 - 9C2NC6100RR008630 - 94DFCAP15SB112089 - 9C6DG3320N0046781 - 9BWAL5BZ9KP540953 - 9BGKS48V0KG404761 - 93HGE67409Z108688 - 9BGRX08109G274788 - 9BD19713NJ3353763 - 9C2JC30101R235311 - 9BD17140MA5469781 - 9BWCA05W26P037032 - 9C2KD0550DR359041 - 9BWAA05W4AP080321 - 8AGSA19908R343238 - 9C6KG0460C0050110 - 9BFZH55L1K8227109 - 3VWKE61K99M275502 - 9BD341A8NHB413198 - 95PEDL61DPB002459 - 8AJBA3CDXN1749877 - 9BG148FK0JC419819 - 9BD57827SGB017959 - 9BG148MK0MC419278 - 8AJYY59G6F6530096 - 9BG148DK0NC424064 - 9BD57837DLY340046 - 9BFZC52P7AB891972 - 9BWAB05U7AP011389 - 9BRBB42E3B5129318 - 9BGKS48R0FG329889 - 9BGKT48V0KG135209 - 9BD358A4NLYK32127 - 9BD358AGZPYM68254 - 93HFA6630AZ206068 - 9BGKS48G0GG234748 - 9BGEB69A0SG122005 - 9BWAG45U0NT006878 - 8A1LZLH0TFL647288 - 9BFZH55L4G8321217 - 9BD17206G83342425 - 93HGE6850BZ121557 - SALFA2BD6BH277185 - 9BD15844AD6856402 - 9BWAA45Z7E4007078 - 9BFZF55AXE8017312 - 94DFCAP15RB158834 - 9BD376A24SYC36659 - KMHJU81BBBU236013 - 9BGRG08F0CG219014 - 3GNDL63739S620956 - 93YRBB005LJ957445 - 93Y4SRD04FJ431342 - 98861110XLK273866 - LGXCF6CD9S2002529 - 3N1CN7AD3DL801915 - 9BRB29BT3G2092081 - 9BHGC813BHP010918REM - 93Y5SRFHGJJ197182 - 9BGKL69U0HG198535 - 9BWDL5BZXKP562330 - 9BWCH6CH2PP007579 - 93YRHAMH7KJ604862 - JH2PC409X8K111321 - 9C2KF2700MR000872 - 9C2NC6110PR017065 - 9C6SEB540S0002488 - 99KPCKBYJPM713629 - 9C2KC2200KR099477 - 9CDEM12HVTM201181 - 95V0A2105FZ311387 - 9C2JF8500NR016034 - 936ZBWMMBD2102765 - LVAV2JVB1SY005834 - 9BWAG45U2KT002455 - 9BGSU19F0BB250317 - 9BGCA8030KB102806 - 9BWAA05Z8C4050673 - WDDGF3BWXEA910648 - 9C6RG3140J0004786 - 93HGE6730BZ116356 - 9BWDA05U4AT095386 - 8AJDY22G2F7008325 - 935SLNFN2HB524886 - 9C6RG5010L0054111 - 9BD341ACXMY719277 - 9C6SG6210M0005911 - LC0C76C44S0008119 - 8AFPZZFHA9J271886 - 2C4PC1GG7ER276784 - ME3DMEFT5PK001672 - 93YKM233ABJ460597 - 97NE67DF9PMBF4081 - 9C6RN3560P0004546 - 9BHBG51DBFP355262 - 9BGKL48U0HB182884 - 9350WNFX1NB546146 - 9BGEY48H0LG167765 - 8AP372171D6045497 - 9BGEB69A0PG250435 - WV1DA22H8LA013967 - 9BWAG45UXHT064436 - 9C6RH2720T0004013 - 9C2KC2210RR124184 - 9C2PC4920TR101747 - 9C2KC2210RR034216 - 95PZBN7KPDB047364.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•Condições de venda e pagamento dos leilões: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Informação para transformar dados em decisões está no Valor.
Acesse valor.globo.com

BANCO ABC BRASIL S.A.

COMPANHIA ABERTA

CNPJ/MF nº 28.195.667/0001-06 - NIRE 35.300.138.023

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 30 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2026, às 12h, de modo exclusivamente digital, consideradas para os fins legais como realizadas na sede social do Banco ABC Brasil S.A. ("Companhia"), localizada na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Cidade Jardim, 803, 2º andar, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. **CONVOCAÇÃO:** Edital de convocação publicado no jornal Valor Econômico nas edições dos dias 28 e 31 de março, e 01 de abril de 2026. **PRESENÇA:** Participaram virtualmente, por meio da Plataforma Microsoft Teams, acionistas representando mais de 2/3 do capital social votante (131.090.473 ações ordinárias) e acionistas preferencialistas, conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. Presentes, também, os Diretores Srs. Felipe Sene Tamburus e Marcos Chadalakian, o Sr. Gilberto Bizerra de Souza, representante da Ernst&Young Auditores Independentes S.S., os membros do Conselho Fiscal Srs. Paulo Romagnoli e Gabriela Soares Pedercini, e o membro do Comitê de Auditoria, Sra. Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Sr. Felipe Sene Tamburus; Secretária: Sra. Regina Tkatch. **ORDEM DO DIA: I - Em Assembleia Geral Ordinária:** Exame de propostas do Conselho de Administração para: (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2025; (ii) Destinar o lucro do exercício de 2025; (iii) Definir o número de membros do Conselho de Administração; e (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixar a remuneração global dos Administradores, nos termos do Estatuto Social da Companhia; (ii) Reformar parcialmente o Estatuto Social com o objetivo de alterar o "caput" do art. 7º do Estatuto Social para atualizar o valor do capital social da Companhia, face a aumento havido dentro do limite do capital autorizado; e (iii) Após o exame do item (ii) acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia, já contemplando as alterações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2024. **DELIBERAÇÕES: I - Em Assembleia Geral Ordinária:** Analisadas, discutidas e votadas as matérias constantes da ordem do dia, o acionista com direito a voto presente à assembleia deliberou as matérias listadas, sendo todas as matérias aprovadas e sem restrições pelo referido acionista (131.090.473 votos), conforme segue: **(i)** Aprovar as Contas, o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício encerrado em 31.12.2025, documentos esses publicados no jornal Valor Econômico na edição do dia 07 de fevereiro de 2026. **(ii)** Aprovar proposta do Conselho de Administração, de 23 de março de 2026, para destinar o lucro líquido do exercício findo em 31.12.2025, no valor de R$1.002.005.912,92 (um bilhão, dois milhões, cinco mil, novecentos e doze Reais e noventa e dois centavos), na forma abaixo e com os objetivos detalhados a seguir: a) R$50.100.295,65 (cinquenta milhões, cem mil, duzentos e noventa e cinco Reais e sessenta e cinco centavos) destinados a reserva legal; b) R$630.809.193,83 (seiscentos e trinta milhões, oitocentos e nove mil, cento e noventa e três Reais e oitenta e três centavos), pagos a título de juros sobre o capital próprio conforme deliberado em RCAs nas datas 24.06.2025 e 22.12.2025, juros esses imputados ao valor dos dividendos conforme o disposto no art. 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95; e c) R$321.096.423,39 (trezentos e vinte e um milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e três Reais e trinta e nove centavos) destinados a Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos. **(iii)** Definir a quantidade de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato, que será de 8 (oito) membros. **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração com mandato até a assembleia geral ordinária de 2028, a saber: Sr. **KHALIL EBRAHIM NOORUDDIN**, bareinita, engenheiro, casado, portador do passaporte nº 2999955, domiciliado na Road 7330, Block 373, Casa 1646, Manama, Reino do Bahrain; Sr. **ABDULAZIZ FAHAD ABDULAZIZ ALMOHAMMAD ALHUDAIB**, kuwaitiano, solteiro, administrador de empresas, domiciliado em Street 3, Block 6, Casa 52, Bayan, Kuwait, 43606, portador do passaporte nº P05041244; Sr. **MUSAB MOHAMED TAHER MSALLEM**, líbio, casado, engenheiro, portador do passaporte nº AB944774, domiciliado em Gergaresh 3.5km, Tripoli, Líbya; Sr. **SEDJWICK JOHN JOSEPH**, singapurense, casado, bacharel em tecnologia, domiciliado em Flat 81, Building 534, Road 4012, Block 340, Al-Juffair, Manama, Bahrain, 1302, portador do passaporte nº K2180048G; Sra. **JULIANA BUCHAIM CORRÊA DA FONSECA**, brasileira, casada, administradora de empresas, domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Cidade Jardim, 803, 2º andar, CEP 01453-000, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 26.688.195-6, expedida pela SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob nº 269.023.108-58; Sr. **RENATO PASQUALIN SOBRINHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Cidade Jardim, 803, 2º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.539.418-2, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 030.127.578-56; Sr. **ROBERTO PEDOTE**, brasileiro, administrador de empresas, casado, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Cidade Jardim, 803, 2º andar, CEP 01453-000, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 13.564.073-8, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 115.324.298-27; e Sr. **TONY BERBARI**, cidadão Libanês, bacharel em ciências, casado, portador do passaporte nº A03546843 e do documento de identidade nº 996070162 SC461, com endereço profissional na 140 East, 45 Street - 38° andar, CEP 10017, Nova Iorque, Estados Unidos da América; **(iv.1)** Os Conselheiros **JULIANA BUCHAIM CORRÊA DA FONSECA** e **ROBERTO PEDOTE** são qualificados como Conselheiros Independentes, uma vez que atendem às condições de independência previstas no Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3; **(iv.2)** Os nomes dos Conselheiros ora eleitos serão levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse em seus cargos. Os Conselheiros eleitos declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração em instituições financeiras e que preenchem os requisitos da Resolução CVM nº 80/22; **(iv.3)** Os acionistas presentes declaram, por sua vez, que os Membros do Conselho de Administração eleitos preenchem as condições previstas na regulamentação do Conselho Monetário Nacional e na Lei nº 6.404/76 e quando comunicados a respeito declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, sendo que cópia das referidas declarações encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **(iv.4)** Ao Sr. Anis Chacur Neto, que deixará de integrar o Conselho de Administração, os acionistas externam seus agradecimentos pelos serviços prestados à Companhia. **(v)** Foi registrado o recebimento de pedido de instalação do Conselho Fiscal, nos termos do art. 161, §2°, da Lei n° 6.404/76, e da Resolução CVM n° 70/22, por parte de acionistas detentores de 27,236% das ações preferenciais da Companhia (35.273.401 votos), quantidade esta correspondente a 13,535% do capital social total da Companhia. **(v.1)** Nos termos da Lei e do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal com instalação aprovada nesta Assembleia será composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, sendo 2 membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelos acionistas detentores de ações com direito a voto e 1 membro efetivo, e respectivo suplente, indicado pelos acionistas titulares de ações preferenciais. **(v.2)** Os acionistas titulares de ações ordinárias presentes (131.090.473) elegem como Membros do Conselho Fiscal, na forma do art. 161 da Lei nº 6.404/76, demais dispositivos aplicáveis e das disposições estatutárias, o Sr. **PAULO CORRÊA DE MORAES JUNIOR**, brasileiro, divorciado, em união estável, economista, domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Cidade Jardim nº 803, 2º andar, CEP 01453-000, portador da Cédula de Identidade R.G. n° 6.045.070-8 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 700.574.438-15 e o Sr. **PAULO ROMAGNOLI**, brasileiro, solteiro, em união estável, engenheiro, domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Cidade Jardim nº 803, 2º andar, CEP 01453-000, portador da Cédula de Identidade R.G. n° 7.306.717 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 041.568.808-69, como Membros Efetivos, e a Sra. **ADRIANA PALLIS ROMANO**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.601.238 expedida pela SSP/SP, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, sob nº 113.425 e no CPF/MF sob nº 112.892.648-21, domiciliada nesta Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.200, 5º andar, CEP 01453-050 e o Sr. **NEI SCHILLING ZELMANOVITS**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.897.659 expedida pela SSP/SP, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo sob nº 95.371 e no CPF/MF sob nº 066.538.018-61, domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, com endereço profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3.200, 5º andar, CEP 01453-050, como Membros Suplentes. **(vi.3)** Os acionistas preferencialistas presentes detentores de 21.111.908 ações preferenciais elegem, em separado, como Membros do Conselho Fiscal, na forma do art. 161 da Lei nº 6.404/76, demais dispositivos aplicáveis e das disposições estatutárias, a Sra. **GABRIELA SOARES PEDERCINI**, brasileira, casada, engenheira eletricista, carteira de identidade MG-14.207.779, inscrita no CPF/MF sob nº 085.995.616-42, com endereço comercial na Av. dos Andradas, 3323, sala 501, Santa Tereza, Belo Horizonte - MG, CEP 31010-560, como Membro Efetivo, e o Sr. **GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.874.190-4 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 003.736.268-27, domiciliado na Alameda Cambará, 291, Bairro Alphaville 12, Santana de Parnaíba - SP, CEP 06539-040, como Membro Suplente. Fica registrada a abstenção de acionistas preferencialistas representando 5.377.274 ações e a rejeição de acionistas preferencialistas representando 9.049.637 com relação à eleição do Conselho Fiscal. **(v.4)** Os Membros do Conselho Fiscal terão mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária a realizar-se nos quatro primeiros meses de 2027. **(v.5)** Fixar a remuneração mensal dos Membros Efetivos do Conselho Fiscal em R$13.839,00 (treze mil, oitocentos e trinta e nove Reais). Os Membros Suplentes somente serão remunerados quando em substituição aos Membros Efetivos, nos casos de ausência. **(v.6)** Os Membros do Conselho Fiscal eleitos nesta Assembleia tomarão posse em seus cargos após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil. **(v.7)** Registrada a apresentação, pelos eleitos para o Conselho Fiscal, dos documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas no art. 162 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas presentes declaram, por sua vez, que os Membros do Conselho Fiscal eleitos preenchem as condições previstas na regulamentação do Conselho Monetário Nacional e na Lei nº 6.404/76 e quando comunicados a respeito declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência ou contra as relações de consumo, sendo que cópia das referidas declarações encontram-se arquivadas na sede da Companhia. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** Aprovar proposta do Conselho de Administração para: **(i)** Fixar o montante global anual para remuneração dos Administradores da Companhia, no valor de até R$209.893.000,00 (duzentos e nove milhões, oitocentos e noventa e três mil Reais), líquido de encargos sociais, a ser distribuído em reunião do Conselho de Administração, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, na forma do Estatuto Social da Companhia e em observância às regras contidas na Política de Remuneração de Administradores da Companhia, cujos termos e condições são ora ratificados. **(ii)** Reformar parcialmente o Estatuto Social, alterando a redação do *caput* do art. 7º do Estatuto Social para atualizar o valor do capital social da Companhia, que foi aumentado, dentro do limite do capital autorizado, em 23 de março de 2026 mediante subscrição privada de ações e com utilização de juros sobre capital próprio distribuídos em 22 de dezembro de 2025, de forma que o valor do capital passou de R$5.698.602.385,84 (cinco bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões, seiscentos e dois mil, trezentos e oitenta e cinco Reais e oitenta e quatro centavos) para R$6.012.662.261,47 (seis bilhões, doze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e um Reais e quarenta e sete centavos), representado por 260.601.081 (duzentas e sessenta milhões, seiscentas e uma mil e oitenta e uma) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 131.090.713 (cento e trinta e uma milhões, noventa mil, setecentas e treze) ações ordinárias e 129.510.368 (cento e vinte e nove milhões, quinhentas e dez mil, trezentas e sessenta e oito) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(ii.1)** Em virtude da deliberação de alteração parcial do Estatuto Social da Companhia, fica definida nova redação do "caput" do art. 7º: "**Artigo 7º** - O capital social do Banco totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 6.012.662.261,47 (seis bilhões, doze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e um Reais e quarenta e sete centavos), representado por 260.601.081 (duzentas e sessenta milhões, seiscentas e uma mil e oitenta e uma) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 131.090.713 (cento e trinta e uma milhões, noventa mil, setecentas e treze) ações ordinárias e 129.510.368 (cento e vinte e nove milhões, quinhentas e dez mil, trezentas e sessenta e oito) ações preferenciais." **(iii)** Diante da deliberação de reforma estatutária aprovada nesta Assembleia por 131.090.473 votos, o Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a redação constante do Anexo I desta ata, já contemplando as alterações aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2024. **LAVRATURA E LEITURA DA ATA E ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, contabilizando-se ainda como presentes e assinantes, na forma do artigo 47 da Resolução CVM nº 81/2022, os acionistas que votaram por meio de Boletim de Voto a Distância e pela Plataforma Microsoft Teams. Mesa: Sr. **Felipe Sene Tamburus** - Presidente, Sra. **Regina Tkatch** - Secretária. Acionistas Presentes nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária: Marsau Uruguay Holdings Sociedad Anónima, representada por sua procuradora Dra. Adriana Romano Pallis; Mainá Master FIA e Warm FIA representados por seu procurador Sr. Andre Vasconcellos; Sabattini Participações Ltda. representada por sua procuradora Sra. Gabriela Soares Pedercini; Segall Bryant & Hamill Emerging Markets Fund, LP; It Now Idiv Renda Dividendos Fundo de Índice - Responsabilidade Limitada; Itaú Previdência IBRX Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada; RT Defiant Fundo de Investimento Financeiro Multimercado Responsabilidade Limitada; It Now IGCT Fundo de Índice Investimento Sustentável - Responsabilidade Limitada; It Now Small Caps Fundo de Indice; Itaú Governança Corporativa Ações Fundo de Investimento Sustentável; Itaú Small Cap Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada; Itaú Ações Dividendos Fundo de Investimento Financeiro Responsabilidade Limitada; Itaú S&P/B3 Low Volatility™ Fundo de Investimento Financeiro em Ações Responsabilidade Limitada; It Now IFNC Fundo de Índice - Responsabilidade Limitada; It Now Idiv Renda Dividendos Fundo de Índice - Responsabilidade Limitada, representados por sua procuradora Sra. Ana Cristina Freitas Silva. Acionistas que votaram por meio dos Boletins de Voto a Distância: Charles River Fundo de Investimento de Ações; Organon Master FIA; Set Fundo de Investimento em Ações; Hossegor FIA; Junto Participações FIA; 4UM Marlim Dividendos FIA; Duo Hix Capital FIA; Hix Austral FIA; Hix Capital Institucional Master FIA; Hix Capital Long Biased FIA; Hix Capital Long Term Eq Prev Fifm; Hix Capital Master FIA; Hix Prev 100 Master FIM; Hix Prev II Master FIM; Hix Prev III Master FIA; Hix Prev Iv Master FIA; Marcio Andre Lunardi; Edvandro Amancio dos Santos; Rodolfo Lara Gadotti; William Persch; Alexandre da Silveira Fontes; Vinicius Giordani; Fernando Ruben Fernandez; Alecsandro Rodrigues de Araujo; Claudemir Pereira Ramos; Rafael Ecke Tavares Busanello; Murad Said Saleh Yusuf Said; Henrique Albuquerque Hermida; Carlos Eduardo Santos de Souza; Luiz Otavio Pereira da Cunha; Jorge Luis Pires Henriques; William Ferreira da Silva; Eduardo Cardoso Braga; Jose Roberto Debastiani; Elmo Gomes de Souza; Ricardo Tamanini; Leonardo Cajueiro D Azevedo; Raphael Hasse de Mendonca; Thais Simone Procopio Silva Dixini; Thomas Magno de Jesus Silveira; Jose Leone de Oliveira Junior; David Bastos; Augusto Vinicius da Silva; Darlei Andrade Fonseca; Alexsandro Dias Batista; Risonaldo Nunes Mendes; Luiz Felipe Lima Freire; Gabriel Teixeira Silva; Paulo Cesar Emiliano; Danilo da Silva Vieira Paradelas; Jose Gutenberg de Lima; Jose Carlos de Barros Filho; Dione Queto Monteiro; Wagner da Silva Azevedo; Relry de Souza Proeza; Tiago Wenceslau Melo Costa; Alexssandro Francisco da Silva Araujo; Eduardo de Oliveira Couto; Rodrigo Verlaine Ribeiro de Souza; Mauro Serao Filho; Ailtom Ferreira Serrano; Marco Antonio T. Sodre; Marta Valerio da Silva; Jose Luis Rodrigues da Costa; Pedro Henrique Pellozo de Oliveira; Marcos Paulo Koller Rodrigues; Matheus Hansen; Fernando Mario Preihs Guimaraes; Juan Rodrigues Harder; Rafael Rodrigues de Jesus; David Bonanno Leandro; Igor Tadeu Avila Barros; Guilherme Pereira de Oliveira; Wallace Oliveira Ferreira; Renan Cristian dos Santos Magalhaes; Luis Frederico Felix da Silva; Celia Maria Ferraz Carvalho Motta; Ronaldo Tadashi Kawano; Bruno Teixeira Guimaraes; Jose Roberto Rodrigues Junior; Fabio de Oliveira; Gustavo Alberto Fonseca Teixeira; William Ferreira Pinto; Pedro Phillippe Jasserand Valente de Moraes; Joao Carlos Gonzales; Carlos Fonseca Avila; Luiz Henrique Gomes Pozenatto; Renato Ferraz Carvalho Motta; Ricardo Becker Fernandes; Jose Roberto Vieira da Silva; Eduardo de Lorenzo Nogueira; Paulo Cesar Ferreira e Silva; Sergio Wilson Nobrega; Paulo Fernando Braga de Araujo; Luciano Jose Ribeiro; Marlon Marques Alves de Sousa; Andre Vieira Branco; Celio de Jesus; Igor da Silva Rodrigues; Felipe Souza; Eduardo Olivieri Pereira; Luis Fernando Cayres de Oliveira; Jose Henrique de Arruda Moura e Silva; Jose Rodrigo Pereira de Carvalho; Paulo Roberto Araldi Brandoli; Victor da Conceicao Fonseca; Bruno Araujo Silva; Juliano Volpi Sacomori; Edmilton Cabral Fioroni; Fabio Henrique Gabriele; Luiz Ubirajara Nunes Costa; Elton John Costa Queiroz; Wiliam Yuzo Akamine; Alexandre Jose dos Santos; Orlando Pistoni Neto; Leandro Amaro Alves; Rodrigo Correa Carrascozi; Jhonatan Oliveira da Guarda; Luiz Felipe Sales Cavalcante; Paulo Ricardo Ost Frank; Manoel Augusto Cordeiro Silveira; Sebastiao Melo Virtuoso; Juliano Pereira da Silva; Andre Carvalho Sawruk; Willian Gabriel Bombach; Alceu Jose de Lima Junior; Mateus Henrique Nery de Santana; Marcelo Henrique da Silva; Laerte Lopes Ramos; Jefferson Wilian Cruz Carvalho; Jones Delon Avelino Cosme; Pedro Henrique Martins dos Santos; Jose Luiz Tavares Ferreira; Altamir Santos Filho; Jose Alberto dos Santos Rocha; Ramon Augusto Breinak Calderon; Francisco Marcio Marques da Silva; Robson Cruz Santos; Paulo Gustavo Pedreira e Sousa; Sivaldo da Costa Souza; Alfredo Jose Dixini; Toni Jefferson Lopes; Paulo Luis Schneider; Valdemir Alves Militao; Salvador Fernandes de Jesus Junior; Gustavo Duran do Valle; Danilo Maximiliano Marcon; Rodrigo dos Santos Damasceno; Bruno Menezes Pereira; Moacir Pereira Da Silva; Marcus Felipe de Souza Pereira; Ivan Richard Glaubeir Almeida Silva; Vitor Nogueira Guimaraes Alves Leite; Paulo Alberto Macedo Pinto; Andre Luis Canario da Conceicao; Marcos Aurelio Bezerra de Albuquerque; Alberto Vieira da Silva Junior; Thiago Medeiros Reis; Flavio da Silva Sousa; Juliano Batista Benedetto; California Public Employees Retirement System; Advisors Inner Circle Fund-Acadian E.M.Portf; Dimensional Emerging Mkts Value Fund; IBM 401 (K) Plus Plan; Public Employees Retirement System of Ohio; State St Gl Adv Trust Company Inv Ff Tax Ex Ret Plans; Teacher Retirement System of Texas; The United Nations Joints Staff Pension Fund; Acadian Emerging Markets Equity Fund; State of Alaska Retirement and Benefits Plans; California State Teachers Retirement System; Hydrocenter Válvulas Tubos e Conexões Ltda. Firemen S Annuity and Ben. Fd of Chicago; Ford Motor Co Defined Benef Master Trust; International Monetary Fund; The Board of A.C.E.R.S. Los Angeles, California; The Regents of The University of California; LSV Emerging Markets Equity Fund Lp; Emer Mkts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou; Alaska Permanent Fund; City of New York Group Trust; Blackrock Global Funds - S. Global Smallcap Fund; Ishares Public Limited Company; The Methodist Hospital; MGI Funds Plc; Virginia Retirement System; IShares Msci Emerging Markets Small Cap Etf; The Boeing Company Employee Savings Plans Master Trust; College Retirement Equities Fund; The Captive Investors Fund; SPDR SP Emerging Markets Small Cap Etf; SSGATC I. F. F. T. E. R. P. S. S. M. E. M. S. C. I. S. L.F.; Thrivent International Allocation Fund; Nat West Bk Plc as Tr of St James Pl Gl Small Comp Unit Fund; Thrivent Partner Emerging Markets Equity Portfolio; Thrivent International Allocation Portfolio; Vanguard Total World Stock Index Fund, A Series of; IShares III Public Limited Company; Northern Trust Common All Country World Ex-Us Investable Mar; St St Msci Emerging Mkt Small Ci Non Lending Common Trt Fund; Ntgi-Qm Common Emerging Markets Small Cap Index Fund - Lendi; Vaneck Vectors Brazil Small-Cap ETF; Hpe Common Contractual Fund; LSV Emerging Markets Small Cap Equity Fund, LP; Australian Retirement Trust; IShares MSCI Brazil Small Cap ETF; SPDR SP Emerging Markets Dividend ETF; SSGA SPDR ETFs Europe I Plc; Texas Municipal Retirement System; IShares V Public Limited Company; Lazard Asset Management LLC; Onepath Wholesale Global Smaller Companies Share Trust; Lazard Emerging Markets Small Cap Equity Trust; IShares Emerging Markets Dividend ETF; Mercer QIF Fund PLC; Fidelity Rutland Square Trust II: Strategic A E M Fund; IShares Core Msci Emerging Markets ETF; General Pension and Social Security Authority; Government Pension Fund; Arrow. Cap. Ir. Ltd Faobo Arr. Gl. Eq. Ccf, Asfota Ccf; IShares Global Monthly Dividend Index ETF (Cad-Hedged); Northern Trust Collective Eafe Small Cap Index Fund-Non Lend; Universal-Investment-Ge. Mbh on b. of LVUI Eq. Em. Mkts; State Street Global All Cap Equity Ex-Us Index Portfolio; Shell Foundation; Legal General U. ETF P. Limited Company; Legal & General Collective Investment Trust; Unisuper; CC and L Q 140-40 Fund; Segall Bryant Hamill Emerging Markets Fund; Goldman S S Investment Trust (Cayman Islands) - M-A E V Fund; CC&L U.S. Q Market Neutral Onshore Fund II; Segall Bryant Hamill Collective Investment Trust; Acadian Collective Investment Trust; Segall Bryant Hamill Emerging Markets Small Cap Fund, LP; IShares IV Public Limited Company; CC&L Q Emerging Markets Equity Fund LP; Vanguard Inv Funds ICVC-Vanguard Ftse Global All Cap Index F; Custody.B.O.J,L.As.T.F.S.G. Equity Mother Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund; Emerging Markets Small Capit Equity Index Non-Lendable Fund; Emerging Markets Small Capitalization Equity Index Fund B; Vanguard Emerging Markets Stock Index Fund; Vanguard ESG International; Porto SFA Master Fundo de Investimento Financeiro em Ações; Vanguard Fiduciary Trt Company Instit T Intl Stk Mkt Index T; Arrowstreet (Canada) ACWI Minimum Volatility Alpha Extension; Omnis Portfolio Investments ICVC - Omnis Global Em; CC&L Q Emerging Markets Equity Fund; American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark; Spartan Group Trust for Employee Benefit Plans: SP; Thrivent Core Emerging Markets Equity Fund; American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark; Vanguard F. T. C. Inst. Total Intl Stock M. Index Trust II; Vanguard Investment Series PLC/ Vanguard Esg Emer; Thrift Savings Plan; Arrowstreet Emerging Market Trust Fund; Global Alpha Emerging Markets Small Cap Fund; Arrowstreet ACWI Alpha Extension Common Values Tru; American Century ETF Trust-Avantis Emerging Market; CCANDL Q Emerging Markets Equity Ucits Fund A Sub Fund of Co; NEPC Collective Investment Trust; NEPC Investment LLC; American Century ETF Trust-Avantis Responsible Eme; IShares Core Msci Emerging Markets Imi Index ETF; Vanguard Funds PLC/Vanguard ESG Emerging Markets; HSBC ETFS Plc H Msci E M S C ESG U Etf Bc BNP Paribas Br SA; Phi Alpha FIA; Stichting Depositary APG Eme Multi Client Pool; American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark; MSCI Emerging Markets Ex China Imi Index Fund; Connor Clark & Lunn Collective Investment Trust; American Century ETF Trust - Avantis Emerging Mark; Arrowstreet Capital Newbury Fund Limited; Police and Firemen's Retirement System of New Jers; Thrift Savings Plan; Arrowstreet Global Small Companies Fund; American Century Icav; Porto SFA Equity Hedge Fundo de Investimento Financeiro; Diversified Global Share Trust; CC&L Q International Equity Fund LP; Allianz Gl Investors Gmbh on behalf of Allianzgi-Fonds Dspt; Australiansuper Pty Ltd as Trustee for Australiasuper; IShares Emerging Markets Imi Equity Index Fund; Bureau of Labor Funds - Labor Pension Fund; State of New Mexico State Inv. Council; Stichting Depositary APG Emerging Markets Equity Pool; The Church Commissioners for England; e Vanguard Total International Stock Index Fd, A Se Van S F. Confere com original lavrado em livro próprio. Regina Tkatch - Secretária - OAB/SP nº 250.703. **JUCESP** nº 269.623/26-7 em 16/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral. **ESTATUTO SOCIAL DO BANCO ABC BRASIL S.A. (Aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas, cumulativamente, em 30 de abril de 2026) - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO SOCIAL, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO - Artigo 1º** - O BANCO ABC BRASIL S.A. ("Banco") reger-se-á pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - O Banco tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de crédito imobiliário), inclusive operações de câmbio e de crédito rural, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. **Artigo 3º** - O Banco tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, instalar e fechar dependências, escritórios e agências no País mediante deliberação do Comitê Executivo, ou, no Exterior, mediante aprovação do Conselho de Administração. **Artigo 4º** - O prazo de duração do Banco é indeterminado. **Artigo 5º** - Com a admissão do Banco no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), sujeitam-se o Banco, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 ("Regulamento do Nível 2"). **Artigo 6º** - As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES - Artigo 7º** - O capital social do Banco totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R$6.012.662.261,47 (seis bilhões, doze milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e um Reais e quarenta e sete centavos), representado por 260.601.081 (duzentas e sessenta milhões, seiscentas e uma mil e oitenta e uma) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 131.090.713 (cento e trinta e uma milhões, noventa mil, setecentas e treze) ações ordinárias e 129.510.368 (cento e vinte e nove milhões, quinhentas e dez mil, trezentas e sessenta e oito) ações preferenciais. Parágrafo 1º: Cada ação ordinária dá ao seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo 2º: O Banco poderá emitir novas ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite máximo de ações preferenciais legalmente permitido, nos termos da lei. Parágrafo 3º: Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, a razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal, bem como a regulamentação vigente sobre transferência de controle. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Área de Relações com Investidores. Os pedidos de conversão aceitos pelo Comitê Executivo deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pelo Comitê Executivo. Parágrafo 4º: O Banco deverá manter um percentual mínimo de ações em circulação durante o período em que estiver listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3, as quais deverão totalizar pelo menos 25% do total de seu Capital Social. Parágrafo 5º: As ações preferenciais, quando emitidas, conferirão a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação do Banco; e (b) o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle do Banco ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante. Parágrafo 6º: As ações preferenciais, quando emitidas, não darão direito a voto nas Assembleias Gerais do Banco, exceto em relação às matérias a seguir enumeradas: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão do Banco; (b) aprovação da celebração de contratos entre o Banco e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, instituído pela B3; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital do Banco; (d) escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico do Banco conforme artigo 12 deste Estatuto; (e) mudança do objeto social do Banco, excetuados os casos decorrentes de disposição legal ou normativa; e (f) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. Parágrafo 7º: Para fins de reembolso, o valor da ação será determinado com base no Valor Econômico do Banco, apurado em avaliação procedida por empresa especializada, indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei nº 6.404/76. Parágrafo 8º: Capital Autorizado - O Banco está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o capital social, até o limite de R$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de Reais), com emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observado o limite legal aplicável e estabelecido neste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Parágrafo 9º: Direito de Preferência - Os acionistas terão preferência na subscrição de aumentos de capital no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação da deliberação relativa ao aumento do capital, ressalvado o disposto no parágrafo 10 deste Artigo. Parágrafo 10: Nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76 e a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, na emissão de ações, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou (ii) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. Parágrafo 11: É vedado ao Banco emitir partes beneficiárias. Parágrafo 12: Nenhuma transferência de

continuação reguladores e demais instituições que atuam no mercado de valores mobiliários; (b) prestar informações aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ao Banco Central do Brasil, ao público investidor, às bolsas de valores em que o Banco tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas pelo Banco no mercado de valores mobiliários, no Brasil e no exterior; e (c) manter atualizado o registro de companhia aberta. Parágrafo 12: Compete aos Diretores, dentre outras atribuições que lhes venham a ser estabelecidas: (a) colaborar com os demais membros da Diretoria nas tarefas a eles atribuídas; (b) auxiliar os Diretores Executivos e o Comitê Executivo nas atividades que lhe forem atribuídas, respondendo pelas respectivas áreas onde atuarem; e (c) supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos das equipes que atuarem sob sua responsabilidade. Parágrafo 13: Para atuação específica junto à(s) área(s) jurídica(s) o(s) Diretor(res) eleito(s) deverá(ão) ser advogado/a(s). **Artigo 23** - A Diretoria, observadas as atribuições definidas no artigo 22 deste Estatuto Social, as diretrizes e instruções fixadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, terá poderes gerais de administração e gestão de negócios sociais, para a prática de todos os atos e a realização das operações que se relacionarem com o objetivo do Banco. **Artigo 24** - Com as ressalvas constantes dos parágrafos abaixo, os instrumentos que importarem em responsabilidade ou obrigação para o Banco, sob pena de nulidade, serão assinados conjuntamente: (a) por 2 (dois) Diretores, sendo, ao menos um deles, membro do Comitê Executivo, ou (b) por um Diretor e um Procurador, ou (c) por 2 (dois) Procuradores. Parágrafo 1º: Os mandatos serão assinados por 2 (dois) membros do Comitê Executivo, e outorgados para fins específicos ou por prazo determinado não excedente a um ano, com exceção daqueles para fins judiciais. Parágrafo 2º: Poderão ser outorgados mandatos a um único Procurador, quando este for advogado, despachante, agente de propriedade industrial, corretor ou pessoa jurídica. Parágrafo 3º: Excepcionalmente, o Banco poderá ser representado por um único diretor ou procurador, desde que haja autorização expressa do Comitê Executivo. Parágrafo 4º: Nas ocasiões de ausência por mais de 5 (cinco) dias úteis do Diretor Presidente, este será substituído nos atos de sua exclusiva competência pelo Diretor Vice-Presidente Executivo, e na ausência deste, por quaisquer 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes. **Artigo 25** - O Comitê Executivo reunir-se-á sempre que necessário para deliberar sobre temas que julguem de conveniência do Banco e melhor desempenho das suas atribuições. Parágrafo Único: As resoluções do Comitê Executivo constarão de atas lavradas em livro próprio (livro de atas das reuniões da Diretoria) e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. **CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL - Artigo 26** - O Conselho Fiscal do Banco, que será integrado por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Parágrafo Único: Quando instalado o Conselho Fiscal, a posse de seus membros no referido cargo fica condicionada à observância das normas procedimentares e regulatórias aplicáveis, bem como à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal referido no Regulamento do Nível 2, conforme disposto no Artigo 18, Parágrafo 1° do presente Estatuto Social. **CAPÍTULO VI - DO COMITÊ DE AUDITORIA - Artigo 27** - O Conselho de Administração poderá deliberar a constituição do Comitê de Auditoria, de funcionamento permanente, para os fins e nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil aplicável, podendo referido Comitê de Auditoria atuar em nome do Banco e de suas subsidiárias. Parágrafo 1°: O Comitê de Auditoria será composto por no mínimo de 3 (três) e no máximo de 5 (cinco) membros, acionistas ou não, nomeados e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 5 (cinco) anos, devendo ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria, possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade que o qualifique para o exercício de sua função, e ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria ser membro do Conselho de Administração que não participe da Diretoria. Os membros do Comitê de Auditoria somente poderão voltar a integrá-lo após decorridos 3 (três) anos do final de seu mandato anterior, nos termos da regulamentação aplicável. Parágrafo 2º: É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria. Parágrafo 3º: Até um terço dos integrantes do Comitê de Auditoria poderá ser reconduzido ao órgão para mandato consecutivo único, dispensado o interstício previsto no Parágrafo 1º. Parágrafo 4º: O Comitê de Auditoria deve reportar-se diretamente ao Conselho de Administração. Parágrafo 5°: Caberá ao Conselho de Administração determinar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, nos termos da regulamentação aplicável. Parágrafo 6°: Havendo renúncia de membro do Comitê de Auditoria, o membro que tiver renunciado permanecerá no exercício de seu cargo até a nomeação, pelo Conselho de Administração, de seu substituto. No caso de destituição de membro do Comitê de Auditoria, o cargo ocupado pelo membro destituído permanecerá vago até a nomeação de seu substituto nos termos deste Artigo, devendo o substituto exercer sua função até o final do prazo de gestão do membro substituído. Parágrafo 7°: O Comitê de Auditoria se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses, ou extraordinariamente mediante consenso de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Auditoria só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros. Parágrafo 8°: Compete ao Comitê de Auditoria: (a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos acionistas; (b) recomendar, ao Conselho de Administração do Banco, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a remuneração, e a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; (c) revisar, previamente à divulgação ou à publicação, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, anuais e semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e o relatório do auditor independente; (d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares, além de regulamentos e códigos internos do Banco; (e) avaliar o cumprimento, pela administração do Banco, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (f) estabelecer e divulgar procedimentos para recebimento e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (g) recomendar à Diretoria do Banco, a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com o Comitê Executivo, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (i) reunir-se com o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (j) monitorar e avaliar a independência do auditor independente; (k) cumprir outras atribuições eventualmente determinadas pelo Banco Central do Brasil. **CAPÍTULO VII - DO COMITÊ DE REMUNERAÇÃO - Artigo 28** - O Comitê de Remuneração uma vez constituído por deliberação do Conselho de Administração, funcionará em caráter permanente, e atuará nos termos e para os fins da regulamentação aplicável editada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, podendo referido Comitê de Remuneração atuar em nome do Banco e de suas subsidiárias. Parágrafo 1º: O Comitê de Remuneração deverá: (i) reportar-se diretamente ao Conselho de Administração; (ii) ser composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) integrantes, acionistas ou não, nomeados e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a permanência de integrante no Comitê por prazo superior a 10 (dez) anos; (iii) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador do Banco; (iv) ter na sua composição integrante(s) com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração do Banco, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. Parágrafo 2º: Cumprido o prazo máximo previsto no inciso (ii) do Parágrafo 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão no Banco após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos. Parágrafo 3º: Compete ao Conselho de Administração assegurar que os membros do Comitê de Remuneração cumpram os requisitos exigidos pela regulamentação aplicável. Parágrafo 4º: É indelegável a função de integrante do Comitê de Remuneração. Parágrafo 5°: Caberá ao Conselho de Administração determinar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, nos termos da regulamentação aplicável. Parágrafo 6°: Havendo renúncia de membro do Comitê de Remuneração, o membro que tiver renunciado permanecerá no exercício de seu cargo até a nomeação, pelo Conselho de Administração, de seu substituto. No caso de destituição de membro do Comitê de Remuneração, o cargo ocupado pelo membro destituído permanecerá vago até a nomeação de seu substituto nos termos deste Artigo, devendo o substituto exercer sua função até o final do prazo de gestão do membro substituído. Parágrafo 7°: Ordinariamente, o Comitê de Remuneração se reunirá semestralmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 29** - Ao Comitê de Remuneração competirá: (a) elaborar a política de remuneração de administradores do Banco, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; b) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores do Banco; (c) revisar anualmente a política de remuneração de administradores do Banco, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (d) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76; (e) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (f) analisar a política de remuneração de administradores do Banco em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e (g) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada do Banco e com a regulamentação aplicável. **Artigo 30** - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 (noventa dias), relativamente à data-base de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", que deverá conter as informações exigidas pela regulamentação aplicável. **CAPÍTULO VIII - DA OUVIDORIA - Artigo 31** - O Banco terá uma Ouvidoria composta de 1 (um) Ouvidor, designado e destituído pelo Comitê Executivo, com mandato de 1 (um) ano e de 1 (um) Diretor responsável pela Ouvidoria, como tal designados perante o Banco Central do Brasil, operando o Ouvidor como componente organizacional único que atuará em nome do Banco e de suas subsidiárias. Parágrafo 1º: A Ouvidoria terá por atribuição: I - prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário do Banco, nos termos das normas aplicáveis; II - atuar como canal de comunicação entre o Banco e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e III - informar ao Conselho de Administração do Banco a respeito das atividades de Ouvidoria. Parágrafo 2º: As atribuições da Ouvidoria abrangerão as seguintes atividades, que deverão ser conduzidas com estrita observância das normas legais e regulamentares aplicáveis: (a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços; (b) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta; (c) encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto; (d) manter o Conselho de Administração do Banco informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos Administradores do Banco para solucioná-los; e (e) elaborar e encaminhar à Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria, quando existente, e ao Conselho de Administração, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela ouvidoria no cumprimento de suas atribuições. Parágrafo 3º: O Banco: (a) criará condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e (b) assegurará o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições. Parágrafo 4º: O Ouvidor deverá estar cursando ou ter formação em nível superior e comprovada aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, comprovados em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida experiência em treinamentos. Parágrafo 5º: O Ouvidor poderá ser destituído no caso de descumprimento das atribuições previstas neste Estatuto Social ou na hipótese de perda da certificação obrigatória para exercício da função, nos termos da legislação aplicável. **CAPÍTULO IX - DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO - Artigo 32** - A Alienação do Controle do Banco (conforme previsto a seguir neste Estatuto Social), direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante. Parágrafo Único: Quando o Banco tiver emitido ações preferenciais sem direito a voto ou com voto restrito, a oferta pública aos detentores dessas ações preferenciais deverá ser realizada ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante. **Artigo 33** - A saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 12 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Parágrafo 1º: O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no "caput" desse artigo. Parágrafo 2º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no "caput" decorrer de deliberação da Assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no "caput". Parágrafo 3º: Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no "caput" ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores do Banco deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes no Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa. Parágrafo 4º: Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. **Artigo 34** - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada: a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na Alienação do Controle do Banco; e b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle do Banco, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído ao Banco nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor. Parágrafo Único: Para fins do disposto neste Estatuto Social, quando escrito em letra maiúscula, entende-se por: "Alienação do Controle" a transferência a terceiro, a título oneroso, direta ou indiretamente, das Ações de Controle; "Ações de Controle" o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle do Banco; e "Acionista Controlador Alienante" o Acionista Controlador, quando este promove a Alienação de Controle do Banco. **Artigo 35** - Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações ou qualquer outro ato ou sucessão de atos celebrados com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 32; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações do Banco nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos. **Artigo 36** - O Banco não registrará: (a) qualquer transferência de ações para o adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores; ou (b) qualquer Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores. Parágrafo Único: Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por "Termo de Anuência dos Controladores" o termo pelo qual os novos Acionistas Controladores ou o(s) acionista(s) que venham a ingressar no grupo de controle do Banco se responsabilizam pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, com o Regulamento do Nível 2, com a Cláusula Compromissória, Regulamento de Sanções e com o Regulamento de Arbitragem. **Artigo 37** - Após uma operação de Alienação de Controle do Banco, o adquirente do Poder de Controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de ações em circulação estabelecido no parágrafo 4º do artigo 7º deste Estatuto Social, dentro de 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do controle. **CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO SOCIAL - Artigo 38** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, serão preparadas as demonstrações financeiras do Banco, com observância das determinações legais, regulamentares e Estatutárias. Parágrafo 1º: Dos lucros líquidos anuais apurados serão deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, ressalvando o disposto no parágrafo 1º do artigo 193, da Lei nº 6.404/76. Parágrafo 2º: O Banco levantará balanços semestrais ou em períodos menores para os fins previstos no artigo 204, da Lei nº 6.404/76. Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser pagos dividendos intermediários sempre que os lucros disponíveis o permitam e respeitando os limites legais aplicáveis. **Artigo 39** - Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos; II - Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional; III - Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia. Parágrafo 1º: A Reserva de Lucros para Equalização de Dividendos será limitada a 80% do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas nos termos do estatuto social e das orientações definidas pelo Conselho de Administração, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei. Parágrafo 2º: A Reserva de Lucros para Manutenção de Margem Operacional será limitada a 50% do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei. Parágrafo 3º: A Reserva de Lucros para Recompra de Ações de Emissão da Companhia será limitada a 10% do capital social e terá por finalidade adquirir ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, de acordo com o procedimento a ser definido pelo Conselho de Administração e observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo formada com recursos equivalentes a até 30% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, sempre respeitado o direito dos acionistas ao recebimento de dividendos anuais obrigatórios, nos termos da lei. Parágrafo 4º: Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas das reservas de lucros existentes para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social, ou, ainda, capitalizadas independentemente do percentual atingido, a critério do Conselho. **Artigo 40** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da lei. **CAPÍTULO XI - DA ARBITRAGEM - Artigo 41** - Nos termos do Regulamento do Nível 2 da B3, o Banco, seus Acionistas, Administradores, membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, no Estatuto Social do Banco, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2. Parágrafo Único: Quando instalado na forma aqui estabelecida, o procedimento arbitral estará sujeito ao Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. **CAPÍTULO XII - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - Artigo 42** - O Banco dissolver-se-á nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. Parágrafo Único: Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, nomear o liquidante e, opcionalmente, os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração. **CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS - Artigo 43** - O Banco observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à Administração abster-se de registrar transferência de ações contrária aos respectivos termos e o Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos. **Artigo 44** - Os acionistas poderão converter ações preferenciais em ações ordinárias, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, com o propósito de atender o regime de paridade entre ações preferenciais e ações ordinárias, de modo que as ações preferenciais representem no máximo 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas conforme determina a legislação em vigor. Parágrafo 1º: A conversão de que trata este artigo deverá observar o critério de proporcionalidade entre os acionistas. Parágrafo 2º: Especificamente para os acionistas detentores de "Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários" (Units), como tal definidos pelo art. 2º, inc. III da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a conversão será realizada ato contínuo à troca dos recibos de subscrição por ações preferenciais de emissão da Companhia, sempre respeitado o critério de proporcionalidade, devendo ainda a conversão ser precedida de comunicado escrito à Companhia, no prazo de até 10 (dez) dias, contados da realização da Assembleia, onde o acionista manifestará sua intenção.

Dados que transformam informações em decisões estratégicas.

Conheça valor.globo.com/valor-data

Valor ECONÔMICO

ISA ENERGIA BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 13/2026

Realizada no dia 2/07/2026, às 17h, de modo eletrônico, sendo considerada realizada, para todos os fins e efeitos, na sede social da Companhia. **Presenças:** A totalidade dos membros. **Mesa:** Gabriel Jaime Melguizo Posada - Presidente; e Carlos José da Silva Lopes - Secretário. **Deliberações:** O Conselho de Administração da Companhia aprovou, sem ressalvas e por unanimidade: **(i)** a realização da 24ª Emissão e da Oferta da 24ª Emissão pela Companhia, de acordo com os seguintes termos e condições: **(a) Número da Emissão.** A Emissão representa a 24ª emissão de debêntures da Companhia; **(b) Valor Total da Emissão.** O valor total da 24ª Emissão será de R$1.000.000.000,00 na Data de Emissão da 24ª Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da 24ª Emissão"), observada a possibilidade de Diminuição da Emissão (conforme abaixo definido); **(c) Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas 1.000.000 de Debêntures da 24ª Emissão, observada a possibilidade de Diminuição da Emissão (conforme abaixo definido); **(d) Número de Séries.** A 24ª Emissão será realizada em série única; **(e) Valor Nominal Unitário.** As Debêntures da 24ª Emissão terão valor nominal unitário de R$1.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão"); **(f) Forma e Comprovação de Titularidade.** As Debêntures da 24ª Emissão serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures da 24ª Emissão será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador da 24ª Emissão, e, adicionalmente, para as Debêntures da 24ª Emissão custodiadas eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Debenturista da 24ª Emissão, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures da 24ª Emissão; **(g) Agente Fiduciário.** A Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, atuando por meio de sua filial, com endereço na Cidade de SP/SP, na Avenida Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, CNPJ nº 36.113.876/0004-34, atuará como agente fiduciário da Emissão, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures da 24ª Emissão ("Agente Fiduciário da 24ª Emissão"); **(h) Agente de Liquidação.** O agente de liquidação da Emissão será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na Cidade do RJ/RJ, na Avenida das Américas, nº 3.434, Condomínio Mário Henrique Simonsen, CEP 22.640-102, CNPJ nº 36.113.876/0001-91 ("Agente de Liquidação da 24ª Emissão"); **(i) Escriturador.** O escriturador da Emissão será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no item (h) acima ("Escriturador da 24ª Emissão"); **(j) Conversibilidade e Permutabilidade.** As Debêntures da 24ª Emissão serão simples, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis por ações de qualquer outra companhia; **(k) Espécie.** As Debêntures da 24ª Emissão serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput,* da Lei das Sociedades por Ações; **(l) Data de Emissão.** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 24ª Emissão será a data a ser definida na Escritura de Emissão da 24ª Emissão ("Data de Emissão da 24ª Emissão"); **(m) Colocação e Procedimento de Distribuição.** As Debêntures da 24ª Emissão serão objeto de distribuição pública, sob o rito de registro automático, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, e do artigo 26, inciso IV, alínea (a), e demais dispositivos aplicáveis, da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão da 24ª Emissão, qual seja, R$1.000.000.000,00 na Data de Emissão da 24ª Emissão, de forma individual e não solidária pela instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada pela Companhia para coordenar e intermediar a Oferta da 24ª Emissão ("Coordenador Líder da 24ª Emissão"), nos termos do *"Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 24ª Emissão da ISA Energia Brasil S.A.",* a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder da 24ª Emissão ("Contrato de Distribuição da 24ª Emissão"), observado o Plano de Distribuição da 24ª Emissão (conforme definido abaixo), podendo contar com a participação de Participantes Especiais, observado o previsto no artigo 83 da Resolução CVM 160 e de acordo com os termos previstos no Contrato de Distribuição da 24ª Emissão; **(n) Plano de Distribuição.** A distribuição e colocação das Debêntures da 24ª Emissão será organizada pelo Coordenador Líder da 24ª Emissão, conforme plano de distribuição elaborado nos termos do artigo 49 da Resolução CVM 160 ("Plano de Distribuição da 24ª Emissão"), de forma a assegurar (1) que o tratamento conferido aos Investidores da Oferta da 24ª Emissão (conforme definido abaixo) seja equitativo; (2) a adequação do investimento ao perfil de risco ao público-alvo da Oferta da 24ª Emissão. Os demais termos e condições do Plano de Distribuição da 24ª Emissão que não descritos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, seguem descritos no Contrato de Distribuição da 24ª Emissão e nos demais documentos da Oferta da 24ª Emissão. A Oferta da 24ª Emissão não contará com esforços de colocação no exterior. O Plano de Distribuição da 24ª Emissão foi elaborado pelo Coordenador Líder da 24ª Emissão, em conjunto com a Companhia, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica pelo Coordenador Líder da 24ª Emissão e da Companhia. A 24ª Emissão e a Oferta da 24ª Emissão não poderão ter seu valor e quantidade iniciais aumentados; **(o) Distribuição Parcial.** Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures da 24ª Emissão; **(p) Público-Alvo da Oferta.** O público-alvo da Oferta da 24ª Emissão serão Investidores Profissionais, levando-se em conta o perfil de risco dos seus destinatários, observado o Plano de Distribuição da 24ª Emissão previsto no Contrato de Distribuição da 24ª Emissão ("Investidores da Oferta da 24ª Emissão" ou "Público-Alvo da 24ª Emissão"); **(q) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento.** O Coordenador Líder da 24ª Emissão organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento das Debêntures da 24ª Emissão, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Resolução CVM 160, inexistindo valores máximos ou mínimos, por meio do qual o Coordenador Líder da 24ª Emissão verificará a demanda do mercado pelas Debêntures da 24ª Emissão ("Coleta de Intenções de Investimento"); **(r) Depósito para Distribuição e Negociação.** As Debêntures da 24ª Emissão serão depositadas para (1) distribuição no mercado primário por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (2) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as Debêntures da 24ª Emissão custodiadas eletronicamente na B3 e as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3; **(s) Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização.** As Debêntures da 24ª Emissão serão subscritas, em uma única data, a qualquer momento a partir do início da distribuição da Oferta da 24ª Emissão, conforme informada no anúncio de início da 24ª Emissão, e até o encerramento do período de distribuição das Debêntures da 24ª Emissão previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, sendo certo que as Debêntures da 24ª Emissão serão integralizadas até a Data Limite Para Integralização (conforme definido abaixo), à vista, em moeda corrente nacional, por meio do MDA, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3 (sendo cada data em que ocorrer a integralização de Debêntures da 24ª Emissão uma "Data de Integralização da 24ª Emissão"), observado o cumprimento da Condição Precedente Para Integralização (conforme definido na Escritura de Emissão da 24ª Emissão), conforme o caso. Caso a integralização ocorra na primeira Data de Integralização "Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão"), será realizada pelo Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão. Caso a integralização das Debêntures da 24ª Emissão ocorra a partir da Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão, o preço de integralização das Debêntures da 24ª Emissão corresponderá ao Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou o saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão, acrescido da Remuneração da 24ª Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão (inclusive) ou a Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão imediatamente anterior (inclusive) até a efetiva integralização ("Preço de Integralização da 24ª Emissão"). Nenhuma integralização referente às Debêntures da 24ª Emissão será devida após a data a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão ("Data Limite Para Integralização"). As Debêntures da 24ª Emissão cuja integralização não for realizada até a Data Limite Para Integralização serão canceladas, devendo as Partes celebrar aditamento à Escritura de Emissão da 24ª Emissão para refletir a quantidade total das Debêntures da 24ª Emissão após o cancelamento, sendo certo que não será necessária a aprovação de tal aditamento em Assembleia Geral de Debenturistas da 24ª Emissão ("Diminuição da Emissão"). As Debêntures da 24ª Emissão poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido a exclusivo critério do Coordenador Líder da 24ª Emissão, em comum acordo, se for o caso, no ato de subscrição das Debêntures da 24ª Emissão, desde que referido ágio ou deságio seja aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures da 24ª Emissão integralizadas em uma mesma Data de Integralização da 24ª Emissão, observado que não haverá alteração dos custos totais (custo *all-in*) da Companhia estabelecidos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão; **(t) Destinação dos Recursos.** Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio das Debêntures da 24ª Emissão serão utilizados integralmente para investimentos em reforços e melhorias na concessão objeto do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 059/2001-ANEEL celebrado entre a Companhia e a União em 20 de junho de 2001, conforme aditado de tempos em tempos; **(u) Prazo e Data de Vencimento.** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 24ª Emissão, resgate antecipado das Debêntures da 24ª Emissão em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão, Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão, Oferta de Resgate Antecipado da 24ª Emissão (que importe no resgate da totalidade das Debêntures da 24ª Emissão) ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento da 24ª Emissão, nos termos previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, as Debêntures da 24ª Emissão terão prazo de vencimento de 4 anos contados da Data de Emissão da 24ª Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão ("Data de Vencimento da 24ª Emissão"); **(v) Atualização Monetária das Debêntures.** Não haverá atualização monetária sobre o Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou o saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso; **(w) Amortização do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário.** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 24ª Emissão, resgate antecipado das Debêntures da 24ª Emissão em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão, Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão, Oferta de Resgate Antecipado da 24ª Emissão (que importe no resgate da totalidade das Debêntures da 24ª Emissão) ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento das Debêntures da 24ª Emissão, nos termos previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, o Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou o saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão será amortizado em parcela única na Data de Vencimento da 24ª Emissão; **(x) Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou o saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um spread de 0,42% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração da 24ª Emissão"). A Remuneração da 24ª Emissão será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão; **(y) Pagamento da Remuneração.** Ressalvadas as hipóteses de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da 24ª Emissão, resgate antecipado das Debêntures da 24ª Emissão em decorrência da realização de Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão, Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão, Oferta de Resgate Antecipado da 24ª Emissão ou, ainda, Aquisição Facultativa com Cancelamento das Debêntures da 24ª Emissão, nos termos da Escritura de Emissão da 24ª Emissão, a Remuneração da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão será paga semestralmente, sem carência, sendo o primeiro pagamento realizado na data a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão e, o último pagamento na Data de Vencimento da 24ª Emissão, conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão (sendo cada data de pagamento da remuneração denominada "Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão"); **(z) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures.** A Companhia poderá a seu exclusivo critério e de forma unilateral realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 24ª Emissão a partir do 13º mês (inclusive) contado da Data de Emissão da 24ª Emissão, ou seja, a partir da data a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, observados os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão, os Debenturistas da 24ª Emissão farão jus ao pagamento de valor equivalente ao Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão objeto do Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão, **(i)** acrescido da Remuneração da 24ª Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão (exclusive), **(ii)** dos Encargos Moratórios da 24ª Emissão, se houver, e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da 24ª Emissão objeto do Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão, se houver; e **(iv)** de prêmio equivalente a 0,20% ao ano, considerando os Dias Úteis transcorridos entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão e a Data de Vencimento da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão, incidente sobre o valor decorrente da soma dos itens (i), (ii) e (iii) acima, conforme fórmula constante da Escritura de Emissão da 24ª Emissão; **(aa) Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures.** A Companhia deverá realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures da 24ª Emissão caso verificada a ocorrência de qualquer hipótese de Indisponibilidade da Taxa DI e, não havendo um substituto determinado legalmente para a Taxa DI, a Companhia e os Debenturistas da 24ª Emissão não cheguem a um consenso sobre o novo parâmetro para cálculo da Remuneração e o BACEN não adote um índice em substituição à Taxa DI ("Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão"). Por ocasião do Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão, os Debenturistas da 24ª Emissão farão jus ao pagamento de valor equivalente ao Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão objeto de Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão, **(i)** acrescido da Remuneração da 24ª Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data do Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão (exclusive), **(ii)** dos Encargos Moratórios da 24ª Emissão, se houver, e **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da 24ª Emissão objeto do Resgate Antecipado Obrigatório da 24ª Emissão, se houver; **(bb) Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 24ª Emissão, que será endereçada a todos os Debenturistas da 24ª Emissão, sem distinção, assegurando igualdade de condições a todos os Debenturistas da 24ª Emissão para aceitar ou não o resgate antecipado das Debêntures da 24ª Emissão objeto da oferta de resgate antecipado, com o cancelamento, pela Companhia, das Debêntures da 24ª Emissão que tenham sido objeto do resgate antecipado, observado que o resgate antecipado somente poderá ser realizado pela Companhia caso seja verificada a adesão de Debenturistas da 24ª Emissão representando a totalidade das Debêntures da 24ª Emissão objeto da oferta de resgate antecipado, ou outro percentual mínimo que venha a ser previsto nas legislações e regulamentações aplicáveis, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado da 24ª Emissão"). O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures da 24ª Emissão indicadas por seus titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado da 24ª Emissão corresponderá ao Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão, acrescido da Remuneração da 24ª Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo pagamento (exclusive), e, se for o caso, de prêmio de resgate antecipado oferecido aos Debenturistas da 24ª Emissão, a exclusivo critério da Companhia da 24ª Emissão, que não poderá ser negativo; **Amortização Extraordinária Facultativa.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e de forma unilateral, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures da 24ª Emissão a partir do 13º (décimo terceiro) mês (inclusive) contado da Data de Emissão da 24ª Emissão, ou seja, a partir da data a ser prevista na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, observados, em qualquer dos casos, os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão ("Amortização Extraordinária Facultativa da 24ª Emissão"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa da 24ª Emissão, os Debenturistas da 24ª Emissão farão jus ao pagamento de valor equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão objeto da Amortização Extraordinária Facultativa da 24ª Emissão, **(i)** acrescido da Remuneração da 24ª Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa da 24ª Emissão (exclusive), **(ii)** dos Encargos Moratórios da 24ª Emissão, se houver, **(iii)** de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures da 24ª Emissão objeto da Amortização Extraordinária Facultativa da 24ª Emissão, se houver e **(iv)** de prêmio equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, considerando os Dias Úteis transcorridos entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão e a Data de Vencimento da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão, incidente sobre o valor decorrente da soma dos itens (i), (ii) e (iii) acima, conforme fórmula constante da Escritura de Emissão da 24ª Emissão; **(cc) Repactuação.** Não haverá repactuação programada; **(dd) Aquisição Facultativa.** A Companhia e suas partes relacionadas poderão, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures da 24ª Emissão ("Aquisição Facultativa da 24ª Emissão"), de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão. Observado o disposto na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 77, a Companhia poderá adquirir as Debêntures da 24ª Emissão desde que a aquisição seja (1) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão, acrescido da respectiva Remuneração da 24ª Emissão incorrida e não paga até a data da aquisição e, se for o caso, dos Encargos Moratórios da 24ª Emissão, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia; ou (2) por valor superior ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 24ª Emissão, desde que observado o disposto na Resolução CVM 77. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a exclusivo critério da Companhia (I) ser canceladas ("Aquisição Facultativa com Cancelamento da 24ª Emissão"); (II) permanecer em tesouraria; ou (III) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures da 24ª Emissão adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos da Escritura de Emissão da 24ª Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração da 24ª Emissão aplicável às demais Debêntures da 24ª Emissão; **(ee) Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão que continuarão incidindo até a data do efetivo pagamento dos valores devidos nos termos da Escritura de Emissão da 24ª Emissão, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão da 24ª Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial **(1)** multa moratória e não compensatória de 2% incidente sobre o montante atualizado devido e não pago; e **(2)** juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), incidente sobre o montante atualizado devido e não pago ("Encargos Moratórios da 24ª Emissão"); **(ff) Local de Pagamento.** Os pagamentos referentes às Debêntures da 24ª Emissão e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão da 24ª Emissão serão realizados pela Companhia **(1)** com relação às Debêntures da 24ª Emissão que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; e **(2)** para as Debêntures da 24ª Emissão que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador da 24ª Emissão. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas da 24ª Emissão nos termos da Escritura de Emissão da 24ª Emissão aqueles que forem titulares das Debêntures da 24ª Emissão ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento; **(gg) Vencimento Antecipado.** As Debêntures da 24ª Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, observado o disposto na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, mediante a ocorrência de determinadas hipóteses de vencimento antecipado automático e não automático previstas na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, sendo certo que, em caso de vencimento antecipado das Debêntures da 24ª Emissão, a Companhia obriga-se a realizar o resgate das Debêntures da 24ª Emissão, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão, conforme o caso, das Debêntures da 24ª Emissão, acrescido da Remuneração da 24ª Emissão, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da 24ª Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da 24ª Emissão imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios da 24ª Emissão, se for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão da 24ª Emissão; **(hh) Desmembramento.** Não será admitido o desmembramento da Remuneração da 24ª Emissão, do Valor Nominal Unitário da 24ª Emissão das Debêntures da 24ª Emissão e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas da 24ª Emissão, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii) Classificação de Risco.** Conforme termos e condições previstos na Escritura de Emissão da 24ª Emissão, a Companhia obriga-se a contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures da 24ª Emissão, a Standard & Poor's, Fitch Ratings ou Moody's ("Agência de Classificação de Risco da 24ª Emissão") para atribuir classificação de risco às Debêntures da 24ª Emissão; e **(jj) Demais Termos e Condições.** As demais características das Debêntures da 24ª Emissão, as quais regerão a 24ª Emissão durante todo o prazo de vigência das Debêntures da 24ª Emissão, estarão descritas na Escritura de Emissão da 24ª Emissão. **(ii)** a autorização aos membros da diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para praticarem todos e quaisquer atos necessários à realização da 24ª Emissão e da Oferta da 24ª Emissão, incluindo, mas não se limitando a (a) negociar e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação da Oferta da 24ª Emissão e da 24ª Emissão, incluindo, mas não se limitando a, a Escritura de Emissão da 24ª Emissão, e seus eventuais aditamentos, e o Contrato de Distribuição da 24ª Emissão (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos; (b) negociar todos os demais termos e condições que venham a ser aplicáveis à 24ª Emissão e à Oferta da 24ª Emissão, incluindo, mas não se limitando a, elaborar, em conjunto com o Coordenador Líder da 24ª Emissão (conforme definido abaixo), o Plano de Distribuição da 24ª Emissão (conforme definido abaixo), e contratar (1) o Coordenador Líder da 24ª Emissão (conforme abaixo definido), (2) os assessores legais da Oferta da 24ª Emissão, (3) o Agente Fiduciário da 24ª Emissão (conforme abaixo definido), (4) o Agente de Liquidação da 24ª Emissão (conforme abaixo definido) e o Escriturador da 24ª Emissão (conforme abaixo definido), (5) a agência de classificação de risco da Oferta da 24ª Emissão, (6) a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), e (7) quaisquer outros prestadores de serviços necessários à realização da 24ª Emissão e da Oferta da 24ª Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários; e (c) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da 24ª Emissão e da Oferta da 24ª Emissão e assinar os documentos necessários à sua realização, bem como seus respectivos eventuais aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a CVM, a B3, a ANBIMA ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização da 24ª Emissão e da Oferta da 24ª Emissão; **(iii)** a ratificação de todos os atos já praticados pelos membros da diretoria da Companhia e seus demais representantes legais relacionados à 24ª Emissão e à Oferta da 24ª Emissão; e **(iv)** as demais condições da operação de acordo com as normas da CVM. **Documentos Arquivados na Sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento do material de apoio disponibilizado para análise e consulta dos membros do Conselho presentes. Nada mais. Carlos José da Silva Lopes - Secretário. **JUCESP** nº 274.712/26-0 em 24/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMUNICADO

PROCESSO Nº: 024.00054225/2026-46
INTERESSADO: Coordenadoria de Serviços de Saúde - CSS
ASSUNTO: Registro de Preços para aquisição futura e eventual de materiais descartáveis, de uso ambulatorial e hospitalar - Pregão nº 90085/2026.
Trata-se de procedimento licitatório, a ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, objetivando o Registro de Preços para Aquisição Futura e Eventual de Materiais Descartáveis, de uso ambulatorial e hospitalar.
Informamos que, por um lapso na divulgação do Edital do Pregão nº 90085/2026 no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), foi anexado o Termo de Referência no campo destinado ao Edital, sendo necessário a regularização.
Neste sentido, fica transferida a data de **abertura da sessão pública para o dia 12/08/2026, às 09h00.**
Desta forma, a **data do início do prazo de envio da Proposta Eletrônica** fica alterada para o dia **30/07/2026,** podendo os interessados em participar do certame, acessar o site www.gov.br/compras.
O Edital com a devolução dos prazos encontra-se disponíveis nos portais https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://doe.sp.gov.br/.

ISA ENERGIA BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE nº 35.3.0017057-1

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 09/2026

Realizada no dia 28/04/2026, às 17h30, na, modalidade eletrônica, sendo considerada realizada na sede social da Companhia. **Presenças:** Gabriel Jaime Melguizo Posada, Jaime Enrique Falquez Ortiga, Jorge Andrés Martínez Olano, Olga Patrícia Castaño, Gustavo Carlos Marin Garat, Paula Prado Rodrigues, Joísa Campanher Dutra Saraiva e Orivaldo Luiz Pellegrino. Ausente justificadamente: Sonia Margarita Abuchar Aleman. **Mesa:** Gabriel Jaime Melguizo Posada - Presidente; e Carlos José da Silva Lopes - Secretário. Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a reunião, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário. O Presidente do Conselho questionou se algum dos presentes se encontrava em situação de conflito de interesses em relação ao tema a ser discutido nesta reunião, tendo eles se manifestado no sentido de que não havia conflito. **Ordem do Dia e Deliberação: Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro.** Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), o Conselho de Administração decidiu, sem ressalvas e por unanimidade, validar as informações constantes do Relatório Anual de Sustentabilidade de 2025, que contempla o Relatório de Responsabilidade Socioambiental e Econômico-Financeiro consolidado, contendo, inclusive, as informações da Companhia e de todas as empresas 100% controladas. **Documentos Arquivados na sede da Companhia:** A mesa registra o arquivamento do material de apoio disponibilizado para análise e consulta dos membros do Conselho presentes. Nada mais. Carlos José da Silva Lopes - Secretário. **JUCESP** nº 214.724/26-8 em 13/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90144/2026.
Nº Processo: 024.00064183/2026-51.
Objeto: Contratação de Serviços de Laserterapia, em Atendimento à Ação Judicial.
Total de Itens Licitados: 01 (Um) item.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 30/07/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 30/07/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/08/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01155989902026

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90332/2026 - Licitação Internacional.
Execução da Contratação: 90201-485/2026.
Nº Processo: 024.00088879/2025-92.
Objeto: Aquisição de Medicamento Importado para o atendimento de Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 30/07/2026.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 30/07/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 12/08/2026 às 13h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01156022762026

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90331/2026 - Licitação Internacional.
Execução da Contratação: 90201-486/2026.
Nº Processo: 024.00080346/2026-43.
Objeto: Aquisição de Medicamento Importado para o atendimento de Demandas Judiciais.
Total de Itens Licitados: 01 (um).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 30/07/2026.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www

Ines249

Bradesco Capitalização S.A.

Grupo Bradesco Seguros

CNPJ nº 33.010.851/0001-74 – NIRE 35.300.331.354

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: Em 27.3.2026, às 9h, na sede social, Avenida Paulista, 1.450, 7º andar, Torre Paulista, Anexo Salão Executivo, Parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917, e por videoconferência. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior. Deliberações: 1) apreciar e aprovar, de conformidade com as disposições do Inciso V do Artigo 142 da Lei nº 6.404/76, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas transcritos no Livro Diário, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como tomaram conhecimento do Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., de 24.2.2026, sobre as mencionadas Demonstrações Contábeis; 2) considerando a renúncia do senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior ao cargo de Vice-Presidente deste Conselho, ocorrida em 5.2.2026, nomearam o senhor **Ivan Luiz Gontijo Júnior**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 44.902, CPF 770.025.397/87, com endereço profissional na Avenida Paulista, 1.450, 9º andar, Torre Paulista, Anexo Salão Executivo, Parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917, de conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social, para ocupar o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; 3) registrar propostas deste Órgão a serem submetidas à deliberação da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade, nas Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária a serem realizadas cumulativamente em 30.3.2026, às 9h, na sede social, para: **Assembleia Geral Extraordinária:** aumentar o capital social em R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), elevando-o de R$562.276.082,00 (quinhentos e sessenta e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil e oitenta e dois reais) para R$587.276.082,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil e oitenta e dois reais), sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social. Se aprovada esta proposta, a redação do mencionado dispositivo passará a ser a seguinte, após a homologação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "Artigo 6º) O capital social é de R$587.276.082,00 (quinhentos e oitenta e sete milhões, duzentos e setenta e seis mil e oitenta e dois reais), dividido em 450.659 (quatrocentas e cinquenta mil, seiscentas e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.". II) **Assembleia Geral Ordinária:** Considerando que esta Sociedade obteve no exercício social encerrado em 31.12.2025, lucro líquido de R$785.227.359,10 (setecentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e vinte e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), destiná-lo da seguinte forma: R$39.261.367,96 (trinta e nove milhões, duzentos e sessenta e um mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e seis centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$745.965.991,14 (setecentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e catorze centavos) para distribuição à Bradesco Seguros S.A., dos quais: a) R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) a título de juros sobre o capital próprio, declarados e pagos em 31.12.2025; b) R$685.965.991,14 (seiscentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e catorze centavos) como dividendos, declarados e pagos em 31.12.2025. **Encerramento:** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada por todos os Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Rogério Pedro Câmara, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa e Jorge Pohlmann Nasser. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Ivan Luiz Gontijo Júnior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 296.878/26-1, em 22.7.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

NCF Participações S.A.

CNPJ nº 04.233.319/0001-18 – NIRE 35.300.183.371

Ata da Reunião da Diretoria

Data, Hora, Local: Em 25.6.2026, às 17h15, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, e por videoconferência. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. **Deliberações:** I) pagar juros sobre o capital próprio intermediários no valor total bruto de **R$850.000.000,00** (oitocentos e cinquenta milhões de reais), beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Sociedade nesta data (data de declaração e data-base de direito), sendo **(i) R$400.000.000,00** (quatrocentos milhões de reais), correspondentes a R$102,299487397 por lote de mil ações para as ações ordinárias e R$112,529436137 por lote de mil ações para as ações preferenciais, para pagamento até 30.10.2026, pelo valor líquido de R$84,397077102 por lote de mil ações para as ações ordinárias e R$92,836784813 por lote de mil ações para as ações preferenciais, e **(ii) R$450.000.000,00** (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), correspondentes a R$115,086923322 por lote de mil ações para as ações ordinárias e R$126,595615654 por lote de mil ações para as ações preferenciais, para pagamento até 29.1.2027, pelo valor líquido de R$94,946711740 por lote de mil ações para as ações ordinárias e R$104,441382914 por lote de mil ações para as ações preferenciais, já deduzido o Imposto de Renda na Fonte de 17,5% (dezessete e meio por cento), exceto para os acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, os quais receberão pelo valor declarado. Os referidos juros serão computados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício, previstos no Estatuto Social. II) convocar a realização de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 7.7.2026, às 11h45, visando deliberar acerca do aumento do capital social da Sociedade no valor de **R$669.690.000,00** (seiscentos e sessenta e nove milhões e seiscentos e noventa mil reais), elevando-o de R$12.355.479.072,43 (doze bilhões, trezentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos) para R$13.025.169.072,43 (treze bilhões, vinte e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos), mediante a emissão de 107.511.129 (cento e sete milhões, quinhentos e onze mil, cento e vinte e nove) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 56.846.890 (cinquenta e seis milhões, oitocentas e quarenta e seis mil, oitocentas e noventa) ações ordinárias e 50.664.239 (cinquenta milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil, duzentas e trinta e nove) ações preferenciais ao preço de R$6,229029502 por ação, para subscrição particular pelos acionistas, na proporção de 2,879156488% sobre a posição acionária que cada um possuir na data da Assembleia ora convocada (7.7.2026), com integralização de 100% do valor das ações subscritas em duas parcelas, nos dias 30.10.2026 e 29.1.2027, mediante a utilização de créditos decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio previamente declarados pela Sociedade e com pagamento agendado para as referidas datas, ou em moeda corrente; III) registrar proposta deste Órgão que será submetida à deliberação na mencionada Assembleia, conforme segue: **"Proposta da Reunião da Diretoria que será submetida aos Acionistas da NCF Participações S.A. em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 7.7.2026, às 11h45**. Senhores Acionistas, A Diretoria da NCF Participações S.A. vem submeter, para exame e deliberação, proposta para: • **Aumentar o capital social** no valor de R$669.690.000,00 (seiscentos e sessenta e nove milhões e seiscentos e noventa mil reais), elevando-o de R$12.355.479.072,43 (doze bilhões, trezentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos) para R$13.025.169.072,43 (treze bilhões, vinte e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos); • **Objetivo:** Fortalecer a estrutura de capital da Sociedade de forma a atingir os objetivos definidos pela administração na gestão financeira dos recursos disponíveis e os custos de capital apurados pela Sociedade; • **Quantidade de ações a serem emitidas:** Serão emitidas 107.511.129 (cento e sete milhões, quinhentos e onze mil, cento e vinte e nove) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 56.846.890 (cinquenta e seis milhões, oitocentas e quarenta e seis mil, oitocentas e noventa) ações ordinárias e 50.664.239 (cinquenta milhões, seiscentas e sessenta e quatro mil, duzentas e trinta e nove) ações preferenciais, para subscrição particular pelos acionistas, na proporção de 2,879156488% sobre a posição acionária que cada um possuir naquela data; • **Prazo de integralização:** Em duas parcelas, nos dias 30.10.2026 e 29.1.2027, mediante a utilização de créditos decorrentes de Juros sobre o Capital Próprio Intermediários previamente declarados pela Sociedade e com pagamento agendado para as referidas datas; • **Preço de emissão:** R$6,229029502 por ação, com base no valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 31.5.2026, em conformidade com o disposto no Inciso II do Parágrafo Primeiro do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76; Se aprovada a proposta: • As ações subscritas no aumento de capital terão direito a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir da data em que ocorrer a respectiva integralização, fazendo jus também, de forma integral, a eventuais vantagens atribuídas às demais ações a partir da citada integralização • A redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social será alterada em decorrência do aumento de capital, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 6º) O Capital Social é de R$13.025.169.072,43 (treze bilhões, vinte e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos), parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 3.897.283.405 (três bilhões, oitocentos e noventa e sete milhões, duzentas e oitenta e três mil, quatrocentas e cinco) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 2.060.702.401 (dois bilhões, sessenta milhões, setecentas e duas mil, quatrocentas e uma) ordinárias e 1.836.581.004 (um bilhão, oitocentos e trinta e seis milhões, quinhentas e oitenta e uma mil e quatro) preferenciais.".* **Encerramento:** Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos conselheiros presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica, registrando-se a ausência dos senhores Maurício Machado de Minas e Marcelo de Araújo Noronha. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Cassiano Ricardo Scarpelli e Oswaldo Tadeu Fernandes. **Declaração:** Declaro para os devidos fins que a presente é cópia da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. a) Antonio Campanha Junior: Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 296.383/26-0, em 21.7.2026. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CENTRO DE MATERIAL BÉLICO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº CMB-340/0023/26

O Centro de Material Bélico (CMB) da Polícia Militar do Estado de São Paulo anuncia a abertura de licitação pública na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, para aquisição de CADEIRAS DE ESCRITÓRIO E SOFÁS. Abertura: 11 de agosto de 2026, às 09h00 (horário de Brasília). Os procedimentos serão realizados pelo portal compras.gov.br e divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O proponente interessado pode obter a documentação por meio do sítio eletrônico pncp.gov.br/app/editais. Pedidos de informação devem ser solicitados pelo e-mail cmblicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br ou por telefone para (11) 3322-0290.

CENTRO DE MATERIAL BÉLICO
PREGÃO ELETRÔNICO CMB-340/0024/26

O Centro de Material Bélico (CMB) anuncia a abertura de licitação pública na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS e modo de disputa ABERTO por meio do Pregão Eletrônico nº CMB-340/0024/26, para aquisição móveis para área de convívio. Abertura: 13 de agosto de 2026, às 09h00 (horário de Brasília). Os procedimentos serão realizados pelo portal compras.gov.br e divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O proponente interessado pode obter a documentação por meio do sítio eletrônico pncp.gov.br/app/editais. Pedidos de informação devem ser solicitados pelo e-mail cmblicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br ou por telefone para (11) 3322-0290.

CENTRO DE MATERIAL BÉLICO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº CMB-340/0025/26

O Centro de Material Bélico (CMB) da Polícia Militar do Estado de São Paulo anuncia a abertura de licitação pública na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, para aquisição de ARMÁRIOS COFRE. Abertura: 18 de agosto de 2026, às 09h00 (horário de Brasília). Os procedimentos serão realizados pelo portal compras.gov.br e divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O proponente interessado pode obter a documentação por meio do sítio eletrônico pncp.gov.br/app/editais. Pedidos de informação devem ser solicitados pelo e-mail cmblicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br ou por telefone para (11) 3322-0290.

CENTRO DE MATERIAL BÉLICO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº CMB-340/0026/26

O Centro de Material Bélico (CMB) da Polícia Militar do Estado de São Paulo anuncia a abertura de licitação pública na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO, para aquisição de ARMÁRIOS E MESA DE CENTRO. Abertura: 17 de agosto de 2026, às 09h00 (horário de Brasília). Os procedimentos serão realizados pelo portal compras.gov.br e divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O proponente interessado pode obter a documentação por meio do sítio eletrônico pncp.gov.br/app/editais. Pedidos de informação devem ser solicitados pelo e-mail cmblicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br ou por telefone para (11) 3322-0290.

CSU Digital S.A.

CNPJ nº 01.896.779/0001-38 - NIRE nº 35.300.149.769 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29/06/2026

Data, Hora e Local. Em 29/06/2026, às 17hs, de forma virtual. **Participação.** Convocados na forma do Estatuto Social; participaram da reunião de forma remota, a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa.** Antônio Kandir - Presidente; Duilio de Oliveira Beneduzzi - Secretário. **Deliberações aprovadas.** (i) a distribuição de proventos aos acionistas na forma de JCP relativos ao 2T26, no montante bruto de R$7.100.000,00, ou R$0,171706087 por ação, já excluídas as ações em tesouraria, com a retenção do Imposto de Renda na fonte a ser efetuada de acordo com a legislação em vigor e respeitadas as exceções legais: O pagamento do JCP relativo ao 2T26 será efetuado a partir de 14/07/2026, com base na posição acionária de 02/07/2026, sendo as ações da Companhia negociadas "ex-JCP" a partir de 03/07/2026, inclusive, cujos valores serão imputados aos dividendos estatutários obrigatórios relativos ao Exercício Social de 2026, "ad referendum", da AGO de 2027, na forma do disposto no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia; (ii) dar por encerrado, a partir desta data, o mandato da Sra. Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes, do cargo de Membro Independente do Comitê de Auditoria da Companhia, registrando seus agradecimentos pelos serviços prestados; (iii) a reeleição para cumprimento de mandato de 2 anos os seguintes membros para compor o Comitê de Auditoria, que ficarão investidos de seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse: Sr. Antonio Kandir, brasileiro, engenheiro, Conselheiro Independente do Conselho de Administração; Sr. Sérgio Luiz da Silva Ribeiro, brasileiro, contador, na condição de membro experiente em assuntos de contabilidade societária; Sr. João Carlos Matias, brasileiro, engenheiro, como coordenador do Comitê de Auditoria; (iv) para atendimento ao capital mínimo regulatório da CSU IP, a realização de aporte no montante de R$6.600.000,00, a ser subscrito e integralizado integralmente até 01/12/2028, de acordo com o cronograma de integralização apresentado abaixo em 4 aportes de R$1.650.000,00, sendo o primeiro até 30/06/2026; e (v) a renovação das seguintes Políticas Corporativas: (a) Política de Elaboração de Documentos Corporativos, (b) Políticas de Brindes Presentes e Hospitalidades, e (c) Regimento Interno do Comitê de Riscos. Os respectivos Termos de Posse encontram-se arquivados na sede da Companhia. Nada mais. São Paulo, 29/06/2026. JUCESP nº 294.283/26-2 em 17/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 726/2026.
Nº Processo: 024.00074365/2026-31.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de home care.
Total de Itens Licitados: 01 (um) Item composto por 04 (quatro) subitens.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 30/07/2026.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 30/07/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/08/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP (https://www.doe.sp.gov.br/) e PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01155967442026

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

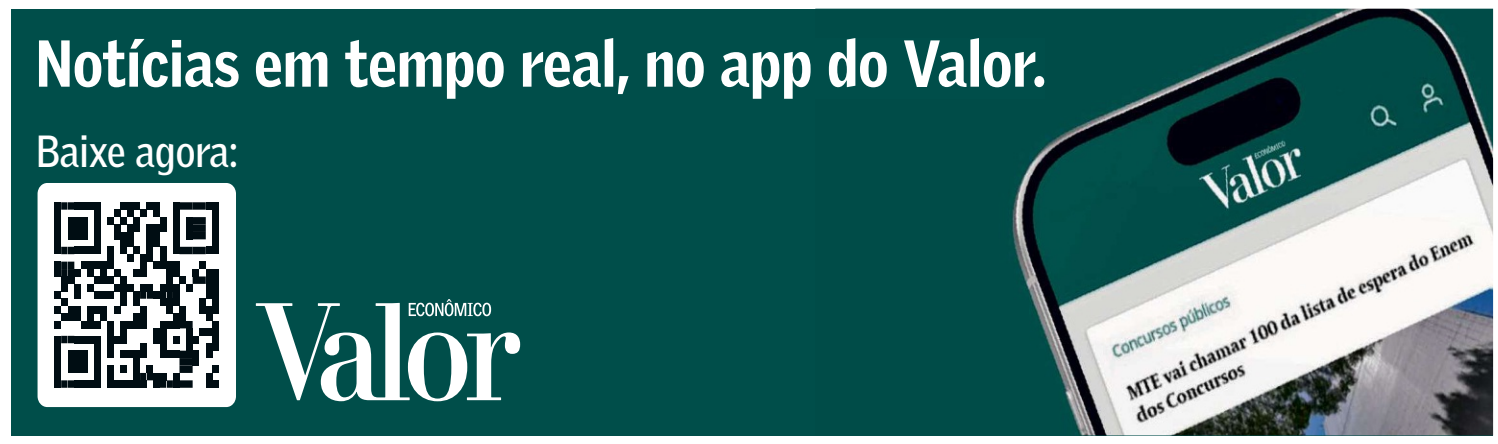
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90328/2026.
Execução da Contratação: 90201-484/2026.
Nº Processo: 024.00077149/2026-47.
Objeto: Aquisição de Medicamentos para o atendimento do Programa Dose Certa.
Total de Itens Licitados: 01 (um) item.
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 30/07/2026.
Horário: Das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 30/07/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 12/08/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP.

COPA ENERGIA S.A.

CNPJ/ME nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2026

Data, Hora e Local: Realizada em 22/06/2026, às 17h, na sede da **Copa Energia S.A.** (a "Companhia"), na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre C, 29º andar, cjs. 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Tower, CEP 04794-000, na cidade de SP, SP. **Convocação, Quórum de Instalação e Presença:** Dispensada a convocação, diante da presença de todos os membros da Diretoria da Companhia. **Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Antonio Carlos Moreira Turqueto, e secretariados por Bárbara Nogueira Gaspar. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre ***a alteração do objeto social e do endereço das filiais da Companhia***: (i) Centro Operativo de Belém/PA, CNPJ 03.237.583/0069-55; (ii) Centro Operativo de Fortaleza/CE, CNPJ 03.237.583/0011-39; (iii) Depósito de Teresina/PI, CNPJ 03.237.583/0098-90; (iv) Depósito de Mossoró/RN, CNPJ 03.237.583/0067-93; e (v) Depósito de Montes Claros/MG, CNPJ 03.237.583/0061-06. **Deliberação:** Dando início aos trabalhos do dia, após a discussão e votação da matéria constante da ordem do dia, os membros da Diretoria da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, na forma estabelecida no §Único do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, aprovaram ***a alteração do objeto social e do endereço das filiais da Companhia***: (i) **Centro Operativo de Belém/PA**, CNPJ 03.237.583/0069-55, com seu ato constitutivo registrado perante a JUCESP NIRE 1590202841-6, localizada na cidade de Belém/PA, na Rua Salgado Filho, s/n, Sala A, Miramar, CEP: 66119-010, com objeto social de: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(c)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, e **(d)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato", cujo endereço passa a ser a cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua Salgado Filho, s/n, Rod. Arthur Bernardes, Miramar, Belém, CEP: 66119-010, **e o objeto social passa a ser**: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito, de petróleo (GLP), **(b)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(c)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, **(d)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato, **(e)** 28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios, **(f)** 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, **(g)** 3329-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente, **(h)** 43.22-3-01 - Instalações Hidráulicas, sanitárias e de gás, **(i)** 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente, **(j)** 47.84-9-00 - Comércio Varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(k)** 5229-0/99 - Serviço de pesagem de caminhões com balança industrial, e **(l)** 71.19-7-03 - Serviço de desenho técnico relacionado a arquitetura e engenharia"; (ii) **Centro Operativo de Fortaleza/CE**, CNPJ 03.237.583/0011-39, com seu ato constitutivo registrado perante a JUCESP NIRE 2390036357-5, localizada na cidade de Fortaleza/CE, na Rua Deputado Francisco Monte, 60, Sala B, Cais do Porto, CEP: 60180-470, com objeto social de: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 47.84-9-00 - Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(c)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(d)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, e **(e)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato", **cujo endereço passa a ser** a cidade de Fortaleza/CE, na Rua Deputado Francisco Monte, 60, Cais do Porto, CEP: 60180-470, **e o objeto social passa a ser**: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 47.84-9-00 - Comércio Varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(c)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(d)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, **(e)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato, **(f)** 71.19-7-03 - Serviço de desenho técnico relacionado a arquitetura e engenharia, **(g)** 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, **(h)** 3329-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente, **(i)** 5229-0/99 - Serviço de pesagem de caminhões com balança industrial, **(j)** 43.22-3-01 - Instalações Hidráulicas, sanitárias e de gás, **(k)** 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente, e **(l)** 28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios"; (iii) **Depósito de Teresina/PI**, CNPJ 03.237.583/0098-90, com seu ato constitutivo registrado perante a JUCESP NIRE 2290044667-4, localizada na cidade de Teresina/PI, na Rua Chanceler Edson Queiroz, 1661, Sala B, Dirceu Arcoverde I, Itararé, CEP: 64077-750, com objeto social de: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(c)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, e **(d)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato," **cujo o endereço passa a ser** a cidade de Teresina/PI, na Rua Chanceler Edson Queiroz, 1661, Itararé, CEP: 64077-750, **e o objeto social passa a ser**: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, **(c)** 3329-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente, **(d)** 43.22-3.01 - Instalações Hidráulicas, sanitárias e de gás, **(e)** 47.84-9.00 - Comércio Varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(f)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(g)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, e **(h)** 5229-0/99 - Serviço de pesagem de caminhões com balança industrial." (iv) **Depósito de Mossoró/RN**, CNPJ 03.237.583/0067-93, com seu ato constitutivo registrado perante a JUCESP NIRE 2490045274-9, localizada na cidade de Mossoró/RN, na Rua Antônio Holanda Montenegro, 40, Sala A, Santo Antônio, CEP: 59619-750, com objeto social de: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(c)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, e **(d)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato", **cujo endereço passa a ser** a cidade de Mossoró/RN, na Rua Antônio Holanda Montenegro, 40, Santo Antônio, CEP: 59619-750, **e o objeto social passa a ser**: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(c)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, **(d)** 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, **(e)** 3329-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente, **(f)** 5229-0/99 - Serviço de pesagem de caminhões com balança industrial, **(g)** 43.22-3.01 - Instalações Hidráulicas, sanitárias e de gás, e **(h)** 47.84-9.00 - Comércio Varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)."; e (v) **Depósito de Montes Claros/MG**, CNPJ 03.237.583/0061-06, com seu ato constitutivo registrado perante a JUCESP NIRE 31920072696, localizada na cidade de Montes Claros/MG, na Av. Doutor Mario Tourino, 1600, Sala 1, Chácara Recanto dos Araçás, CEP: 39404-870, com objeto social de: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, e **(c)** 82.92-0-00 - Envasamento e empacotamento sob contrato", **cujo endereço passa a ser** a cidade de Montes Claros/MG, na Av. Doutor Mario Tourino, 1600, Chácara Recanto dos Araçás, CEP: 39404-870, **e o objeto social passa a ser**: "**(a)** 46.82-6-00 - Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(b)** 49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos, **(c)** 52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis, **(d)** 47.84-9.00 - Comércio Varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP), **(e)** 5229-0/99 - Serviço de pesagem de caminhões com balança industrial, **(f)** 33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, **(g)** 43.22-3.01 - Instalações Hidráulicas, sanitárias e de gás, e **(h)** 3329-5-99 - Instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente". **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos aprovada e assinada. São Paulo, 22/06/2026. Mesa: Antonio Carlos Moreira Turqueto – *Presidente*; Bárbara Nogueira Gaspar – *Secretária*. Diretores: Antonio Carlos Moreira Turqueto, Eduardo Elias Zahran Filho e Pedro João Zahran Turqueto. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 22/06/2026. Mesa: **Antonio Carlos Moreira Turqueto -** *Presidente da Mesa;* **Bárbara Nogueira Gaspar -** *Secretária da Mesa.* **JUCESP -** 295.532/26-9 em 17/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.



flopes

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 serão divulgadas em 29 de julho de 2026 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional

- **Surpreendente resiliência da economia norte-americana**

  A economia norte-americana voltou a surpreender positivamente, demonstrando resiliência mesmo diante da alta dos preços do petróleo e dos custos de energia. O mercado de trabalho permanece como principal destaque, com geração média de pouco mais de 100 mil empregos nos últimos meses, acima dos 75 mil do 1T26 e muito superior à média de 25 mil observada em 2025. A combinação de atividade sólida e inflação pressionada levou o Federal Reserve a adotar postura mais cautelosa. As projeções do comitê seguem divididas entre novos aumentos de juros e algum grau de flexibilização monetária, refletindo a elevada incerteza quanto ao cenário, agora reforçada pela posse de Kevin Warsh na presidência da Instituição.

- **Petróleo segue no centro da dinâmica macro global**

  O principal vetor do segundo trimestre de 2026 continuou sendo a forte volatilidade dos preços do petróleo. Após atingir aproximadamente USD 120 por barril entre o fim de abril e o início de maio, o Brent recuou de forma expressiva, encerrando junho ao redor de USD 73 por barril, praticamente retornando aos níveis observados antes da escalada do conflito no Oriente Médio. Essa dinâmica foi determinada, sobretudo, pela evolução das tensões geopolíticas e pelo fluxo de petróleo no Estreito de Hormuz. Com a normalização dos preços, diminuíram as preocupações com novos impactos inflacionários de curto prazo decorrentes da energia. Ainda assim, o cenário permanece cercado de incertezas. Embora o conflito tenha perdido intensidade em relação aos meses anteriores e tenham ocorrido avanços pontuais nas negociações por um acordo de paz, as divergências entre as partes persistem. Como consequência, o risco de novos episódios de interrupção na oferta de petróleo continua presente, mantendo elevada a volatilidade dos preços e a incerteza quanto aos seus potenciais efeitos sobre a inflação e o crescimento global.

- **Bancos centrais reagem cautelosamente**

  No campo da política monetária, o trimestre foi marcado por maior cautela dos principais bancos centrais. O Federal Reserve manteve a taxa básica inalterada nas reuniões de janeiro e março, preservando uma postura dependente de dados em um ambiente de inflação ainda acima da meta. Ao longo do trimestre, o Fed passou a sinalizar um cenário inflacionário menos benigno, com projeções mais altas para a inflação e menor convicção quanto à eventual retomada do ciclo de cortes, especialmente após o choque energético, que adicionou novos riscos altistas ao cenário. O banco central europeu também manteve os juros estáveis e reconheceu explicitamente que a escalada do conflito no Oriente Médio deve pressionar a inflação no curto prazo via energia. De forma geral, o ambiente global permaneceu em compasso de espera: a trajetória dos juros passou a incorporar maior incerteza diante de um choque adverso de oferta.

No ambiente doméstico

- **Atividade se mantém resiliente, mas sinais de moderação tornam-se mais visíveis**

  A economia brasileira manteve desempenho melhor do que o esperado ao longo do 2T26, sustentada pelo consumo das famílias, pelo mercado de trabalho ainda dinâmico e pelo impulso remanescente das medidas de estímulo à renda implementadas no início do ano. Ao mesmo tempo, começaram a surgir evidências mais consistentes de desaceleração em segmentos mais sensíveis à política monetária, especialmente no crédito e em parte dos indicadores antecedentes de atividade. O balanço do trimestre reforçou a avaliação de que a economia caminha para uma desaceleração gradual. Nesse contexto, nossa projeção permanece de crescimento do PIB de 1,8% em 2026 e, agora, esperamos um avanço de 1,3% em 2027, ainda consistente com uma moderação saudável da demanda doméstica ao longo do horizonte relevante.

- **Inflação volta a mostrar melhora, mas expectativas permanecem desancoradas**

  O 2T26 começou ainda sob os efeitos do choque de petróleo, mantendo pressão sobre os custos de produção. Esse impacto, contudo, foi parcialmente compensado pela apreciação do real, que ajudou a limitar o repasse para os preços domésticos. Ao longo do trimestre, a normalização gradual das cotações internacionais do petróleo reduziu as pressões sobre combustíveis, fretes e bens industriais, permitindo uma melhora do comportamento da inflação corrente. Apesar desse alívio, a inflação permaneceu acima da meta e as expectativas continuaram desancoradas, refletindo a resiliência da atividade econômica e as incertezas em torno do ambiente fiscal. Nesse contexto, mantemos a avaliação de que a convergência para a meta seguirá gradual e dependerá da manutenção de condições monetárias restritivas por período prolongado. Nossa projeção para o IPCA é de 5,0% em 2026 e 4,0% em 2027

- **Copom reforça postura cautelosa**

  Ao longo do trimestre, o Banco Central manteve o processo de flexibilização monetária, mas reforçou a mensagem de que o espaço para cortes adicionais se tornou mais limitado. A combinação de expectativas de inflação persistentemente elevadas, política fiscal ainda expansionista e condições financeiras globais mais restritivas levou o Copom a adotar comunicação mais conservadora quanto à trajetória da Selic. A avaliação predominante passou a ser de que o custo de trazer a inflação de volta à meta aumentou, exigindo juros elevados por mais tempo. Em nosso cenário, projetamos que a taxa Selic encerre 2026 em 13,75% e 2027 em 12,75%, em um ciclo de afrouxamento mais gradual e condicionado à evolução da inflação e das expectativas, na esteira da postura fiscal e do grau de ociosidade da economia à frente.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

Lucro Líquido (recorrente gerencial)
R$ 6,8 Bilhões | -9,5% vs 1S25

Margem Financeira
R$ 31,2 Bilhões | -0,5% vs 1S25

Despesas Gerais
R$ 13,2 Bilhões | +1,7% vs 1S25

Comissões
R$ 10,8 Bilhões | +4,1% vs 1S25

Despesas com PDD
R$ 14,0 Bilhões | +5,6% vs 1S25

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela continuidade da execução da nossa estratégia, mantendo a centralidade do cliente como elemento fundamental para a geração de valor. Seguimos fortalecendo nosso relacionamento com clientes, ampliando a diversificação das receitas e avançando na construção de uma operação cada vez mais sólida, eficiente e resiliente. Em termos de resultados, encerramos o semestre com lucro líquido gerencial recorrente de R$ 6,8 bilhões no período, redução de 9,6%, comparado ao mesmo período de 2025, reflexo de um cenário macroeconômico caracterizado pelo maior nível de endividamento das famílias e pela manutenção de taxa elevadas.

A receita total alcançou R$ 41,9 bilhões no período, com crescimento de 0,6% em relação ao primeiro semestre de 2025. A evolução dos resultados foi sustentada principalmente pelo desempenho dos negócios com clientes e pelo crescimento das receitas de serviços, reforçando a consistência do nosso modelo de negócios e a qualidade do nosso negócio.

A margem com clientes apresentou evolução de 2,2% no semestre, totalizando R$ 32,6 bilhões, refletindo o crescimento de nossa carteira de crédito de 5,8%, com destaque especial para as operações de financiamento ao consumo que cresceram 15,3%, bem como para as operações realizadas junto às pequenas e médias empresas, que apresentaram incremento de 11,4%. A margem com mercado, por sua vez, apresentou resultado negativo principalmente pela sensibilidade negativa ao aumento da taxa de juros e pelo menor resultado de tesouraria.

As receitas com comissões cresceram 4,1% no semestre, atingindo R$ 10,8 bilhões, com destaque para cartões crescendo 8,1% YoY, seguros 9,3% YoY e mercado de capitais 17,4% YoY. O resultado evidencia a crescente contribuição dos negócios de serviços para a geração de receitas recorrentes e reforça nossa estratégia de diversificação.

No âmbito da qualidade do crédito, o resultado de provisão para devedores duvidosos totalizou R$ 14,0 bilhões no primeiro semestre de 2026, crescimento de 5,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho reflete a manutenção de um ambiente macroeconômico desafiador, marcado por taxa de juros elevada, demandando maiores níveis de provisionamento no período. Em despesas, seguimos avançando em produtividade e eficiência operacional, totalizando R$ 13,2 bilhões no semestre, aumento de 1,7% na comparação com mesmo período de 2025, em ritmo inferior à inflação do período, demonstrando disciplina na gestão de custos e foco permanente na alocação eficiente de recursos. Seguimos comprometidos com a geração de resultados sustentáveis de longo prazo, apoiados por uma operação mais diversificada, uma gestão disciplinada de capital e riscos e pelo foco contínuo em oferecer as melhores soluções e experiências aos nossos clientes.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS GERENCIAL [1]

(R$ milhões)	2T26	1T26	2T26 x 1T26	1S26	1S25	1S26 x 1S25
Margem financeira bruta	15.341	15.812	(3,0) %	31.153	31.318	(0,5) %
Comissões	5.334	5.435	(1,9) %	10.769	10.341	4,1 %
Receita total	**20.675**	**21.248**	**(2,7) %**	**41.922**	**41.659**	**0,6 %**
Resultado de PDD	(7.654)	(6.344)	20,6 %	(13.998)	(13.252)	5,6 %
Despesas gerais	(6.578)	(6.633)	(0,8) %	(13.211)	(12.986)	1,7 %
Outras receitas/despesas operacionais	(2.534)	(2.300)	10,2 %	(4.834)	(4.055)	19,2 %
Despesas tributárias	(1.453)	(1.453)	- %	(2.906)	(2.675)	8,6 %
Outros	81	65	24,1 %	146	257	(43,2) %
Lucro antes de impostos	**2.537**	**4.583**	**(44,6) %**	**7.120**	**8.949**	**(20,4) %**
Impostos e participações minoritárias	477	(795)	n.a	(318)	(1.429)	(77,7) %
Lucro líquido recorrente gerencial	**3.014**	**3.788**	**(20,4) %**	**6.802**	**7.520**	**(9,5) %**
Lucro líquido contábil	**2.667**	**3.725**	**(28,4) %**	**6.393**	**7.372**	**(13,3) %**

[1] O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.

ESTRATÉGIA E AGÊNCIAS DE RATING

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança corporativa do Banco Santander (Brasil) S.A. está fundamentada em um modelo integrado de tomada de decisão, supervisão e gestão de riscos, alinhado às melhores práticas nacionais e internacionais de governança. Essa estrutura é composta pela Diretoria Executiva e pelo Comitê Executivo, integrado pelo Diretor-Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, bem como pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, responsáveis por apoiar o Conselho no desempenho de suas atribuições. Os Comitês de Assessoramento são: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

O Banco busca continuamente o fortalecimento da diversidade, da independência e da qualificação de seus órgãos de administração. Atualmente, o Conselho de Administração conta com cinco mulheres entre seus membros e 45% de conselheiros independentes, refletindo o compromisso da Instituição com uma governança corporativa plural, transparente e alinhada às melhores práticas de mercado.

Em 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. passou a integrar o Programa CONFIA - Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal do Brasil, iniciativa que promove um relacionamento baseado em transparência, confiança mútua e diálogo contínuo entre a Administração Tributária e grandes contribuintes. A admissão ao programa reconhece a maturidade da governança tributária, da gestão de riscos fiscais e dos controles internos da Instituição, reforçando seu compromisso com elevados padrões de conformidade, ética, transparência e segurança jurídica. (Serviços e Informações do Brasil)

As informações adicionais requeridas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/1976.

Informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander, bem como sobre a composição, atuação e principais deliberações do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, estão disponíveis no portal de Relações com Investidores, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração e é supervisionada pelo Comitê de Auditoria, atuando de forma permanente, independente e objetiva em relação às demais funções e unidades da Organização. Sua missão é fornecer ao Conselho de Administração e à Alta Administração asseguração independente sobre a qualidade e a efetividade dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, contribuindo para a proteção do valor da Organização, de sua solvência, sustentabilidade e reputação.

A função de Auditoria Interna possui certificação de qualidade emitida pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA), em reconhecimento à aderência às normas e melhores práticas internacionais da profissão.

Para cumprir suas atribuições e assegurar uma cobertura adequada dos riscos inerentes às atividades do Banco Santander, a Auditoria Interna utiliza metodologias e ferramentas desenvolvidas internamente. Destaca-se a matriz de riscos, utilizada no processo de planejamento para priorizar o universo auditável com base em critérios como risco inerente, resultados das avaliações anteriores, nível de implementação das recomendações de auditoria e relevância dos processos para a Organização. Os programas de trabalho são revisados periodicamente, de forma a refletir a evolução do ambiente de riscos, mudanças regulatórias e transformações no ambiente de negócios.

Em linha com seu papel de supervisão, o Comitê de Auditoria recomendou a aprovação do Plano Anual de Auditoria e do Relatório Anual da Auditoria Interna de 2026, os quais foram posteriormente aprovados pelo Conselho de Administração.

PESSOAS

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 47.327 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de em um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade integra a estratégia de negócios do Santander há mais de 20 anos e orienta nossa atuação na gestão de riscos, no desenvolvimento de soluções financeiras e na geração de impacto positivo para clientes, comunidades e sociedade.

No semestre, mantivemos foco nas frentes em que temos maior capacidade de contribuição: avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos na concessão de crédito; apoio aos clientes na transição para uma economia de baixo carbono; e promoção de iniciativas de educação, empregabilidade, empreendedorismo e inclusão financeira.

Nossa atuação está concentrada nos temas mais relevantes para o negócio, considerando impactos, riscos e oportunidades, e é acompanhada por metas globais em áreas prioritárias, como descarbonização, inclusão financeira e cultura inclusiva. Essa agenda é sustentada por políticas, controles e estruturas de governança robustas, com o apoio da alta liderança.

Ao final do 2T26, destacamos os seguintes resultados:

NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

- Viabilizamos **R$ 24, 7** bilhões em negócios sustentáveis, incluindo emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e produtos dedicados , como o CDC Solar e o CDC Veículos Elétricos e Híbridos, atingindo **R$ 57, 8 bilhões** na carteira[1] de crédito sustentável, com crescimento de 43% **(YoY)**.

[1] Considera operações que se enquadram em nosso Sistema de Classificação de Finanças e Investimentos Sustentáveis (SFICS).

- Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (créditos de descarbonização) com 38% de market share.
- O Prospera Santander Microfinanças, que leva soluções financeiras a empreendedores, alcançou uma produção de microcrédito de R$ 2,4 bilhões. A carteira total cresceu 3,1% (YoY), atingindo R$ 3,3 bilhões, com uma base total de 1,1 milhão de clientes.

Impacto social

No último trimestre, o Social Integrado Santander fortaleceu sua atuação em 30 municípios de Pernambuco e do Maranhão por meio de iniciativas nas áreas de educação, cultura, empreendedorismo e esporte. As ações beneficiaram mais de **26 mil** crianças e adolescentes, capacitaram mais de **1.500** educadores.

Por meio do programa Pensar, realizamos iniciativas de educação financeira em escolas públicas para estudantes do ensino médio. A ação contou com a participação de **52 voluntários** e beneficiou **207 estudantes**.

Realizamos em Gravatá (PE), o Encontro Nacional do Amigo de Valor e do Parceiro do Idoso, nossas tecnologias sociais voltadas à garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social. O evento reuniu mais de **350 participantes**, entre conselheiros e equipes dos projetos apoiados, em uma capacitação voltada ao fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção.

Educação, empregabilidade e empreendedorismo

Realizamos o Santander Top Espanha 2026, programa de mobilidade acadêmica internacional que esse ano registrou **138 mil** inscrições e concedeu **100 bolsas** a estudantes e docentes de universidades brasileiras conveniadas para uma experiência na *Universidad de Salamanca*, na Espanha.

Promovemos o Santander Certificações Financeiras 2026 - 1º Semestre, programa de capacitação gratuita voltado a pessoas maiores de 18 anos que desejam ingressar ou se desenvolver no mercado financeiro, com preparação para as certificações ANBIMA CPA, C-Pro I e C-Pro R. Até junho, o programa registrou **114 mil** inscritos, concedeu **6 mil vagas** e disponibilizou **600 vouchers** para a realização da avaliação da ANBIMA.

Desenvolvemos o Santander X Training for Business - IA para PMEs, programa realizado em parceria com a IE *University* e o Google, que disponibilizou capacitação gratuita em Inteligência Artificial aplicada aos negócios. Nesta edição, foram concedidas **388 bolsas.**

Realizamos o Acelera Tech AWS - Capacitação para PMEs e Startups, programa realizado em parceria com a *Amazon Web Services* (AWS), que ofereceu formação gratuita em tecnologia, computação em nuvem e transformação digital, apoiando empresas em diferentes estágios de maturidade na adoção de soluções inovadoras para seus negócios. Nesta edição, foram concedidas **329 bolsas** para PMEs e **135 bolsas** para startups, totalizando **464 bolsas** de capacitação.

Além disso, o Prospera lançou o Seguro Prestamista para operações de microempréstimo. O produto garante a quitação integral do saldo devedor em caso de falecimento do titular ou de membros do grupo solidário, evitando a transferência da dívida aos demais integrantes e fortalecendo a proteção dos microempreendedores.

- Quatro operações foram desembolsadas pelo Santander no âmbito do Eco Invest Brasil, iniciativa do Governo Federal inserida no Plano de Transformação Ecológica que tem como objetivo mobilizar investimentos privados para projetos sustentáveis de longo prazo no país, com foco na atração de capital nacional e externo, totalizando R$ 1,6 bilhão. Os recursos apoiam iniciativas voltadas à transição dos nossos clientes para uma economia de baixo carbono e ao desenvolvimento sustentável, incluindo projetos como a construção de uma nova usina de etanol de milho, a substituição de caldeiras fósseis por geração de vapor industrial com biomassa, a construção de uma nova unidade industrial farmacêutica com certificação LEED (selo global de sustentabilidade para edificações) e a modernização da rede elétrica, com implantação de smart grids, redução de perdas e aumento da resiliência da infraestrutura elétrica;
- O Santander manteve a liderança em financiamento de veículos eletrificados, com market share de **53%** em veículos elétricos e **31%** em híbridos..

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no semestre findo em 30 de junho de 2026, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Serviços Financeiros do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de julho de 2026).

NOSSO PROPÓSITO É CONTRIBUIR PARA QUE AS PESSOAS E OS NEGÓCIOS PROSPEREM.
E ACREDITAMOS QUE TUDO DEVE SER FEITO DE UM JEITO:
SIMPLES, PESSOAL E JUSTO

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2026	Banco 31/12/2025	Consolidado 30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Ativo					
Circulante e Não Circulante		**1.296.137.582**	**1.257.503.819**	**1.285.986.966**	**1.255.624.187**
Disponibilidades	**4**	**8.073.907**	**7.531.433**	**8.091.758**	**7.632.939**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		**280.197.380**	**275.034.807**	**240.897.995**	**250.803.157**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	101.581.383	89.994.937	101.581.383	89.994.937
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.II	131.163.854	118.139.601	112.705.639	102.064.371
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	47.452.143	66.900.269	26.610.973	58.743.849
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		**51.732.969**	**58.666.786**	**60.393.176**	**67.681.530**
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.III	51.732.969	58.666.786	60.393.176	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**766.732.550**	**724.219.844**	**798.334.519**	**755.376.927**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	159.967.342	122.003.125	67.173.334	38.452.242
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.IV	118.524.312	113.528.203	129.525.093	117.944.134
Operações de Crédito	8	356.913.149	365.651.162	457.758.778	462.212.788
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	-	3.521.579	3.600.813
Outros Ativos Financeiros	7.a	131.327.747	123.037.354	140.355.735	133.166.950
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	**9**	**(36.946.466)**	**(38.081.943)**	**(43.967.954)**	**(43.869.604)**
Outros Ativos	**11**	**117.921.222**	**125.066.639**	**133.857.538**	**133.509.738**
Ativos Fiscais	**10.a**	**64.842.857**	**62.524.769**	**72.386.128**	**68.914.540**
Permanente		**43.583.163**	**42.541.484**	**15.993.806**	**15.574.960**
Investimentos		**31.126.996**	**30.703.449**	**2.706.219**	**2.829.717**
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	31.035.244	30.611.957	2.620.298	2.733.615
Outros Investimentos		91.752	91.492	85.921	96.102
Imobilizado de Uso	**14**	**4.863.929**	**4.080.967**	**5.124.663**	**4.343.288**
Imóveis de Uso		2.316.380	2.312.767	2.579.917	2.553.062
Outras Imobilizações de Uso		12.099.914	11.169.690	12.372.952	11.462.270
(Depreciações Acumuladas)		(9.552.365)	(9.401.490)	(9.828.206)	(9.672.044)
Intangível	**15**	**7.592.238**	**7.757.068**	**8.162.924**	**8.401.955**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	27.220.515	28.171.012	28.204.704
Outros Ativos Intangíveis		15.013.396	14.198.730	15.755.212	14.961.397
(Amortizações Acumuladas)		(34.641.673)	(33.662.177)	(35.763.300)	(34.764.146)
Total do Ativo		**1.296.137.582**	**1.257.503.819**	**1.285.986.966**	**1.255.624.187**

	Notas Explicativas	Banco 30/06/2026	Banco 31/12/2025	Consolidado 30/06/2026	Consolidado 31/12/2025
Passivo					
Circulante e Não Circulante		**1.197.405.765**	**1.162.312.053**	**1.185.104.369**	**1.157.823.868**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		**1.100.071.527**	**1.067.051.020**	**1.072.024.638**	**1.041.205.968**
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		**37.868.475**	**60.168.681**	**22.386.056**	**52.758.042**
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	37.868.475	60.168.681	22.386.056	52.758.042
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		**1.062.203.052**	**1.006.882.339**	**1.049.638.582**	**988.447.926**
Depósitos	16	506.850.944	491.380.199	504.489.385	491.090.287
Captações no Mercado Aberto	16	187.203.164	170.173.383	166.837.985	149.752.695
Obrigações por Empréstimos	16	115.609.778	102.551.649	115.615.143	102.551.662
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	9.712.274	10.742.445	9.712.274	10.742.445
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	189.144.603	196.136.536	190.876.294	188.255.278
Outros Passivos Financeiros	17.a	53.682.289	35.898.127	62.107.501	46.055.559
Outros Passivos	**18**	**90.042.798**	**88.849.690**	**100.656.258**	**103.875.756**
Provisão para Riscos Fiscais	18	2.641.047	2.249.263	2.805.363	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	7.709.271	6.607.012	8.503.811	7.324.839
Outras Provisões	18	3.418.023	3.622.249	8.721.286	9.048.090
Diversos	18	76.274.457	76.371.166	80.625.798	85.047.539
Passivos Fiscais	**10.c**	**7.291.440**	**6.411.343**	**12.423.473**	**12.742.144**
Patrimônio Líquido	**21**	**98.731.817**	**95.191.766**	**98.210.409**	**95.650.292**
Capital Social	21.a	65.000.000	65.000.000	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	21.c	580.627	643.142	580.627	643.142
Reservas de Lucros	21.c	38.916.048	35.530.913	38.161.262	35.750.330
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.273.718)	(5.262.729)	(5.040.340)	(5.023.620)
Lucros Acumulados		-	-	-	-
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(491.140)	(719.560)	(491.140)	(719.560)
Participação dos Acionistas Minoritários	**21.e**	**-**	**-**	**2.672.188**	**2.150.027**
Total do Patrimônio Líquido		**98.731.817**	**95.191.766**	**100.882.597**	**97.800.319**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.296.137.582**	**1.257.503.819**	**1.285.986.966**	**1.255.624.187**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua ...

Ines249

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		**76.142.109**	**68.500.890**	**80.640.597**	**75.964.867**
Operações de Crédito		36.913.356	36.723.542	47.188.660	46.463.820
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	295.689	256.087
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	33.665.033	30.228.175	27.603.974	28.377.617
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Câmbio		(80.108)	(3.543.269)	(139.495)	(4.245.507)
Resultado das Aplicações Compulsórias		5.643.828	5.092.442	5.691.769	5.112.850
Despesas da Intermediação Financeira		**(64.478.333)**	**(59.940.070)**	**(65.564.961)**	**(62.175.852)**
Operações de Captação no Mercado	16.c	(51.263.093)	(45.938.681)	(50.953.021)	(45.783.807)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(2.260.417)	(2.935.973)	(1.662.995)	(2.939.270)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(73.467)	(64.210)	(362.152)	(143.612)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(10.881.356)	(11.001.206)	(12.586.793)	(13.309.163)
Variações Cambiais (Liquidas)	**27**	**2.445.476**	**4.360.059**	**2.667.239**	**4.600.601**
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**14.109.252**	**12.920.879**	**17.742.875**	**18.389.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(6.110.345)**	**(5.501.689)**	**(9.793.622)**	**(8.289.621)**
Receitas de Prestação de Serviços	23	7.006.192	6.466.192	8.578.512	8.200.835
Rendas de Tarifas Bancárias	23	2.469.267	2.390.016	2.859.093	2.748.236
Despesas de Pessoal	24	(3.390.813)	(3.374.337)	(4.658.662)	(4.878.780)
Outras Despesas Administrativas	25	(7.844.931)	(7.473.611)	(7.030.054)	(6.726.288)
Despesas Tributárias		(2.184.312)	(2.261.029)	(3.089.432)	(3.080.275)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	2.814.622	3.730.957	158.983	156.299
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(4.980.370)	(4.979.877)	(6.612.062)	(4.709.648)
Resultado Operacional		**7.998.907**	**7.419.190**	**7.949.253**	**10.099.995**
Resultado não Operacional	**28**	**(9.977)**	**78.825**	**(12.824)**	**100.610**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**10.d**	**7.988.930**	**7.498.015**	**7.936.429**	**10.200.605**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**420.351**	**837.761**	**144.876**	**(1.251.799)**
Provisão para Imposto de Renda		(242.109)	(40.731)	(992.166)	(1.409.272)
Provisão para Contribuição Social		(56.497)	(67.572)	(877.446)	(765.329)
Ativo Fiscal Diferido		718.957	946.064	2.014.488	922.802
Participações no Lucro		**(1.026.521)**	**(983.907)**	**(1.463.165)**	**(1.400.392)**
Participações dos Acionistas Minoritários	**21.e**	**-**	**-**	**(225.393)**	**(176.758)**
Lucro Líquido		**7.382.760**	**7.351.869**	**6.392.747**	**7.371.656**
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	7.498.531		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		984,56	980,44		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2026		Banco 01/01 a 30/06/2025		Consolidado 01/01 a 30/06/2026		Consolidado 01/01 a 30/06/2025	
Receitas da Intermediação Financeira		76.142.109		68.500.890		80.640.597		75.964.867	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	9.475.459		8.856.208		11.437.605		10.949.071	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(10.881.356)		(11.001.206)		(12.586.793)		(13.309.163)	
Outras Receitas e Despesas		(4.990.347)		(4.901.052)		(6.624.886)		(4.609.038)	
Despesas da Intermediação Financeira		(52.980.141)		(48.055.523)		(50.546.454)		(47.892.345)	
Variações Cambiais (Liquidas)	27	2.445.476		4.360.059		2.667.239		4.600.601	
Insumos de Terceiros		**(5.971.873)**		**(5.602.939)**		**(5.039.550)**		**(4.715.567)**	
Material, Energia e Outros		(117.033)		(128.619)		(126.706)		(137.557)	
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	25	(2.301.087)		(2.261.763)		(1.787.018)		(1.861.316)	
Outros		**(3.553.753)**		**(3.212.557)**		**(3.125.826)**		**(2.716.694)**	
Processamento de Dados e Telecomunicações		(2.278.425)		(2.013.102)		(2.222.659)		(1.774.373)	
Propaganda, Promoções e Publicações		(202.665)		(223.041)		(259.903)		(299.207)	
Outras		(1.072.663)		(976.414)		(643.264)		(643.114)	
Valor Adicionado Bruto		**13.239.327**		**12.156.437**		**19.947.758**		**20.988.426**	
Depreciações e Amortizações	25	(1.675.738)		(1.564.406)		(1.782.449)		(1.696.019)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		**11.563.589**		**10.592.031**		**18.165.309**		**19.292.407**	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	2.814.622		3.730.957		158.983		156.299	
Valor Adicionado Total a Distribuir		**14.378.211**		**14.322.988**		**18.324.292**		**19.448.706**	
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		**3.992.154**	**27,8 %**	**3.904.821**	**27,3 %**	**5.451.779**	**29,8 %**	**5.585.079**	**28,7 %**
Remuneração		3.089.863		3.027.502		4.110.221		4.252.055	
Benefícios	24	541.746		563.522		848.564		883.316	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		201.369		183.375		299.765		283.593	
Outras		159.176		130.422		193.229		166.115	
Impostos, Taxas e Contribuições		**2.805.977**	**19,5 %**	**2.760.032**	**18,8 %**	**6.046.318**	**33,0 %**	**6.000.511**	**30,9 %**
Federais		2.383.251		2.360.108		5.429.504		5.475.261	
Estaduais		194		227		194		232	
Municipais		422.532		399.697		616.620		525.018	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	**25**	**197.320**	**1,4 %**	**306.266**	**2,1 %**	**208.055**	**1,1 %**	**314.702**	**1,6 %**
Remuneração de Capitais Próprios		**7.382.760**	**51,3 %**	**7.351.869**	**51,3 %**	**6.618.140**	**36,1 %**	**7.548.414**	**38,8 %**
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	4.000.000		3.000.000		4.000.000		3.000.000	
Reinvestimentos de Lucros		3.382.760		4.351.869		2.843.533		4.725.172	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		-		(225.393)		(176.758)	
Total		**14.378.211**	**100,0 %**	**14.322.988**	**100,0 %**	**18.324.292**	**100,0 %**	**19.448.706**	**100,0 %**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Banco 01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	**7.382.760**	**7.351.869**	**6.392.747**	**7.371.656**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(33.582)**	**859.740**	**(39.312)**	**856.854**
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	**(320.020)**	**1.209.298**	**(325.750)**	**1.206.412**
Próprios	(491.405)	2.434.330	(559.580)	2.441.205
Risco de Crédito	(6.934)	(5.962)	(6.934)	(5.962)
De Ligada	(58.488)	13.718	-	-
Impostos	236.807	(1.232.788)	240.764	(1.228.831)
Hedge de Fluxo de Caixa	**286.438**	**(349.558)**	**286.438**	**(349.558)**
Próprios	546.194	(666.555)	546.194	(666.555)
Impostos	(259.756)	316.997	(259.756)	316.997
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**22.592**	**894.330**	**22.592**	**894.330**
Plano de Benefícios	21.790	894.330	21.790	894.330
Próprios	40.349	1.666.974	40.349	1.666.974
Impostos	(18.559)	(772.644)	(18.559)	(772.644)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	**802**	**-**	**802**	**-**
Outros	802	-	802	-
Resultado Abrangente do Período	**7.371.770**	**9.105.939**	**6.376.027**	**9.122.840**
Atribuível à controladora			6.151.436	8.946.082
Atribuível aos Acionistas Minoritários			225.393	176.758
Total			**6.376.829**	**9.122.840**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco 01/01 a 30/06/2026	Banco 01/01 a 30/06/2025	Consolidado 01/01 a 30/06/2026	Consolidado 01/01 a 30/06/2025
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		**7.382.760**	**7.351.869**	**6.392.747**	**7.371.656**
Ajustes ao Lucro Líquido		**3.117.975**	**2.924.633**	**6.274.431**	**7.926.964**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		10.881.356	11.001.206	12.586.793	13.309.163
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	20.c	2.893.526	2.042.344	3.215.480	2.306.565
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos	20.c	262.493	245.762	283.555	257.102
Tributos Diferidos		(708.665)	(2.349.568)	(2.418.460)	(3.625.059)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(2.814.622)	(3.730.957)	(158.983)	(156.299)
Depreciações e Amortizações	25	1.675.738	1.564.406	1.782.449	1.696.019
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(1.786)	(2.037)	(1.142)	(20.306)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	28	(87.381)	(99.308)	(84.689)	(113.002)
Resultado de Investimentos	28	-	(1.093)	-	(1.093)
Atualização de Depósitos Judiciais		(337.143)	(295.454)	(413.429)	(376.070)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e limites	18.a	23.006	(625.323)	23.006	(625.323)
Atualização de Impostos a Compensar		(634.296)	(141.625)	(731.290)	(217.771)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(138)	(1.437)	(138)	(1.437)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(8.089.580)	(4.660.063)	(8.089.580)	(4.660.063)
Outros		55.467	(22.220)	280.859	154.538
Variações em Ativos e Passivos		**76.032.215**	**21.303.231**	**54.245.457**	**9.346.349**
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.949.578	(18.397.989)	3.819.834	(6.809.375)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.994.978)	(214.413)	(12.271.835)	5.451.458
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(1.830.933)	(94.413)	(6.706.402)	(459.507)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(1.529.209)	620.908	(1.513.601)	668.008
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		621.337	(3.837.960)	505.169	(3.829.195)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		(3.994.229)	136.017.044	(2.803.689)	134.977.053
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(761.696)	(646.289)	(837.518)	(690.694)
Redução (aumento) em Outros Ativos		7.273.861	14.956.963	(203.199)	(7.571.087)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		295.038	(810.097)	303.110	(1.202.148)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(4.076.639)	2.568.529	(3.970.878)	2.477.646
Aumento (redução) em Depósitos		15.470.745	(8.563.976)	13.399.098	(7.782.716)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		17.029.781	14.561.380	17.085.290	6.982.203
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		16.334.568	4.744.286	16.339.920	4.874.517
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		21.123.128	(124.277.840)	19.106.465	(120.954.426)
Aumento (redução) em Outros Passivos		16.631.331	4.720.639	13.050.435	3.140.823
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		(509.468)	(43.541)	1.485.142	2.119.308
Imposto Pago		-	-	(2.541.884)	(2.045.519)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**86.532.950**	**31.579.733**	**66.912.635**	**24.644.969**
Atividades de Investimento					
Redução (aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		-	-	-	(7.500)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.305.424)	(289.946)	(1.309.170)	(300.679)
Aplicações no Intangível		(1.149.273)	(712.954)	(1.168.244)	(804.594)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		49.397	1.418.354	70.904	1.837.089
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		338.218	361.903	343.422	403.148
Alienação de Imobilizado de Uso		160.827	132.462	152.621	152.378
Alienações no Intangível		-	-	-	706.481
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(1.906.255)**	**909.819**	**(1.910.467)**	**1.986.323**
Atividades de Financiamento					
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	228.421	161.884	228.420	161.884
Emissões e Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(21.473.771)	(12.446.514)	(12.661.447)	(4.276.931)
Emissões de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		2.137.000	-	2.137.000	-
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(6.655.072)	(471.727)	(6.449.155)	(471.727)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(3.820.696)	(2.565.244)	(3.967.700)	(3.876.672)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		-	-	296.768	586.118
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(29.584.118)**	**(15.321.601)**	**(20.416.114)**	**(7.877.328)**
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		**138**	**1.437**	**138**	**1.437**
Aumento (redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**55.042.715**	**17.169.388**	**44.586.191**	**18.755.401**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		**74.622.946**	**71.125.771**	**74.400.616**	**68.495.707**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**129.665.661**	**88.295.159**	**118.986.807**	**87.251.108**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**65.000.000**	**636.170**	**32.067.079**	**(1.964.672)**	**(474.571)**	**(4.274.280)**	**-**	**(884.707)**	**90.105.019**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)					1.059.000			(3.248.923)		(2.189.923)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**65.000.000**	**636.170**	**32.067.079**	**(905.672)**	**(474.571)**	**(4.274.280)**	**(3.248.923)**	**(884.707)**	**87.915.096**
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	894.330	(1.186.629)	-	(292.299)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	161.884	161.884
Resultado com Ações em Tesouraria		-	(22.220)	-	-	-	-	-	-	(22.220)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(99.655)	-	-	-	-	-	-	(99.655)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(212.978)	13.718	-	-	-	(199.260)
Dividendos Prescritos		-	-	25.510	-	-	-	-	-	25.510
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	7.351.869	-	7.351.869
Destinações:										
Reserva Legal	21.c	-	-	367.593	-	-	-	(367.593)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	(449.892)	-	-	-	449.892	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	1.385	-	1.385
Saldos em 30 de junho de 2025		**65.000.000**	**514.295**	**32.010.291**	**(1.118.650)**	**(460.853)**	**(3.379.950)**	**-**	**(722.823)**	**91.842.310**
Mutações no Semestre		**-**	**(121.875)**	**(56.788)**	**846.022**	**13.718**	**894.330**	**-**	**161.884**	**1.737.291**

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.
(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**65.000.000**	**643.142**	**35.530.913**	**(1.262.690)**	**(489.371)**	**(3.510.667)**	**-**	**(719.560)**	**95.191.766**
Plano de Benefícios a Funcionários (1)	29	-	-	-	-	-	21.790	(13.128)	-	8.662
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	228.421	228.421
Resultado com Ações em Tesouraria		-	55.465	-	-	-	-	-	-	55.465
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(117.980)	-	-	-	-	-	-	(117.980)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	24.905	(58.488)	-	-	-	(33.582)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	-	802	-	-	802
Dividendos Prescritos		-	-	15.241	-	-	-	-	-	15.241
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	7.382.760	-	7.382.760
Destinações:										
Reserva Legal	21.c	-	-	369.138	-	-	-	(369.138)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	3.000.756	-	-	-	(3.000.756)	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-	262	-	262
Saldos em 30 de junho de 2026		**65.000.000**	**580.627**	**38.916.048**	**(1.237.785)**	**(547.859)**	**(3.488.074)**	**-**	**(491.140)**	**98.731.817**
Mutações no Semestre		**-**	**(62.515)**	**3.385.135**	**24.905**	**(58.488)**	**22.592**	**-**	**228.421**	**3.540.051**

(1) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**65.000.000**	**642.915**	**32.453.507**	**(2.193.477)**	**(4.274.280)**	**-**	**(884.707)**	**90.743.958**	**1.249.939**	**91.993.897**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)					1.059.000		(3.248.923)		(2.189.923)		(2.189.923)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**65.000.000**	**642.915**	**32.453.507**	**(1.134.477)**	**(4.274.280)**	**(3.248.923)**	**(884.707)**	**88.554.035**	**1.249.939**	**89.803.974**
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	894.330	(1.186.631)	-	(292.301)	-	(292.301)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	161.884	161.884	-	161.884
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(22.220)	-	-	-	-	-	(22.220)	-	(22.220)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(106.400)	-	-	-	-	-	(106.400)	-	(106.400)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(202.146)	-	-	-	(202.146)	-	(202.146)
Dividendos Prescritos		-	-	25.540	-	-	-	-	25.540	-	25.540
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	7.371.656	-	7.371.656	-	7.371.656
Destinações:											-
Reserva Legal	21.c	-	-	368.583	-	-	(368.583)	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	(3.000.000)		(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	(463.382)	-	-	463.382	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	-	-	(32.285)	-	(32.285)	-	(32.285)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	176.758	176.758
Outros		-	-	-	-	-	**1.385**	-	**1.385**	**456.426**	**457.811**
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	586.117	586.117
Outros		-	-	-	-	-	1.385	-	1.385	(129.691)	(128.306)
Saldos em 30 de junho de 2025		**65.000.000**	**514.295**	**32.384.248**	**(1.336.623)**	**(3.379.951)**	**-**	**(722.823)**	**92.459.147**	**1.883.123**	**94.342.270**
Mutações no Semestre		**-**	**(128.620)**	**(69.259)**	**856.854**	**894.329**	**-**	**161.884**	**1.715.189**	**633.184**	**2.348.373**

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.
(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**65.000.000**	**643.142**	**35.750.330**	**(1.514.018)**	**(3.509.602)**	**-**	**(719.560)**	**95.650.292**	**2.150.027**	**97.800.319**
Plano de Benefícios a Funcionários (1)	29	-	-	-	-	21.790	(13.128)	-	8.662	-	8.662
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	228.420	228.420	-	228.420
Resultado de Ações em Tesouraria		-	55.465	-	-	-	-	-	55.465	-	55.465
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(117.980)	-	-	-	-	-	(117.980)	-	(117.980)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(39.312)	-	-	-	(39.312)	-	(39.312)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Outros		-	-	-	-	802	-	-	802	-	802
Dividendos Prescritos		-	-	15.241	-	-	-	-	15.241	-	15.241
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	6.392.747	-	6.392.747	-	6.392.747
Destinações:											
Reserva Legal	21.c	-	-	319.637	-	-	(319.637)	-	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)	-	(4.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	2.295.472	-	-	(2.295.472)	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	(219.418)	-	-	235.228	-	15.810	-	15.810
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	225.393	225.393
Outros		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**262**	**-**	**262**	**296.768**	**297.030**
Outros		-	-	-	-	-	262	-	262	296.768	297.030
Saldos em 30 de junho de 2026		**65.000.000**	**580.627**	**38.161.262**	**(1.553.330)**	**(3.487.010)**	**-**	**(491.140)**	**98.210.409**	**2.672.188**	**100.882.597**
Mutações no Semestre		**-**	**(62.515)**	**2.410.932**	**(39.312)**	**22.592**	**-**	**228.420**	**2.560.117**	**522.161**	**3.082.278**

(1) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

continua ...

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de benefícios a empregados e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2026, na reunião realizada em 28 de julho de 2026.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, serão divulgadas, em 29 de julho de 2026, no endereço eletrônico www santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade - CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade - CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Reforma da Tributação sobre o Consumo

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, com importantes modificações.

Considerando o prazo de implementação gradual da nova sistemática (entre os anos de 2026 e 2033), os impactos de longo prazo esperados com a simplificação da tributação são o ganho de produtividade na economia e melhoria no ambiente de negócios, pela redução de custos de observância e maior segurança jurídica.

Nesse novo ambiente tributário há efeitos para Administração Tributária em função das mudanças na gestão do crédito tributário que passa a ser mais eficiente, com documentos fiscais eletrônicos (Notas Fiscais) mais sofisticados e recolhimento de tributos automático - no qual a parcela correspondente aos tributos sobre o consumo é direcionada diretamente ao Governo (mecanismo de *split payment*), reduzindo riscos de inadimplência e falhas de conformidade, ao mesmo tempo em que aumenta a dependência de sistemas de informação robustos e confiáveis.

Adicionalmente, sobre a ótica da gestão das empresas, o novo regime implica em mudanças na lógica financeira das operações, com potenciais efeitos sobre o fluxo de caixa, com necessidade de revisão dos controles de liquidez e na gestão financeira das empresas.

No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico para as operações de crédito e estima-se que não haverá aumento do custo de crédito para o tomador final relativamente à carga tributária atual. Por outro lado, determinados serviços financeiros, sujeitos ao regime geral de tributação, podem estar sujeitos a maior pressão tributária na ótica do consumidor final, o que poderá gerar eventuais ajustes na estrutura de precificação ao longo do período de implantação do novo regime.

Os efeitos imediatos identificados até o momento concentram-se, primordialmente, no âmbito operacional, com destaque para os impactos tecnológicos, com a necessidade de ajustes nos sistemas informáticos internos, nos cadastros e nos controles automatizados.

A Administração vem acompanhando esses impactos e promovendo as adequações necessárias em processos, sistemas e governança, bem como revisando projeções de resultados e de fluxo de caixa para refletir a transição gradual do modelo tributário atual para o novo sistema.

Com base nas avaliações realizadas até o momento e considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o Consumo, a Administração concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, nem em seus indicadores de capital, sendo os efeitos imediatos, essencialmente, restritos ao âmbito operacional e de adaptação tecnológica aos novos requisitos legais.

III - Resolução CMN nº 4.966/2021 (*Hedge Accounting)*

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de Investimento líquido no exterior

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não ocorreram alterações relevantes nas políticas contábeis adotadas pelo Banco.

a) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

- Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander,para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias "custo amortizado", sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria "valor justo valor através de outros resultados abrangentes", bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probability of default) , LGD (Loss Given Default) e EAD (Exposure at Default) tendo como tradução respectivamente (Probabilidade de inadimplência), (Perda dada inadimplência) e (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (*fair value*), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis no mercado para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir os desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

- Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
- Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
- Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

d) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

e) Outras Receitas Operacionais

Representadas substancialmente por receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias, são reconhecidas quando o Banco presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, o Banco aplica o modelo de 5 passos atendendo ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

f.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Conforme Resolução CMN nº 4.935/2021 e Circular Bacen nº 3.693/2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

g) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

h) Imobilizado de Uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

i) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

j) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

j.1) Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

j.2) Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo para o Banco e suas Coligadas:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

k) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de Benefício Definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 29. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

O Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral das perdas atuariais decorrentes das remensurações do valor líquido de ativo/passivo de benefício definido , em conta de Passivo tendo como contrapartida conta destacada do Patrimonio líquido - Ajustes de avaliação patrimonial.

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Os componentes, custo do serviço passado/ganho ou perda atuarial na liquidação, quando aplicável for; e juros sobre Passivo/Ativo de Plano de Benefício Definido, bem como o componente custo do serviço corrente são reconhecidos nas linhas de despesas operacionais (Nota 29) e despesa de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de gestão de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

m) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 16).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de convers

Ines249

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

p) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 20% para os bancos, 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização, e de 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove alterações no sistema tributário federal, com impactos sobre diversos setores da economia. A referida legislação altera e consolida as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") aplicáveis às empresas do setor financeiro.

Nos termos da nova lei, as Instituições de Pagamento, as Administradoras de Mercado de Balcão Organizado, as Bolsas de Valores, de Mercadorias e de Futuros, as Entidades de Liquidação e Compensação, bem como as demais sociedades reguladas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), estarão sujeitas à majoração gradual da alíquota da CSLL, que passará de 9% para 12% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 15% a partir do exercício de 2028.

Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e para as Sociedades de Capitalização, a alíquota da CSLL será majorada do patamar atual de 15% para 17,5% nos exercícios de 2026 e 2027, e para 20% a partir do exercício de 2028, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 224/2025.

Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento desses créditos e passivos é efetuado com base nas alíquotas aplicáveis aos períodos em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com a regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação, com base na geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização desses créditos, conforme demonstrada na Nota 10.b.2, está fundamentada em projeções de resultados futuros e em estudo técnico específico.

q) Juros sobre o Capital Próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/2020.

r) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

s) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na **Nota 32.g**

t) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco			
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	**8.073.907**	**7.531.433**	**8.606.567**	**17.482.523**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**121.591.754**	**67.091.513**	**79.688.592**	**53.643.248**
Aplicações no Mercado Aberto	81.122.017	52.822.160	59.637.693	28.103.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	19.519.670	533.896	3.271.197	5.007.501
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.950.067	13.735.457	16.779.702	20.532.342
Total	**129.665.661**	**74.622.946**	**88.295.159**	**71.125.771**

	Consolidado			
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2025	31/12/2024
Disponibilidades	**8.091.758**	**7.632.939**	**8.625.589**	**17.504.978**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**110.895.049**	**66.767.677**	**78.625.519**	**50.990.729**
Aplicações no Mercado Aberto	81.122.017	52.822.160	59.637.693	28.103.405
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.822.965	210.060	2.208.124	2.354.982
Aplicações em Moedas Estrangeiras	20.950.067	13.735.457	16.779.702	20.532.342
Total	**118.986.807**	**74.400.616**	**87.251.108**	**68.495.707**

As informações relativas a 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco				
				30/06/2026	31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**54.667.573**	**-**	**105.299.769**	**159.967.342**	**122.003.125**
Aplicações no Mercado Aberto	**33.717.506**	**-**	**-**	**33.717.506**	**21.022.160**
Posição Bancada	**2.952.406**	**-**	**-**	**2.952.406**	**2.663.441**
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.943.252	-	-	2.943.252	2.663.441
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.154	-	-	9.154	-
Posição Financiada	**30.765.100**	**-**	**-**	**30.765.100**	**18.358.719**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.489.703	-	-	12.489.703	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.264.351	-	-	11.264.351	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.011.047	-	-	7.011.047	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**-**	**-**	**105.299.769**	**105.299.769**	**87.245.508**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**20.950.067**	**-**	**-**	**20.950.067**	**13.735.457**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Aplicações no Mercado Aberto	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Posição Bancada	**4.654.218**	**3.320.743**	**-**	**7.974.961**	**10.516.027**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.485.456	531.257	-	4.016.713	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.168.762	2.789.485	-	3.958.247	4.859.384
Posição Financiada	**47.404.511**	**-**	**-**	**47.404.511**	**31.881.115**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.002.021	-	-	15.002.021	31.881.115
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.949.151	-	-	15.949.151	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.453.339	-	-	16.453.339	-
Posição Vendida	**38.573.714**	**7.628.197**	**-**	**46.201.911**	**47.597.795**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.860.069	1.039.818	-	16.899.887	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.713.645	6.588.379	-	29.302.025	13.868.891
Total	**145.300.016**	**10.948.940**	**105.299.769**	**261.548.725**	**211.998.062**

	Consolidado				
				30/06/2026	31/12/2025
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**63.857.930**	**1.957.137**	**1.358.266**	**67.173.334**	**38.452.242**
Aplicações no Mercado Aberto	**34.186.972**	**-**	**-**	**34.186.972**	**21.557.723**
Posição Bancada	**3.421.872**	**-**	**-**	**3.421.872**	**3.199.004**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	304.135	-	-	304.135	250.345
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.098.700	-	-	3.098.700	2.938.871
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	19.037	-	-	19.037	9.788
Posição Financiada	**30.765.100**	**-**	**-**	**30.765.100**	**18.358.719**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.489.703	-	-	12.489.703	6.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.264.351	-	-	11.264.351	7.353.442
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.011.047	-	-	7.011.047	4.005.278
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**8.720.892**	**1.957.137**	**1.358.266**	**12.036.295**	**3.159.062**
Aplicações em Moeda Estrangeira	**20.950.067**	**-**	**-**	**20.950.067**	**13.735.457**
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Aplicações no Mercado Aberto	**90.632.443**	**10.948.940**	**-**	**101.581.383**	**89.994.937**
Posição Bancada	**4.654.218**	**3.320.743**	**-**	**7.974.961**	**10.516.027**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.485.456	531.257	-	4.016.713	5.656.643
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.168.762	2.789.485	-	3.958.247	4.859.384
Posição Financiada	**47.404.511**	**-**	**-**	**47.404.511**	**31.881.115**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.002.021	-	-	15.002.021	31.881.115
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.949.151	-	-	15.949.151	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.453.339	-	-	16.453.339	-
Posição Vendida	**38.573.714**	**7.628.197**	**-**	**46.201.911**	**47.597.795**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.860.069	1.039.818	-	16.899.887	33.728.904
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.713.645	6.588.379	-	29.302.025	13.868.891
Total	**154.490.374**	**12.906.077**	**1.358.266**	**168.754.717**	**128.447.179**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco					Consolidado				
				30/06/2026	31/12/2025				30/06/2026	31/12/2025
		Ajuste ao Valor de Mercado					Ajuste ao Valor de Mercado			
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	**133.039.875**	**(1.876.021)**	**-**	**131.163.854**	**118.139.601**	**115.002.769**	**(2.297.130)**	**-**	**112.705.639**	**102.064.371**
Títulos Públicos	89.785.126	(1.272.137)	-	88.512.989	75.309.681	95.090.835	(1.503.253)	-	93.587.582	80.052.289
Títulos Privados	43.254.749	(603.884)	-	42.650.865	42.829.920	19.911.934	(793.877)	-	19.118.057	22.012.082
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	**55.334.930**	**(1.051.719)**	**(2.550.242)**	**51.732.969**	**58.666.786**	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**
Títulos Públicos	55.334.930	(1.051.719)	(2.550.242)	51.732.969	58.666.786	65.016.139	(1.051.719)	(3.571.244)	60.393.176	67.681.530
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**118.537.061**	**(12.749)**	**-**	**118.524.312**	**113.528.203**	**130.234.219**	**(709.126)**	**-**	**129.525.093**	**117.944.134**
Títulos Públicos	50.851.381	(23.693)	-	50.827.688	44.658.872	50.861.026	(23.693)	-	50.837.333	44.667.885
Títulos Privados	67.685.680	10.944	-	67.696.624	68.869.331	79.373.193	(685.433)	-	78.687.760	73.276.249
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**306.911.866**	**(2.940.489)**	**(2.550.242)**	**301.421.135**	**290.334.590**	**310.253.127**	**(4.057.975)**	**(3.571.244)**	**302.623.908**	**287.690.035**

II) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

	Banco										
				30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**89.785.126**	**(1.272.137)**	**88.512.989**	**75.309.681**	**-**	**24.062.381**	**10.413.970**	**13.828.552**	**40.208.086**	**88.512.989**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.145.008	592	9.145.600	9.009.584	-	7.112	2.656.051	2.448.820	4.033.617	9.145.600
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.658.273	(1.251.824)	49.406.449	39.324.066	-	5.192.456	2.432.205	8.598.003	33.183.785	49.406.449
Letras do Tesouro Nacional - LTN	29.824.050	(20.786)	29.803.264	26.725.113	-	18.706.739	5.325.169	2.780.672	2.990.684	29.803.264
Títulos da Dívida Agrária - TDA	1.589	(137)	1.452	2.897	-	202	545	705	-	1.452
Títulos da Dívida Externa Brasileira	320	32	352	354	-	-	-	352	-	352
Títulos da Dívida Estrangeiros	155.886	(14)	155.872	247.667	-	155.872	-	-	-	155.872
Títulos Privados	**43.254.749**	**(603.884)**	**42.650.865**	**42.829.920**	**30.127.067**	**-**	**69.286**	**4.096.710**	**8.357.802**	**42.650.865**
Ações	1.621.497	(267.436)	1.354.061	1.091.181	1.354.061	-	-	-	-	1.354.061
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	38.715	(1.750)	36.965	128.909	-	-	91	2.032	34.842	36.965
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	11.576	(12)	11.564	74.367	-	-	38	337	11.189	11.564
Cotas de Fundos de Investimento	28.789.221	(16.215)	28.773.006	26.036.113	28.773.006	-	-	-	-	28.773.006
Debêntures	12.793.740	(318.471)	12.475.269	15.103.512	-	-	69.157	4.094.341	8.311.771	12.475.269
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	-	-	-	395.838	-	-	-	-	-	-
Total	**133.039.875**	**(1.876.021)**	**131.163.854**	**118.139.601**	**30.127.067**	**24.062.381**	**10.483.256**	**17.925.262**	**48.565.888**	**131.163.854**

	Consolidado										
				30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**95.090.835**	**(1.503.253)**	**93.587.582**	**80.052.289**	**-**	**24.074.265**	**12.988.827**	**14.403.815**	**42.120.675**	**93.587.582**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.125.218	1.290	12.126.508	10.939.200	-	18.998	5.230.908	2.599.426	4.277.176	12.126.508
Notas do Tesouro Nacional - NTN	52.557.069	(1.481.591)	51.075.478	40.985.607	-	5.192.456	2.432.205	8.598.003	34.852.814	51.075.478
Letras do Tesouro Nacional - LTN	30.250.753	(22.833)	30.227.920	27.876.564	-	18.706.737	5.325.169	3.205.329	2.990.685	30.227.920
Títulos da Dívida Agrária - TDA	1.589	(137)	1.452	2.897	-	202	545	705	-	1.452
Títulos da Dívida Externa Brasileira	320	32	352	354	-	-	-	352	-	352
Títulos da Dívida Estrangeira	155.886	(14)	155.872	247.667	-	155.872	-	-	-	155.872
Títulos Privados	**19.911.934**	**(793.877)**	**19.118.057**	**22.012.082**	**5.782.393**	**-**	**85.722**	**4.131.485**	**9.118.457**	**19.118.057**
Ações	3.108.366	(267.436)	2.840.930	2.679.699	2.840.930	-	-	-	-	2.840.930
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	38.715	(1.750)	36.965	129.610	-	-	91	2.032	34.842	36.965

III) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

	Banco										
				30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:									
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**55.334.930**	**(1.051.719)**	**(2.550.242)**	**51.732.969**	**58.666.786**	**-**	**14.889.160**	**3.366.393**	**33.477.416**	**51.732.969**
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	23.110.588	-	48.767	23.159.355	30.743.390	-	14.889.160	1.527.394	6.742.801	23.159.355
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.878.536	(61.763)	(207.407)	8.609.366	9.225.825	-	-	1.728.309	6.881.057	8.609.366
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.345.794	(989.956)	(2.391.590)	19.964.248	18.697.571	-	-	110.690	19.853.558	19.964.248
Total	**55.334.930**	**(1.051.719)**	**(2.550.242)**	**51.732.969**	**58.666.786**	**-**	**14.889.160**	**3.366.393**	**33.477.416**	**51.732.969**

	Consolidado										
				30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento					30/06/2026
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:									
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**	**55.794**	**15.847.605**	**7.387.670**	**37.102.107**	**60.393.176**
Crédito Securitizado	12	-	(12)	-	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.007.595	-	50.816	29.058.411	37.676.185	55.794	15.734.225	5.008.367	8.260.025	29.058.411
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.588.670	(61.763)	(209.530)	9.317.377	9.225.824	-	-	2.029.946	7.287.431	9.317.377
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.419.862	(989.956)	(3.412.518)	22.017.388	20.779.521	-	113.380	349.357	21.554.651	22.017.388
Total	**65.016.139**	**(1.051.719)**	**(3.571.244)**	**60.393.176**	**67.681.530**	**55.794**	**15.847.605**	**7.387.670**	**37.102.107**	**60.393.176**

IV) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

	Banco									
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (1)	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**50.851.381**	**(23.693)**	**50.827.688**	**44.658.872**	**3.886.608**	**10.052.165**	**22.381.224**	**14.507.691**	**50.827.688**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.120.860	(23.693)	22.097.167	24.701.854	3.886.608	-	16.934.078	1.276.481	22.097.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.494.772	-	11.494.772	7.152.686	-	-	-	11.494.772	11.494.772
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	3.140	-	3.140	5.771	-	3.140	-	-	3.140
Títulos da Dívida Estrangeira	17.232.609	-	17.232.609	12.798.561	-	10.049.025	5.447.146	1.736.438	17.232.609
Títulos Privados	**67.685.680**	**10.944**	**67.696.624**	**68.869.331**	**2.836.297**	**13.734.752**	**21.369.279**	**29.756.296**	**67.696.624**
Debêntures	25.966.126	(2.858)	25.963.268	30.944.216	304.677	2.266.548	8.047.170	15.344.873	25.963.268
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	819.365	-	819.365	727.887	-	-	444.450	374.915	819.365
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	342.958	13.458	356.416	334.943	42.468	56.269	130.505	127.174	356.416
Cédula de Produto Rural - CPR	32.930.201	-	32.930.201	27.846.360	2.316.277	9.057.768	10.468.023	11.088.133	32.930.201
Eurobonds	69.361	-	69.361	86.107	-	-	-	69.361	69.361
Notas Promissórias - NP	3.724.577	-	3.724.577	5.326.785	61.608	1.645.094	1.024.474	993.401	3.724.577
Notas Comerciais	3.833.092	344	3.833.436	3.603.033	111.267	709.073	1.254.657	1.758.439	3.833.436
Total	**118.537.061**	**(12.749)**	**118.524.312**	**113.528.203**	**6.722.905**	**23.786.917**	**43.750.503**	**44.263.987**	**118.524.312**

(1) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

	Consolidado									
			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por vencimento					30/06/2026
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	**50.861.026**	**(23.693)**	**50.837.333**	**44.667.885**	**3.886.608**	**10.052.165**	**22.381.224**	**14.517.336**	**50.837.333**
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.120.860	(23.693)	22.097.167	24.701.851	3.886.608	-	16.934.078	1.276.481	22.097.167
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.494.772	-	11.494.772	7.152.686	-	-	-	11.494.772	11.494.772
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	3.140	-	3.140	5.771	-	3.140	-	-	3.140
Títulos da Dívida Estrangeira	17.232.609	-	17.232.609	12.798.561	-	10.049.025	5.447.146	1.736.438	17.232.609
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.645	-	9.645	9.016	-	-	-	9.645	9.645
Títulos Privados	**79.373.193**	**(685.433)**	**78.687.760**	**73.276.249**	**2.912.457**	**13.734.752**	**20.555.115**	**41.485.436**	**78.687.760**
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	342.958	13.458	356.416	334.943	42.468	56.269	130.505	127.174	356.416
Cédula de Produto Rural - CPR	32.930.201	-	32.930.201	27.846.360	2.316.277	9.057.768	10.468.023	11.088.133	32.930.201
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	819.365	-	819.365	727.887	-	-	444.450	374.915	819.365
Debêntures	37.034.935	(699.234)	36.335.701	35.242.260	304.677	2.266.548	7.233.006	26.531.470	36.335.701
Eurobonds	69.361	-	69.361	86.107	-	-	-	69.361	69.361
Notas Comerciais	4.451.796	343	4.452.139	3.711.907	187.427	709.073	1.254.657	2.300.982	4.452.139
Notas Promissórias - NP	3.724.577	-	3.724.577	5.326.785	61.608	1.645.094	1.024.474	993.401	3.724.577
Total	**130.234.219**	**(709.126)**	**129.525.093**	**117.944.134**	**6.799.065**	**23.786.917**	**42.936.339**	**56.002.772**	**129.525.093**

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R$ 127.806.191 (31/12/2025 R$ 116.499.728)

(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	16.386.923	17.434.682	16.958.019	21.002.826
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.375.197	12.428.269	9.939.337	5.912.820
Resultado de Títulos de Renda Variável	40.220	(802.730)	452.641	(936.530)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	21.028	11.254
Reversão/(Provisão) para Perdas por não Recuperação (1)	34.930	114.938	34.930	114.938
Rendas de Aplicações em Fundos	1.640.793	888.754	12.916	109.360
Outras	186.970	164.262	185.103	2.162.949
Total	**33.665.033**	**30.228.175**	**27.603.974**	**28.377.617**

(1) Corresponde ao registro de reversões ou perdas de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black* & *Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de *swap* são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Banco		Consolidado		Consolidado	
	30/06/2026		31/12/2025		30/06/2026		31/12/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	33.166.648	24.663.339	19.843.763	18.053.370	13.082.496	12.946.211	11.791.670	11.905.906
Opções	5.491.977	8.646.067	5.868.758	6.245.167	5.202.599	5.682.469	6.312.488	5.970.844
Contratos a Termo e Outros	8.793.518	4.559.069	41.187.748	35.870.144	8.325.878	3.757.376	40.639.691	34.881.292
Total	**47.452.143**	**37.868.475**	**66.900.269**	**60.168.681**	**26.610.973**	**22.386.056**	**58.743.849**	**52.758.042**
Circulante	**14.579.056**	**10.217.388**	**46.520.927**	**41.728.634**	**13.054.980**	**7.993.887**	**45.460.335**	**40.231.907**
Não Circulante	**32.873.087**	**27.651.087**	**20.379.342**	**18.440.047**	**13.555.993**	**14.392.169**	**13.283.514**	**12.526.135**

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco			Banco		
	30/06/2026			31/12/2025		
Negociação	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	**1.456.083.813**	**5.178.284**	**8.503.309**	**1.485.041.092**	**534.250**	**1.790.393**
Ativo	**717.262.234**	**29.748.643**	**33.166.648**	**748.580.713**	**17.882.366**	**19.843.763**
Juros	476.443.081	10.565.877	17.300.113	549.029.044	11.966.937	14.892.141
Moeda Estrangeira	228.745.756	17.888.882	14.687.476	179.715.191	4.863.559	6.407.067
Outros (2)	12.073.397	1.293.884	1.179.059	19.836.478	1.051.870	(1.455.445)
Passivo	**

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 30/06/2026			Consolidado 31/12/2025		
Negociação	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**	**Valor Referencial (1)**	**Valor da Curva**	**Valor Justo**
Swap	**1.000.626.373**	**(1.034.736)**	**136.285**	**1.105.348.145**	**(2.390.800)**	**(114.236)**
Ativo	**486.427.003**	**8.064.957**	**13.082.496**	**551.478.673**	**9.298.735**	**11.791.670**
Juros	342.165.398	3.278.986	5.607.187	424.253.131	6.039.353	6.846.017
Moeda Estrangeira	132.041.478	4.785.971	7.229.911	125.487.312	3.257.875	4.942.313
Outros	12.220.127	-	245.398	1.738.230	1.507	3.340
Passivo	**514.199.370**	**(9.099.693)**	**(12.946.211)**	**553.869.472**	**(11.689.535)**	**(11.905.906)**
Juros	460.139.210	(7.690.162)	(11.123.430)	510.279.375	(10.369.508)	(10.349.447)
Moeda Estrangeira	41.925.163	(1.280.323)	(1.290.028)	42.496.945	(1.150.742)	(1.366.055)
Outros	12.134.997	(129.208)	(532.753)	1.093.152	(169.285)	(190.404)
Opções	**567.022.194**	**(2.772.958)**	**(479.870)**	**724.241.728**	**(2.364.529)**	**341.644**
Compromissos de Compra	**268.699.708**	**4.532.549**	**5.202.599**	**300.697.253**	**4.436.345**	**6.312.488**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	35.729.501	2.739.946	2.768.811	20.042.978	2.152.833	2.066.252
Opções de Venda Moeda Estrangeira	19.546.723	920.504	1.212.547	15.954.554	855.034	900.935
Opções de Compra Outras	**35.568.725**	**526.495**	**1.152.196**	**12.400.038**	**887.741**	**3.216.467**
Mercado Interfinanceiro	6.637.418	268.161	434.814	5.677.984	555.307	2.287.818
Outras (2)	28.931.307	258.334	717.382	6.722.054	332.434	928.649
Opções de Venda Outras	**177.854.759**	**345.604**	**69.045**	**252.299.683**	**540.737**	**128.834**
Mercado Interfinanceiro	516.255	58.764	62.788	204.462	113.366	74.030
Outras (2)	177.338.504	286.840	6.257	252.095.221	427.371	54.804
Compromissos de Venda	**298.322.486**	**(7.305.507)**	**(5.682.469)**	**423.544.475**	**(6.800.874)**	**(5.970.844)**
Opções de Compra Moeda Estrangeira	19.402.528	(950.669)	(952.684)	11.780.868	(629.651)	(430.424)
Opções de Venda Moeda Estrangeira	10.903.345	(630.089)	(790.967)	12.130.582	(637.961)	(681.040)
Opções de Compra Outras	**74.512.220**	**(4.824.498)**	**(3.033.702)**	**90.098.059**	**(4.452.630)**	**(3.443.887)**
Mercado Interfinanceiro	29.768.868	(3.008.798)	(2.022.055)	25.152.891	(2.505.829)	(1.845.726)
Outras (2)	44.743.352	(1.815.700)	(1.011.647)	64.945.168	(1.946.801)	(1.598.161)
Opções de Venda Outras	**193.504.393**	**(900.251)**	**(905.116)**	**309.534.966**	**(1.080.632)**	**(1.415.493)**
Mercado Interfinanceiro	1.159.455	(138.477)	(16.673)	2.860.119	(239.648)	(507.171)
Outras (2)	192.344.938	(761.774)	(888.443)	306.674.847	(840.984)	(908.322)
Contratos de Futuros	**713.134.270**	**-**	**-**	**567.709.896**	**(54.829)**	**-**
Posição Comprada	**370.747.549**	**-**	**-**	**283.663.279**	**-**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.881.997	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	94.436.501	-	-	21.182.934	-	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	4.094.659	-	-	3.171.211	-	-
Posição Vendida	**342.386.721**	**-**	**-**	**284.046.617**	**(54.829)**	**-**
Cupom Cambial (DDI)	120.221.796	-	-	95.902.371	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	150.104.875	-	-	160.220.757	-	-
Moeda Estrangeira	67.231.738	-	-	21.545.898	(54.829)	-
Índice (3)	1.889.718	-	-	3.206.380	-	-
Treasury Bonds/Notes	2.938.594	-	-	3.171.211	-	-
Contratos a Termo e Outros	**539.368.882**	**(11.089.628)**	**4.568.502**	**480.123.205**	**(37.395.965)**	**5.758.399**
Compromissos de Compra	**264.139.627**	**6.455.714**	**8.325.878**	**221.363.620**	**5.957.072**	**40.639.691**
Moedas	200.937.273	5.963.316	7.913.913	154.265.360	5.618.233	8.490.694
Outros	63.202.354	492.398	411.965	67.098.260	338.839	32.148.997
Compromissos de Venda	**275.229.255**	**(17.545.342)**	**(3.757.376)**	**258.759.585**	**(43.353.037)**	**(34.881.292)**
Moedas	212.031.417	(17.057.460)	(3.602.293)	191.491.609	(42.844.482)	(2.513.427)
Outros	63.197.838	(487.882)	(155.083)	67.267.976	(508.555)	(32.367.865)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.
(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.
(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

	Banco Valor Referencial									
	Contraparte			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento 30/06/2026			Mercado de Negociação 30/06/2026	
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**	**Total**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Bolsas (2)**	**Balcão (3)**
Swap	277.268.514	895.180.192	283.635.107	1.456.083.813	1.485.041.092	68.731.628	233.124.402	1.154.227.783	165.172.955	1.290.910.858
Opções	86.210.044	28.502.309	466.217.967	580.930.320	759.167.701	203.965.879	251.376.257	125.588.184	413.900.141	167.030.179
Contratos de Futuros	2.809.772	10.469.058	709.092.467	722.371.297	567.709.896	264.104.774	228.125.149	230.141.374	712.300.837	10.070.460
Contratos a Termo e Outros	108.279.302	363.027.714	107.597.904	578.904.920	513.234.850	261.579.872	184.695.870	132.629.178	40.821.414	538.083.506

	Consolidado Valor Referencial									
	Contraparte			30/06/2026	31/12/2025	Abertura por Vencimento 30/06/2026			Mercado de Negociação 30/06/2026	
	Clientes	**Partes Relacionadas**	**Instituições Financeiras (1)**	**Total**	**Total**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Bolsas (2)**	**Balcão (3)**
Swap	277.268.514	420.143.352	303.214.507	1.000.626.373	1.105.348.145	61.698.138	184.711.553	754.216.682	92.235.489	908.390.884
Opções	86.210.042	14.594.185	466.217.967	567.022.194	724.241.728	203.965.879	250.469.782	112.586.533	413.295.259	153.726.935
Contratos de Futuros	2.809.772	1.232.031	709.092.467	713.134.270	567.709.896	264.104.774	227.743.644	221.285.852	711.902.239	1.232.031
Contratos a Termo e Outros	108.279.311	323.491.667	107.597.904	539.368.882	480.123.205	249.094.823	166.876.212	123.397.847	40.821.414	498.547.468

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.
(2) Inclui valores negociados na B3.
(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

• Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré - Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.

• O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,

• Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

• Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, não foram apuradas inefetividade nos *hedge* referentes a parcela inefetiva.

	Banco 30/06/2026					Banco 31/12/2025				
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**
Hedge de Risco de Mercado	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*) / Instrumento (*)**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*) / Instrumento (*)**
Contratos de Swap	**1.618.549**	**1.673.960**	**1.533.450**	**1.533.450**	**85.099 / 140.510**	**1.772.953**	**1.772.396**	**1.664.551**	**1.664.551**	**108.402 / 107.845**
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023 / 123.291	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902 / 42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076 / 17.219	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500 / 65.332
Contratos de Futuros	**54.964.038**	**55.173.936**	**54.459.768**	**54.627.291**	**504.270 / 546.645**	**65.258.120**	**63.114.906**	**64.712.636**	**62.526.669**	**545.484 / 588.237**
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359 / 156.439	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359 / 196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358 / 65.599	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784 / 88.352
Hedge de Captações	5.921.649	5.848.239	5.596.096	5.523.632	325.553 / 324.607	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341 / 303.584
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Futuros	**85.254.442**	**85.190.475**	**85.317.560**	**85.270.900**	**(63.118) / (80.425)**	**75.691.789**	**76.698.781**	**76.258.560**	**77.325.400**	**(566.771) / (626.619)**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616) / (135.545)	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504) / (250.800)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498 / 55.120	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267) / (375.819)

	Consolidado 30/06/2026					Consolidado 31/12/2025				
Estratégias	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**	**Valor Contábil**		**Notional**		**Ajuste a Valor Justo**
Hedge de Risco de Mercado	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*) / Instrumento (*)**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto**	**Instrumento**	**Objeto (*) / Instrumento (*)**
Contratos de Swap	**1.618.549**	**1.673.960**	**1.533.450**	**1.533.450**	**85.099 / 140.510**	**1.772.953**	**1.772.396**	**1.664.551**	**1.664.551**	**108.402 / 107.845**
Hedge de Operações de Crédito	1.104.343	1.158.611	1.035.320	1.035.320	69.023 / 123.291	1.206.323	1.208.934	1.166.421	1.166.421	39.902 / 42.513
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	514.206	515.349	498.130	498.130	16.076 / 17.219	566.630	563.462	498.130	498.130	68.500 / 65.332
Contratos de Futuros	**54.964.038**	**55.173.936**	**54.459.768**	**54.627.291**	**504.270 / 546.645**	**65.258.120**	**63.114.906**	**64.712.636**	**62.526.669**	**545.484 / 588.237**
Hedge de Operações de Crédito	6.769.229	6.761.147	6.637.870	6.604.708	131.359 / 156.439	1.734.576	1.580.811	1.565.217	1.384.510	169.359 / 196.301
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	42.273.160	42.564.550	42.225.802	42.498.951	47.358 / 65.599	55.187.708	52.690.842	55.116.924	52.602.490	70.784 / 88.352
Hedge de Captações	5.921.649	5.848.239	5.596.096	5.523.632	325.553 / 324.607	8.335.836	8.843.253	8.030.495	8.539.669	305.341 / 303.584
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	**8.251.247**	**10.079.371**	**7.293.622**	**9.178.334**	**957.625 / 901.037**	**7.230.278**	**8.643.506**	**6.496.348**	**8.021.917**	**733.930 / 621.589**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.251.247	10.079.371	7.293.622	9.178.334	957.625 / 901.037	7.230.278	8.643.506	6.496.348	8.021.917	733.930 / 621.589
Contratos de Futuros	**85.254.442**	**85.190.475**	**85.317.560**	**85.270.900**	**(63.118) / (80.425)**	**75.691.789**	**76.698.781**	**76.258.560**	**77.325.400**	**(566.771) / (626.619)**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	622.044	264.455	746.660	400.000	(124.616) / (135.545)	5.803.656	6.864.200	6.048.160	7.115.000	(244.504) / (250.800)
Hedge de Captações	84.632.398	84.926.020	84.570.900	84.870.900	61.498 / 55.120	69.888.133	69.834.581	70.210.400	70.210.400	(322.267) / (375.819)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos ou passivos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta ativa ou passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

	Banco					Consolidado				
				30/06/2026	31/12/2025				30/06/2026	31/12/2025
Estratégias	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**	**Total**
Hedge de Risco de Mercado										
Contratos de Swap	**1.035.320**	**-**	**498.130**	**1.533.450**	**1.664.551**	**1.035.320**	**-**	**498.130**	**1.533.450**	**1.664.551**
Hedge de Operações de Crédito	1.035.320	-	-	1.035.320	**1.166.421**	1.035.320	-	-	1.035.320	1.166.421
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130	498.130
Contratos de Futuros	**6.225.579**	**17.180.425**	**31.221.287**	**54.627.291**	**62.526.669**	**6.225.579**	**17.180.425**	**31.221.287**	**54.627.291**	**62.526.669**
Hedge de Operações de Crédito	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510	944.601	4.749.414	910.693	6.604.708	1.384.510
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490	3.015.605	12.205.899	27.277.447	42.498.951	52.602.490
Hedge de Captações	2.265.373	225.112	3.033.147	5.523.632	8.539.669	2.265.373	225.112	3.033.147	5.523.632	8.539.669
Hedge de Fluxo de Caixa										
Contratos de Swap	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.178.334**	**9.178.334**	**8.021.917**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	9.178.334	9.178.334	8.021.917
Contratos de Futuros	**8.325.000**	**28.034.600**	**48.911.300**	**85.270.900**	**77.325.400**	**8.325.000**	**28.034.600**	**48.911.300**	**85.270.900**	**77.325.400**
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	400.000	400.000	7.115.000	-	-	400.000	400.000	7.115.000
Hedge de Captações	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400	8.325.000	28.034.600	48.511.300	84.870.900	70.210.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, majoritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

***Credit Default Swaps* - CDS**

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	Banco/Consolidado Valor Nominal 30/06/2026	Banco/Consolidado Valor Nominal 31/12/2025
	Risco Transferido - Swap de Crédito	**Risco Transferido - Swap de Crédito**
Swap de Créditos	8.479.082	7.950.397
Total	**8.479.082**	**7.950.397**

Durante o semestre não houve risco retido referente a Swap de taxa de retorno.
Durante o semestre não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	30/06/2026		31/12/2025	
Exposição - Brutos	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Acima de 12 Meses**	**Total**
Por Instrumento: CDS	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	8.479.082	8.479.082	7.950.397	7.950.397

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&F Bovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta em sua maior parcela por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.187.508	10.894.447	13.513.379	18.735.636
Letras do Tesouro Nacional - LTN	18.593.079	15.971.113	19.290.954	15.971.113
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.314.247	4.285.590	2.203.563	7.063.913
Total	**27.094.834**	**31.151.150**	**35.007.896**	**41.770.662**

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	3.476.106	745.563	11.703.494	10.163.491
Relações Interfinanceiras	124.513.175	119.219.756	125.313.775	119.931.424
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	3.338.466	3.072.035	3.338.466	3.072.035
Total	**131.327.747**	**123.037.354**	**140.355.735**	**133.166.950**
Circulante	**129.181.741**	**121.157.120**	**130.591.379**	**122.639.618**
Não Circulante	**2.146.006**	**1.880.235**	**9.764.356**	**10.527.332**

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.955.175	323.614	10.501.039	8.941.971
Caixas de Registro e Liquidação	47.219	6.436	81.033	40.309
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	-	64.533	566.018	780.883
Bolsas - Depósitos em Garantia	442.046	312.175	442.046	312.175
Outros	31.666	38.805	113.358	88.153
Total	**3.476.106**	**745.563**	**11.703.494**	**10.163.491**
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	490.182	1.702.186	7.239.988	10.157.175
Credores - Conta Liquidações Pendentes	73.735	33.979	500.011	499.911
Credores por Empréstimos de Ações	-	-	1.058.635	1.489.859
Caixas de Registro e Liquidação	3	-	614.987	254.626
Comissões e Corretagens a Pagar	3.587	1.788	6.575	4.131
Outros	130.692	65.696	130.804	65.927
Total	**698.199**	**1.803.649**	**9.551.000**	**12.471.629**

8. CARTEIRA DE CRÉDITOS

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Operações de Crédito	**356.913.149**	**365.651.162**	**457.758.778**	**462.212.788**
Empréstimos e Títulos Descontados	222.770.276	228.919.438	226.197.131	232.861.034
Financiamentos	41.962.109	46.104.661	139.380.883	138.724.693
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	18.832.729	20.203.732	18.832.729	20.203.732
Financiamentos Imobiliários	73.348.035	70.423.331	73.348.035	70.423.329
Operações de Arrendamento Mercantil	-	-	**3.521.579**	**3.600.813**
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11)	**7.920.165**	**7.831.380**	**7.920.165**	**7.831.380**
Outros Créditos	**81.695.639**	**83.640.484**	**94.742.477**	**96.398.260**
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	3.338.466	3.072.035	3.338.466	3.072.035
Outros Créditos Diversos (Nota 11) (1)	78.357.173	80.568.449	91.404.011	93.326.225
Total (2)	**446.528.953**	**457.123.026**	**563.942.999**	**570.043.241**

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).
(2) Inclui as receitas e as despesas relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros utilizando a taxa de juros efetiva ou taxa de juros contratual em conformidade com BCB nº 352 Art.90, nos montantes de R$ 344 milhões e R$ 1.230 milhões no Banco e no Consolidado, respectivamente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, as cessões sem coobrigação foram no montante de R$ 128.745 (31/12/2025 - R$ 13.406.156) em Carteira de Prejuízo, auferindo uma receita de recuperação de R$ 8.695 (31/12/2025 - R$ 578.671) Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de financiamentos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2026, o valor presente das operações cedidas é de R$ 15.260 (31/12/2025 - R$ 16.768).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos

b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Vencidas (1)	32.185.679	32.080.446	43.481.821	41.455.677
A vencer:				
Até 3 meses	16.801.307	20.540.753	17.960.496	21.072.028
De 3 a 12 meses	67.877.056	65.712.659	74.959.362	71.554.206
Acima de 12 meses	240.049.107	247.317.304	324.878.678	331.731.690
Total	**356.913.149**	**365.651.162**	**461.280.357**	**465.813.601**

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Vencidas	2.463.062	1.919.383	2.679.768	2.076.976
A vencer:				
Até 3 meses	17.065.032	17.527.523	18.748.663	19.093.089
De 3 a 12 meses	66.599.059	68.253.501	76.113.695	77.535.972
Acima de 12 meses	3.488.651	3.771.457	5.120.516	5.523.603
Total	**89.615.804**	**91.471.864**	**102.662.642**	**104.229.640**

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Setor Privado	**441.052.348**	**451.899.387**	**558.424.468**	**564.780.488**
Indústria	80.957.061	79.896.637	86.096.111	85.108.984
Comércio	51.669.565	54.971.362	63.493.787	66.367.026
Instituições Financeiras	2.083.594	2.167.346	2.101.177	2.183.588
Serviços e Outros (1)	58.643.634	60.340.107	68.951.791	71.172.365
Pessoas Físicas	**241.398.226**	**247.282.218**	**331.397.144**	**332.612.376**
Cartão de Crédito	65.197.800	65.414.454	65.197.800	65.414.454
Crédito Imobiliário	70.315.789	67.814.178	70.315.789	67.814.178
Crédito Consignado	56.235.025	61.147.602	56.235.025	61.147.602
Financiamento e Leasing de Veículos	106.192	151.157	84.120.945	80.785.771
Outros (2)	49.543.420	52.754.827	55.527.585	57.450.371
Agricultura	**6.300.268**	**7.241.717**	**6.384.458**	**7.336.149**
Setor Público	**5.476.605**	**5.223.639**	**5.518.531**	**5.262.753**
Governos	5.476.605	5.223.639	5.518.531	5.262.753
Total	**446.528.953**	**457.123.026**	**563.942.999**	**570.043.241**

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.
(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

	Consolidado 30/06/2026		Consolidado 31/12/2025	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1) e Títulos e Valores Mobiliários (2)	**Risco**	**%**	**Risco**	**%**
Maior Devedor	5.943.145	0,8 %	6.248.379	0,9 %
10 Maiores	35.031.117	4,8 %	40.321.298	5,6 %
20 Maiores	54.764.388	7,6 %	60.262.238	8,4 %
50 Maiores	91.910.242	12,7 %	96.242.042	13,4 %
100 Maiores	126.304.341	17,5 %	129.353.856	18,0 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.
(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

9. PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	30/06/2026 Banco				30/06/2026 Consolidado			
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**	**Estágio 1**	**Estágio 2**	**Estágio 3**	**Total**
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	3.644.866	3.649.328	22.492.411	**29.786.605**	5.520.729	3.989.104	26.815.450	**36.325.283**
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	**-**	9.090	1.325	10.558	**20.973**
Outros recebíveis (2)	820.823	995.002	1.680.254	**3.496.079**	878.331	1.001.633	2.005.697	**3.885.661**
Total Provisão de Crédito	**4.465.689**	**4.644.330**	**24.172.665**	**33.282.

Ines249

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Movimentação Entre Estágios da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						Banco
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.053.246	(719.924)	(2.054.890)	(274.350)	1.768.346	694.528	-	4.466.956
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	200.158	(33.530)	(27.468)	(10.789)	50.142	16.767	-	195.280
Total	**5.253.404**	**(753.454)**	**(2.082.358)**	**(285.139)**	**1.818.488**	**711.295**	**-**	**4.662.236**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	4.871.047	5.114.216	(1.768.346)	(5.852.244)	2.054.890	224.767	-	4.644.330
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	248.927	(80.754)	(50.142)	(163.128)	27.468	163.128	-	145.499
Total	**5.119.974**	**5.033.462**	**(1.818.488)**	**(6.015.372)**	**2.082.358**	**387.895**	**-**	**4.789.829**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	25.171.179	5.937.883	(694.528)	(224.767)	274.350	5.852.244	(11.917.901)	24.398.460
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.537.386	609.261	(16.767)	(163.128)	10.789	163.128	(44.728)	3.095.941
Total	**27.708.565**	**6.547.144**	**(711.295)**	**(387.895)**	**285.139**	**6.015.372**	**(11.962.629)**	**27.494.401**

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						Consolidado
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	7.177.741	(705.717)	(2.661.122)	(348.237)	1.989.674	957.078	-	6.409.417
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	220.511	(32.292)	(27.468)	(10.789)	50.142	16.767	-	216.871
Total	**7.398.252**	**(738.009)**	**(2.688.590)**	**(359.026)**	**2.039.816**	**973.845**	**-**	**6.626.288**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.213.623	5.156.486	(1.989.674)	(6.469.911)	2.661.122	420.416	-	4.992.062
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	209.595	(41.422)	(50.142)	(163.128)	27.468	163.128	-	145.499
Total	**5.423.218**	**5.115.064**	**(2.039.816)**	**(6.633.039)**	**2.688.590**	**583.544**	**-**	**5.137.561**

		Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	28.510.748	7.621.768	(957.078)	(420.416)	348.237	6.469.911	(12.465.007)	29.108.163
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.537.386	609.262	(16.767)	(163.128)	10.789	163.128	(44.728)	3.095.942
Total	**31.048.134**	**8.231.030**	**(973.845)**	**(583.544)**	**359.026**	**6.633.039**	**(12.509.735)**	**32.204.105**

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c) Movimentação Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

		Movimentação das Carteiras						Banco
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	401.086.094	5.808.821	(31.059.197)	(3.312.243)	13.295.284	1.587.139	-	387.405.898
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	58.689.914	(193.681)	(5.325.656)	(392.164)	2.626.945	31.721	-	55.437.079
Total	**459.776.008**	**5.615.140**	**(36.384.853)**	**(3.704.407)**	**15.922.229**	**1.618.860**	**-**	**442.842.977**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	19.189.619	70.001	(13.295.284)	(14.947.241)	31.059.197	502.072	-	22.578.364
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	4.991.817	(807.732)	(2.626.945)	(2.438.754)	5.325.656	35.766	-	4.479.808
Total	**24.181.436**	**(737.731)**	**(15.922.229)**	**(17.385.995)**	**36.384.853**	**537.838**	**-**	**27.058.172**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	36.720.116	(4.516.149)	(1.587.139)	(502.072)	3.312.243	14.947.241	(11.917.901)	36.456.339
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	5.187.600	(126.566)	(31.721)	(35.766)	392.164	2.438.754	(44.728)	7.779.737
Total	**41.907.716**	**(4.642.715)**	**(1.618.860)**	**(537.838)**	**3.704.407**	**17.385.995**	**(11.962.629)**	**44.236.076**

(1) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações.

		Movimentação das Carteiras						Consolidado
Estágio 1	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	505.794.101	12.252.476	(36.713.587)	(4.053.970)	14.919.477	2.130.605	-	494.329.102
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	63.096.830	6.390.539	(5.325.656)	(392.164)	2.626.945	31.721	-	66.428.215
Total	**568.890.931**	**18.643.015**	**(42.039.243)**	**(4.446.134)**	**17.546.422**	**2.162.326**	**-**	**560.757.317**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 2	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	21.495.576	(208.205)	(14.919.477)	(18.761.181)	36.713.587	855.877	-	25.176.177
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	4.991.817	(807.732)	(2.626.945)	(2.438.754)	5.325.656	35.766	-	4.479.808
Total	**26.487.393**	**(1.015.937)**	**(17.546.422)**	**(21.199.935)**	**42.039.243**	**891.643**	**-**	**29.655.985**

		Movimentação das Carteiras						
Estágio 3	Saldo inicial 31/12/2025	Outras Movimentações (1)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	Saldo final 30/06/2026
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	42.626.250	(5.640.544)	(2.130.605)	(855.877)	4.053.970	18.761.181	(12.465.007)	44.349.368
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	5.187.602	(126.568)	(31.721)	(35.766)	392.164	2.438.754	(44.728)	7.779.737
Total	**47.813.852**	**(5.767.112)**	**(2.162.326)**	**(891.643)**	**4.446.134**	**21.199.935**	**(12.509.735)**	**52.129.105**

(1) Inclui os resultados de constituições (reversões).

c.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	**38.081.943**	**33.510.588**	**43.869.604**	**37.895.277**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	-	1.500.687	-	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025	**-**	**35.011.275**	**-**	**42.207.251**
Constituições Líquidas das Reversões	10.827.152	11.709.679	12.608.085	13.906.398
Baixas	(11.962.629)	(12.528.937)	(12.509.735)	(14.447.876)
Saldo Final	**36.946.466**	**34.192.017**	**43.967.954**	**41.665.773**
Créditos Recuperados	**921.322**	**1.228.140**	**1.055.711**	**1.525.552**

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

d.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco		Consolidado	
	Novos Instrumentos Reconhecidos		Novos Instrumentos Reconhecidos	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Instrumentos Financeiros Renegociados	**4.379.222**	**9.334.911**	**5.447.351**	**11.685.422**
Operações de Crédito	4.379.222	9.334.911	5.447.351	11.685.422

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	40.574.220	43.958.103	47.784.181	49.415.900
Percentual dos Ativos Reestruturados (%) (2)	55 %	48 %	47 %	49 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	**(1.613.543)**	**(2.688.035)**	**(2.053.426)**	**(3.240.091)**

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.
(2) Percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renego**ciados, incluindo os reestruturados.**

10. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Fiscais Diferidos	52.812.059	50.833.229	57.852.828	54.809.420
Impostos e Contribuições a Compensar	12.030.798	11.691.540	14.533.300	14.105.120
Total	**64.842.857**	**62.524.769**	**72.386.128**	**68.914.540**
Circulante	**4.054.720**	**2.456.396**	**4.397.852**	**2.846.177**
Não Circulante	**60.788.137**	**60.068.373**	**67.988.276**	**66.068.363**

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origem					Banco
		Saldo em				Saldo em
	30/06/2026	31/12/2025	Incorporação	Constituição	Realização	30/06/2026
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	70.952.716	34.316.946	-	4.810.124	(7.198.347)	31.928.723
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.463.074	1.418.511	64	614.040	(474.233)	1.558.382
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.789.989	914.441	-	380.868	(39.813)	1.255.496
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.718.866	1.858.284	1.102	1.197.851	(933.746)	2.123.491
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) (1)	5.091.860	1.522.753	-	347.876	-	1.870.629
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	267.219	221.962	-	10.103	(111.816)	120.249
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	6.101.031	2.906.747	-	324.029	(329.278)	2.901.498
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	988.884	626.984	1.063	457.441	(652.213)	433.275
Outras Provisões Temporárias (3)	5.673.247	1.832.237	420	2.349.180	(1.739.172)	2.442.665
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**100.046.886**	**45.618.865**	**2.649**	**10.491.512**	**(11.478.618)**	**44.634.408**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	17.373.008	5.214.363	-	3.017.767	(54.479)	8.177.651
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**117.419.894**	**50.833.228**	**2.649**	**13.509.279**	**(11.533.097)**	**52.812.059**

	Origem					Consolidado
		Saldo em				Saldo em
	30/06/2026	31/12/2025	Incorporação	Constituição	Realização	30/06/2026
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	75.901.020	36.726.915	676	5.060.486	(7.709.670)	34.078.407
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.699.309	1.505.470	266	661.316	(508.705)	1.658.347
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	5.756.130	975.864	33	1.566.862	(47.028)	2.495.731
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.119.791	1.994.838	2.636	1.248.871	(971.018)	2.275.327
Ágio	6.491	-	2.207	-	-	2.207
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	5.336.806	1.615.592	-	354.674	(3.625)	1.966.641
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	327.009	243.024	-	9.879	(111.828)	141.075
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	7.137.188	3.308.128	-	565.706	(528.134)	3.345.700
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.216.855	783.424	1.063	501.886	(773.556)	512.817
Outras Provisões Temporárias (3)	6.727.105	2.364.321	1.688	2.799.653	(2.080.146)	3.085.516
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**111.227.704**	**49.517.576**	**8.569**	**12.769.333**	**(12.733.710)**	**49.561.768**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	17.753.912	5.291.844	-	3.085.417	(86.201)	8.291.060
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**128.981.616**	**54.809.420**	**8.569**	**15.854.750**	**(12.819.911)**	**57.852.828**

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.
(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.
(4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R$ 1.268 milhões no Banco e de R$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 30 de junho de 2026, os créditos tributários não ativados totalizaram R$ 28.628 (31/12/2025 - R$ 154.494)
O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	Banco 30/06/2026				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrado
2026	2.421.838	1.953.577	62.053	-	4.437.468
2027	4.466.980	3.610.954	123.847	-	8.201.781
2028	3.710.348	2.997.678	123.555	1.616.516	8.448.097
2029	3.399.085	2.733.961	123.303	1.800.372	8.056.721
2030	2.863.573	2.290.852	65.407	2.130.419	7.350.251
2031 a 2035	7.576.564	6.061.251	22.304	2.630.344	16.290.463
Após 2036	15.154	12.123	-	-	27.278
Total	**24.453.542**	**19.660.396**	**520.469**	**8.177.651**	**52.812.059**

	Consolidado 30/06/2026				
	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais -	Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Base Negativa	Registrado
2026	3.382.866	2.679.477	68.007	54.613	6.184.962
2027	5.493.049	4.434.667	135.618	32.270	10.095.603
2028	4.225.957	3.179.147	135.307	1.627.456	9.167.867
2029	3.549.637	2.832.961	134.924	1.807.724	8.325.246
2030	3.064.391	2.417.614	71.210	2.134.703	7.687.918
2031 a 2035	7.617.111	6.089.652	22.304	2.634.294	16.363.361
Após 2036	15.539	12.333	-	-	27.871
Total	**27.348.550**	**21.645.851**	**567.370**	**8.291.060**	**57.852.828**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.
A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.II). A opção, que é irretratável, foi tomada pela administração em dezembro de 2025 e o estudo de realização dos créditos tributários considera 1/120 (10 anos) para as empresas Banco Santander (Brasil) S.A., Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e, considera 1/84 (7 anos) para as empresas Banco RCI Brasil S.A. e Banco Hyundai Capital Brasil S.A.
A Lei Complementar 224/25 aumentou as alíquotas de CSLL para as empresas financeiras e de capitalização e essa remensuração do crédito tributário já está considerada nesta nota.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R$ 38.301.613 (31/12/2025 - R$ 36.863.488) no Banco e R$ 42.379.390 (31/12/2025 - R$ 40.180.042) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivos Fiscais Diferidos	6.199.030	4.809.465	7.484.906	6.746.835
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	122.588	367.543	785.874	1.340.034
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	969.822	1.234.335	4.152.693	4.655.275
Total	**7.291.440**	**6.411.343**	**12.423.473**	**12.742.144**
Circulante	**982.752**	**1.596.407**	**4.715.904**	**3.462.330**
Não Circulante	**6.308.688**	**4.814.936**	**7.707.569**	**9.279.814**

(1) Inclui a parcela equivalente a R$ 359.154 no Banco e R$ 3.180.949 no Consolidado, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco
		Saldo em			Saldo em
	30/06/2026	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	7.715.796	2.389.366	1.384.448	-	3.773.814
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge	3.729.649	1.764.416	397.418	(379.732)	1.782.102
Superveniência de Arrendamento Mercantil	345	5.275	-	(5.189)	86
Outros (2)	1.429.361	650.408	-	(7.381)	643.027
Total	**12.875.151**	**4.809.465**	**1.781.866**	**(392.302)**	**6.199.030**

	Origem				Consolidado
		Saldo em			Saldo em
	30/06/2026	31/12/2025	Constituição	Realização	30/06/2026
Ajuste ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	11.611.429	3.158.806	4.598.922	(3.155.528)	4.602.200
Ajuste ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Cash Flow Hedge (1)	3.811.040	1.809.330	416.583	(405.409)	1.820.504
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.787.064	470.700	-	(23.935)	446.765
Outros (2)	2.253.313	1.307.999	36.417	(728.979)	615.437
Total	**19.462.846**	**6.746.835**	**5.051.922**	**(4.313.851)**	**7.484.906**

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.
(2) Inclui o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee e dos planos de pensão.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	Banco 30/06/2026			
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2026	378.934	266.291	66.527	711.752
2027	757.867	532.582	133.053	1.423.502
2028	757.867	532.582	133.053	1.423.502
2029	757.853	532.582	133.053	1.423.488
2030	388.506	273.951	66.527	728.984
2031 a 2035	95.870	76.604	-	172.474
Após 2036	175.187	140.141	-	315.328
Total	**3.312.084**	**2.354.733**	**532.213**	**6.199.030**

	Consolidado 30/06/2026			
	Diferenças Temporárias			Total
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2026	510.590	285.492	81.506	877.588
2027	984.670	578.344	161.838	1.724.852
2028	987.065	579.756	161.693	1.728.514
2029	967.838	570.556	160.167	1.698.561
2030	528.366	286.288	79.763	894.417
2031 a 2035	150.116	94.310	-	244.426
Após 2036	176.047	140.501	-	316.548
Total	**4.304.692**	**2.535.247**	**644.967**	**7.484.906**

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**7.988.930**	**7.498.015**	**7.936.429**	**10.200.605**
Participações no Lucro (1)	(1.026.521)	(983.907)	(1.463.165)	(1.400.392)
Resultado não Realizado	-	-	(176)	(176)
Resultado antes dos Impostos	**6.962.409**	**6.514.108**	**6.473.088**	**8.800.037**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	**(3.133.084)**	**(2.931.349)**	**(2.912.889)**	**(3.960.017)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	1.266.580	1.678.931	71.542	70.334
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	917.560	774.792	1.080.787	917.344
Juros sobre o Capital Próprio	1.678.500	1.350.000	1.800.000	1.350.000
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	52.023	(15.583)	74.598
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	-	444.026	529.338
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(309.205)	(86.636)	(323.007)	(233.396)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**420.351**	**837.761**	**144.876**	**(1.251.799)**
Impostos Correntes	**(298.606)**	**(108.303)**	**(1.869.612)**	**(2.174.601)**
Imposto de renda e contribuição social do período	(298.606)	(108.303)	(1.869.612)	(2.174.601)
Impostos Diferidos	**(2.244.331)**	**927.515**	**(984.728)**	**893.273**
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(2.244.331)	927.515	(984.728)	893.273
Movimentação do Período:	**(54.479)**	**(25.347)**	**(54.479)**	**(31.292)**
Base Negativa de Contribuição Social	(24.213)	(25.347)	(24.213)	(31.292)
Prejuízo Fiscal	(30.266)	-	(30.266)	-
Constituição no período sobre:	**3.017.767**	**43.896**	**3.053.695**	**60.821**
Base Negativa de Contribuição Social	1.220.230	15.865	1.218.856	30.657
Prejuízo Fiscal	1.797.537	28.031	1.834.839	30.164
Total dos impostos diferidos	**718.957**	**946.064**	**2.014.488**	**922.802**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**420.351**	**837.761**	**144.876**	**(1.251.799)**

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.
(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9%; 15% e 17,5%.

e) Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Despesa com Cofins	1.484.785	1.536.065	2.051.347	2.099.303
Despesa com ISS	382.353	353.015	567.687	475.972
Despesa com PIS	241.278	249.611	353.672	354.888
Outras	75.896	122.338	116.726	150.112
Total	**2.184.312**	**2.261.029**	**3.089.432**	**3.080.275**

11. OUTROS ATIVOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	78.101.794	80.304.976	90.877.211	92.838.170
Devedores por Depósitos em Garantia:				
Para Interposição de Recursos Fiscais	6.614.894	4.861.297	8.711.455	6.921.832
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.565.654	2.902.461	1.660.849	2.997.470
Outros - Cíveis	808.704	780.178	1.021.072	989.291
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	173.239	242.904	173.239	242.904
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496	496	496
Pagamentos a Ressarcir	65.255	45.901	65.782	46.596
Adiantamentos Salariais	515.663	107.027	596.060	523.147
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	-	5.295.079	2.972.112
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	7.920.165	7.831.380	7.920.165	7.831.380
Adiantamentos - Fundo Garantidor de Crédito (FGC) (1)	2.960.517	-	2.980.081	-
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	323.668	316.071	396.927	387.886
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	255.379	263.473	526.800	488.055
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	8.302.604	17.141.209	27.139	474.005
Rendas a Receber	3.548.549	4.295.561	3.782.932	3.759.148
Outros Valores e Bens	1.570.908	1.487.750	1.676.571	1.507.012
Outros (2)	5.193.733	4.485.955	8.145.680	11.530.234
Total	**117.921.222**	**125.066.639**	**133.857.538**	**133.509.738**
Circulante	**111.288.689**	**113.238.081**	**124.878.105**	**119.504.180**
Não Circulante	**6.632.533**	**11.828.558**	**8.979.434**	**14.005.558**

(1) Em março de 2026, o Banco efetuou o pagamento, à vista, de contribuição extraordinária ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC), conforme determinação regulatória aplicável às instituições financeiras associadas. Essa contribuição extraordinária possui caráter não recorrente e será integralmente deduzida das contribuições ordinárias periódicas devidas ao FGC em períodos subsequentes, conforme regulamentação vigente.
(2) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

continua ...

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. INFORMAÇÕES DAS DEPENDÊNCIAS NO EXTERIOR

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo(1)	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Resultado do Período	1.311.352	1.256.628	1.311.018	1.211.941

	Agência Grand Cayman (1)		Agência de Luxemburgo (1)	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Ativo				
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	141.488.752	151.083.884	135.851.216	138.238.570
Ativo Permanente	29	-	-	-
Total do Ativo	**141.488.781**	**151.083.915**	**135.851.216**	**138.238.570**
Passivo				
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	113.843.838	117.564.694	105.608.339	107.399.778
Patrimônio Líquido	27.644.943	33.519.221	30.242.877	30.838.792
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**141.488.781**	**151.083.915**	**135.851.216**	**138.238.570**

(1) A moeda funcional é o Real.

13. PARTICIPAÇÕES DE CONTROLADAS E COLIGADAS

a) Perímetro de Consolidação

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)		30/06/2026	
Investimentos	**Ramo de Atividade**	**Ações Ordinárias e Cotas**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**	**Participação Consolidada**
Controladas pelo Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	372.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora de Valores	14.067.673	14.067.673	99,99 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora de Seguros	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda.	Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Serviços	545.236	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.					
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	610	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Santander Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.	Corretora de Valores	43.044	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A					
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Auto S.A.	Seguradora	22.452	-	50,00 %	50,00 %

				30/06/2026	
Investimentos	**Ramo de Atividade**	**Ações Ordinárias e Cotas**	**Ações Preferenciais**	**Participação Direta**	**Participação Consolidada**
Influência Significativa do Banco Santander					
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A. (Anteriormente denominada América Gestão Serviços em Energia S.A.)	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Energia	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros					
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo;
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1);
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (2);
- Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos;
- Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado - Não Padronizado (2);
- Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Getnet Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Sainte Julie Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados Responsabilidade Limitada;
- D365 - Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (2);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (2);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- San Preca Federal I Fundo De Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada;
- Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Conretorno - Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA III Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada;
- Terras Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegocio - Fiagro - Resp Limitada; e
- Atena Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Segmento Infraestrutura De Responsabilidade Limitada.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% dessas cotas.

(2) Fundo controlado pela Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

b) Composição dos Investimentos

					Banco	
	Patrimônio Líquido Ajustado	**Lucro Líquido (Prejuízo)**	**Valor dos Investimentos**		**Resultado da Equivalência Patrimonial**	
		01/01 a			**01/01 a**	01/01 a
	30/06/2026	**30/06/2026**	**30/06/2026**	31/12/2025	**30/06/2026**	30/06/2025
Controladas do Banco Santander						
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	4.807.649	361.088	4.807.649	4.708.950	359.893	901.120
Banco RCI Brasil S.A.	1.415.415	149.582	564.622	502.205	59.670	45.124
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	237.251	(5.321)	237.251	243.560	(6.309)	16.140
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	384.851	8.920	384.851	375.520	6.223	273.847
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.179.377	348.646	1.179.377	1.179.837	348.646	323.805
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.317.747	328.741	1.317.747	989.007	328.741	175.780
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.170.459	64.891	1.170.456	1.106.652	64.891	40.396
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	6.891.626	655.903	6.891.626	6.376.378	655.903	1.084.689
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.603.098	541.988	10.603.098	10.249.940	541.988	381.681
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	597.997	13.625	597.997	225.219	10.066	15.014
Influência Significativa do Banco Santander						
Núclea S.A.	1.830.759	330.844	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A	3.346.540	274.385	1.808.390	1.856.699	54.877	56.735
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	818.648	62.553	199.750	-	15.263	-
Outros (1)	1.582.298	284.577	951.498	2.483.556	316.773	360.116
Total	**36.183.714**	**3.420.423**	**31.035.244**	**30.611.957**	**2.814.622**	**3.730.957**

(1) Compreende os investimentos na Rojo Entretenimento S.A., BEN Benefícios, SX Negócios Ltda., Gestora de Crédito, F1rst Tecnologia e Inovação Ltda., SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda, Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (incorporada no Banco em abril/2026), Esfera Fidelidade S.A. (incorporada no Banco em junho/2026), Santander Holding Imobiliária S.A. (incorporada na Tools em abril/2026) referentes aos exercícios de 2025 e 2026.

					Consolidado	
	Patrimônio Líquido Ajustado (1)	**Lucro Líquido (Prejuízo) (1)**	**Valor dos Investimentos**		**Resultado da Equivalência Patrimonial**	
		01/01 a			**01/01 a**	01/01 a
	30/06/2026	**30/06/2026**	**30/06/2026**	31/12/2025	**30/06/2026**	30/06/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander						
Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	22.905	(15.792)	3.816	3.946	(2.631)	(3.107)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	282.147	(28.162)	43.902	48.284	(4.382)	(1.219)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	8.332	1.348	4.166	3.492	674	352
Santander Auto S.A.	141.716	64.358	70.858	56.745	32.179	13.531
Tecnologia Bancária S.A.	1.046.744	55.601	198.672	188.119	10.553	762
Influência Significativa do Santander Corretora de Seguros						
Webmotors S.A.	565.210	25.720	169.563	187.110	7.716	35.337
Influência Significativa do Banco Santander						
Núclea S.A.	1.830.759	330.844	320.932	314.434	57.997	56.510
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	3.346.540	274.385	1.808.389	1.856.700	54.877	56.734
Outros	-	(4.300)	-	74.785	2.000	-
Total	**7.244.352**	**704.002**	**2.620.298**	**2.733.615**	**158.983**	**156.299**

(1) Refere-se ao patrimônio líquido ajustado e o lucro líquido com ajustes de adequação de critérios contábeis assegurando que os números representem corretamente a posição financeira e o resultado das entidade perante os órgãos reguladores.

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banco					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Residual**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Residual**
Imóveis de Uso	**2.316.380**	**(1.099.972)**	**1.216.408**	**2.312.767**	**(1.070.979)**	**1.241.788**
Terrenos	588.192	-	588.192	588.688	-	588.688
Edificações	1.728.188	(1.099.972)	628.216	1.724.079	(1.070.979)	653.100
Outras Imobilizações de Uso	**12.099.914**	**(8.452.393)**	**3.647.521**	**11.169.690**	**(8.330.511)**	**2.839.179**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	5.508.990	(3.838.700)	1.670.290	4.833.152	(3.791.690)	1.041.462
Equipamentos de Processamento de Dados	2.650.548	(1.652.618)	997.930	2.430.919	(1.592.195)	838.724
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.905.496	(2.280.700)	624.796	2.979.900	(2.297.436)	682.464
Sistemas de Segurança e Comunicações	906.482	(636.045)	270.437	846.051	(608.010)	238.041
Outras	128.398	(44.330)	84.068	79.668	(41.180)	38.488
Total	**14.416.294**	**(9.552.365)**	**4.863.929**	**13.482.457**	**(9.401.490)**	**4.080.967**

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 31e.

	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Custo	**Depreciação Acumulada**	**Residual**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Residual**
Imóveis de Uso	**2.579.917**	**(1.170.322)**	**1.409.595**	**2.553.062**	**(1.148.786)**	**1.404.276**
Terrenos	626.506	-	626.506	627.002	-	627.002
Edificações	1.953.411	(1.170.322)	783.089	1.926.060	(1.148.786)	777.274
Outras Imobilizações de Uso	**12.372.952**	**(8.657.884)**	**3.715.068**	**11.462.270**	**(8.523.258)**	**2.939.012**
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso (1)	5.614.775	(3.903.947)	1.710.828	4.915.175	(3.839.514)	1.075.661
Equipamentos de Processamento de Dados	2.659.911	(1.668.032)	991.879	2.460.985	(1.615.231)	845.754
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.058.954	(2.401.475)	657.479	3.155.379	(2.414.988)	740.391
Sistemas de Segurança e Comunicações	910.886	(640.071)	270.815	851.018	(612.317)	238.701
Outras	128.426	(44.359)	84.067	79.713	(41.208)	38.505
Total	**14.952.869**	**(9.828.206)**	**5.124.663**	**14.015.332**	**(9.672.044)**	**4.343.288**

(1) Inclui valores pagos ao empreendimento Campus JK (nova sede do Banco Santander), vide nota 31e.

15. INTANGÍVEL

	Banco			
			30/06/2026	31/12/2025
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**27.220.515**	**(27.175.668)**	**44.847**	**41.771**
Outros Ativos Intangíveis	**15.013.396**	**(7.466.005)**	**7.547.391**	**7.715.297**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.890.176	(4.648.245)	5.241.931	5.170.483
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.949.840	(2.644.380)	2.305.460	2.544.814
Outros	173.380	(173.380)	-	-
Total	**42.233.911**	**(34.641.673)**	**7.592.238**	**7.757.068**

	Consolidado			
			30/06/2026	31/12/2025
	Custo	**Amortização Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	**28.171.012**	**(27.831.458)**	**339.554**	**375.328**
Outros Ativos Intangíveis	**15.755.212**	**(7.931.842)**	**7.823.370**	**8.026.627**
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	10.631.114	(5.111.393)	5.519.721	5.481.351
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.949.841	(2.644.380)	2.305.461	2.544.813
Outros	174.257	(176.069)	(1.812)	463
Total	**43.926.224**	**(35.763.300)**	**8.162.924**	**8.401.955**

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento.

16. CAPTAÇÕES

a) Abertura de contas Patrimoniais

					Banco	
					30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Depósitos	**94.979.892**	**127.543.848**	**101.199.934**	**183.127.270**	**506.850.944**	**491.380.199**
Depósitos à Vista	39.698.617	-	-	-	39.698.617	36.555.296
Depósitos de Poupança	51.234.225	-	-	-	51.234.225	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	6.438.105	2.512.929	668.504	9.619.538	5.930.758
Depósitos a Prazo (1)	4.047.050	121.105.743	98.687.005	182.458.766	406.298.564	395.818.672
Captações no Mercado Aberto	**-**	**141.541.085**	**19.024.200**	**26.637.879**	**187.203.164**	**170.173.383**
Carteira Própria	-	63.162.709	173.394	5.483	63.341.586	71.635.054
Títulos Públicos	-	40.792.393	-	-	40.792.393	52.728.329
Emissão Própria	-	84.577	-	-	84.577	14.498
Outros	-	22.285.739	173.394	5.483	22.464.616	18.892.227
Carteira de Terceiros	-	78.378.376	-	-	78.378.376	51.044.217
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.850.806	26.632.396	45.483.202	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**27.195.759**	**58.260.734**	**103.688.110**	**189.144.603**	**196.136.536**
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	14.573.450	48.710.900	75.891.192	139.175.542	140.167.142
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.066.019	19.214.884	29.576.128	53.857.031	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.887.123	14.830.294	15.907.303	36.624.720	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.863.010	13.727.424	26.537.929	42.128.363	38.233.835
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.757.298	938.298	3.869.832	6.565.428	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	10.001.125	5.688.000	12.730.061	28.419.186	36.595.716
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.621.184	3.861.834	15.066.857	21.549.875	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**101.307.995**	**14.190.683**	**9.823.374**	**125.322.052**	**113.294.094**
Obrigações por Empréstimos no País	-	857.804	-	-	857.804	263.615
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	98.865.364	11.893.436	3.993.174	114.751.974	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	98.865.364	11.893.436	3.810.649	114.569.449	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	182.525	182.525	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.584.827	2.297.247	5.830.200	9.712.274	10.742.445
Total	**94.979.892**	**397.588.687**	**192.675.551**	**323.276.633**	**1.008.520.763**	**970.984.212**
Circulante	**94.979.892**	**397.588.687**	**192.675.551**	**-**	**685.244.130**	**657.425.296**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**323.276.633**	**323.276.633**	**313.558.916**

					Consolidado	
					30/06/2026	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	**Sem Vencimento**	**Até 3 Meses**	**De 3 a 12 Meses**	**Acima de 12 Meses**	**Total**	**Total**
Depósitos	**94.326.668**	**127.620.878**	**99.161.294**	**183.380.545**	**504.489.385**	**491.090.287**
Depósitos à Vista	38.742.742	-	-	-	38.742.742	35.960.378
Depósitos de Poupança	51.234.225	-	-	-	51.234.225	53.075.472
Depósitos Interfinanceiros	-	6.484.349	577.548	921.781	7.983.678	6.039.800
Depósitos a Prazo (1)	4.047.050	121.136.529	98.583.746	182.458.764	406.226.089	395.713.323
Outros Depósitos	302.651	-	-	-	302.651	301.313
Captações no Mercado Aberto	**-**	**121.175.908**	**19.024.200**	**26.637.877**	**166.837.985**	**149.752.695**
Carteira Própria	-	45.643.321	173.394	5.481	45.822.196	58.667.943
Títulos Públicos	-	23.273.005	-	-	23.273.005	39.761.217
Emissão Própria	-	84.577	-	-	84.577	14.498
Outros	-	22.285.739	173.394	5.481	22.464.614	18.892.228
Carteira de Terceiros	-	75.532.587	-	-	75.532.587	43.590.640
Carteira de Livre Movimentação	-	-	18.850.806	26.632.396	45.483.202	47.494.112
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	**-**	**21.078.999**	**59.805.717**	**109.991.578**	**190.876.294**	**188.255.278**
Recursos de Aceites Cambiais	-	159.208	366.118	4.218.539	4.743.865	3.428.239
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	15.008.508	50.959.082	82.244.163	148.211.753	147.400.729
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	5.066.019	19.214.884	29.576.128	53.857.031	51.668.912
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.887.123	14.830.294	15.907.303	36.624.720	38.740.150
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.298.067	15.975.606	32.890.900	51.164.573	45.467.422
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.757.299	938.298	3.869.832	6.565.429	11.524.245
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	3.290.099	4.618.683	8.462.020	16.370.802	18.052.632
Certificados de Operações Estruturadas	-	2.621.184	3.861.834	15.066.856	21.549.874	19.373.678
Obrigações por Empréstimos e Repasses	**-**	**101.313.360**	**14.190.683**	**9.823.374**	**125.327.417**	**113.294.107**
Obrigações por Empréstimos no País	-	863.169	-	-	863.169	263.628
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	98.865.364	11.893.436	3.993.174	114.751.974	102.288.034
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	98.865.364	11.893.436	3.810.649	114.569.449	102.009.445
Outras Linhas de Crédito	-	-	-	182.525	182.525	278.589
Obrigações por Repasses do País	-	1.584.827	2.297.247	5.830.200	9.712.274	10.742.445
Total	**94.326.668**	**371.189.145**	**192.181.894**	**329.833.374**	**987.531.081**	**942.392.367**
Circulante	**94.326.668**	**371.189.145**	**192.181.894**	**-**	**657.697.707**	**622.752.717**
Não Circulante	**-**	**-**	**-**	**329.833.374**	**329.833.374**	**319.639.650**

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2034 (31/12/2025 - com prazo de vencimento entre 2026 e 2034).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2026 possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2036 (31/12/2025 - com prazo de vencimento entre 2026 e 2035).

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de junho de 2026, possuem prazo de vencimento entre 2026 e 2045(31/12/2025 - com prazo de vencimento entre 2026 e 2045).

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2028 (31/12/2025 - até o ano de 2028) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,04% a 0,66% a.a (31/12/2025 - de 0,10% a.a. a 0,78% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

			Banco		Consolidado	
			30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Emissão	**Vencimento até**	**Taxa de Juros (a.a.)**	**Total**	**Total**	**Total**	**Total**
2019	2027	Até 15%	407.970	450.922	-	-
2020	2027	Até 15%	5.889	8.186	-	-
2021	2031	Até 15%	2.511.480	2.744.259	2.453.757	2.608.545
2022	2035	Até 15%	1.258.016	1.388.517	1.185.095	1.247.459
2023	2031	Até 15%	2.468.411	5.695.438	318.498	2.022.920
2024 (1)	2033	Até 15%	4.024.392	5.387.441	2.221.341	2.568.847
2025	2040	Até 15%	5.467.091	20.920.953	4.483.212	9.604.861
2026	2036	Até 15%	12.275.937	-	5.708.899	-
Total			**28.419.186**	**36.595.716**	**16.370.802**	**18.052.632**

(1) Inclui SOFR - Secured Overnight Financing Rate.

c) Abertura de contas de resultado - Operações de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	**01/01 a 30/06/2026**	01/01 a 30/06/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	23.878.337	20.499.399	23.895.463	20.517.575
Depósitos de Poupança	1.959.197	2.023.339	1.959.197	2.023.339
Depósitos Interfinanceiros	622.828	367.803	503.098	347.477
Captação no Mercado Aberto (2)	17.858.363	16.272.074	16.698.875	15.383.257
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	-	161.702	162.934
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	5.320.032	5.411.951	6.107.927	5.944.273
Outras	1.624.336	1.364.115	1.626.759	1.404.952
Total	**51.263.093**	**45.938.681**	**50.953.021**	**45.783.807**

(1) Inclui o registro de juros no valor de R$ 2.170.837 (31/12/2025 - R$ 3.683.973) no Banco e R$ 2.185.715 (31/12/2025 - R$ 3.714.074) no Consolidado referentes à emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui receita de variação cambial no valor de R$ (674.767) (31/12/2025 - R$ 478.899) no Banco e R$ (674.767) (31/12/2025 - R$ 478.899) no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.a.V).

17. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

a. Composição

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	**30/06/2026**	31/12/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado				
Negociação e Intermediação de Valores	698.199	1.803.649	9.551.000	12.471.629
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.657.370	28.113.937	31.861.904	28.318.507
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.716.974	208.911	13.765.602	253.070
Relações Interdependências e Interfinanceiras	7.609.746	5.771.630	6.928.995	5.012.353
Total	**53.682.289**	**35.898.127**	**62.107.501**	**46.055.559**
Circulante	**29.966.851**	**15.766.598**	**37.608.133**	**13.645.091**
Não Circulante	**23.715.438**	**20.131.529**	**24.499.368**	**32.410.469**

Ines249

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco		Consolidado	
					30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	Total	Total	Total
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R$5.300	CDI+2%	10.057.637	9.321.771	10.057.637	9.321.771
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R$200	CDI+2%	379.212	351.467	379.212	351.467
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R$6.000	CDI+1,6%	8.690.325	8.070.433	8.690.325	8.070.433
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R$7.600	CDI+1,4%	7.964.974	7.982.784	7.964.974	7.982.784
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-25	dez-35	R$2.363	CDI+0,65%	2.385.257	2.387.482	2.385.257	2.387.482
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R$200	CDI+1,15%	-	-	204.534	204.570
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R$708	CDI+0,55%	734.244	-	734.244	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mar-26	mar-36	R$43	IPCA+8%	44.751	-	44.751	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	abr-26	abr-36	R$20	CDI+0,55%	20.573	-	20.573	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	mai-26	mai-36	R$706	CDI+0,6%	714.499	-	714.499	-
Letras Financeiras - Nível II (1)	jun-26	jun-36	R$660	CDI+0,6%	665.898	-	665.898	-
Total					**31.657.370**	**28.113.937**	**31.861.904**	**28.318.507**

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a junho 2026 possuem opção de resgate e recompra.
(2) Letras Financeiras Subordinadas Perpétua (sem prazo de vencimento) possuem opção de resgate e recompra e pagamento de juros semestral.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5° (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

18. OUTROS PASSIVOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	4.118.152	4.186.184
Obrigações com Cartões de Crédito	56.626.545	57.163.191	56.626.564	57.163.240
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20.b)	2.641.047	2.249.263	2.805.363	2.455.288
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	7.709.271	6.607.012	8.503.811	7.324.839
Ações Trabalhistas	4.368.584	3.463.165	4.798.872	3.856.501
Ações Cíveis	3.340.687	3.143.847	3.704.939	3.468.338
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.213.726	1.191.510	1.213.726	1.191.510
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	1.005.004	1.344.742	1.013.324	1.357.203
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	9.064	4.538	9.064	4.538
Provisão para Pagamentos a Efetuar	2.204.297	2.430.739	3.389.408	3.670.396
Despesas de Pessoal	1.928.460	2.135.181	2.645.297	2.843.704
Despesas Administrativas	175.168	195.322	512.987	581.184
Outros Pagamentos	100.669	100.236	231.124	245.508
Credores por Recursos a Liberar	1.431.131	1.165.415	1.431.131	1.165.415
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	555.329	546.483	555.329	546.483
Fornecedores	947.340	713.897	1.209.490	1.108.783
Sociais e Estatutárias	414.157	1.030.413	424.139	1.193.786
Débitos com Operações de Seguros	-	-	1.472.029	1.488.261
Credores Diversos	14.262.959	13.497.959	14.672.668	18.450.881
Outros (1)	1.022.928	904.528	3.212.060	2.568.949
Total	**90.042.798**	**88.849.690**	**100.656.258**	**103.875.756**
Circulante	**15.191.160**	**4.838.947**	**25.126.556**	**18.903.041**
Não Circulante	**74.851.639**	**84.010.743**	**75.529.703**	**84.972.715**

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de *default*, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de *default*. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os *ratings* de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com a regra supracitada.

	Banco/Consolidado	
	Saldo Garantias Prestadas	
Tipo de Garantia Financeira	30/06/2026	31/12/2025
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.299.692	3.950.308
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	23.841.703	22.583.515
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	24.523.218	17.852.717
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	648.750	650.000
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.791.147	1.582.074
Outros Avais	527.795	343.810
Outras Fianças Bancárias	10.859.208	15.666.969
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.024.499	7.396.671
Total	**74.516.012**	**70.026.064**

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

	Banco/Consolidado	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Saldo Inicial	**1.191.510**	**605.207**
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	-	1.335.395
Reversão (Constituição) líquida	23.006	(625.323)
Outras	(790)	(1.858)
Saldo Final	**1.213.726**	**1.313.421**

19. HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. No nível 2 são classificados, principalmente por Reservas no Banco Central do Brasil (Compromissadas). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreçamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, por Títulos Públicos (NTN-C), os derivativos não negociados em bolsa que não possuem informações observáveis num mercado ativo e alguns derivativos estruturados.

				Consolidado	
				30/06/2026	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**90.990.576**	**146.029.070**	**3.878.349**	**240.897.995**	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	101.581.383	-	101.581.383	
Títulos e Valores Mobiliários	90.990.576	18.792.304	2.922.759	112.705.639	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	25.655.383	955.590	26.610.973	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**57.727.710**	**34.765**	**2.630.701**	**60.393.176**	
Títulos e Valores Mobiliários	57.727.710	34.765	2.630.701	60.393.176	
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	**-**	**21.216.324**	**1.169.732**	**22.386.056**	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	21.216.324	1.169.732	22.386.056	

				Consolidado	
				31/12/2025	
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**83.374.121**	**164.041.299**	**3.387.737**	**250.803.157**	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	89.994.937	-	89.994.937	
Títulos e Valores Mobiliários	83.374.121	15.816.608	2.873.642	102.064.371	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	58.229.754	514.095	58.743.849	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**65.195.928**	**-**	**2.485.602**	**67.681.530**	
Títulos e Valores Mobiliários	65.195.928	-	2.485.602	67.681.530	
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do resultado	**-**	**51.864.432**	**893.610**	**52.758.042**	
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	51.864.432	893.610	52.758.042	

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de *credit default swaps* comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses *credit default swaps* refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026:

					Consolidado 30/06/2026	
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	67.173.334	67.173.334	55.137.039	12.036.295	-	
Títulos e Valores Mobiliários	129.525.093	128.280.661	62.132.337	-	66.148.324	
Operações de Crédito	457.758.778	457.819.951	-	-	457.819.951	
Total	**654.457.205**	**653.273.946**	**117.269.376**	**12.036.295**	**523.968.275**	

					Consolidado 31/12/2025	
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	38.452.242	38.452.242	35.293.180	3.159.062	-	
Títulos e Valores Mobiliários	117.944.134	118.026.092	53.800.290	2.403	64.223.399	
Operações de Crédito	462.212.788	462.167.464	-	-	462.167.464	
Total	**618.609.164**	**618.645.798**	**89.093.470**	**3.161.465**	**526.390.863**	

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de junho de 2026:

					Consolidado 30/06/2026	
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado						
Depósitos	504.489.385	504.480.849	-	-	504.480.849	
Captações no Mercado Aberto	166.837.985	166.814.777	-	166.814.777	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	190.876.294	188.297.232	-	-	188.297.232	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	125.327.417	125.327.417	-	-	125.327.417	
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	31.861.904	31.861.904	-	-	31.861.904	
Total	**1.019.392.985**	**1.016.782.179**	**-**	**166.814.777**	**849.967.402**	

					Consolidado 31/12/2025	
Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado						
Depósitos	491.090.287	491.107.325	-	-	491.107.325	
Captações no Mercado Aberto	149.752.695	149.775.866	-	149.775.866	-	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	188.255.278	190.284.222	-	-	190.284.222	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	113.294.107	113.294.107	-	-	113.294.107	
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	28.318.507	28.318.507	-	-	28.318.507	
Total	**970.710.874**	**972.780.027**	**-**	**149.775.866**	**823.004.161**	

20. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2026, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 18)	**2.641.047**	**2.249.263**	**2.805.363**	**2.455.288**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	**7.709.271**	**6.607.012**	**8.503.811**	**7.324.839**
Ações Trabalhistas	4.368.584	3.463.165	4.798.872	3.856.501
Ações Cíveis	3.340.687	3.143.847	3.704.939	3.468.338
Total	**10.350.318**	**8.856.275**	**11.309.174**	**9.780.127**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

	Banco			Banco		
	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas (3)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**2.249.263**	**3.463.165**	**3.143.847**	**2.824.081**	**2.609.381**	**3.014.320**
Constituição Líquida de Reversão	388.280	2.011.536	493.710	253.328	1.387.743	401.273
Atualização Monetária	42.637	85.955	133.901	76.456	30.209	139.097
Baixas por Pagamento	(39.133)	(1.192.072)	(430.771)	(62.519)	(1.003.139)	(283.015)
Saldo Final	**2.641.047**	**4.368.584**	**3.340.687**	**3.091.346**	**3.024.194**	**3.271.675**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	826.773	570.412	300.770	1.960.306	513.558	291.777
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	11.052	58.669	6.878	2.802	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**837.825**	**629.081**	**307.648**	**1.963.108**	**516.396**	**293.499**

	Consolidado			Consolidado		
	01/01 a 30/06/2026			01/01 a 30/06/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas (3)	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**2.455.288**	**3.856.501**	**3.468.337**	**3.032.613**	**2.968.667**	**3.340.948**
Constituição Líquida de Reversão	403.368	2.156.294	655.818	258.056	1.489.954	558.555
Atualização Monetária	46.983	99.416	137.156	80.418	34.387	142.297
Baixas por Pagamento	(100.277)	(1.313.339)	(556.372)	(81.369)	(1.059.281)	(391.853)
Saldo Final	**2.805.363**	**4.798.872**	**3.704.939**	**3.289.718**	**3.433.727**	**3.649.947**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.331.311	600.417	313.871	3.372.103	540.919	299.924
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	12.505	58.669	6.878	4.147	2.838	1.722
Total dos Depósitos em Garantia (2)	**2.343.816**	**659.086**	**320.749**	**3.376.250**	**543.757**	**301.646**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.
(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R$ 7.010 milhões e no Consolidado é R$ 7.846 milhões.
(3) No segundo trimestre, o Banco revisou a metodologia e os parâmetros utilizados na mensuração das contingências trabalhistas (massificadas). A reavaliação, adotada de forma prospectiva, reflete a melhor estimativa da Administração na data-base das demonstrações financeiras.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R$ 167 milhões (31/12/2025 - R$ 163 milhões) no Banco e R$ 172 milhões (31/12/2025 - R$ 167 milhões) no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R$ 367 milhões (31/12/2025 - R$ 321 milhões) no Banco e R$ 377 milhões (31/12/2025 - R$ 335 milhões) no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e.**

PIS e COFINS - Remuneração sobre Depósitos Compulsórios - R$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Banco e R$ 1.322 milhões (31/12/2025 - R$ 995 milhões) no Consolidado e está integralmente provisionado. A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do PIS e da COFINS sobre a remuneração dos depósitos compulsórios realizados junto ao BACEN. Em 2024, foi proferida sentença favorável, a qual foi objeto de recurso por parte da Fazenda Nacional.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são estimadas por meio de modelo estatístico. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo a com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais.

Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos seria de 5 anos a partir da data dos planos. Desta forma, com essa decisão, como as ações civis públicas foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R$ 38.091 milhões (31/12/2025 - R$ 37.811 milhões) no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido é de R$ 2.448 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 12.260 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 3.767 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 6.506 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 1.190 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 2.835 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Aguarda-se julgamento. Em 30 de junho de 2026, o valor era de aproximadamente R$ 860 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2026 , o valor era de aproximadamente R$ 740 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável a qual foi reformada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Será apresentado recurso ao STJ e STF.

Em 30 de junho de 2026,o valor era de aproximadamente R$ 495 milhões.

As ações de natureza trabalhistas e cíveis com classificação de perda possível totalizaram R$ 1.518 milhões e R$ 2.108 milhões, respectivamente, no Consolidado.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o cap

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no semestre findo em 30 de junho de 2026 calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações:

		30/06/2026					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
	Em milhares	Bruto			Líquido		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(3)	2.000.000	255,17	280,69	535,86	210,52	231,57	442,09
Juros sobre o Capital Próprio (2)(3)	2.000.000	254,62	280,08	534,70	210,06	231,07	441,13
Total	**4.000.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de janeiro de 2026, pagos no dia 05 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2026, pagos no dia 05 de maio de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2026.

		31/12/2025					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
	Em milhares	Bruto			Líquido		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(6)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(6)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (4)(6)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Juros sobre o Capital Próprio (5)(6)	620.000	79,10	87,01	166,11	67,23	73,96	141,19
Total	**7.620.000**						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de outubro de 2025, pagos no dia 08 de novembro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, serão pagos no dia 5 de fevereiro de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.
(6) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 25 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou em 06 de agosto de 2025, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 37.463.447 Units, representativas de 37.463.447 ações ordinárias e 37.463.447 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2025, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de junho de 2026 o Banco Santander possuía 370.081.724 ações ordinárias e 397.886.134 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 26 de setembro de 2025, encerrando-se em 26 de março de 2027.

		Banco/Consolidado	Banco/Consolidado
		Em Milhares de Ações	Em Milhares de Ações
		30/06/2026	31/12/2025
		Quantidade	Quantidade
		Units	Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		**13.666**	**19.451**
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(8.164)	(5.785)
Ações em Tesouraria no Final do Período		**5.502**	**13.666**
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R$	489.369	717.789
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R$	1.771	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	**R$**	**491.140**	**719.560**
Custo/Cotação da Ação		**Units**	**Units**
Custo Mínimo (*)	R$	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R$	27,18	27,33
Custo Máximo (*)	R$	49,55	49,55
Cotação da Ação	R$	30,64	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido Ajustado	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado	Resultado
			01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Banco RCI Brasil S.A.	850.793	756.740	89.913	67.996
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	442.526	393.709	48.817	46.528
Rojo Entretenimento S.A.	9.761	9.385	592	301
Fit Economia de Energia S.A.	(31.249)	(20.682)	(10.567)	(6.870)
Vora Gestão e Consultoria de Energia e Gás S.A. (Anteriormente denominada América Gestão Serviços em Energia S.A.)	2.007	3.056	(1.050)	630
Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo	1.398.350	1.007.819	97.688	59.040
Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	-	-	-	9.133
Total	**2.672.188**	**2.150.027**	**225.393**	**176.758**

22. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Para o período de Janeiro a Dezembro de 2026, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2026.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no semestre findo em 30 de junho de 2026, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração Fixa	64.925	55.408	78.713	72.035
Remuneração variável - Em espécie	73.412	64.763	81.049	72.933
Remuneração variável - Em ações	66.779	61.211	68.121	62.940
Outras	49.041	50.343	60.737	55.973
Total Benefícios de Curto Prazo	**254.157**	**231.725**	**288.620**	**263.881**
Remuneração variável - Em espécie	102.596	95.365	112.715	103.952
Remuneração variável - Em ações	92.906	89.385	95.520	92.048
Total Benefícios de Longo Prazo	**195.502**	**184.750**	**208.235**	**196.000**
Total	**449.659**	**416.475**	**496.855**	**459.881**

Adicionalmente, em 2026 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$ 24.231.

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações					
	30/06/2026					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	- %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	2.941	0,1 %	2.941	0,1 %	5.882	0,1 %
Outros	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %
Total em Circulação	**3.813.193**	**99,9 %**	**3.674.334**	**99,9 %**	**7.487.528**	**99,9 %**
Ações em Tesouraria	5.502	0,1 %	5.502	0,2 %	11.004	0,1 %
Total	**3.818.695**	**100,0 %**	**3.679.836**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**
"Free Float" (2)	370.082	9,7 %	397.886	10,8 %	767.968	10,2 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

	Em Milhares de Ações					
	31/12/2025					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	- %	2.696	- %
Administradores (*)	3.083	0,1 %	3.083	0,1 %	6.167	0,1 %
Outros	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %
Total em Circulação	**3.805.028**	**99,6 %**	**3.666.169**	**99,6 %**	**7.471.199**	**99,6 %**
Ações em Tesouraria	13.666	0,4 %	13.666	0,4 %	27.333	0,4 %
Total	**3.818.694**	**100,0 %**	**3.679.835**	**100,0 %**	**7.498.531**	**100,0 %**
"Free Float" (2)	361.775	9,5 %	389.579	10,6 %	751.354	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.
(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.
(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco							
	Controlador (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	**22.227.466**	**10.866.589**	**165.672.355**	**136.400.630**	**86.063**	**64.173**	**187.985.883**	**147.331.392**
Disponibilidades	1.010.171	1.207.103	142.097	156.837	-	-	1.152.268	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.306.290	9.464.128	93.383.600	84.141.506	-	-	109.689.890	93.605.634
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	30.813.564	5.255.941	9.246	-	30.822.811	5.255.941
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.389.201	-	5.967.947	1.279.617	-	-	10.357.148	1.279.617
Relações Interfinanceiras	-	-	25.574.617	25.289.992	-	-	25.574.617	25.289.992
Operações de Crédito (4)	-	-	743.195	230.738	51.129	36.106	794.324	266.844
Negociação e Intermediação de Valores	332.500	193.861	109.450	115.969	-	-	441.950	309.830
Rendas a Receber	-	-	2.311.529	2.955.644	-	-	2.311.529	2.955.644
Outros Ativos - Diversos	189.304	1.497	6.626.356	16.974.386	-	-	6.815.659	16.975.883
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	**(5.643.091)**	**(4.376.084)**	**(50.377.835)**	**(51.327.680)**	**(371.828)**	**(727.798)**	**(56.392.754)**	**(56.431.563)**
Depósitos	(3.120.943)	(4.352.431)	(6.235.551)	(5.148.809)	(107.718)	(71.816)	(9.464.212)	(9.573.055)
Operações Compromissadas	-	-	(23.136.319)	(17.812.599)	(200)	-	(23.136.519)	(17.812.599)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(12.574.284)	(19.068.984)	(122.293)	(57.027)	(12.696.577)	(19.126.012)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.513.275)	-	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(3.548.861)	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(181)	-	(473.244)	-	-	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(8.872)	(23.472)	(7.396.095)	(8.073.269)	(141.617)	(598.956)	(7.546.585)	(8.695.696)
	01/01 a	01/01 a	**01/01 a**	01/01 a	**01/01 a**	01/01 a	**01/01 a**	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025
Resultado	**1.542.069**	**2.476.843**	**5.391.159**	**2.806.254**	**(585.159)**	**(67.639)**	**6.348.069**	**5.215.458**
Resultado da Intermediação Financeira	1.581.376	2.627.010	6.206.671	3.856.793	(1.225)	(1.151)	7.786.822	6.482.652
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.307)	(150.166)	(815.512)	(1.050.539)	(583.934)	(66.488)	(1.438.753)	(1.267.193)

	Consolidado							
	Controlador (1)		Coligadas e de controle compartilhado (2)		Pessoal chave da Administração (3)		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	**22.227.466**	**10.866.589**	**29.557.343**	**28.796.071**	**123.666**	**64.173**	**51.908.475**	**39.726.833**
Disponibilidades	1.010.171	1.207.103	142.097	156.837	-	-	1.152.268	1.363.939
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16.306.290	9.464.128	-	-	-	-	16.306.290	9.464.128
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	96.006	99.694	45.338	-	141.344	99.694
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	4.389.201	-	-	-	-	-	4.389.201	-
Relações Interfinanceiras	-	-	26.251.513	26.042.398	-	-	26.251.513	26.042.398
Operações de Crédito (4)	-	-	421.301	-	52.641	36.106	473.941	36.106
Negociação e Intermediação de Valores	332.500	193.861	109.450	115.969	-	-	441.950	309.830
Rendas a Receber	-	-	1.896.617	1.837.968	-	-	1.896.617	1.837.968
Outros Ativos - Diversos	189.304	1.497	640.359	543.204	-	-	829.663	544.701
Garantias e Limites	-	-	-	-	25.687	28.067	25.687	28.067
Passivo	**(5.643.091)**	**(4.376.084)**	**(13.483.083)**	**(13.612.230)**	**(374.925)**	**(1.534.364)**	**(19.501.098)**	**(19.522.677)**
Depósitos	(3.120.943)	(4.352.431)	(1.984.119)	(2.461.839)	(107.718)	(72.459)	(5.212.780)	(6.886.729)
Operações Compromissadas	-	-	(2.771.140)	(1.559.050)	(200)	-	(2.771.340)	(1.559.050)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	-	(525.900)	(525.900)	(122.293)	(57.027)	(648.193)	(582.927)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.513.275)	-	(1.035.585)	(750.775)	-	-	(3.548.861)	(750.775)
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	(181)	-	(473.244)	-	-	-	(473.426)
Outros Passivos - Diversos	(8.872)	(23.472)	(7.166.338)	(7.841.421)	(144.713)	(1.404.878)	(7.319.924)	(9.269.771)
	01/01 a	01/01 a	**01/01 a**	01/01 a	**01/01 a**	01/01 a	**01/01 a**	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025	**30/06/2026**	30/06/2025
Resultado	**1.542.069**	**2.466.843**	**(264.792)**	**287.636**	**(1.189.539)**	**268.896**	**87.738**	**3.023.377**
Resultado da Intermediação Financeira	1.581.376	2.617.010	(223.468)	(181.108)	(1.201)	(1.223)	1.356.707	2.434.679
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(39.307)	(150.166)	(41.324)	468.744	(1.188.338)	270.119	(1.268.969)	588.698

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.
(2) Empresas relacionadas na nota 13.
(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.
(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R$ 32.032.077 de limites concedidos às suas coligadas.

23. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Administração de Recursos	332.424	223.137	1.074.445	846.303
Serviços de Conta Corrente	1.971.093	2.110.711	1.968.803	2.111.308
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	560.227	573.344	925.958	906.752
Operações de Crédito (1)	125.862	130.604	489.512	459.020
Rendas de Garantias Prestadas	434.365	442.740	436.446	447.732
Comissões de Seguros	1.321.906	1.021.744	1.940.612	1.954.359
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.717.705	3.457.505	3.766.967	3.475.785
Cobrança e Arrecadações	533.302	554.209	584.757	566.707
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	796.206	675.779	934.864	797.705
Outras	242.596	239.779	241.199	290.152
Total	**9.475.459**	**8.856.208**	**11.437.605**	**10.949.071**

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. DESPESAS DE PESSOAL

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração	2.063.342	2.043.595	2.647.056	2.851.663
Encargos	767.447	751.269	1.131.046	1.109.597
Benefícios	541.746	563.522	848.564	883.316
Treinamento	18.278	15.931	31.996	33.489
Outras	-	20	-	715
Total	**3.390.813**	**3.374.337**	**4.658.662**	**4.878.780**

25. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Depreciações e Amortizações	1.675.738	1.564.406	1.782.449	1.696.019
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	2.301.087	2.261.763	1.787.018	1.861.316
Comunicações	110.764	117.568	117.261	125.026
Processamento de Dados	2.167.661	1.895.534	2.105.398	1.649.347
Propaganda, Promoções e Publicidade	202.665	223.041	259.903	299.207
Aluguéis	197.320	306.266	208.055	314.702
Manutenção e Conservação de Bens	107.788	119.881	122.153	133.575
Água, Energia e Gás	72.113	84.286	79.793	91.114
Material	44.920	44.333	46.913	46.443
Outras	964.875	856.533	521.111	509.539
Total	**7.844.931**	**7.473.611**	**7.030.054**	**6.726.288**

26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Atualizações monetárias (1)	725.820	244.471	797.706	318.864
Comissões	(951.346)	(843.092)	(1.112.899)	(933.390)
Corretagens e Emolumentos	(63.742)	(43.902)	(52.360)	(45.181)
Despesas com Cartórios	(2.341)	(2.370)	(178.371)	(155.350)
Despesa com Formalização de Negócios	(96.657)	(85.297)	(96.657)	(85.297)
Despesas Judiciais e Custas	(188.640)	(136.766)	(190.427)	(137.709)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(67.631)	(64.354)	(69.234)	(65.563)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(46.752)	(39.844)	(45.406)	(38.492)
Fiscais	(61.809)	12.883	(76.897)	8.155
Trabalhistas	(2.011.536)	(1.387.743)	(2.156.294)	(1.489.954)
Cíveis	(493.710)	(401.273)	(655.818)	(558.555)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	65.482	102.327	380.936	492.027
Resultado com Cartões	(1.055.605)	(1.666.132)	(1.888.598)	(1.227.745)
Recuperação de Encargos e Despesas	402.912	505.563	602.098	718.206
Outras (2)	(1.134.815)	(1.174.348)	(1.869.841)	(1.509.664)
Total	**(4.980.370)**	**(4.979.877)**	**(6.612.062)**	**(4.709.648)**

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025 inclui, principalmente, atualização monetária sobre Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar.
(2) No semestre findo em 30 de junho de 2026 e 2025, inclui, principalmente, despesas com taxas e outras provisões.

27. VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	(1.053.154)	(479.107)	(1.029.202)	(476.927)
Operações de Crédito	6.335.901	7.860.284	6.533.555	8.022.481
Captações	(674.767)	1.628.446	(674.767)	1.717.094
Empréstimos e Repasses	(2.162.504)	(4.649.564)	(2.162.347)	(4.662.047)
Total	**2.445.476**	**4.360.059**	**2.667.239**	**4.600.601**

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banco		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.093	-	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	87.381	99.308	84.689	113.002
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	1.786	2.037	1.142	20.306
Despesas com Bens não de Uso	(42.683)	(42.252)	(42.684)	(42.747)
Ganhos (Perdas) de Capital	(291)	6.644	14.485	2.471
Outras Receitas (Despesas) (1)	(56.170)	11.995	(70.456)	6.485
Total	**(9.977)**	**78.825**	**(12.824)**	**100.610**

(1) Refere-se ao pagamento adicional pela aquisição da Toro.

29. PLANO DE BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

a) Plano de Aposentadoria Complementar

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

• Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 01 de outubro de 1994.

Plano II: plano de benefício definido custeado pelo Banco Santander e participantes, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975 e migrados do Plano I. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Planos DCA, DAB e CACIBAN: complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões em novembro de 1999.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados advindos do processo de aquisição do ex-Banco Noroeste. Plano fechado para novas adesões desde 30 de junho de 1996.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável instituído em 01 de julho de 1996. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

continua ...

Ines249

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Bandeprev - Bandepe Previdência Social
Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em Plano Básico, Plano Especial 1 e Plano especial 2 com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.
• Planos de Contribuição Definida
A **SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída na forma das normas legais em vigor, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.
O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi, embora tenha características de Contribuição Definida, está classificado na modalidade de Contribuição Variável em decorrência de 09 (nove) rendas mensais vitalícias, não havendo novas concessões nessa modalidade. O Plano está fechado para novas adesões desde julho de 2018, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores vertidos pelas patrocinadoras para o semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R$ 27.984 no Banco e R$ 30.401 no Consolidado.
SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 02/01/2018, o Santander oferece um programa de previdência complementar opcional para novos funcionários e/ou funcionários sem inscrição em outros planos do Conglomerado Santander Brasil.
O programa inclui as modalidades PGBL e VGBL, administradas pela Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., abertas para novas adesões. As contribuições são compartilhadas entre as empresas instituidoras/averbadoras.
Os valores apropriados pelas patrocinadoras no semestre findo em 30 de junho de 2026 foram de R$ 16.691 no Banco e R$ 17.153 no Consolidado.
• Ex-Empregados do Banespa
A ação coletiva ajuizada pela AFABESP (associação de aposentados e ex-funcionários do Banespa), pleiteando o pagamento de bônus semestral previsto no antigo estatuto social do BANESPA, teve uma decisão final desfavorável ao Banco Santander. Com isso, cada beneficiário da decisão pode ingressar com uma ação individual para receber o valor devido.
Como os acórdãos adotaram posicionamentos distintos para cada caso, foi instaurado perante o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) um procedimento denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) com o objetivo de estabelecer critérios objetivos a respeito das teses defendidas pelo Banco, principalmente o prazo prescricional e limitações de pagamentos até dezembro de 2006 (referente à constituição do Plano V). No dia 11 de março de 2024, o incidente de IRDR foi admitido para futuro julgamento e foi determinada a suspensão de todos os processos que estejam em segunda instância (TRT) e ajuizados em São Paulo (Capital) e demais cidades que integram a jurisdição do TRT de São Paulo.
Por fim, devido à divergência de interpretação do prazo prescricional trabalhista previsto na Constituição Federal, também foi ajuizada Ação de Alegação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), para que o Supremo Tribunal Federal (STF) resolva a questão e indique o prazo correto a ser utilizado nos casos individuais ajuizados.
Em 27 de junho de 2024, foi firmada uma transação entre o Banco Santander, BANESPREV, AFABESP e assessores jurídicos estabelecendo critérios e condições para liquidação das ações individuais. Até 23 de agosto de 2024 (conclusão do prazo de adesão), aproximadamente 90% dos beneficiários elegíveis formalizaram suas adesões à referida transação, que, posteriormente, foram homologadas por decisão judicial, sendo que os respectivos processos judiciais individuais serão extintos. O Banco Santander registrou obrigação referente aos valores efetivamente devidos para o pagamento da transação. Os valores devidos referente às parcelas liquidadas até a presente data, equivalente a R$ 2.488 milhões, foram aportados pelo Banco Santander nos respectivos planos administrados pelo Banesprev, responsável pela administração dos planos de previdência complementar e pelo pagamento da transação aos respectivos beneficiários. As parcelas remanescentes, registradas como obrigação de planos de benefícios a funcionários (nota 18), foram aportadas ao Banesprev até maio de 2026, atualizadas de acordo com o critério e com o índice de reajuste dos benefícios previstos no regulamento dos planos aos quais cada titular esteja vinculado.
Os demais processos individuais, cujos beneficiários não aderiram à referida transação, estão pendentes de decisão final a respeito das questões jurídicas controvertidas, as quais serão dirimidas quando do julgamento do IRDR e da ADPF.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.043.185)	(2.594)	(1.298.265)	(21.246.287)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22.455.478	3.832	2.013.093	22.460.885	3.675	2.156.838
	1.412.293	**1.238**	**714.828**	**1.214.598**	**1.008**	**849.848**
Sendo:						
Superávit	1.812.749	1.238	714.828	1.878.800	1.008	849.848
Déficit	(400.456)	-	-	(755.023)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.503.405	1.238	700.504	1.575.854	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**309.344**	**-**	**14.324**	**302.946**	**-**	**13.125**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**(400.456)**	**-**	**-**	**(755.023)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	270.878	-	33	644.248	-	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(19.614)	(1)	703	(38.956)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.890.229)	912	11.158	(3.026.048)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.176.358	327	(44.676)	943.062	640	302.714

	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos						
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(21.434.735)	(2.594)	(1.298.265)	(21.644.541)	(2.667)	(1.306.990)
Valor Justo dos Ativos do Plano	23.081.703	3.832	2.013.093	23.129.201	3.675	2.156.838
	1.646.968	**1.238**	**714.828**	**1.484.660**	**1.008**	**849.848**
Sendo:						
Superávit	2.055.744	1.238	714.828	2.161.323	1.008	849.848
Déficit	(408.776)	-	-	(767.484)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.673.141	1.238	700.504	1.786.562	1.008	836.723
Ativo Atuarial Líquido (Nota 11)	**382.603**	**-**	**14.324**	**374.761**	**-**	**13.125**
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**(408.776)**	**-**	**-**	**(767.484)**	**-**	**-**
Contribuições Efetuadas	270.878	-	33	644.248	-	164
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(17.571)	(1)	703	(44.707)	(45)	1.180
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.968.139)	912	11.158	(3.101.708)	910	10.694
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.154.628	327	(44.676)	1.004.373	640	302.714

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(709.423)	143	(24.744)	(625.017)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	625.313	35	-	110.544	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(84.110)**	**178**	**(24.744)**	**(514.473)**	**1.156**	**(32.450)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	37.445	-	(155.568)	(1.427.441)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**37.445**	**-**	**(155.568)**	**(1.427.441)**	**303**	**96.016**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**156.364**	**(176)**	**180.775**	**1.407.820**	**(1.008)**	**(61.792)**

	Consolidado					
	30/06/2026			31/12/2025		
	Banesprev	SantanderPrevi	Bandeprev	Banesprev	Santander-Previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(715.003)	143	(24.744)	(629.289)	1.135	(43.489)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	637.244	35	-	112.777	21	11.039
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(77.759)**	**178**	**(24.744)**	**(516.512)**	**1.156**	**(32.450)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(18.849)	-	(155.568)	(1.431.347)	303	96.016
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(18.849)**	**-**	**(155.568)**	**(1.431.347)**	**303**	**96.016**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**208.557**	**176**	**180.775**	**1.419.503**	**1.008**	**(61.792)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2026:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2026**	31/12/2025
Banesprev		
Plano I	8,15	8,15
Plano II	8,27	8,45
Plano III	7,47	7,47
Plano IV	8,00	8,00
Plano V	6,11	6,35
Pré-75	6,77	7,07
Planos DCA, DAB e CACIBAN	4,78/4,50/5,31	4,78/4,50/5,31
Sanprev		
Plano I	5,27	5,27
Plano II	8,19	8,19
Plano III	7,66	7,66
Bandeprev		
Plano Básico	6,85	6,85
Plano Especial 1	5,06	5,06
Plano Especial 2	4,63	4,63
SantanderPrevi		
SantanderPrevi	6,03	6,03

b) Plano de assistência médica e odontológica
Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.
ABN: o plano de assistência médica tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada, era exigido vínculo de 10 anos no Banco Real e 55 anos de idade. O aposentado arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%, essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o aposentado desligado arca com 100% da mensalidade.
Circulares: Benefício vitalício para ex-funcionário do Banco Real, concedido nas mesmas condições dos funcionários ativos (mesmas coberturas e desenho de plano). Elegíveis apenas ao plano Básico (com subsídio de 90%) e Apartamento (primeiro padrão) pagando a diferença entre os planos. Ambos os planos têm coparticipação e não é permitida a inclusão de novos dependentes.
Assistência Médica Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.
Diretores com Benefício Vitalício: fazem parte desse benefício ex-diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há novas inclusões, sendo 100% subsidiado pelo Banco e todos alocados na operadora SulAmerica.
Assistência Médica Fundação Sudameris: Plano de assistência médica, padrão enfermaria, oferecido aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos. Encerrado para novas adesões.
Plano de Saúde Para Sócios: Sócios do Banco Santander podem manter o plano de saúde vitalício, em caso de desligamento sem justa causa, se atenderem aos requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de Sócios no Banco Santander por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será nas mesmas regras vigentes no desligamento e o Sócio deve pagar a mensalidade via boleto. Os dependentes ativos no desligamento permanecem no plano médico, conforme política vigente e não é permitida inclusão de novos dependentes. Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

c) Seguro de Vida
Seguro de Vida Circulares: concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.
Seguro de Vida Caixas Assistenciais: concedidos aos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN, do antigo Banco Meridional, com subsídio de 50% do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

III. Técnicas atuariais
O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:
• Método de avaliação
Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banco							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Cabesp	Demais Planos			Cabesp	Demais Planos		
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.686.919)	(604.548)			(4.728.245)	(589.719)		
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.084.501	-			5.084.916	-		
	397.582	**(604.548)**			**356.671**	**(589.719)**		
Sendo:								
Superávit	397.582	-			356.671	-		
Déficit	-	(604.548)			-	(589.719)		
Valor não Reconhecido como Ativo	(397.582)	-			356.671	-		
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**-**	**(604.548)**			**-**	**(589.719)**		
Contribuições Efetuadas	84.450	23.281			179.830	44.058		
Receitas (Despesas) Reconhecidas	5.106	(32.211)			6.999	(60.383)		
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.022.907)	87.040			(1.931.858)	92.938		
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	162.638	-			554.206	-		

	Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Cabesp	Demais Planos			Cabesp	Demais Planos		
Conciliação dos Ativos e Passivos								
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.842.699)	(604.548)			(4.885.196)	(589.719)		
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.253.496	-			5.253.707	-		
	410.797	**(604.548)**			**368.511**	**(589.719)**		
Sendo:								
Superávit	410.797	-			368.511	-		
Déficit	-	(604.548)			-	(589.719)		
Valor não Reconhecido como Ativo	410.797	-			368.511	-		
Passivo Atuarial Líquido (Nota 18)	**-**	**(604.548)**			**-**	**(589.719)**		
Contribuições Efetuadas	85.890	23.281			182.652	44.058		
Receitas (Despesas) Reconhecidas	5.173	(32.211)			7.060	(60.383)		
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.991.130)	87.040			(1.901.575)	92.938		
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	169.628	-			567.870	-		

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Cabesp	Demais Planos			Cabesp	Demais Planos		
Experiência do Plano	(138.162)	(5.898)			(706.938)	(16.624)		
Mudanças em Hipóteses Financeiras	173.843	-			9.610	954		
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-			(110.310)	-		
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**35.681**	**(5.898)**			**(807.638)**	**(15.670)**		
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(103.086)	-			43.461	-		
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(103.086)**	**-**			**43.461**	**-**		
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(22.151)**	**-**			**577.348**	**-**		

	Consolidado							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Cabesp	Demais Planos			Cabesp	Demais Planos		
Experiência do Plano	(142.618)	(5.898)			(721.725)	(16.624)		
Mudanças em Hipóteses Financeiras	179.252	-			10.046	954		
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-			(114.165)	-		
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**36.634**	**(5.898)**			**(825.844)**	**(15.670)**		
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(104.780)	-			37.908	-		
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(104.780)**	**-**			**37.908**	**-**		
Mudança no Superávit Irrecuperável	**(22.904)**	**-**			**598.347**	**-**		

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 30 de junho de 2026:

	Duração (em Anos)	
Planos	**30/06/2026**	31/12/2025
Cabesp	9,92	10,33
ABN	7,64	7,64
Circulares	7,21	7,21
AM - Bandeprev	8,01	8,01
Diretores Vitalícios	5,97	5,97
AM - Fundação Sudameris	8,21	8,21
Plano de Saúde para Sócios	21,11	21,11
Seguro de Vida	4,60	4,60

d) Gestão dos Ativos dos Planos
As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 30 de junho de 2026, são as seguintes:

	Banco/Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Instrumentos de Dívida	94,6 %	94,6 %
Bens Imóveis	0,2 %	0,2 %
Outros	5,2 %	5,2 %

e) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos
Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,65% e 11,14 (1)	10,52% e 10,90 (2)	10,65 %	10,52 %
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,00 %	3,00 %	3,00 %	3,00 %
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,52 %	N/A	3,52 %	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	**Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%** Demais planos: AT2000	AT2000	**Banesprev I, III, Pre75, Sanprev I, III, Santanderprevi, DAB, DCA e Caciban: AT2000 suavizada em 10%** Demais planos: AT2000	AT2000

(1) Banesprev Planos II, V e Pré 75
(2) Cabesp

f) Análise de Sensibilidade
Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, teriam os seguintes efeitos:

	Banco/Consolidado			
	30/06/2026		31/12/2025	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(26.808)	(259.596)	(26.808)	(259.596)
(-)0,5%	29.147	282.241	29.147	282.241
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral				
Aplicada (+) 2 anos	(57.188)	(553.699)	(57.188)	(553.699)
Aplicada (-) 2 anos	59.695	577.970	(59.695)	577.970
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	32.334	313.063	32.334	313.063
(-)0,5%	(30.085)	(291.286)	(30.085)	(291.286)

g) Remuneração com Base em Ações
O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2023 a 01/2027	2025 e 2026	R$ 1.375.000 (1)	R$ 1.375.000 (1)
		01/2024 a 12/2027	2025 a 2028	R$ 200.000 (1)	R$ 350.000 (1)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R$ 17.465.000 (1)	R$ 2.500.000 (1)
		01/2022 a 12/2025	2025	R$ - (2)	R$ 42.940 (2)
		01/2023 a 12/2026	2026	R$ - (3)	R$ 38.267 (3)
		01/2025 a 12/2028	2027 a 2028	R$ 171.522 SANB11 (4)	R$ - SANB11 (4)
		2023	EUR 3,67	- Ações Globais (5) Opções sobre ações	- Ações Globais (5) Opções sobre ações
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		385.956 Globais (5)	420.394 Globais (5)
		02/2024	EUR 2,685	- Ações Globais (5) Opções sobre ações	- Ações Globais (5) Opções sobre ações
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		105.534 Globais (5)	105.534 Globais (5)
		2025	EUR 3,104	- Ações Globais (6) Opções sobre ações	95.786 Ações Globais (5) Opções sobre ações
		2025, com limite para exercício das opções até 2030		22.989 Globais (6)	61.304 Globais (5)
		2026	EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7) Opções sobre ações	175.476 Ações Globais (5) Opções sobre ações
		2026, com limite para exercício das opções até 2033		472.469 Globais (7)	472.469 Globais (5)
		2027	EUR 63,95	5.512 Ações Globais (8) Opções sobre ações	8.528 Ações Globais (5) Opções sobre ações
		2027, com limite para exercício das opções até 2032		55.210 Globais (8)	80.476 Globais (5)
		2028	EUR 71,42	1.279 Ações Globais (8) Opções sobre ações	1.866 Ações Globais (7) (8) Opções sobre ações
		2028, com limite para exercício das opções até 2033		6.729 Globais (8)	9.007 Globais (7)
	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2029	EUR 54,14	5.340 Ações Globais (9)	5.340 Ações Globais (7)
		2030	EUR 61,07	5.745 Ações Globais (9)	-
Globais		12/2025, com pagamento em 2026	R$ 28,92	52.037 SANB11	52.037 SANB11
			R$	19.040.000 (1)	R$ 4.225.000 (1)
				223.559 SANB11 (2) (3) (4) Ações Globais	133.244 SANB11 (2) (3) (4) Ações Globais
				187.607 (5) (6) (7) (8) (9) Opções sobre ações	286.996 (5) (6) (7) (8) (9) Opções sobre ações
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2026				1.048.887 Globais (5) (6) (7) (8)	1.149.184 Globais (5) (6) (7) (8)

(1) Target do plano em Reais, pago em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao pagamento.
(2) Contratos finalizados, com entrega de 42.940 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
(3) Contratos finalizados, com entrega de 29.824 ações brutas no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano. Foram canceladas 8.443 ações.
(4) Planos de Incentivo de Longo Prazo outorgados ao longo do período, com target em ações SANB11.
(5) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(6) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(7) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
(8) Pagamento parcial do plano em espécie do valor correspondente às ações e opções que se tornaram vested.
(9) Target do plano em ações e opções Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)
Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2025, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:
• Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
• Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
• Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de *malus* e *clawback*.
Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.
Modelo de Precificação
A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (*Dupire*), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:
• Preço médio ponderado das ações;
• Preço de exercício;
• Volatilidade implícita e esperada;
• Taxa de juros livre de risco;
• Projeção de dividendos.
As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.
Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)
Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com *vesting* de 3 (três) anos.
Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais.
O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 30 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.
Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

g.1) Impacto no Resultado
Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	**Tipo de Liquidação**		
Local	Ações do Santander (Brasil)	12.665	3.477
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	1.875	3.169

g.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações
No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.
O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco		Consolidado	
			01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programa	**Participantes**	**Tipo de Liquidação**				
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	127.735	134.521	129.455	139.436
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	104.725	102.797	97.445	101.586

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS, CAPITAL E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos
O Banco Santander segue um modelo baseado na gestão e controle prudencial dos riscos com estruturas especializadas em cada risco, bem como uma área que realiza o gerenciamento integrado e holístico dos riscos por meio da autoavaliação do perfil de riscos e controle do Apetite de Riscos (RAS) aprovados pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.
Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:
• Todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco - (Cultura Risk Pro);
• Envolvimento da Alta Administração promovendo a gestão e o controle consistente dos riscos;
• Independência das funções de gestão e controle de riscos;
• Abordagem abrangente para gestão e controle de riscos;
• Gestão adequada da informação de forma que seja oportuna, precisa e suficientemente detalhada.

A. Risco de Crédito
A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.
Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.
O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.
Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes, inclui aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.
Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:
• Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
• Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

continua ...

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.
Além disso, constitui Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 9**).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de variações nos preços de mercado que afetem as posições detidas pela instituição, incluindo, entre outros, fatores de risco relacionados a taxas de juros, índices de preços, preços de ações, taxas de câmbio, commodities e spreads de crédito.
A gestão do risco de mercado no Banco Santander está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e baseia-se em uma estrutura de gerenciamento abrangente, que assegura a adequada identificação, mensuração, monitoramento e controle das exposições. Essa estrutura proporciona transparência ao perfil de risco da instituição, suportando a tomada de decisões pela alta administração e promovendo alinhamento com o apetite de risco definido.
A identificação, mensuração e o acompanhamento das exposições são realizados por áreas independentes das unidades de negócio, em consonância com as políticas internas e com a governança de gestão integrada de riscos. O apetite de risco de mercado é aprovado em instâncias executivas superiores e definido com base em análises quantitativas e qualitativas, que consideram, entre outros aspectos, as estratégias das carteiras, sensibilidades a fatores de risco, condições de liquidez e potenciais impactos de cenários adversos de mercado.

C. Risco Operacional e Controles Internos

O Banco Santander mantém estrutura de gerenciamento de risco operacional e de controles internos, observando as Resoluções CMN nº 4.557/2017 e nº 4.968/2021, respectivamente, bem como as diretrizes do Comitê de Basileia e as definições corporativas do Grupo Santander. Para fins dessa estrutura, o risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal.
O modelo de gestão é fundamentado na metodologia Risk *and Control Self-Assessment* (RCSA) e estruturado em três linhas de governança. A primeira linha, composta pelas áreas de negócios e suporte, é responsável por identificar, avaliar, documentar e gerenciar os riscos e controles associados às suas atividades, bem como por definir e executar os respectivos planos de ação. A segunda linha, representada pela área de Risco Operacional & Controles Internos, estabelece metodologias, supervisiona sua aplicação, avalia a consistência e desafia as autoavaliações realizadas pela primeira linha, além de monitorar indicadores, eventos e perdas operacionais, acompanhar a remediação de deficiências e reportar a exposição consolidada aos fóruns de governança competentes. A Auditoria Interna, como terceira linha, realiza avaliação independente da efetividade da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.
O modelo integra instrumentos de gestão como definição e acompanhamento do apetite de risco operacional, captura e análise de eventos e perdas operacionais, autoavaliação de riscos e controles (RCSA), indicadores, análise de cenários, avaliação de riscos em novos produtos, serviços e mudanças relevantes, treinamento e disseminação da cultura de riscos, controles internos e acompanhamento de planos de ação. O apetite de risco operacional é aprovado pelo Conselho de Administração e revisado periodicamente.
Adicionalmente, o Modelo de Controles Internos baseia-se na metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), com foco em objetivos operacionais, de divulgação financeira e de conformidade, em alinhamento aos objetivos estratégicos do Banco. O modelo observa os requerimentos legais, regulatórios e internos aplicáveis ao Banco e às entidades do conglomerado, incluindo as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BCB), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais exigências aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas a entidades reguladas, companhias abertas, listagem de valores mobiliários e reporte corporativo, quando aplicável.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem, em grande parte, da capacidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidades em competir com os concorrentes de mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção a Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, assessoramento e supervisão do Programa de Prevenção a Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil, em conformidade com os requerimentos do Grupo Santander e com as regulamentações aplicáveis no Brasil. Tem como principais pilares os programas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Antissuborno e Corrupção e Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto, em linha com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, fortalecendo a cultura de gestão de riscos por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

O Banco mantém estrutura de gerenciamento para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos (RSAC), inclusive seus potenciais efeitos reputacionais, de forma integrada aos demais riscos incorridos pelo Banco. Essa estrutura busca assegurar a adequada incorporação desses fatores aos processos de tomada de decisão, contribuindo para a resiliência do modelo de negócios e para o desenvolvimento sustentável das atividades do Banco.
O gerenciamento do RSAC é orientado pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), pela Política de Gestão Integrada de Risco Social, Ambiental e Climático (RSAC) e pelas políticas específicas aplicáveis às operações de crédito. Esses normativos estabelecem princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades para a incorporação de fatores sociais, ambientais e climáticos aos processos, produtos, serviços e ao relacionamento com clientes, fornecedores e demais partes interessadas.
No processo de concessão de crédito, a análise de RSAC é realizada com base em critérios de relevância e proporcionalidade para clientes dos segmentos SCIB, Corporate (Large e Middle) e Agronegócio que atuem em setores classificados como de especial atenção e possuam exposição ou limite de crédito igual ou superior a R$ 10 milhões. A avaliação é conduzida por equipe especializada da área de ESCC Risk, que emite parecer técnico e atribui rating RSAC para subsidiar a decisão de crédito e o monitoramento das exposições. O processo também contempla, conforme a natureza da operação, a análise de projetos, incluindo imobiliários, garantias urbanas e rurais, operações de agronegócio e processos de aceitação de relacionamento.
Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, aplicados às operações de financiamento de projetos enquadradas em seu escopo, como instrumento para identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos associados a esses financiamentos. Adicionalmente, operações específicas podem ser submetidas a diligências complementares de RSAC, de acordo com critérios internos de risco.
A estrutura de gerenciamento do RSAC está alinhada às Resoluções CMN nº 4.943/2021, nº 4.945/2021 e às demais normas aplicáveis. Informações adicionais sobre governança, estratégia, gerenciamento de riscos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas encontram-se disponíveis no Relatório GRSAC.

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:
• Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
• Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
• Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
• Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.
No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).
Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital - Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen" na página https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.
Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.
O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199/2024.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência Nível I	94.594,4	94.548,4
Capital Principal	86.474,8	86.426,5
Capital Complementar	8.119,6	8.121,9
Patrimônio de Referência Nível II	24.103,1	20.521,2
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	**118.697,6**	**115.069,5**
Risco de Crédito (1)	640.241,1	627.239,5
Risco de Mercado (2)	40.837,9	45.564,2
Risco Operacional	92.832,0	74.911,2
Total de RWA (3)	**773.911,0**	**747.714,9**
Índice de Basileia Nível I	**12,22**	**12,64**
Índice de Basileia Capital Principal	**11,17**	**11,56**
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	**15,34**	**15,39**

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.
(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcam), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).
(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.
As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN n° 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.
Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.
O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.
Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2026.

Carteira Negociação		Consolidado		
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.043)	(35.671)	(71.342)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(39)	(193)	(385)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(7.169)	(22.225)	(44.450)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.009)	(45.847)	(91.694)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.967)	(5.893)	(11.786)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(5.489)	(137.221)	(274.442)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.169)	(30.959)	(61.919)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(228)	(5.705)	(11.410)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(428)	(10.700)	(21.399)
Total (1)		**(22.541)**	**(294.414)**	**(588.827)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking		Consolidado		
Fatores de Risco	**Descrição**	**Cenário 1**	**Cenário 2**	**Cenário 3**
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(33.870)	(1.262.958)	(2.557.591)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(42.460)	(1.564.954)	(2.764.159)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Indices de Preços	(33.728)	(625.236)	(1.156.618)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(21.332)	(298.903)	(572.475)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.862)	(41.444)	(85.295)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papeis negociados no mercado internacional	(3.476)	(386.138)	(894.840)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	1.169	29.224	58.447
Total (1)		**(137.559)**	**(4.150.409)**	**(7.972.531)**

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).
Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

Até o semestre findo em 30 de junho de 2026, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Incorporação de Ações da Santander CTVM pela Santander DTVM

Em 30 de junho de 2026, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM") e da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), que aprovaram a incorporação das ações de emissão da Santander CTVM detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. pela Santander DTVM. Com isso houve o aumento do capital social da Santander DTVM e emissão de novas ações para o Banco Santander (Brasil) S.A., totalizando o valor de R$ 191MM.

b) Incorporação da Esfera Fidelidade pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 30 de junho de 2026, a Esfera Fidelidade S.A. ("Esfera") foi incorporada totalmente tendo seu patrimônio absorvido por sua controladora direta, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil"). A incorporação total da Esfera não implicou um aumento de capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Esfera era detida pelo Santander Brasil e, portanto, o seu valor já era refletido em conta de investimento por equivalência.

c) Santander Financiamento firma Contrato para a aquisição de 49% de participação societária na Loop Gestão de Pátios S.A.

Em 22 de junho de 2026, a Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Santander Financiamento"), de um lado, e Loop AC Participações Ltda. e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., de outro lado, formalizaram um contrato de compra e venda de participação societária com vistas a aquisição, pela Santander Financiamento, de 49% do capital social total e votante da Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop"). O grupo Santander já detinha participação indireta na Loop por meio da Webmotors S.A. ("Webmotors") e, com a operação, passará a deter também participação direta na companhia. A efetivação da operação está sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

d) Incorporação da Santander Holding Imobiliária e Solution 4Fleet

Em 30 de abril de 2026, foi aprovada a incorporação da Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e da Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. ("S4F") pela Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda. ("Tools") para simplificar a estrutura societária, unificar processos contábeis e reduzir custos operacionais do Santander Brasil.

e) Banco Santander firma Contrato para a aquisição de 100% de participação societária de novas SPEs

Em 08 de abril de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. obteve a aprovação do Banco Central do Brasil para a aquisição de 100% do capital social, total e votante, da BREF III Empreendimentos Imobiliários 4 S.A., BREF III Empreendimentos Imobiliários 5 S.A. e BREF III Empreendimentos Imobiliários 6 S.A., nos termos do contrato de compra e venda de ações firmado com o BREF III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Responsabilidade Limitada. As referidas sociedades são titulares dos imóveis que compõem o Campus JK, onde será desenvolvido o empreendimento imobiliário destinado à nova sede do Santander. A efetivação da operação permanece sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à verificação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo a conclusão das obras e a obtenção do "Habite-se".

f) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM - Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. ("Operação"). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

g) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda ("Summer"). com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R$ 71.979.175 (31/12/2025 - R$ 68.850.499) no Banco e no Consolidado.
b) O valor total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R$ 267.598.148 (31/12/2025 - R$ 227.012.763) registrados em contas de compensação.
c) Os seguros vigentes em 30 de junho de 2026, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R$ 9.214.986 (31/12/2025 - R$ 9.214.986) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de junho de 2026, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R$ 1.546.051 (31/12/2025 - R$ 1.546.051).
d) Em 30 de junho de 2026, não houve operações atividades vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.
e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.
f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Até 1 Ano	354.960	366.739
Entre 1 a 5 Anos	855.144	912.695
Mais de 5 Anos	42.541	63.578
Total	**1.252.645**	**1.343.012**

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R$ 287 (31/12/2025 - R$ 488) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2026, foram no valor de R$ 182.299 (31/12/2025 - R$ 194.402).
Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco					
	2026			2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2026	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	76.142.109	-	76.142.109	68.500.890	-	68.500.890
Despesas da Intermediação Financeira	(64.478.333)	-	(64.478.333)	(59.940.070)	-	(59.940.070)
Variações Cambiais (Liquidas)	2.445.476	-	2.445.476	4.360.059	-	4.360.059
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**14.109.252**	**-**	**14.109.252**	**12.920.879**	**-**	**12.920.879**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(6.033.955)	(76.390)	(6.110.345)	(5.409.979)	(91.710)	(5.501.689)
Resultado Operacional	**8.075.297**	**(76.390)**	**7.998.907**	**7.510.900**	**(91.710)**	**7.419.190**
Resultado não Operacional	**(9.977)**	**-**	**(9.977)**	**78.825**	**-**	**78.825**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**8.065.320**	**(76.390)**	**7.988.930**	**7.589.725**	**(91.710)**	**7.498.015**
Imposto de Renda e Contribuição Social	420.351	-	420.351	831.611	6.150	837.761
Participações no Lucro	(1.026.521)	-	(1.026.521)	(983.907)	-	(983.907)
Lucro Líquido	**7.459.150**	**(76.390)**	**7.382.760**	**7.437.429**	**(85.560)**	**7.351.869**

	Consolidado					
	2026			2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2026	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	80.640.597	-	80.640.597	75.964.867	-	75.964.867
Despesas da Intermediação Financeira	(65.564.961)	-	(65.564.961)	(62.175.852)	-	(62.175.852)
Variações Cambiais (Liquidas)	2.667.239	-	2.667.239	4.600.601	-	4.600.601
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**17.742.875**	**-**	**17.742.875**	**18.389.616**	**-**	**18.389.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(9.675.204)	(118.418)	(9.793.622)	(8.141.239)	(148.382)	(8.289.621)
Resultado Operacional	**8.067.671**	**(118.418)**	**7.949.253**	**10.248.377**	**(148.382)**	**10.099.995**
Resultado não Operacional	**(12.824)**	**-**	**(12.824)**	**100.610**	**-**	**100.610**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**8.054.847**	**(118.418)**	**7.936.429**	**10.348.987**	**(148.382)**	**10.200.605**
Imposto de Renda e Contribuição Social	142.034	2.842	144.876	(1.260.976)	9.177	(1.251.799)
Participações no Lucro	(1.463.165)	-	(1.463.165)	(1.400.392)	-	(1.400.392)
Participações dos Acionistas Minoritários	(225.393)	-	(225.393)	(176.758)	-	(176.758)
Lucro Líquido	**6.508.323**	**(115.576)**	**6.392.747**	**7.510.861**	**(139.205)**	**7.371.656**

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R$ 76.390 e R$ 118.418 (30/06/2025 - R$ 91.710 e R$ 148.382) no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R$ 76.390 e R$ 115.576 (30/06/2025 - R$ 85.560 e R$ 139.205).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de julho de 2026, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Fizeram jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontravam inscritos nos registros do Banco no final do dia 21 de julho de 2026 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de julho de 2026 (inclusive), as ações do Banco foram negociadas "Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 06 de agosto de 2026. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2026, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

b) Incorporação da Santander Leasing pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

Em 1º de julho de 2026, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander Brasil") recebeu a homologação do Banco Central do Brasil referente à incorporação da Santander Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), conforme aprovado pelas Assembleias Gerais das duas companhias realizadas em 28 de novembro de 2025.
Com a homologação pelo Banco Central do Brasil, foram atendidas todas as condições necessárias para a conclusão da operação, que passou a produzir efeitos a partir daquela data.
A incorporação não resultou em aumento do capital social do Santander Brasil, uma vez que a totalidade das ações de emissão da Santander Leasing era de sua titularidade. Dessa forma, o investimento já se encontrava integralmente reconhecido nas demonstrações financeiras do Santander Brasil pelo método da equivalência patrimonial, não havendo impacto patrimonial decorrente da incorporação.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Deborah Stern Vieitas - Presidente (independente)
Javier Maldonado Trinchant - Vice - presidente
Antonio Carlos Quintella - Conselheiro (independente)
Cristiana Almeida Pipponzi - Conselheira (independente)
Cristina San Jose Brosa - Conselheira
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
Ede Ilson Viani - Conselheiro
Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro (1)
Nitin Prabhu - Conselheiro
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

COMITÊ DE AUDITORIA

Pedro Augusto de Melo - Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
Andrea Maria Ramos Leonel - Membro
René Luiz Grande - Membro

COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
Cristina San Jose Brosa - Membro
Deborah Stern Vieitas - Membro
Jaime Leôncio Singer - Membro
José Mauricio Pereira Coelho - Membro

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Vivianne Naigeborin - Membro
Tasso Rezende de Azevedo - Membro

COMITÊ DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Nitin Prabhu - Coordenador
Deborah Stern Vieitas - Membro
Ede Ilson Viani - Membro
Eduardo Alvarez Garrido - Membro
Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
Guilherme Horn - Membro
Marco Jose Miguel Bressan - Membro

COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
Deborah Patricia Wright - Membro
Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
Javier Maldonado Trinchant - Membro

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Deborah Patricia Wright - Coordenadora
Deborah Stern Vieitas - Membro
Luiz Fernando Sanzogo Giorgi - Membro
Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

(1) Em reunião realizada em 30 de junho de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a exoneração do Sr. Mario Roberto Opice Leão do cargo de Diretor Presidente e tomou ciência da sua renúncia aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Inovação e Tecnologia da Companhia. Na mesma reunião, foi confirmada a posse do Sr. Gilson Finkelsztain no cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 1º de julho de 2026.

continua ...

Ines249

... continuação

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR PRESIDENTE

Mario Roberto Opice Leão (1)

DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch

DIRETORES VICE-PRESIDENTE EXECUTIVOS

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Carlos Ignacio Muñiz Gonzalez Blanch
Cezar Augusto Janikian
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Denis Ferro Junior
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Augusto de Andrade Barbosa
Leonardo Mendes Cabral
Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Mauricio Caliggiuri Inforçati
Michele Soares Ishii
Nicolás Vergara
Pablo Agote Alique
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vítor Ohtsuki

CONTADORA

Anna Paula Dorce Armonia - CRC Nº 1SP - 198352/9

(1) Em reunião realizada em 30 de junho de 2026, o Conselho de Administração deliberou sobre a exoneração do Sr. Mario Roberto Opice Leão do cargo de Diretor Presidente e tomou ciência da sua renúncia aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Inovação e Tecnologia da Companhia. Na mesma reunião, foi confirmada a posse do Sr. Gilson Finkelsztain no cargo de Diretor Presidente da Companhia, a partir de 1º de julho de 2026.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referente ao semestre findo em 30/06/2026, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis. Banco Santander (Brasil) S.A. - Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil, divulgadas no dia 29 de julho de 2026 no site eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.ri.santander.com.br), o Comitê de Auditoria, entre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da adequação das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Ainda, o Comitê de Auditoria recomenda, sempre que julgar necessário e aplicável, a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

O Comitê de Auditoria é composto por quatro membros independentes, reeleitos conforme deliberação tomada na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2026. Atua por meio de reuniões com executivos (locais e do Conglomerado, se necessário), auditores (interno e externo), especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, tomando as iniciativas adicionais necessárias para exercer seu dever de diligência. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, dos resultados das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos, Compliance e riscos operacionais.

Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, mediante reportes regulares do coordenador do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração.

No tocante às suas atribuições, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2026 e 31 de julho de 2026, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu a análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, referentes ao primeiro semestre de 2026, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Para o exercício dessa análise e recomendação, o Comitê de Auditoria reuniu-se com os auditores independentes, com a Vice-Presidência de Finanças, e com os profissionais responsáveis pela controladoria e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua recomendação de aprovação ao Conselho de Administração e divulgação ao mercado.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria participou regularmente das reuniões do Comitê de Riscos e Compliance, recebeu informações e manteve reuniões com a Vice-Presidência Executiva de Riscos, com a Diretoria de Compliance, Controles Internos e com as principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e da infraestrutura de controles internos, gerenciamento de riscos e controles de Conduta do Conglomerado. Verificou, ainda, os casos sob acompanhamento do Canal Aberto (denominação do canal de denúncias) e das áreas de Segurança da Informação e Combate a Fraudes. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com a regulação vigente.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área de Auditoria Interna e seus representantes em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2026, e além de ter acompanhado os reportes acerca da evolução do Plano de Auditoria interna 2026, dos trabalhos executados, verificou os relatórios emitidos, suas respectivas conclusões e recomendações, dando destaque: (i) ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas nas quais os controles foram considerados como "Necessita Melhora Moderada/Necessita Melhora Significativa"; (ii) aos resultados das melhorias aplicadas para o acompanhamento e cumprimento das recomendações e seus planos de ação para contínuo avanço; e (iii) ao atendimento às demandas dos órgãos reguladores, (iv) às eventuais recalendarizações de planos de ação. Em diversas outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria.

Auditoria Independente

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes ("PwC"), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a firma, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2026. Nessas reuniões tiveram destaque: discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro trimestre e do segundo trimestre de 2026, as práticas contábeis, os principais assuntos de auditoria (PAA´s) e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos. Além disto, o Comitê reuniu-se com o Auditor Independente em sessões executivas para debater temas de interesse, como ativos digitais e criptomoedas. O Comitê de Auditoria avaliou, sob a perspectiva da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda da independência, as propostas apresentadas pela PwC para a realização de outros serviços, aprovando-as de acordo com a Política de Aprovação de Serviços de Auditoria.

O Comitê também se reuniu com os auditores independentes do Banco RCI Brasil S.A., integrante do Conglomerado, respectivamente, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 e com a Forvis-Mazars, responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras para o exercício que se iniciou em 2026.

Ouvidoria

Em consonância com a regulação vigente, acompanhou os trabalhos executados, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. Além do reporte dos trabalhos de 2026, o Comitê também tomou conhecimento do relatório semestral da Ouvidoria, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, tanto do Banco Santander (Brasil) e Coligadas, como das sociedades do Conglomerado que possuem Ouvidoria própria.

Órgãos Reguladores

O Comitê de Auditoria monitora os Ofícios recebidos de órgãos reguladores, acompanha as inspeções em andamento e atua sobre os resultados e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores, planos de ação e as respectivas providências adotadas pela administração para atendimento de tais apontamentos, bem como monitora as novas regulações, mantendo reuniões com reguladores, sempre que solicitado. No caso do Banco Central do Brasil mantém reuniões regulares com os supervisores do Departamento de Supervisão Bancária - Desup.

Partes Relacionadas

Durante o período compreendido nesse relatório, o Comitê de Auditoria monitorou e avaliou as transações com partes relacionadas, aprofundando seu entendimento a partir de reuniões internas com as contrapartes, assim como solicitando opiniões independentes sempre que necessário. Nos casos de transações com partes relacionadas com contrapartes globais, o Comitê interagiu também com seus responsáveis globais.

Outras Atividades

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Conglomerado, aprofundando suas análises, cabendo destacar o acompanhamento dos seguintes temas: (i) capital regulatório; (ii) monitoramento de segurança cibernética; (iii) Sustentabilidade, em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade; (iv) Conduta, PLD/CFT, KYC, políticas e planos de ação de melhorias contínuas e estruturais; (v) atividades da diretoria de relacionamento com clientes, seus planos de ação e seus resultados; (vi) contencioso fiscal, trabalhista e cível; (vii) revisão e aprovação do Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário; e (viii) provisões e temas relacionados à PCLD.

No período, os membros do Comitê de Auditoria participaram também de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados às atividades do Comitê e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são apropriados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. e Empresas Controladas que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro, para o semestre findo em 30 de junho de 2026, recomendando suas aprovações pelo Conselho de Administração do Santander.

São Paulo, 28 de julho de 2026.

Comitê de Auditoria

Pedro Augusto de Melo - Coordenador
Luiz Carlos Nannini - Especialista Financeiro
René Luiz Grande
Andrea Maria Ramos Leonel

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

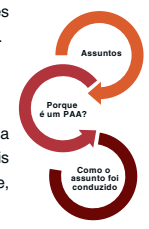
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e do Banco e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3(a) (VIII), (XI) e (XII), 9 e 30(a) (A))	
A determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e de forma individual ou coletiva para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, que considera fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, situação econômica e financeira, garantias, segmento e cenários econômicos. Dessa forma, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.	Realizamos, com o auxílio de nossos especialistas, entendimento e testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito, contemplando, entre outros, os seguintes procedimentos e aspectos: (i) modelos, julgamentos e premissas adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (ii) existência e mensuração das garantias na determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito; (iii) validação interna; (iv) processamento e contabilização das perdas estimadas; (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) elaboração das notas explicativas. Adicionalmente, para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos, em base amostral, os critérios utilizados para a determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Assim como, para as estimativas de perda calculadas considerando a avaliação coletiva, testamos, em base amostral, os referidos modelos, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão alinhados com as informações analisadas durante nossa auditoria, conforme divulgados nas demonstrações financeiras.
Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 3(n) e 20)	
O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente, os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A determinação da constituição de provisões para processos judiciais e administrativos, requer julgamento significativo da Administração quanto à probabilidade de perda. Nessas circunstâncias, esse assunto mantém-se como área de foco em nossa auditoria.	Realizamos entendimento e testes sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e constituição de passivos para processos judiciais e administrativos (tributários, cíveis e trabalhistas) e as divulgações em notas explicativas, incluindo entre outros, os controles internos relacionados ao modelo de cálculo adotado para a constituição das provisões para processos judiciais e administrativos. Com o apoio de nossos especialistas, de acordo com a natureza dos processos, testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda, quando aplicável, relacionadas aos processos judiciais e administrativos trabalhistas e cíveis. Também efetuamos procedimentos de confirmação, em base amostral, junto aos advogados externos que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de Tecnologia da Informação (Nota 30(a))	
O Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia, requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas. Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associados a eventuais deficiências em processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cibersegurança. Por essa razão, esse assunto permanece como uma área de foco em nossa auditoria.	Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo relacionados a cibersegurança, relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, assim como a execução de testes sobre processos-chave relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio do Banco. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora
CRC 1SP192785/O-4